



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 033 - QUINTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 52

Dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal para disciplinar as coligações eleitorais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir – sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

.....“(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às eleições que ocorrerão no ano de 2002

Brasília, 8 de março de 2006.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Aldo Rebelo
Presidente

Deputado José Thomaz Nonô
1º Vice-Presidente

Deputado Ciro Nogueira
2º Vice-Presidente

Deputado Inocêncio Oliveira
1º Secretário

Deputado Nilton Capixaba
2º Secretário

Deputado João Caldas
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Antero Paes de Barros
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais
1º Secretário

Senador João Alberto Souza
2º Secretário

Senador Paulo Octávio
3º Secretário

Senador Eduardo Siqueira Campos
4º Secretário

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 12ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Deferimento da reiteração do pedido de informações constantes do Requerimento nº 971, de 2005, ao Senhor Ministro de Estado da Educação, que terá o prazo máximo de dez dias para seu atendimento, nos termos do art. 5º, § 2º, do Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal. 07180

1.2.2 – Parecer

Nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senhor Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais). 07182

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, cujo parecer foi lido anteriormente. 07189

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 240, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Vicente Lorenzon. 07190

Nº 241, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Roberto Marinho de Azevedo, primeiro crítico de gastronomia da imprensa carioca, ocorrido no dia 7 do corrente. 07190

Nº 242, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Presidente do Banco Central do Brasil as informações que menciona. 07190

Nº 243, de 2006, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União as informações que menciona. 07190

Nº 244, de 2006, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, solicitando voto de

pesar pelo falecimento de Honorina Tavares de Albuquerque, ocorrido em janeiro deste ano. 07191

Nº 245, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento as informações que menciona. 07191

Nº 246, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 07192

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta a alínea **h**, ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das despesas do contribuinte pessoa física com a Previdência Social de seus empregados domésticos. 07192

Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio, e dá outras providências. 07194

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. 07196

1.2.6 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 1.443/2005, de 27 de dezembro último, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando esclarecimentos referentes ao Requerimento nº 1.169, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos. 07197

Nº 1.444/2005, de 27 de dezembro último, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando esclarecimentos referentes ao Requerimento nº 1.293, de 2005, do Senador Delcídio Amaral. 07197

Nº 6/2006, de 8 de fevereiro último, do Ministro da Previdência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.252, de 2005, do Senador Papaléo Paes. 07197

Nº 23/2006, de 7 de fevereiro último, do Ministro da Previdência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.414, de 2005, do Senador Heráclito Fortes. 07197

Nº 135/2006, de 9 de fevereiro último, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.300, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros. 07197

Nº 64, de 23 de fevereiro último, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 73, de 2006, do Senador Gilvam Borges. 07197

1.2.7 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 25/2006, de 25 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.243, de 2005, do Senador José Agripino. 07197

Nº 216/2006, de 16 de fevereiro último, comunicando as providências tomadas referentes ao Requerimento nº 45, de 2006, da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Antero Paes de Barros (redução a termo dos Requerimentos nº 45, de 2006, e 20, de 2006). 07197

1.2.8 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 7/2006, de 14 de fevereiro último, do Ministro da Cultura, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.302, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros. 07197

Nº 13/2006, de 13 de fevereiro último, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.324, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros. 07198

Nº 14/2006, de 13 de fevereiro último, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.097, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro. 07198

Nº 16/2006, de 13 de fevereiro último, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 310, de 2004, do Senador Augusto Botelho. 07198

Nº 315/2006, de 1º do corrente, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.041, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior. 07198

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para estender o atendimento do Programa Universidade para Todos aos estudantes beneficiados com bolsa parcial no ensino médio privado. 07198

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 284, de 2006, em 6 de março de 2006 e publicada no dia subsequente, que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de

dezembro de 1995, e 8.212, de 24 de julho de 1991. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 07198

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 285, de 2006, em 6 de março de 2006 e publicada no dia subsequente, que dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 07199

1.2.10 – Leitura de projeto de lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 1, de 2006-CN, que altera o art. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências. (Mensagem nº 17, de 2006-CN, nº 129/2006, na origem). *Estabelecimento de calendário para tramitação do projeto e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .* 07200

1.2.11 – Aviso do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência

Nº 4, de 2006-CN (nº 253/2006, na origem), encaminhando o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre do exercício de 2005. 07203

1.2.12 – Ofícios

Nº 20/2006, de 8 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Assuntos Sociais. *Designação do Senador Luiz Pontes, como titular, para compor a referida comissão.* 07203

Nº 451/2006, de 7 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 07203

1.2.13 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Homenagem a todas as mulheres, especialmente as da Amazônia e do Estado de Roraima, pela passagem do Dia Internacional da Mulher. 07204

SENADOR JOSÉ JORGE – Cumprimentos a todas as mulheres do Brasil pela passagem do Dia Internacional da Mulher. A promulgação, em sessão do Congresso realizada hoje, da Emenda Constitucional nº 52/2006, que disciplina as coligações eleitorais. Apelo ao STF no sentido de que revise a decisão do TSE sobre a verticalização. 07208

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas à falta de uma efetiva política de segurança por parte do governo Lula. 07216

SENADOR AELTON FREITAS, como Líder – Comentários sobre matéria do jornal **Estado de Minas**, a respeito das perspectivas da economia nacional, com alternativas de gestão que levem o país a um caminho mais auspicioso. 07219

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Considerações sobre a ocupação das favelas no Rio de Janeiro pelo Exército Brasileiro. Notícia sobre um programa de grande importância do governo federal, o Plano Nacional do Livro e da Leitura..... 07220

SENADOR PAULO PAIM – Homenagem às mulheres latino-americanas que, no passado, desafiaram a sociedade com grandes causas. Homenagem à jornalista Ana Amélia Lemos, que possui uma coluna diária no jornal Zero Hora e está sendo condecorada no dia de hoje com o Troféu Mulher Imprensa, em São Paulo. 07224

SENADOR TASSO JEREISSATI, como Líder – Contradição entre dados sobre o investimento público liquidado no ano passado, divulgados pelo Ministério do Planejamento e pelo Tesouro Nacional. 07227

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 – (Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005) – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças.** 07229

Item 2

Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 07230

Item 3

Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País. **Apreciação sobrestada.** 07230

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP. **Apreciação sobrestada.** 07230

Item 5

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 07230

Item 6

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 07230

Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.**

07230

Item 8 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. **Apreciação sobrestada.**

07230

Item 9

Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela. **Apreciação sobrestada.**

07231

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Críticas ao governo Lula e às irregularidades no programa Bolsa-Família em todo o país.

07231

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Protesto contra injustiças praticadas pelo governo.

07233

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Encaminhamento à Mesa do artigo “*Patrícia Saboya – a Senadora da criança*”, de autoria do professor José Teodoro Soares, publicado no jornal **O Povo**.

07236

SENADOR MAGNO MALTA – Homenagem às mulheres pelo transcurso, nesta data, do Dia Internacional da Mulher. Solicitação de apoio a projeto de lei de autoria de S. Ex^a, sobre cumprimento de pena privativa de liberdade.

07239

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Favorável à prorrogação da CPI dos Bingos. Solicita quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto.

07243

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Solicitação de apoio para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, de autoria de S. Ex^a, que “acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico”. ..

07248

SENADOR ALVARO DIAS – Reflexões sobre o decálogo de D. Geraldo Magela Agnelo, Presidente da CNBB.

07249

SENADOR LEONEL PAVAN – Críticas ao governo federal pela falta de investimentos em rodovias. Registro da Festa Nacional da Cebola, a realizar-se no período de 14 a 19 de março, em Ituporanga – SC.

07249

SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – Homenagem à mulher brasileira, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Solicitação de apoio para aprovação de projeto de lei, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, com parecer favorável de S. Ex^a junto a Comissão de Assuntos Sociais, que estabelece a regulamentação da aposentadoria para as donas de casa.

07251

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Solicitação de apoio ao projeto de lei de autoria de S. Ex^a, nº 318, de 2005, que “cria o sistema especial de inclusão previdenciária”. Homenagem a todas as mulheres, em especial as mulheres do estado da Bahia, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

07253

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, como Líder – Refutação de denúncia veiculada contra S. Exa. na imprensa.

07255

SENADOR SIBÁ MACHADO – Solidariedade à juíza Duília Reis, da comarca de Ariquemes/RO, pelas ameaças que vêm sofrendo, para impor o cumprimento da Lei nº 9.605/98, que trata de crimes ambientais. Realização da 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural.

07256

SENADOR LUIZ PONTES – Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher. Programas implantados no Ceará nos últimos três anos.

07270

SENADOR MÃO SANTA – Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher.

07272

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Pronunciamento proferido pelo Governador Almir Gabriel em homenagem ao ex-governador Mário Covas, por ocasião do quinto ano de seu falecimento.

07275

SENADORA IDELI SALVATTI – Reflexões sobre o Dia Internacional da Mulher.

07275

SENADOR PEDRO SIMON – Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher.

07278

1.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 247, de 2006, de autoria do Senador Renan Calheiros, solicitando autorização para participar da solenidade de posse da Senhora Michelle Bachelet como Presidente do Chile, a realizar-se em Viña Del Mar, no próximo dia 11 de março.

07281

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Elogio ao trabalho de cientistas e profissionais do Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Predadores Naturais, Cenap – em favor da preservação do legado da biodiversidade no Planeta Terra.

07281

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da comemoração, no Estado de Santa Catarina, dos 50 anos de Extensão Rural, que iniciou com a antiga ACARESC, hoje EPAGRI. Comentários à matéria intitulada “*Polícia Federal indícia ex-tesoureiro do PL*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 23 de fevereiro do corrente. 07282

SENADOR AMIR LANDO – Exaltação da Campanha da Fraternidade deste ano, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que tem como tema “*Fraternidade e Pessoas com Deficiência*” e o lema “*Levanta-te e vem para o meio*”. 07284

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da matéria intitulada “*Presidente do TSE ataca uso político do Estado*”, publicada pelo jornal **O Globo**, edição de 22 de fevereiro do corrente. 07285

SENADOR PAPALÉO PAES – Comentários à matéria intitulada “*Lula ensaia campanha e infla dados em texto ao Congresso*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 16 de fevereiro do corrente. 07287

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “*CPIs acham 161 telefonemas entre Okamoto e acusados do mensalão*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 2 de março do corrente. 07288

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “*Medida é exercício de demagogia fiscal*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 de março do corrente. 07290

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários ao artigo intitulado “*Indústria duvida*”, de autoria da jornalista Míriam Leitão e publicada no jornal **O Globo**, edição de 17 de fevereiro do corrente. 07291

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*Empresário diz na CPI que PT exigia propina em Santo André*”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 22 de fevereiro do corrente. 07292

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Comentários à matéria intitulada “*EUA vai enviar dados de conta de Duda à CPI*”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 24 de fevereiro do corrente ano. 07293

1.3.4 – Comunicações da Presidência

Lembrando que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão solene a realizar-se

amanhã, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. 07294

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 07294

1.4 – ENCERRAMENTO

2 AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 8-3-2006

3 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Medida Provisória nº 283, de 2006. 07300

4 – ATA DA MESA DO SENADO FEDERAL

Referente à 3ª Reunião realizada em 21 de fevereiro de 2006. 07301

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 418 a 426, de 2006. 07303

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – SECRETARIA DE COMISSÕES

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 12ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 8 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Antero Paes de Barros, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Luiz Pontes, da Sra. Ana Júlia Carepa e do Sr. João Batista Motta

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E O SRS. SENADORES

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 8/3/2006 07:42:18 até 8/3/2006 21:12:27

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	X	

Compareceram: 76 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, reiterando os termos contidos no Requerimento nº 971, de 2005, aprovado nesta Casa do Poder Legislativo, cujas respostas trazidas pelo Requerido junto à Comissão de Educação não se prestam a atender o Solicitado.

Assim que, não havendo o nobre Ministro se desincumbido do encargo, faz-se necessário Reiterar o pedido, para o fim de obter as informações, com a estrita obediência aos quesitos abaixo elencados:

- Razões para o não cumprimento, pela SESU/MEC e pelo SETEC/MEC, dos prazos estabelecidos pela Portaria nº 3.643/2004;

- Razões e suporte legal para a existência de comissões verificadoras para autorização de cursos das Instituições de Ensino Superior – IES;

- Demonstrativo da tramitação dos processos relativos à transferência de manutenção dos cursos ou instituições, de uma para outra entidade mantenedora;

- No caso dos processos referentes à transferência de manutenção de cursos ou instituições, a base legal e critérios para a substituição dos pareceres de auditoria independente por visita de Comissão;

- Fundamento legal e razões para o não acatamento pelo SESU/MEC, de decisões judiciais prolatadas em mandados de segurança impetrados por Instituições de Ensino Superior;

- Quadro comparativo entre as vagas aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e a publicação oficial das mesmas no **Diário Oficial** da União, nos anos de 2004 e 2005

- Cursos cadastrados no Sistema Sapiens com pedido de autorização nos últimos doze meses.

- Cursos autorizados pelo CNE nos últimos doze meses com as suas respectivas vagas.

- Cursos com portarias publicadas nos últimos doze meses, com as respectivas vagas.

- Entidades que pediram, após aprovação pelo CNE, redução de vagas através de ofício.

- Cursos já avaliados pelo INEP e não publicados pela SESU.

Justificação

Este Requerimento de Informação é motivado pelo fato *incontesti* de que as informações que vieram a esta Comissão de Educação são, no mínimo, lacônicas. E, para não se permitir a consolidação de uma prática nefasta da tergiversação em assuntos da máxima relevância para o povo brasileiro, é que o mesmo encontra sentido.

Deste modo, reitera-se o Requerimento nº 971, de 2005, pelas graves denúncias feitas pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES, em ofício datado de 02 de agosto de 2005, assinado por seu Presidente e endereçado ao Senhor Ministro de Estado da Educação, com cópias às Comissões de Educação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

No ofício citado, encontram-se alegações de inúmeras irregularidades que estariam sendo praticadas por órgãos subordinados àquele Ministério, entre elas o não cumprimento de prazos, o não acatamento de Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, a desconsideração de decisões do Poder Judiciário em mandados de segurança, e a imposição de dificuldades na tramitação administrativa de processos, notadamente daqueles referentes à transferência de manutenção de cursos ou instituições, de uma para outra entidade mantenedora.

Ressalta, ainda, a informação sobre a grave situação a que se expõem algumas instituições de ensino superior, que conseguem aprovação pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, de um determinado número de vagas e, por imposição da Secretaria de Educação Superior – SESU, a publicação da mencionada autorização fica condicionada a um ofício das interessadas, solicitando a redução do número de vagas concedido pelo CNE.

Por si só, tal situação configura, no mínimo, um verdadeiro seqüestro de direito às vagas aprovadas pelo Conselho e, pela ótica da lei, prevaricação e inegável abuso de poder, o que deveria, se comprovadas as denúncias, obrigar o afastamento imediato do Secretário do Ensino Superior e do Chefe de Supervisão de Ensino da SESU.

Por tudo isso, justifica-se a apresentação deste Requerimento e sua aprovação, para o que contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e Senhores Senadores.

Sala das Sessões, – Senador **Wellington Salgado**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
NA REUNIÃO DE 07/03/06, OS SENHORES SENADORES:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JUVÊNCIO DA FONSECA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência defere a solicitação e determina a reiteração do pedido de informações constante do **Requerimento nº 971, de 2005**, ao Senhor Ministro de Estado da Educação, que terá o prazo máximo de 10 dias para o seu atendimento, nos termos do art. 5º, §2º, do Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 188, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina, nos termos do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador RENAN CALHEIROS e outros Senhores Senadores, que adotaram o anteprojeto oriundo da Comissão de Juristas e Técnicos em Administração Pública criada mediante a Portaria nº 391, de 16 de agosto de 2005, do Ministro Carlos Velloso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para o fim de rever e atualizar os delitos eleitorais inscritos no Código Eleitoral e leis outros, elaborando projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

O projeto decorre, portanto, do Ofício nº 6.874/2005-Presidência-312 que o Presidente do TSE encaminhou, em novembro do ano passado, ao Presidente do Senado Federal, com as proposições já elaboradas, ... condensadas em Anexos a esta mensagem e desdobradas em anteprojetos de lei e respectivas exposições de motivos.

Assim, tiveram a mesma origem nos trabalhos da referida Comissão instituída pelo TSE, e com os mesmos objetivos de alterar a legislação eleitoral-partidária, os Projetos de Lei do Senado nºs 389, 391 e 392, todos de 2005, igualmente adotados e apresentados pelo Senador Renan Calheiros e outros Senho-

res Senadores, que devem ser submetidos também ao exame desta CCJ.

As alterações propostas à Lei de Inelegibilidade pelo projeto em exame estão bem explicadas e sumariadas na justificação, razão pela qual transcrevemo-la:

Este projeto de lei complementar propõe novas redações para as alíneas *d e, g e h* do inciso I do art. 1º e o inciso XIV do art. 22, introduz a alínea *j* no inciso I do art. 1º e revoga o inciso XV do art. 22, todos da Lei Complementar nº 64 (Lei das Inelegibilidades), de 18 de maio de 1990.

A proposição, ao fim e ao cabo, visa dar eficácia máxima ao disposto no art. 14, § 9º, da Constituição, que estabeleceu o direito coletivo à lisura dos pleitos eleitorais e dos mandatos.

Merecem especial destaque as seguintes alterações:

(i) nas novas redações propostas para os dispositivos da Lei de Inelegibilidades, as sanções previstas não mais ficariam condicionadas ao trânsito em julgado das sentenças, mas à decisão em segunda ou única instância, o que, de pronto, previne manobras protelatórias ou metajurídicas que findam por obstaculizar a eficácia das normas;

(ii) em consonância com o princípio que orientou a concepção relatada no item anterior, a nova redação da alínea *g* do art. 1º inciso I, toma mais efetiva a inelegibilidade decorrente da rejeição de prestação de contas, ao estabelecer que, na hipótese tratada, somente o provimento judicial, ainda que provisório, obtido em data anterior à escolha do candidato em convenção poderia sustar a inelegibilidade, em lugar de uma mera submissão da questão ao Judiciário, como hoje estabelecido na legislação aplicável;

(iii) entre as hipóteses de crime que poderão resultar em inelegibilidade, a nova redação da alínea *e* do art. 1º, inciso I, inclui a lavagem de dinheiro, os crimes contra a ordem tributária ou qualquer outro crime a que a lei atribua pena máxima não inferior a dez anos;

(iv) a proposta alínea *j* do art. 1º, inciso I, estabelece a condenação por ato doloso de improbidade administrativa como causa de inelegibilidade;

(v) a redação proposta para o art. 22, inciso XIV, procura reproduzir o **caput** do artigo ao incorporar expressões como “uso indevido,

desvio ou abuso” ou “abuso de mídia”, em lugar da redação atual que indevidamente assine caráter limitativo ao teor do **caput**;

(vi) ainda em relação ao art. 22, inciso XIV, a nova redação proposta prevê a remessa de cópia dos autos para as autoridades fiscais e para o Tribunal de Contas com vistas à possível aplicação de sanções outras além das de natureza eleitoral, afora reforçar o trabalho de cooperação entre os entes públicos;

(vii) a supressão do inciso XV do art. 22 decorre da eficácia imediata que fica conferida ao inciso XIV, tornando desnecessários novos processos – recurso contra a expedição de diploma ou ação de impugnação de mandato eletivo.

Finalmente, o art. 4º dispõe que a vigência da lei complementar que decorrer do projeto se dará na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 22, I, a competência privativa da União para legislar sobre direito eleitoral, e o Regimento Interno do Senado Federal prevê, em seu art. 101, II, **d**, que cabe a esta Comissão emitir parecer quanto ao mérito, sobre todas as matérias de competência da União, especialmente [...] d) direito eleitoral.

Também é a Constituição Federal que em seu art. 14, § 9º, com a redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994, estabelece, **verbis**:

Art. 14.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício de mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

O legislador regulou o mencionado dispositivo constitucional, mediante a Lei Complementar nº 64, de 1990 – conhecida como Lei de Inelegibilidade -, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Cons-

tituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências -, a qual é objeto de modificação pelo projeto em exame.

O projeto em exame objetiva alterar a referida lei complementar, a fim de tornar mais rigorosa a sanção de inelegibilidade aplicável a quem for condenado por prática dos crimes previstos na Lei Complementar nº 64, de 1990 (LC 64/90).

Assim, é proposto que a pena de inelegibilidade seja ampliada de três para quatro anos para os que forem condenados, em segunda ou única instância, pela Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico ou político (art. 1º, inciso I, letra **d**, da LC 64/90) ou condenados criminalmente pela prática de crimes eleitorais, contra a economia popular a ordem tributária, o mercado financeiro, a lavagem de dinheiro, a fé pública, a administração pública, o tráfico de entorpecente ou por qualquer outro crime a que se atribua pena máxima não inferior a dez anos (art. 1º, inciso I, letra **e**, da LC 64/90) e, ainda, pela prática de ato de improbidade administrativa (letra **j**, incluída no inciso I do art. 1º da LC 64/90).

De acordo com o projeto, a mesma ampliação da pena de inelegibilidade deve ser aplicada aos detentores de cargo da administração pública direta e indireta, incluídas as fundações, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso de poder econômico ou político (art. 1º, inciso I, letra **h**, da LC 64/90).

Já a condenação, também em segunda ou única instância, em razão da prática de crime eleitoral prevista no art. 22, inciso XIV da LC 64/90 – desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículo ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido político -, propõe que a sanção de inelegibilidade seja duplicada de três para seis anos.

No que se refere à modificação proposta à letra **g** do inciso I do art. 1º da LC 64/90, não há alteração da pena de inelegibilidade – que é de cinco anos, para quem tiver suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente – mas propõe-se que a exceção de sua aplicação ocorra não mais se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário mas sim se, em ação proposta contra a decisão que rejeitou as contas, o candidato obtiver provimento judicial, ainda que provisório, em data anterior à sua escolha em convenção.

Quanto ao mérito, exaltamos a preocupação dos autores do projeto ao procurar afastar do “jogo político” por mais tempo e por meios legais mais eficazes, mediante regras menos permeáveis às chicanas advocatícias, os que forem condenados em segunda ou única instância.

É importante, porém, ter em vista que a busca pelo aperfeiçoamento do sistema eleitoral não pode ser pretexto para a redução de garantias individuais constitucionalmente asseguradas. Igualmente, não se pode ignorar problemas que persistem no Poder Judiciário, especialmente quando se fala de segundo grau de jurisdição da Justiça Eleitoral, onde a indicação política é largamente utilizada.

É certo que, se por um lado é importante dotar o Poder Judiciário de mecanismos efetivos para zelar pelo cumprimento da lei e da Constituição, criando-se mecanismos austeros para inibição de abusos, por outro o legislador deve pautar sua atuação sempre pela legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, afora a sensibilidade para captar no tecido social as verdadeiras fontes dos problemas que o povo enfrenta.

Deve-se observar que a decisão em segunda ou única instância, conforme evocação proposta no projeto, ocorreria no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral, em matéria eleitoral, ou no Tribunal de Justiça do Estado ou do Distrito Federal, em matérias criminais.

Entendemos ser razoável a aplicação da sanção de inelegibilidade aos que forem condenados criminalmente por decisão de segunda ou única instância, da forma prevista no projeto. Isso porque só se qualifica uma conduta como criminosa quando ela alcança o grau máximo de reprovabilidade para uma determinada sociedade.

Assim, sancionar com inelegibilidade os que já sofreram condenação criminal em segundo grau de jurisdição (o Tribunal de Justiça ou o Tribunal Regional Federal, portanto) apresenta-se como medida capaz de evitar que, sob o manto da presunção de inocência, pessoas comprovadamente criminosas obtenham mandatos eletivos.

É bem verdade que um primeiro olhar sobre tal dispositivo pode dar a impressão de contrariedade aos princípios da ampla defesa e do estado de inocência. Essa impressão se desfaz, porém, quando examinado teleologicamente o § 9º do art. 14 da Lei Maior. Veja-se que o texto constitucional, ao se referir a “vida pregressa do candidato”, não faz qualquer menção a trânsito em julgado das sentenças penais condenatórias. Ao contrário, ao falar tão-somente de “vida pregressa do candidato”, abre caminho para que os efeitos cautela-

res da sentença penal condenatória sejam produzidos desde logo.

Acresça-se a isso o fato de que os Tribunais de Justiça e Regionais Federais são compostos por magistrados vitalícios e inamovíveis, o que reforça a independência de seus julgados. Como veremos adiante, as Cortes Regionais Eleitorais, por sua própria composição constitucional, não dispõem da mesma independência, sendo mais suscetíveis a composições sazonalmente políticas.

Quanto à proposta constante da alínea d do inciso I do art. 1º da LC 64/90, referida pelo art. 1º e pelo inciso XIV do art. 22, da proposição **sub examine**, após considerarmos a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, a natureza das infrações que podem culminar com a inelegibilidade e a célere tramitação dos processos no âmbito da justiça eleitoral, concluímos ser prudente postergar a aplicação da sanção da inelegibilidade para após o eventual julgamento do recurso especial eleitoral pelo Tribunal Eleitoral.

Eis uma solução intermediária entre a austeridade rigorosa do anteprojeto e a leniência do vigente texto. Transformada em lei a nossa proposta, serão inelegíveis apenas aqueles cuja condenação já foi apreciada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Entendemos que não se pode fechar os olhos para problemas estruturais que lamentavelmente ainda existem no Brasil, como a tendência de alguns membros do Ministério Público e do próprio Poder Judiciário de pautar seu mister por convicções político-partidárias, distanciando-se da legalidade estrita, razão pela qual apresentamos emenda referente à alínea d do inciso I do art. 1º da LC 64/90.

Outro ponto que está a merecer reproche é a parte final da alínea g do inciso I do art. 1º da LC 64/90. Embora concordemos com os autores do anteprojeto acerca da necessidade de estabelecimento de parâmetros para a suspensão da pena de inelegibilidade daqueles que, no exercício de cargos ou funções públicas, tiverem suas contas rejeitadas por irregularidade insanável, não podemos comungar com a pretendida fixação de prazo para a propositura da demanda judicial, pena de consagração de provimentos jurisdicionais condicionais, o que é incompatível com nosso ordenamento jurídico.

Vale dizer: os provimentos jurisdicionais, por definição, devem ser plenos. Esse é o padrão do nosso sistema constitucional, que consagra o princípio do acesso à justiça. A tutela jurisdicional deve ser efetiva, tempestiva e adequada ao direito material afirmado por seu pretenso titular.

Da mesma forma que seria materialmente inconstitucional – exceção feita, naturalmente, às regras de prescrição, que têm por objetivo trazer estabilidade às relações jurídicas – fixar lapso temporal para a propositura de ações em que se busque anular decisões de rejeição de contas, ou vedar, nesses casos, o deferimento de provimentos de urgência, parece-nos também inconstitucional restringir os efeitos do provimento de urgência, no que se refere à elegibilidade do titular, à propositura da ação em data anterior à convenção partidária.

Atentos à necessidade de estabelecimento de regra que exteriorize a impossibilidade fático-material de extensão dos efeitos do provimento cautelar, propomos a substituição da expressão “em data anterior à sua escolha em convenção” por “até a data limite para registro de candidaturas”, constante na parte final da alínea g do inciso I do art. 1º da LC 64/90.

Essa modificação, pois, não cuida de restringir o deferimento de medidas liminares, mas apenas de fixar legalmente a data que, por imperativo temporal, o provimento jurisdicional deferido não prejudicaria o pleito eleitoral em curso.

Por fim, com o objetivo de uniformizar os prazos de inelegibilidade, e considerando-se que não há critério científico para que na alínea g do inciso I do art. 1º o prazo de inelegibilidade seja de cinco anos e no inciso XIV do art. 22, em contradição com seu complemento, a alínea d do inciso I do art. 1º seja de seis anos, ao passo que nas demais é de quatro anos, propomos a sua modificação, para que se harmonize com os demais dispositivos.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, com as cinco emendas a seguir:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Substitua-se a expressão “em decisão de segunda ou única instância” por “em decisão que tenha esgotado a competência dos órgãos previstos no art. 118 da Constituição Federal, ainda que haja recurso interposto para o Supremo Tribunal Federal” contida na alínea “d” inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, na redação pelo PLS nº 390, de 2005 – Complementar.

EMENDA Nº 2 – CCJ

Substitua-se a expressão “em data anterior à sua escolha em convenção” por “até a data limite

para registro de candidaturas”, constante da alínea g do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, na redação proposta pelo PLS nº 390, de 2005 – Complementar.

EMENDA Nº 3 – CCJ

Substitua-se o vocábulo “cinco” por “quatro”, constante da alínea g do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, na redação proposta pelo PLS nº 390, de 2005 – Complementar.

EMENDA Nº 4 – CCJ

Dê-se ao inciso XIV do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990, na proposta do PLS nº 390, de 2005 – Complementar, a seguinte redação:

XIV – julgada procedente, a qualquer tempo, a representação, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade, para as eleições a se realizarem nos quatro anos seguintes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro ou do diploma do candidato diretamente beneficiado pelo uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou de autoridade ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, determinando a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e processo-crime, como também à autoridade fiscal ou ao tribunal de Contas competente para instauração dos processos cabíveis sem prejuízo de quaisquer outras providências que a espécie comportar.

EMENDA Nº 5 – CCJ

Acresça-se ao art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990, na forma proposta pelo PLS nº 390, de 2005 – Complementar, o parágrafo segundo, renumerando-se para primeiro o atual parágrafo único:

“Art. 22.
.....

§ 2º As sanções decorrentes do julgamento de procedência da representação de que trata este artigo serão aplicadas imediatamente após o esgotamento da competência dos órgãos previstos no art. 118 da Constituição Federal, ainda que haja recurso interposto para o Supremo Tribunal Federal. (NR)”.

Sala da Comissão, 22 de fevereiro de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 390 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/02/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR:	Sen. João Jorge
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEY TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (RELATOR)	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾ PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLEY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYAGOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ⁽³⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PERES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 09/02/2006.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO
Nº 4, DE 7 DE JUNHO DE 1994

Altera o § 9º do art. 14 da Constituição Federal.

.....
Voto em Separado do Senador Siba Machado apresentado perante a Comissão de Constituição e Justiça

A matéria em epígrafe foi submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na reunião do dia 14 de fevereiro próximo passado, quando, ainda, se encontrava o Congresso Nacional em funcionamento extraordinário.

É sabido que a proposição em análise compôs de um rol de anteprojeto elaborados por uma comissão de juristas e técnicos em administração pública, colegiado esse instituído por portaria do então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, o insigne Ministro Carlos Mário Velloso.

Essa proposição, cuja autoria foi assumida pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, é, portanto, fruto do trabalho de estudiosos da matéria. Por isso deve ser levada em alta consideração, o que, todavia, não exime a Comissão de Constituição e Justiça de exercer sua competência de opinar, com o devido zelo, sobre a sua constitucionalidade, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno.

Poderia parecer ousadia um senador, leigo em assuntos jurídicos, pedir vista dessa matéria, à guisa de analisá-la sob o enfoque de sua constitucionalidade. Mais que isso, poderia o uso dessa faculdade regimental parecer uma manobra procrastinatória.

Outro, entretanto, é o meu propósito. O Ministro Gilmar Mendes, atual Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, traduziu do alemão uma obra jurídica chamada “A Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição”, de autoria do jurista Peter Háberle (Porto Alegre: Fabris, 1997), que dá suporte a minha posição

de querer discutir a constitucionalidade de aspectos da matéria.

– Diz Háberle que “todo aquele que vive no contexto regulado por uma norma e que vive com este contexto é, indireta ou, até mesmo diretamente, um intérprete dessa norma. O destinatário da norma é participante ativo, muito mais ativo do que pode se supor tradicionalmente, do processo hermenêutico”. Adita ele: no processo de interpretação constitucional estão potencialmente vinculados todos os órgãos estatais, todas as potências públicas, todos os cidadãos e grupos, não sendo possível estabelecer-se um elenco cerrado ou fixado com ‘*numerus clausus*’ de intérpretes da Constituição” (obra citada, p. 13). Logo, a interpretação constitucional só pode ser levada a efeito, tendo em vista a esfera pública e a realidade constitucional, não sendo possível ignorar o papel do cidadão e das demais potências públicas na interpretação da Lei Maior.

O eminente jurista alemão destaca, nessa linha, a relevância do processo político nesse método de apuração da verdade constitucional. Para Háberle o legislador também possui de um poder de conformação, assim como o juiz, constitucional. A diferença existente se situa no plano qualitativo, ou seja, ao juiz é assegurado um espaço na interpretação cujos limites decorrem de argumentos de índole técnica, embora essa não esteja subtraída do legislador. Todavia, sob o prisma quantitativo, não existiria, segundo o autor, diferença fundamental entre as duas situações. Vale transcrever suas palavras:

“O muitas vezes referido processo político, que, quase sempre, é apresentado como uma sub-espécie de processo livre em face da interpretação constitucional, representa, constitucione lata e de fato, um elemento importante – mais importante do que se supõe geralmente – da interpretação constitucional, (política como interpretação constitucional). Esse processo político não é eliminado da Constituição, configurando antes um elemento vital ou central no mais puro sentido da palavra: ele deve ser comparado a um motor que impulsiona esse processo. Aqui, verificam-se o movimento, a inovação, a mudança, que também contribuem para o fortalecimento e para a formação do material da interpretação constitucional a ser desenvolvida posteriormente. Esses impulsos são, portanto, parte da interpretação constitucional, porque, no seu quadro, são criadas realidades públicas e, muitas vezes, essa própria realidade é alterada sem que a mudança seja perceptível”.

E conclui Häberle: “não existe apenas a política por meio da interpretação constitucional, mas também a interpretação constitucional por meio da política” (p. 26)

Assim, mesmo não tendo formação jurídica, sinto-me confortável e no dever, como agente político, de tecer as considerações que julgo pertinentes em relação à matéria. Mais do que isso, julgo ser meu dever sustentar meus pontos de vista sobre as inconstitucionalidades que vejo na proposição, por força de compromisso regimental, nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Interno.

Penso que a expressão “em decisão de segunda ou única instância”, constante da nova redação que se pretende dar à alínea “d” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, é incompatível com o princípio da presunção de inocência, assegurado pelo inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal.

Diz o referido dispositivo constitucional que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. A atual redação da alínea “d” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 está em consonância com o mandamento constitucional. Dispõe a referida norma legal que são inelegíveis “os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem 3 (três) anos seguintes” (negritos nossos).

Há, dentre os que se manifestam a favor da alteração, os que argumentam que a garantia esculpida no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal diz respeito tão-somente a condenações penais previstas na legislação criminal comum.

Com o devido respeito, essa interpretação não merece prosperar. Em primeiro lugar, é de se registrar que a hermenêutica constitucional, há muito, prestigia o método de interpretação extensiva em matéria relativa a garantias fundamentais individuais. É o que explica, por exemplo, o acatamento, pela jurisprudência dos tribunais, da ampliação do direito de alguém permanecer calado, para não se auto-incriminar, se estiver na iminência de sofrer constrangimento, quando a cláusula constitucional que dá guarida à auto-defesa faz referência apenas ao “preso” (art. 5º, inciso LXIII, CF).

Nessa mesma esteira, convém lembrar que a Lei nº 8.429, de 1992, que “dispõe sobre sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, estabelece, em seu art. 20 que

“a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória”, sendo desnecessário lembrar, neste caso, tratar-se, aqui de sentença condenatória em matéria que não é de natureza penal.

Não bastasse isso, há que se consignar que abuso de poder econômico ou político é gênero de conduta ilícita que encontra na legislação eleitoral e outros diplomas penais extravagantes tipificações específicas para comportamentos socialmente reprováveis e, como tais, considerados delituosos.

É o que se verifica nos arts. 299, 302, 303, 304 e 334, do Código Eleitoral, todos eles pertinentes a crimes eleitorais por abuso de poder econômico, sem prejuízo das tipificações constantes da Lei nº 8.137, de 1990. Nos arts. 300 e 305, também do Código Eleitoral, encontramos modalidades de crimes por abuso de poder político.

Na Lei nº 4.898, de 1965, há expressa menção ao abuso de autoridade, por atentado “aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto” (art. 30, letra “g”), sujeitando-se o autor a sanção penal, nos termos do § 3º do seu art. 6º.

Como se vê, portanto, é tarefa inexecutável desvencilhar o conceito de abuso de poder econômico ou político de um enquadramento na legislação penal. Daí a necessidade de consideração da garantia constitucional supracitada.

Acrescente-se que a decretação de inelegibilidade, vale dizer, a perda de legitimação eleitoral passiva, é medida que importa subtração de direito político, ou seja, mitigação da cidadania, que constitui um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, nos termos do art. 1º, inciso II, da Constituição Federal. Não foi por outro motivo que o legislador constituinte, atento, certamente, às reflexões de Aristóteles sobre a pena de ostracismo para os econômica e politicamente mais influentes nas democracias (ver Livro 3º, Capítulo VIII de A Política), julgou necessário, na aplicação da pena de suspensão ou perdimento de direitos políticos, por ocorrência de delito, o trânsito em julgado de condenação criminal, consoante o disposto no art. 15, inciso III, da Constituição Federal.

Assim, concordo com a modificação na alínea “d”, do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, no sentido de se elevar a carência de elegibilidade para quatro anos, mas não posso concordar com a supressão da garantia constitucional de presunção de inocência, até trânsito em julgado da sentença condenatória.

Por iguais razões, manifesto-me favorável à elevação do período de inelegibilidade, na alínea “e” do mesmo dispositivo, mas defendendo a manutenção

do princípio de presunção de inocência, pelos motivos já expostos.

Na alínea “g”, do mesmo art. 1º, do inciso I, devem ser consideradas modificações que assegurem a observância da já mencionada garantia constitucional, articulada à sindicabilidade judicial das decisões dos tribunais de contas.

A mesma necessidade de guardar a Constituição me leva a objetar a nova redação dada à alínea “h” do inciso I do art. 1º, bem como o inciso XIV do art. 22 e a alínea “j” que se quer acrescentar ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. No caso da alínea “j”, como já dissemos, até mesmo a lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992), assegura que a decretação de perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só terão seus efeitos após transito em julgado de sentença condenatória (art. 20). Aqui a inovação que se pretende dar à Lei de Inelegibilidades precisa ser ajustada ao que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa.

Por tais motivos, voto pela aprovação do projeto, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à alínea “d” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 a seguinte redação:

“d) os que tenham contra a sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrerem ou tenham sido diplomados e para as que se realizarem até quatro anos seguintes à decisão (NR);”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à alínea “e” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 a seguinte redação:

“e) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crimes eleitorais, contra a economia popular, a ordem tributária, o mercado financeiro, a lavagem de dinheiro, a fé pública, a administração pública, bem assim pelo tráfico de entorpecentes ou por qualquer outro crime a que se atribua pena máxima não inferior a dez anos, desde a condenação até quatro anos após o cumprimento da pena – (NR);”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 a seguinte redação:

“g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, contados da data da decisão, salvo se a questão estiver submetida à apreciação do Poder Judiciário, por ação proposta em data anterior à sua escolha em convenção (NR);”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao inciso XIV do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 a seguinte redação:

“XIV – julgada procedente a representação, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, com mando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos seis anos seguintes à eleição em que se verificou, além de imediata cassação do registro ou do diploma do candidato diretamente beneficiado pelo uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico ou de autoridade ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, determinando a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração do processo disciplinar se for o caso, e processo-crime, como também à autoridade fiscal ou ao Tribunal de Contas competente para instauração dos processos cabíveis sem prejuízo de quaisquer outras providências que a espécie comportar (NR);”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à alínea “j” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 a seguinte redação:

“j) os que forem condenados, com sentença transitada em julgado, pela prática de ato de improbidade administrativa, em virtude de conduta dolosa, desde a condenação até quatro anos após o trânsito em julgado (NR).”

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Siba Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com relação ao **Parecer nº 188, de 2006**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar**, de autoria do Senador Renan Ca-

lheiros e outros Srs. Senadores, que *altera os arts. 1º e 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais.)*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 240, DE 2006

Senhor Presidente,

O Senador Gerson Camata, requerer nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal e, de acordo com as tradições da Casa, seja apresentada a família do Senhor Vicente Lorenzon, os votos de pesar pelo seu falecimento.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006, – Senador, **Gerson Camata**.

REQUERIMENTO Nº 241, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Roberto Marinho de Azevedo, primeiro crítico de gastronomia da imprensa carioca, ocorrido no dia 7 de março de 2006.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento do jornalista Roberto Marinho de Azevedo, primeiro crítico de gastronomia da imprensa carioca.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do jornalista e à direção do **Jornal do Brasil**.

Justificação

O jornalista Roberto Marinho de Azevedo, o conhecido “Apicius”, pseudônimo que adotou em suas crônicas, foi o primeiro crítico de gastronomia do Rio. Durante duas décadas, seus artigos foram publicados no **Jornal do Brasil** e eram apreciados porque, ao lado das informações gastronômicas, tinham o sabor de crônicas literárias ilustradas. O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela dedicação de Roberto Marinho de Azevedo a essa área do jornalismo.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 242, DE 2006

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado ao Presidente do Banco Central do Brasil o encaminhamento das seguintes informações:

- Relação de todos os títulos emitidos no exterior pelos bancos BMG e Banco Rural, com a identificação dos respectivos agentes, emitentes e valores, no período de 2000 até a presente data;

- informar se o montante dos títulos emitidos no exterior por cada um dos bancos por ano é compatível com a limitação de alavancagem dos bancos nos respectivos períodos.

Justificação

Segundo propaganda publicada no Jornal o Globo de 23 de dezembro de 2005, em anexo, o banco BMG teria emitido títulos no exterior, de médio e longo prazo, no valor de U\$500 milhões, no ano de 2005. Ainda segundo a propaganda, o BMG teria marcado história ao se tornar o primeiro banco do seu porte e da sua categoria a acessar o mercado de capitais internacionais com emissão de volumes tão expressivos e a prazos tão longos.

Causa estranheza a emissão de títulos dessa magnitude pelo Banco BMG, na medida em que o banco até pouco tempo antes da operação atravessava uma grave crise financeira como é do conhecimento público.

No final de 2004, o banco chegou ao ponto de suspender as operações de concessão de crédito consignado, uma de suas principais atividades financeiras.

Com relação ao Banco Rural, existem informações de que a instituição também operava no mercado de capitais internacional. Cumpre lembrar que o Banco Rural vem sendo investigado pela CPMJ dos Correios em virtude de existirem fortes indícios de irregularidades em transações financeiras realizadas com o senhor Marcos Valério Fernandes de Souza, publicitário conhecido como operador do mensalão.

O desenvolvimento dos trabalhos da sub-relatoria de fundos de pensão da CPMJ dos Correios também chegou à conclusão de que os fundos de pensão do governo

investiram quantia significativas na compra de títulos dos bancos Rural e BMG, o que torna imperioso conhecer os compradores dos títulos emitidos no exterior.

Diante do exposto, torna-se necessário colher junto ao Banco Central as informações solicitadas no presente requerimento, a fim de que sejam obtidas informações acerca das operações de compra e venda de títulos no exterior realizados pelos bancos Rural e BMG, uma vez que as instituições são objeto de investigação no âmbito da CPMI dos Correios, em decorrência de concessão de empréstimos, supostamente fraudados, ao PT com a finalidade de financiamento do projeto político do partido.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – **Álvaro Dias**. Senador.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 243, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União, Dr. Waldir Pires, informações sobre as denúncias veiculadas no sítio de informação “FonteBrasil.com.Br”, de 17 de outubro de 2005, intitulado “CGU confirma rombo de 7,8 milhões nos cofres da Prefeitura de Boa Vista”. Requeiro ainda informações sobre quais as providências adotadas pela Controladoria Geral sobre o assunto.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 244, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento de Honorina Tavares de Albuquerque, ocorrido em janeiro deste ano.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado,

nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, no último mês de janeiro, da SRA. Honorina Tavares de Albuquerque, mãe do ex-Deputado Federal Edme Tavares.

Requeiro também que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O presente voto de pesar se justifica pela vida que dedicou à família a minha querida amiga Honorina. Seu desaparecimento será profundamente sentido. Dona Honorina era mãe do ex-deputado federal Edme Tavares, a quem, em especial, transmito um abraço de solidariedade.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio** – Senador **José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 245, DE 2006

Nos termos do disposto do Artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado, apresento este Requerimento de Informações ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento solicitando esclarecimentos acerca do Investimento Público de 2005, nos seguintes termos:

Requerimento de Informações sobre o Investimento Público de 2005

a) Qual foi o valor liquidado do investimento público aprovado no orçamento de 2005?

b) Qual foi a execução mensal do investimento público do orçamento de 2005?

c) Se todo o investimento público liquidado de 2005 tivesse sido efetivamente pago no ano passado, qual seria o superávit primário do governo federal de 2005?

d) Os investimentos liquidados de 2005 e não pagos deverão ser pagos em 2006 na forma de restos a pagar. De que forma o não pagamento desses investimentos afetam o investimento aprovado para este ano?

Justificação

O Ministério do Planejamento divulgou em Janeiro que o investimento público liquidado no ano passado foi de R\$7,9 bilhões. Esse valor representaria o investimento efetivo do orçamento de 2005.

O Tesouro Nacional, por sua vez, utilizando os dados do SIAFI, divulgou que o investimento público liquidado do ano passado foi de R\$17,3 bilhões; um valor de quase R\$10 bilhões superior ao dado divulgado pelo Ministério do Planejamento em Janeiro.

No entanto, os mesmos dados do SIAFI mostram que se o investimento liquidado do orçamento de 2005 foi de R\$17,3 bilhões, o valor pago foi de apenas R\$5,8 bilhões; o que significa que R\$11,4 bilhões de investimento feito no ano passado ficaram para serem pagos este ano.

Portanto, faz-se necessário que tais informações aparentemente incoerentes sejam esclarecidas, assim como sua repercussão sobre o investimento público previsto para o ano de 2006.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – Senador **Tasso Jereissati**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 246, DE 2006

Nos termos do disposto do Artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado, apresento este Requerimento de Informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda solicitando esclarecimentos acerca do Investimento Público de 2005, nos seguintes termos:

Requerimento de Informações sobre o Investimento Público de 2005

- a) Qual foi o valor liquidado do investimento público aprovado no orçamento de 2005?
- b) Qual foi a execução mensal do investimento público do orçamento de 2005?
- c) Se todo o investimento público liquidado de 2005 tivesse sido efetivamente pago no ano passado, qual seria o superávit primário do governo federal de 2005?
- d) Os investimentos liquidados de 2005 e não pagos deverão ser pagos em 2006 na forma de restos a pagar. De que forma o não pagamento desses investimentos afetam o investimento aprovado para este ano?

Justificação

O Ministério do Planejamento divulgou em Janeiro que o investimento público liquidado no ano passado foi de R\$7,9 bilhões. Esse valor representaria o investimento efetivo do orçamento de 2005.

O Tesouro Nacional, por sua vez, utilizando os dados do SIAFI, divulgou que o investimento público liquidado do ano passado foi de R\$17,3 bilhões; um valor de quase R\$ 10 bilhões superior ao dado divulgado pelo Ministério do Planejamento em Janeiro.

No entanto, os mesmos dados do SIAFI mostram que se o investimento liquidado do orçamento de 2005 foi de R\$17,3 bilhões, o valor pago foi de apenas R\$ 5,8 bilhões; o que significa que R\$11,4 bilhões de investimento feito no ano passado ficaram para serem pagos este ano.

Portanto, faz-se necessário que tais informações aparentemente incoerentes sejam esclarecidas, assim como sua repercussão sobre o investimento público previsto para o ano de 2006.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – Senador **Tasso Jereissati**.

(À Mesa para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2006

Acrescenta a alínea h, ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das despesas do contribuinte pessoa física com a Previdência Social de seus empregados domésticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 passa a vigor acrescido da seguinte alínea:

“Art. 8º

II –

h) ao pagamento da contribuição social prevista na alínea b, do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, referente a seus empregados domésticos.

..... (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto no art. 1º e o considerará na estimativa de receita da lei orçamentária relativa ao exercício em que se deva iniciar a aplicação do benefício, a fim de cumprir o disposto nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O benefício tributário de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior ao ano de sua publicação.

Justificação

Dados da última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), no ano de 2004, revelam que, do universo de trabalhadores urbanos brasileiros, 35% não tem a carteira de trabalho assinada. No entanto, ao tomar como referência apenas os trabalhadores domésticos, a informalidade supera 74%.

Esse inaceitável desnível obriga o Estado brasileiro a adotar medidas urgentes que estimulem a formalização das relações de trabalho doméstico.

É verdade que a solução para o problema demanda políticas complexas e profundas alterações na legislação trabalhista. Nossa proposta representa apenas um primeiro passo, que, de forma simples, visa desonerar o empregador doméstico dos ônus decorrentes da formalização, compensando-o pelo cumprimento de suas obrigações.

Para tanto, propõe-se que as despesas previdenciárias a cargo do empregador doméstico possam ser deduzidas da base de cálculo do imposto de renda por ele devido como pessoa física. Dessa forma, seus gastos com a previdência social de seus empregados (principal empecilho à formalização) servirão para reduzir os débitos relativos ao imposto de renda.

Cumprе ressaltar que o próprio Governo se beneficiará da medida. Sabe-se que parte do déficit previdenciário decorre exatamente do baixo número de contribuintes, incapaz de fazer face às elevadas despesas com os atuais aposentados e pensionistas. O ingresso de uma grande leva de trabalhadores domésticos no Regime Geral de Previdência Social apresentará, sem sombra de dúvida, importante alívio em suas contas.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

§ 2º O disposto na alínea a, do inciso II:

I – aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II – restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III – limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

IV – não se aplica às despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie ou cobertas por contrato de seguro;

V – no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

Art. 11. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

I – receitas da União;

II – receitas das contribuições sociais;

III – receitas de outras fontes.

Parágrafo único. Constituem contribuições sociais:

a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço; (Vide Lei nº 11.098, de 2005) (Vide Lei nº 11.196, de 2005) (Regulamento)

b) as dos empregadores domésticos;

c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; (Vide Lei nº 11.098, de 2005) (Vide Lei nº 11.196, de 2005) (Regulamento)

d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro;

e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

SEÇÃO II
Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

(À Comissão de Assuntos Econômicos
– em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2006

Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 373-B:

“Art. 373-B. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Parágrafo único. Quando a confirmação ou o início da gravidez ocorrer durante o período de aviso prévio, indenizado ou não, a empregada será reintegrada, a partir da notificação do fato ao empregador, e os valores

eventualmente recebidos a título de indenização serão descontados em parcelas mensais não superiores a trinta por cento do salário líquido percebido.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal de 1988, na alínea *b*, inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vedou a dispensa arbitrária ou sem justa causa das empregadas gestantes, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Trata-se de uma norma que, mais do que proteger as gestantes, pretende assegurar um período de tranquilidade para a trabalhadora, com reflexos na saúde do nascituro e na harmonia da convivência familiar, necessária para o pleno desenvolvimento do feto.

Algumas questões, entretanto, não ficam claramente definidas à luz do texto constitucional. É o caso, por exemplo, da gestante que vê confirmada sua gravidez quando já foi dispensada injustificadamente e está cumprindo o prazo de aviso prévio ou recebeu indenização pelo período correspondente a esse prazo. A jurisprudência não é tranqüila e os tribunais precisam decidir, diante de casos concretos, se a trabalhadora tem direito ou não a essa garantia de emprego, com reintegração ou indenização.

Nossa proposição pretende sanar eventuais dúvidas sobre o tema. Nesse sentido, estamos propondo a inclusão de norma no texto celetista que traga expressa previsão no sentido de que a empregada gestante, que tiver confirmada a sua gestação no período de aviso prévio em cumprimento ou no período projetado em função da indenização recebida, seja reintegrada à sua relação de emprego. Nessa hipótese, ela possivelmente terá recebido parcelas indenizatórias que, em nosso entendimento, podem ser devolvidas parceladamente, mediante deduções nos salários, não superior a trinta por cento dos valores recebidos.

Com isso pretendemos evitar prolongadas discussões judiciais, com soluções tardias, em prejuízo dos efeitos positivos objetivados pela legislação vigente. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares, durante a tramitação da matéria. Façamos justiça para com as empregadas gestantes que podem não usufruir de um direito fundamental por uma questão apenas de dias.

Sala das Sessões, em 8 de março de 2006 – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

I – fica limitada a proteção nele referida ao aumento, para quatro vezes, da porcentagem prevista no art. 6º, **caput** e § 1º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966;

II – fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

§ 1º Até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias.

§ 2º Até ulterior disposição legal, a cobrança das contribuições para o custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita juntamente com a do imposto territorial rural, pelo mesmo órgão arrecadador.

§ 3º Na primeira comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas pelo empregador rural, na forma do art. 233, após a promulgação da Constituição, será certificada perante a Justiça do Trabalho a regularidade do contrato e das atualizações das obrigações trabalhistas de todo o período.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1 DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 373. A duração normal de trabalho da mulher será de oito horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior.

(À Comissão de Assuntos Sociais – em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2006

Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; 4.771, de 15 de setembro de 1965; 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências”, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 10.

§ 4º O Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) deverá ser submetido a prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares), nos termos do inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal”.

Art. 2º O art. 58 da Lei nº 11.284 de 2 de março de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 58.

§ 1º O Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do SFB serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição visa alterar a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que versa sobre gestão de florestas públicas, que foi, parcialmente, sancionada pelo Presidente da República.

Cumprе ressaltar que a matéria quando tramitou no Congresso Nacional, em Sessão Legislativa Extraordinária, foi submetida a uma discussão bem limitada, dada a abrangência e o impacto da norma a ser criada. Num debate açado, mas que a base governista fez por acelerar sua apreciação com os argumentos de imprescindibilidade, necessidade, ur-

gência e modernidade no que estava proposto. Além disso, afiançou à sociedade a garantia de ampla e coordenada execução deste novo paradigma de gestão de florestas, que, diga-se de passagem, está longe de ser consensual no mundo inteiro, tanto como norma, tanto como modelo de gerenciamento.

E, ainda assim, na sanção da Lei, houve o governo por entender da dispensa de mecanismos de controle legislativo essenciais ao cumprimento do estrito poder de fiscalização do Congresso Nacional. Os dispositivos que pretendemos retomar do texto original não são um luxo ou um abuso de prerrogativas e de poder. Suas relocalizações são o restabelecimento de um dever, de uma obrigação, para o Poder Legislativo.

O art. 1º deste instrumento visa a re-inserir o § 4º ao art. 10 da referida lei determinando que a concessão de florestas públicas que tenha área superior ao 2,5 mil hectares seja, obrigatoriamente, submetida ao Congresso Nacional. Ora, é imprescindível que o Poder Legislativo aprove a concessão destas áreas, a fim de evitar que sejam cometidos abusos nas concessões.

Já o art. 2º, aqui proposto, restabelece que cabe ao Senado Federal aprovar a nomeação dos membros e do Diretor-Geral do Conselho Diretor do SFB – Serviço Florestal Brasileiro, como era no texto original na referida lei.

É muito importante e imprescindível que o Congresso Nacional exerça o controle da concessão das florestas públicas, pois se trata de relevante interesse de toda a humanidade, eis que as maiores florestas públicas do mundo encontram-se no país e a nós cabe o dever de preservá-las.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006

Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; Institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

.....

SEÇÃO II

Do Plano Anual de Outorga Florestal

Art. 10. O Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF, proposto pelo órgão gestor e definido pelo poder concedente, conterá a descrição de todas as florestas públicas a serem submetidas a processos de concessão no ano em que vigorar.

§ 1º O Paof será submetido pelo órgão gestor à manifestação do órgão consultivo da respectiva esfera de governo.

§ 2º A inclusão de áreas de florestas públicas sob o domínio da União no Paof requer manifestação prévia da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3º O Paof deverá ser previamente apreciado pelo Conselho de Defesa Nacional quando estiverem incluídas áreas situadas na faixa de fronteira definida no § 2º do art. 20 da Constituição Federal.

§ 4º (VETADO)

Art. 58. O Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do SFB serão brasileiros, de reputação ilibada, experiência comprovada e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados.

§1º(VETADO)<https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Msg/Vep/VEP-124-06.htm>

§ 2º O regulamento do SF8 disciplinará a substituição do Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares e ainda no período de vacância que anteceder à nomeação de novo diretor.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e à Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 1.443/2005, de 27 de dezembro último, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando esclarecimentos referentes ao

Requerimento nº 1.169, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos;

- Nº 1.444/2005, de 27 de dezembro último, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando esclarecimentos referentes ao Requerimento nº 1.293, de 2005, do Senador Delcídio Amaral;
- Nº 6/2006, de 8 de fevereiro último, do Ministro da Previdência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.252, de 2005, do Senador Papaléo Paes;
- Nº 23/2006, de 7 de fevereiro último, do Ministro da Previdência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.414, de 2005, do Senador Heráclito Fortes;
- Nº 135/2006, de 9 de fevereiro último, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.300, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros; e
- Nº 64, de 23 de fevereiro último, do Ministro da fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 73, de 2006, do Senador Gilvam Borges

AVISOS

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Nº 25/2006, de 25 de janeiro último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.243, de 2005, do Senador José Agripino;
- Nº 216/2006, de 16 de fevereiro último, comunicando as providências tomadas referentes ao Requerimento nº 45, de 2006, da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Antero Paes de Barros (redução a termo dos Requerimentos nº 45, de 2006, e 20, de 2006);

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário que as informações e os esclarecimentos foram encaminhados, em cópia, aos Requerentes.

Os **Requerimentos nºs 20 e 45, de 2006**, aguardarão na Secretaria-Geral da Mesa as informações.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 7/2006, de 14 de fevereiro último, do Ministro da Cultura, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.302, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros;

- Nº 13/2006, de 13 de fevereiro último, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.324, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros;
- Nº 14/2006, de 13 de fevereiro último, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.097, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro;
- Nº 16/2006, de 13 de fevereiro último, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 310, de 2004, do Senador Augusto Botelho; e
- Nº 315/2006, de 1º do corrente, da Ministra do Ambiente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.041, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário que as informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O **Requerimento nº 310, de 2004**, está à disposição do Requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário que encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2005**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para estender o atendimento do Programa Universidade para Todos aos estudantes beneficiados com a bolsa parcial do ensino médio privado*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – O Senhor Presidente da República adotou, em 6 de março de 2006, e publicou em 7 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 284, de 2006**, que *altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 8.212, de 24 de julho de 1991*.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

José Jorge (PFL)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Álvaro Dias (PSDB)	2. Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. vago
César Borges (PFL)	4. vago

Eduardo Azeredo(PSDB) 5.vago

PMDB

Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Luiz Otávio	2. Valdir Raupp
Gerson Camata	3. vago

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Delcídio Amaral (PT)	1.vago
Sibá Machado (PT)	2.vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	3.vago

PTB

Mozarido Cavalcanti	1.Sérgio Zambiasi
---------------------	-------------------

PDT*

Osmar Dias	1.vago
------------	--------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Henrique Fontana	1.Iara Bernardi
Colombo	2.João Grandão

PMDB

Wilson Santiago	1.Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2.Asdrúbal Bentes

Bloco (PFL/PRONA)

Rodrigo Maia	1.Kátia Abreu
Roberto Brant	2.Luiz Carlos Santos

PSDB

Jutahy Júnior	1.Bismarck Maia
---------------	-----------------

PP

Mário Negromonte	1.Benedito de Lira
------------------	--------------------

PTB

José Múcio Monteiro	1.Ricarte de Freitas
---------------------	----------------------

PL

Luciano Castro	1.Almir Sá
----------------	------------

PSB

Renato Casagrande	1.Dr. Ribamar Alves
-------------------	---------------------

PDT

Miro Teixeira	1.Álvaro Dias
---------------	---------------

PSC*

Pastor Amarildo	1.Zequinha Marinho
-----------------	--------------------

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **7-3-2006**
- Designação da Comissão: **8-3-2006** (SF)
- Instalação da Comissão: **9-3-2006**
- Emendas: **até 13-3-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **7-3-2006 a 20-3-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **20-3-2006**
- Prazo na CD: **de 21-3-2006 a 3-4-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **3-4-2006**
- Prazo no SF: **de 4-4-2006 a 17-4-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **17-4-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **18-4-2006 a 20-4-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **21-4-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **5-5-2006** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O Senhor Presidente da República adotou, em 6 de março de 2006, e publicou em 7 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 285, de 2006**, que *dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências.*

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Sérgio Guerra (PSDB)	1.Álvaro Dias (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.Flexa Ribeiro (PSDB)
Jonas Pinheiro (PFL)	3.Leonel Pavan (PSDB)
César Borges (PFL)	4.José Jorge (PFL)
Demóstenes Torres(PFL)	5.Rodolpho Tourinho (PFL)

PMDB

Ney Suassuna	1.Wellington Salgado de Oliveira
Luiz Otávio	2.Valdir Raupp
Gerson Camata	3.vago

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Delcídio Amaral (PT)	1.vago
----------------------	--------

Sibá Machado (PT)	2.vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	3.vago

PTB

Mozarido Cavalcanti	1.Sérgio Zambiasi
---------------------	-------------------

P-SOL*

Heloísa Helena	1.vago
----------------	--------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Henrique Fontana	1.Iara Bernardi
Colombo	2.João Grandão

PMDB

Wilson Santiago	1.Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2.Asdrúbal Bentes

Bloco (PFL/PRONA)

Rodrigo Maia	1.Kátia Abreu
Roberto Brant	2.Luiz Carlos Santos

PSDB

Jutahy Júnior	1.Bismarck Maia
---------------	-----------------

PP

Mário Negromonte	1.Benedito de Lira
------------------	--------------------

PTB

José Múcio Monteiro	1.Ricarte de Freitas
---------------------	----------------------

PL

Luciano Castro	1.Almir Sá
----------------	------------

PSB

Renato Casagrande	1.Dr. Ribamar Alves
-------------------	---------------------

PDT

Miro Teixeira	1.Álvaro Dias
---------------	---------------

PMR*

José Divino	1.vago
-------------	--------

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **7-3-2006**
- Designação da Comissão: **8-3-2006** (SF)
- Instalação da Comissão: **9-3-2006**
- Emendas: **até 13-3-2006** (7º dia da publicação)

- Prazo final na Comissão: **7-3-2006 a 20-3-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **20-3-2006**
- Prazo na CD: **de 21-3-2006 a 3-4-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **3-4-2006**
- Prazo no SF: **de 4-4-2006 a 17-4-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **17-4-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **18-4-2006 a 20-4-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **21-4-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **5-5-2006** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2006-CN

Mensagem nº 17, de 2006-CN
(Nº 129/2006, na origem)

Altera o art. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 74.
.....

VI – investimentos e inversões financeiras.

Parágrafo único. As despesas descritas nos incisos II a VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) dos respectivos montantes previstos no projeto de lei orçamentária, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 129

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o texto do projeto de lei que “Altera o art. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências”.

Brasília, 2 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 16/2006—MP

Brasília, 1º de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências, estabeleceu no art. 74 as despesas que poderiam ser executadas se o Projeto de Lei Orçamentária de 2006 não fosse sancionado até 31 de dezembro de 2005.

2. Assim, a execução de despesas até a sanção da Lei Orçamentária de 2006, de acordo com o referido art. 74, somente será admitida em relação:

a) a despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção “I” do Anexo I da Lei nº 11.178, de 2005;

b) a bolsas de estudo, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Capes, de residência médica e do Programa de Educação Tutorial – PET;

c) ao pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

d) a despesas com a realização do processo eleitoral de 2006 constantes de programação específica; e

e) a outras despesas correntes de caráter inadiável e relevante.

3. Acrescente-se que o parágrafo único do mencionado ai. 74 dispõe que a execução das despesas relacionadas no item anterior, exceto as que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, está limitada a 1/12 (um doze avos) do valor de cada dotação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2006, PLO – 2006, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

4. Todavia, na execução das autorizações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, atendidos os requisitos lá fixados, tem sido observados diversos impedimentos à sua plena utilização. A fixação de um doze avos do valor de cada dotação prevista no PLO – 2006 limita sobremaneira a apropriação de empenhos com valor global definido, de caráter inadiável e relevante para a administração, como no caso de aquisições de insumos, produtos alimentares e hospitalares, o que em casos externos tomara iminente o fracionamento dos processos de aquisição, gerando custos mais elevados para a administração pública.

5. Além disso, a ausência de autorização para execução de despesas de capital, classificadas nos grupos de natureza de despesa “4–Investimentos” e “5–Inversões Financeiras, na antevigência da Lei Orçamentária de 2006, tem impedido a continuidade da execução de importantes ações, trazendo sérios transtornos à população, e, inclusive, vislumbra-se prejuízos ao Erário pela necessidade de paralisação das obras correspondentes.

6. Dessa forma, toma-se necessária a alteração do aludido art. 74 para que seja estendida a autorização para execução de outras despesas correntes à totalidade deste grupo de despesa e incluída a autorização para a realização de despesas de capital.

7. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o Projeto de Lei, em anexo, que “Altera o ai. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.”

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 74. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2005, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I – despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção “I” do Anexo V desta Lei;

II – bolsas de estudo, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Capes, de residência médica e do Programa de Educação Tutorial PET;

III – pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

IV – despesas com a realização do processo eleitoral de 2006 constantes de programação específica; e

V – outras despesas correntes de caráter inadiável e relevante.

Parágrafo único. As despesas descritas nos incisos II a V deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do vaiar de cada dotação prevista no projeto de

lei orçamentária, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

ANEXO V

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2006

DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

I) DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO:

1. Alimentação Escolar (Medida Provisória nº 2.178–36, de 24/8/2001);

2. Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de Idade entre 0 a 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carencias Nutricionais (Lei nº 10.836, de 9/1/2004);

3. Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

4. Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do – Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

5. Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

6. Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores – HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (Lei nº 9.313, de 13/11/1996);

7. Benefícios do Regime Geral da Previdência Social;

8. Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador (Medida Provisória nº 2.16441, de 24/8/2001);

9. Concessão de Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural (Lei nº 9.479, de 12/8/1997);

10. Concessão de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais (Lei nº 9.445, de 14/3/1997);

11. Contribuição à Previdência Privada;

12. Cota–Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (Lei Complementar nº 61, de 26/12/1989);

13. Dinheiro Direto na Escola (Medida Provisória nº 2.178–36, de 24-8-2001);

14. Equalização de Preços e Taxas no Âmbito das Operações Oficiais de Crédito e Encargos Financeiros da União;

15. Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES (art. 239, § 1º, da Constituição);

16. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF (art. 60 do ADCT);

17. Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) – (Lei nº 9.096, de 19-9-1995);

18. Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade – Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Emenda Constitucional nº 14, de 1996);

19. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica – PAB, para a Saúde da Família – SUS (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

20. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica – PAB, para Assistência Farmacêutica Básica (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

21. Incentivo Financeiro aos Municípios e ao Distrito Federal Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica para Ações de Vigilância Sanitária (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

22. Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Epidemiologia e Controle das Doenças (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

23. Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade – Agropecuária – Proagro, incidentes a partir da vigência da Lei nº 8.171, de 11 de janeiro de 1991;

24. Pagamento do Benefício Abono Salarial (Lei nº 7.998, de 11-1-1990);

25. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa – LOAS (Lei nº 8.742, de 7-12-1993);

26. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência – LOAS (Lei nº 8.742, de 7-12-1993);

27. Pagamento do Seguro-Desemprego (Lei nº 7.998, de 11-1-1990);

28. Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (Lei nº 10.779, de 25-11-2003);

29. Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico (Lei nº 10.208, de 23-3-2001);

30. Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condições de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 9-1-2004);

31. Pessoal e Encargos Sociais;

32. Sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor;

33. Serviço da dívida;

34. Transferências a Estados e Distrito Federal da Cota-Parte do Salário-Educação (art. 212, § 5º, da Constituição);

35. Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores (Lei Complementar nº 87, de 19-9-1996);

36. Transferências constitucionais ou legais por repartição de receita;

37. Transferências da receita de concursos de prognósticos (Lei nº 9.615, de 4-3-1998 – Lei Pelé);

38. Auxílio-Alimentação (art. 22 da Lei nº 8.460, de 17-9-1992);

39. Auxílio-Transporte (Medida Provisória nº 2.165-36, de 23-8-2001);

40. Concessão de subvenção econômica na aquisição de veículos automotores novos movidos a álcool (Lei nº 10.612, de 23-12-2002);

41. Subvenção econômica aos consumidores finais do sistema elétrico nacional interligado (Lei nº 10.604, de 17-12-2002);

42. Subsídio ao gás natural utilizado para geração de energia termelétrica (Lei nº 10.604, de 17-12-2002);

43. Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.700, de 9-7-2003);

44. Complemento da atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei Complementar nº 110, de 29-6-2001);

45. Manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira a esse ente para execução de serviços públicos de saúde e educação (Lei nº 10.633, de 27-12-2002);

46. Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Médio e Alto Risco Sanitário Inseridos na Programação Pactuada de Vigilância Sanitária (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

47. Incentivo Financeiro para a Expansão e a Consolidação da Estratégia de Saúde da Família nos Municípios com População Superior a 100 mil habitantes (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

48. Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e – Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

49. Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Idade (Lei nº 6.179, de 11-12-1974);

50. Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Invalidez (Lei nº 6.179, de 11-12-1974);

51. Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo (Lei nº 10.608, de 20-12-02);

52. Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (de volta pra casa) (Lei nº 10.708, 31-7-2003);

53. Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

54. Bolsa-Educação Especial paga aos dependentes diretos dos trabalhadores vítimas do acidente ocorrido na Base de Alcântara (Lei nº 10.821, de 18-12-2003);

55. Pagamento de Benefícios de Legislação Especial;

56. Apoio ao Transporte Escolar (Lei nº 10.880, de 09-06-2004);

57. Educação de Jovens e Adultos (Lei nº 10.880, de 09-06-2004);

58. Despesas relativas à aplicação das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos, à que se refere os incisos I, III e V do artigo 12 da Lei nº 9.433/97 (MP nº 165, de 11-02-04); e

59. (Vetado)

.....
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.
.....

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 13/3 Prazo para publicação e distribuição de avulsos;

Até 20/3 Prazo para realização de audiências públicas;

Até 28/3 Prazo para apresentação de emendas perante a Comissão;

Até 2/4 Prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 7/5 Prazo para que a Comissão encaminhe à mesa do Congresso parecer sobre o projeto e as emendas.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 4, de 2006 – CN (nº 253-P/TCU, na origem), do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º Trimestre do exercício de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 20/06

Brasília, 8 de março de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Luiz Pontes, como membro titular na Comissão de Assuntos Sociais, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência designa o Sr. Senador Luiz Pontes como titular para compor a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 451 -L-PFL/06

Brasília, 7 de março de 2006

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Osório Adriano para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado José Roberto Arruda.

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Há oradores inscritos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador

Mozarildo Cavalcanti. Depois, eu a concederei ao Senador Rodolpho Tourinho e ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Peço a palavra pela Liderança do PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a falará de forma intercalada com os oradores inscritos, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a está inscrito, na forma do Regimento, Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também peço a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a é o segundo inscrito e terá assegurado o uso da palavra, nos termos do Regimento, durante a prorrogação da Hora do Expediente, antes da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário. Em seguida, concederei a palavra ao Senador José Jorge, como primeiro orador inscrito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é o Dia Internacional da Mulher.

Alguns homens pensam que mandam nas mulheres. Na verdade, muito cedo, apreendi que, na verdade, elas é que mandam em nós o tempo todo. Depois que me formei em Medicina e me tornei médico ginecologista e obstetra, convenci-me mais dessa verdade. Passamos nove meses no útero da mãe e, em seguida, vários meses – às vezes anos – sendo amamentados por ela. Quando chegamos à idade adulta,

corremos atrás de uma mulher que tenha semelhança com nossa mãe.

Assim, nada mais justo do que homenagear as mulheres de todo o Brasil neste dia, mas o faço especialmente com relação às mulheres da Amazônia e do meu Estado de Roraima.

Quanto mais pobres o Estado e a família, mais sofre a mulher, mais heroína deve ser ela. Eu, que fiz tantos partos, sei o quanto isso é real. Apesar da homenagem que será feita na sessão solene de amanhã, eu não gostaria de deixar de parabenizar todas as mulheres neste dia.

Sr. Presidente, peço que faça parte integrante do meu pronunciamento uma matéria que explica a origem do Dia Internacional da Mulher, a partir daquele triste acidente ocorrido no ano de 1857, em uma fábrica de Nova Iorque, quando as trabalhadoras iniciaram uma greve, o prédio foi incendiado, e várias delas morreram.

Também peço a transcrição de um artigo publicado hoje no jornal **Correio Braziliense**, que considero muito importante, cujo título é “Dia da Mulher”.

Quero homenagear, especialmente, minha mãe, minha esposa, minhas filhas, minha neta e, obviamente, todas as Senadoras e servidoras do Senado.

Termino meu pronunciamento, lendo o poema “Mulheres”, de Pablo Neruda:

Elas sorriem quando querem gritar.
Elas cantam quando querem chorar.
Elas choram quando estão felizes.
E riem quando estão nervosas.
Elas brigam por aquilo que acreditam.
Elas levantam-se para injustiça.
Elas não levam “não” como resposta quando
acreditam que existe melhor solução.
Elas andam sem novos sapatos para
suas crianças poder tê-los.
Elas vão ao médico com uma amiga assustada.
Elas amam incondicionalmente.
Elas choram quando suas crianças adoecem e se alegram quando suas crianças ganham prêmios.
Elas ficam contentes quando ouvem sobre um aniversário ou um novo casamento.

Sr. Presidente, deixo registrada minha homenagem às mulheres do Brasil, às da Amazônia e às do meu Estado, Roraima.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Senado Federal

Portal da Família

Seja bem-vindo(a) à Família

Seja

Seja bem-vindo(a) à Família

Seja

Seja

Colunistas

Seja

Seja bem-vindo(a) à Família

O dia 8 de Março é, desde 1975, comemorado pelas Nações Unidas como Dia Internacional da Mulher

Neste dia, do ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve ocupando a fábrica, para reivindicarem a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Estas operárias, que recebiam menos de um terço do *salário dos homens*, foram fechadas na fábrica onde, entretanto, se declarara um incêndio, e cerca de 130 mulheres morreram queimadas.

Em 1903, profissionais liberais norte-americanas criaram a Women's Trade Union League. Esta associação tinha como principal objetivo ajudar todas as trabalhadoras a exigirem melhores condições de trabalho.

Em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam nas ruas de Nova Iorque: reivindicaram o mesmo que as operárias no ano de 1857, bem como o direito de voto. Caminhavam com o slogan "Pão e Rosas", em que o pão simbolizava a estabilidade econômica e as rosas uma melhor qualidade de vida.

Em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de Março como "Dia Internacional da Mulher".

imprimir

Divulgue este artigo para outras famílias e amigos.
www.portaldafamilia.org

Original ilegível fornecido pela Ata.

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	08	Mar/06	Opinião	1º	24

VISÃO DO SENADO

Dia da Mulher

Marcar um dia no calendário dedicado à mulher pode parecer discriminação. Talvez seja. Prova-o a ausência do Dia do Homem. De qualquer forma, 8 de março é oportunidade de avaliar as conquistas do movimento feminista em meio século de luta. Hoje não se imaginam passeatas de mulheres que reivindicam direito ao trabalho ou liberdade de ir e vir. Nem grávidas a desfilar as barrigas pela praia para provar que são donas do próprio corpo. Ou montanhas de sutiãs ardendo em praça pública como símbolo do fim da opressão.

Os tempos são outros. Mudança de mentalidade se registrou nos cinco continentes. No século 21 ninguém estranha que uma representante do sexo feminino pleiteie a chefia do governo. A Turquia e o Paquistão, países muçulmanos, foram comandados por primeiras-ministras. Bangladesh, também seguidor de Maomé, mantém as rédeas do poder em mãos femininas.

A Inglaterra confiou o mando nacional a Margaret Thatcher por quase duas décadas. Recentemente a Alemanha elegeu Angela Merkel para revitalizar o país, e o tradicional e católico Chile escolheu a socialista Michelle Bachelet para presidenta. Não só. Filipinas, Indonésia, Libéria, Guiana, Irlanda, Noruega e tantos outros entregaram o destino nacional a mulheres.

O Brasil caminha a passos largos para se-

guir o exemplo. Ellen Gracie vai ocupar a presidência do Supremo Tribunal Federal. Durante a campanha eleitoral, o vice-presidente e os presidentes da Câmara e do Senado, candidatos, não poderão assumir a Presidência da República nas ausências de Lula. Será a vez de Ellen Gracie estrear a saia na cadeira presidencial. A concretização da hipótese está bem próxima.

É interessante observar mudança significativa na ascensão feminina. Até há pouco, mulheres atingiam postos privilegiados no rastro do marido. Modernamente chegam ao topo político graças ao próprio valor e reconhecida competência. Colhem os frutos de anos de estudos, disputas em concursos públicos, militância comunitária e muita — muita — luta pela conquista de novos espaços.

Claro que o movimento feminista não bateu ponto final. Houve, isto sim, mudança de paradigma. Não se reivindica mais direito ao trabalho ou de ir e vir. Batalha-se, de um lado, por cuidados diferenciados na saúde. De outro, por justiça salarial. Não se justifica que se paguem valores diferentes para quem exerce função igual. Nem se explica que o andar de cima de empresas, ministérios e organizações governamentais sejam ocupados exclusiva ou quase exclusivamente por homens. São resquícios de um passado que cheira a mofo. Mais dia, menos dia, virará pó. É questão de tempo.

Portal da Família

Família	Colunista	Colunistas
---------	-----------	------------

Elas sorriem quando querem gritar.
Elas cantam quando querem chorar.
Elas choram quando estão felizes.
E riem quando estão nervosas.

Elas brigam por aquilo que acreditam.
Elas levantam-se para injustiça.
Elas não levam "não" como resposta quando
acreditam que existe melhor solução.

Elas andam sem novos sapatos para
suas crianças poder tê-los.
Elas vão ao médico com uma amiga assustada.
Elas amam incondicionalmente.

Elas choram quando suas crianças adoecem
e se alegram quando suas crianças ganham prêmios.
Elas ficam contentes quando ouvem sobre
um aniversário ou um novo casamento.

Pablo Neruda

[imprimir](#)

Divulgue este artigo para outras famílias e amigos.
www.portaldafamilia.org

Original ilegível fornecido pela Ata.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Defiro o pedido de V. Ex^a de inclusão em seu pronunciamento das matérias solicitadas.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador José Jorge.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, antes mesmo da sessão que ocorrerá amanhã, também gostaria de homenagear as mulheres neste dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Parabênizo todas as mulheres do Brasil e do mundo pelo importante papel que desempenham. Presto também minha homenagem às Senadoras, hoje um contingente crescente na Casa, à minha esposa e às minhas filhas e netas, já que minha mãe já faleceu.

Nesta manhã, o Congresso Nacional promulgou a 52^a Emenda Constitucional, que deu nova redação ao §1º do art. 17 da Constituição Federal, dando nova disciplina às coligações partidárias.

Essa Emenda Constitucional determinou o fim da verticalização para as coligações dos partidos políticos.

A origem dessa PEC está numa decisão tomada em fevereiro de 2002 pelo Tribunal Superior Eleitoral, que, ao ser provocado a se manifestar sobre a obrigatoriedade de os partidos políticos reproduzirem, nos Estados, as alianças eleitorais para a Presidência da República, determinou a verticalização das coligações partidárias. Isto é, a coligação em nível nacional também deveria ser feita em nível estadual. Aparentemente, trata-se de uma boa medida, pois fortalece os partidos políticos e moraliza, vamos dizer, a política brasileira. Mas, infelizmente, não é assim, porque, se um partido não lançar candidato a Presidente da República ou não se coligar para Presidente da República, o partido poderá se coligar com qualquer outro, sem nenhuma restrição. Na verdade, a principal deficiência da verticalização é que ela cria uma restrição para os partidos mais importantes que querem lançar candidato a Presidente da República; e os outros, que, na realidade, não lançarem candidato, poderão se coligar da maneira que quiserem em seus Estados. Portanto, do ponto de vista da melhoria dos costumes políticos, infelizmente, ela é, no mínimo, inócua, quando não incentiva o não-lançamento de candidatos a Presidente por partidos que poderiam fazê-lo e que, muitas vezes, têm um posicionamento programático e ideológico que merecia o lançamento de uma candidatura.

Logo depois da alteração determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral, este Senado Federal aprovou um decreto legislativo interpretando a lei eleitoral. Pelo texto proposto, a coerência nas coligações teria de ser observada apenas dentro dos Estados, e não na esfera nacional.

Apesar da agilidade desta Casa, o decreto acabou não sendo apreciado pela Câmara dos Deputados e foi arquivado sem a devida apreciação.

Numa outra ação proativa, os Senadores aprovaram uma PEC, ainda em 2002, que resolveria definitivamente o problema. Porém, mais uma vez, a Câmara não se pronunciou no prazo anterior a doze meses, e, portanto, mesmo tendo aprovado a PEC em janeiro último, criou-se o atual imbróglio.

Já tive a oportunidade de me pronunciar, em janeiro, quando da aprovação da PEC pela Câmara, sobre esse tema. E, naquela oportunidade, comentei sobre a necessidade de retornarmos à prática histórica da política brasileira, que é o estabelecimento de coligações regionais, diferentes daquelas na esfera federal, dado que, no Brasil, ainda que formalmente tenhamos partidos de caráter nacional, a prática mostra que, de fato, temos legendas com características regionais.

Antes da decisão do TSE, em nenhuma das eleições nacionais, desde a Constituição de 1988, o problema se colocou. Ao ser provocado, o Tribunal Superior Eleitoral acabou provocando uma profunda alteração na prática política nacional, quando os partidos já estavam em plena articulação pré-eleitoral e, destaque-se, faltando sete meses para o pleito de 2002.

Essa decisão, sem atender aos 12 meses previstos na Constituição, apesar de não ser uma lei, teve a força de uma lei e acabou embaralhando as negociações para o último pleito federal.

Agora, estamos diante de um novo imbróglio envolvendo o TSE e a questão da verticalização.

Com todo o respeito que a Corte Superior merece de todos nós, gostaria de registrar que, a meu ver, a recente decisão do TSE em manter a verticalização deverá ser revista pela Corte Constitucional, que é o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista a aprovação da emenda.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador José Jorge, Líder da Minoria nesta Casa, desejo iniciar o meu aparte, cumprimentando-o pela análise que faz acerca dessa momentosa questão: a verticalização. Sem querer tomar o tempo de V. Ex^a, gostaria de lembrar-lhe que, a meu ver, a verticalização é algo sem precedentes no direito eleitoral e partidário brasileiro. Se olharmos a experiência brasileira desde o ano de 1932 aos nossos dias – tomo o ano de 1932 porque obviamente, no período de República Velha, 1889 a 1930, o modelo eleitoral e partidário era totalmente diferente; tomo como início de um novo modelo eleitoral e partidário a experiência que se iniciou em 1932, com o Código Eleitoral, com a queda da chamada República Velha. Em momento algum, houve esse insti-

tuto da verticalização. Não há nada que o induza nessa direção, pois, a meu ver, nega toda a nossa tradição federativa, que surgiu com a Carta de 1891. Sob a minha ótica, a verticalização significa um atentado à Federação. Quando vejo, aqui, o busto de Rui Barbosa, também chamado de “Patrono da República”, penso que ele deveria estar surpreso com o que está acontecendo com a nossa Federação, mormente após essa decisão da Justiça Eleitoral, porque Rui Barbosa, entre muitos outros, se converteu em republicano depois de chegar à conclusão que, no Império, não conseguiria fazer uma monarquia federalista, como também sonhou Joaquim Nabuco. Sem que haja qualquer fundamentação de ordem jurídica ou política, vejo introduzida a verticalização, retirando não somente a autonomia dos Estados e Distrito Federal, negando, conseqüentemente, os elementares princípios federativos, inclusive a autonomia dos partidos dos respectivos Estados. Sabemos que as eleições no Brasil são praticadas em três circunscrições: a nacional – Presidente e Vice-Presidente da República–; a regional – Governador, Vice-Governador, Senadores, Deputado Federais e Estaduais – e a municipal – Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores. É essa a estrutura federativa brasileira. Sempre assim o foi no que diz respeito à organização dos partidos políticos. Daí por que os partidos políticos dispõem de autonomia na decisão dos problemas que dizem respeito aos assuntos de seu peculiar interesse, quer nos níveis municipal, estadual ou federal. Essa decisão é anticidadã, porque limita a possibilidade de escolha do eleitor. De forma indireta, o eleitor fica limitado em sua capacidade de expressar sua vontade. Estou otimista em relação ao Supremo Tribunal Federal: espero que ele reveja essa decisão, sem a qual, naturalmente, o processo político-eleitoral brasileiro conhecerá um grande retrocesso. Eu diria que representará algo que vai contribuir para limitar cada vez mais o papel da Federação, **vis-à-vis** o Estado Federal, a União, e os partidos políticos no processo eleitoral brasileiro. Não tenho dúvida em afirmar que o Supremo, como guarda da Constituição vai alterar esse quadro. A Federação é cláusula pétrea. A República deixou de ser cláusula pétrea na Constituição de 1988, algo que é discutível, mas o fato é que deixou. Todas as Constituições republicanas brasileiras, mesmo a de 1937, todas elas mantiveram a Federação. De uma hora para outra, vemos uma decisão que afronta uma cláusula pétrea que é a Federação e retira a autonomia dos partidos na definição de suas chapas não somente no plano nacional, mas também no plano estadual, e, por fim, que reduz e limita as opções de que disporá o eleitor. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso. Perdoe-me por ter-me demorado um pouco nessas considerações, mas concluo minhas palavras...

(Interrupção do som.)

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me assegurasse mais um mi-

nutinho em meu direito de manifestação. Não vou me alongar, mas acho que essa matéria é relevantíssima. Por isso, peço a V. Ex^a tolerância. O Supremo, que, por força do art. 102, guarda a Constituição, não pode deixar de preservar esses direitos da Federação, dos partidos políticos e da cidadania. Cumprimento, portanto, V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço ao Senador Marco Maciel o aparte.

O jurista Paulo Brossard, ex-Senador, ex-Presidente do Supremo, apreciou a questão da aplicação do art. 16 da Constituição, que prevê que “a lei que alterar o processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorra um ano antes de sua vigência”. Assim, a Constituição é muito clara: uma lei realmente não se aplica, mas por exemplo, uma decisão do TSE se aplica porque não é uma lei.

Na realidade, uma emenda constitucional não está incluída nesse prazo. Senão, o artigo diria o seguinte: as modificações no processo eleitoral terão de ser feitas um ano antes. Mas não está dito assim. Está dito: “a lei que alterar...” Portanto, a emenda constitucional foi promulgada e já está valendo.

Peço ao Presidente que considere meu discurso como lido e farei apenas duas observações mais práticas. Eu não tenho o saber jurídico do Senador Marco Maciel, mas o que falou S. Ex^a ficou incluído no meu discurso.

Quero me referir a duas questões bastante práticas. A primeira delas foi abordada pelo próprio Ministro Brossard em um artigo em que questionou o que aconteceria se as eleições não ocorressem no mesmo dia. Suponhamos que as eleições para Governador e para Presidente sejam no mesmo ano, mas não no mesmo dia. O que justificaria essa verticalização?

Em segundo lugar, na realidade, sabemos que o processo eleitoral nacional é influenciado grandemente pelo Estado de São Paulo, que representa metade do PIB e praticamente 30% do eleitorado. Então, ele influencia. Se considerarmos os candidatos das últimas eleições e os da próxima, veremos que os mais importantes são desse Estado, que, além de influenciar a eleição nacional com a verticalização, gerará efeitos em todos os Estados – Pernambuco, Paraíba, Acre. Teremos de nos comportar não como toda a Nação, mas como São Paulo.

Faço um apelo ao Supremo Tribunal Federal: já que, para a próxima eleição, a emenda constitucional está válida – disso não temos dúvida – apelo para que, nesta eleição, acabemos de vez com essa questão que só fez tumultuar o processo eleitoral brasileiro.

Sr. Presidente, peço que seja dado como lido o restante do meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ JORGE

Sen. José Jorge
08.03.2006

Promulgação da Desverticalização

✓ Nesta manhã, o Congresso Nacional promulgou a **52ª emenda constitucional**, que deu nova redação ao parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição Federal, dando nova disciplina às coligações partidárias.

✓ Esta Emenda Constitucional determinou o **fim da verticalização** para as coligações dos partidos políticos.

✓ A origem desta PEC está numa **decisão tomada em fevereiro de 2002** pelo Tribunal Superior Eleitoral, que ao ser provocado a se manifestar sobre a obrigatoriedade dos partidos políticos reproduzirem nos Estados as alianças eleitorais para Presidência da República, determinou a verticalização das coligações partidárias.

1. A questão da Federação.
2. São Paulo e os se faz esta b.
3. Não expulsão sistema político → explicar
4. Se os eleitos não possuem no mesmo dia.

✓ Logo depois da alteração determinada pelo TSE, este Senado Federal aprovou um **decreto legislativo** interpretando a lei eleitoral. Pelo texto proposto, a coerência nas coligações teria de ser observada apenas dentro dos Estados, e não na esfera nacional.

✓ Apesar da agilidade desta Casa, o decreto acabou não sendo apreciado pela Câmara dos Deputados e **foi arquivado** sem a devida apreciação dos parlamentares.

✓ Numa outra **ação proativa**, os senadores aprovamos uma PEC, ainda em 2002, que resolveria definitivamente o problema. Porém, uma vez mais, a Câmara não se pronunciou no prazo anterior a doze meses, e portanto mesmo tendo aprovado a PEC em janeiro último, criou-se o atual imbróglio.

✓ Já tive a oportunidade de me pronunciar em janeiro, quando da aprovação da PEC pela Câmara, sobre este tema, e naquela oportunidade comentei sobre a necessidade de **retornarmos a prática histórica** da política brasileira, que é o estabelecimento de coligações regionais, diferentes daquelas na esfera federal, dado que no Brasil, ainda que formalmente tenhamos partidos de caráter nacional, a prática mostra que de fato temos legendas com características regionais.

✓ Antes da decisão do TSE, em **nenhuma das eleições nacionais** desde a Constituição de 1988, o problema se colocou. Ao ser provocado, o Tribunal acabou provocando uma **profunda alteração** na prática política nacional, quando os partidos já estavam em plena articulação pré-eleitoral e, destaque-se, faltando **sete meses para o pleito** de 2002.

✓ Esta decisão, sem atender os doze meses previstos na Constituição, que apesar de não ser uma lei, **teve a força de uma lei**, acabou embaralhando as negociações para o último pleito federal.

✓ Agora estamos diante de um novo **imbróglio envolvendo o TSE** e a questão da verticalização.

✓ Com todo o respeito que a que a Corte Superior merece de todo nós, gostaria de registrar que ao meu ver a recente decisão do TSE de manter a verticalização deverá ser **revista pela corte constitucional**, que é o Supremo Tribunal Federal.

✓ E digo isto depois de ouvir o grande jurista, e ex-senador, Paulo Brossard que entre outros cargos foi presidente do Supremo Tribunal Federal. Segundo questionou Brossard, *“quem é que pode alterar a Constituição regularmente? É competência exclusiva do Congresso ... Não quero nem devo antecipar juízos, mas se o Congresso, com sua sabedoria ou não, faz uma emenda obedecendo aos preceitos da Constituição, a lei é constitucional”*.

✓ Para o jurista, ao apreciar a questão da aplicação do artigo 16 da Constituição, que prevê que “a lei que alterar o processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorra um ano antes de sua vigência”, fez questão de frisar que o texto diz “lei” para lembrar que todo o direito eleitoral é regido por lei ordinária, como de resto todos os demais códigos, seja o penal ou civil.

✓ Depois da promulgação realizada hoje neste Plenário, **não temos apenas uma lei, mas o próprio texto constitucional** que explicita a desverticalização.

✓ Com a aprovação da Emenda, ficou absolutamente claro que a grande maioria do Congresso Nacional é contrária a verticalização das coligações partidárias. Na Câmara dos Deputados, a aprovação foi maciça. Foram 343 deputados favoráveis, ou seja, mais de 70% dos parlamentares votantes.

✓ **É competência constitucional do Congresso Nacional** fazer leis, a quem os tribunais deverão se basear para fazer seus julgamentos.

✓ Ao meu ver, ao ser provocado novamente, o Tribunal Superior Eleitoral **deveria limitar-se** a dizer que até a promulgação da Emenda Constitucional, estaria vigindo a interpretação que a Corte deu em fevereiro de 2002.

✓ Depois da cerimônia de hoje, temos um novo texto constitucional que explicita a possibilidade da desverticalização.

✓ Ficará apenas a questão se o novo texto constitucional deverá se submeter ao princípio da anualidade previsto no artigo 16. E isto, convenhamos, será decidido pela Corte competente, que é o Supremo Tribunal Federal.

✓ Ao concluir, gostaria de pedir a maior brevidade possível do Supremo Tribunal Federal na apreciação desta alteração constitucional que hoje promovemos

✓ Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estava inscrito para uma comunicação inadiável, mas fiz permuta com o Senador Heráclito Fortes, a quem agradeço, para falar como orador regularmente inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, embora eu saiba que há três oradores inscritos para comunicações inadiáveis, peço a V. Ex^a que me inscreva como suplente. Se houver oportunidade, pretendo falar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Está anotado. V. Ex^a é o primeiro suplente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço para ser a segunda suplente. Mas, como o Senador Paulo Paim abriu mão de falar, entendo que passarei a ser a primeira suplente, não é isso? É para comunicação inadiável que o Senador Paulo Paim está inscrito?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, eu fiz permuta com o Senador Heráclito Fortes. Cedi a S. Ex^a o meu lugar para comunicações inadiáveis e entrei no lugar dele como orador normalmente inscrito.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a está inscrita na segunda suplência.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu sei.

Mas eu estou inscrita também como oradora. Então, se V. Ex^a for chamando e os oradores não estiverem...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Muito bem.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por cessão do Senador Tasso Jereissati, próximo inscrito.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, antes de o nosso orador começar, quero

dizer o seguinte: vejo que o quarto orador inscrito é o Senador Cristovam Buarque, pelo art. 17. Pergunto se a Senadora Ana Júlia poderia, talvez numa negociação, falar no lugar do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – S. Ex^a poderia ir para o lugar do Senador Cristovam Buarque pelo art. 17 e não pela inscrição.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de uma efetiva política de segurança no Governo Lula é responsável pelas cenas que hoje tomam conta da televisão, dos jornais, causam perplexidade e levam a uma grande interrogação na sociedade brasileira, inquieta com o que ocorre no Rio de Janeiro.

A falta de uma política de segurança no Governo Lula é, sim, responsável pelos desencontros no encaminhamento de uma solução que salve o Rio do caos.

A falta de uma política de segurança no Governo Lula deu no que deu: a mais bela cidade do mundo é vítima da violência, do tráfico e, o que é mais grave, da impotência do Governo para controlar a situação.

Na área da segurança, o Governo Lula apenas alardeou, disse que muito faria e nada fez. O País, no momento, vive sob estado de anomia.

Do ponto de vista sociológico, esse vácuo de leis, de normas, de regras que o Governo vê e se coloca a later, até com indiferença, gera uma situação em que, pela divergência ou, como agora, no caso do Rio, enseja conflitos perigosos. Para o cidadão comum, que apenas quer exercer o direito de ir e vir, torna-se difícil respeitar igualmente a lei e as normas sociais.

É como se o País não tivesse lei. Tem. Falta quem a execute com autoridade.

Pela falta de autoridade e pela anomia em que vive o País, o Exército brasileiro acabou entrando no que se poderia qualificar de experiência arriscada, perigosa, incomum, de finalidade ou decorrência incertas. E já não pode dela sair, o que configura uma situação de constrangimento para as Forças Armadas, convivendo lado a lado com as apreensões do Rio e, por que não dizer, com as apreensões também do Brasil.

O Exército está no morro, Senador Romeu Tuma, e, ao menos, pelo que narram os noticiosos, mostra-se impotente não apenas para localizar as armas que roubaram de um dos seus quartéis, sabe-se lá como – já concedo aparte a V. Ex^a.

Mostra-se igualmente impotente para superar o tráfico, que, daqui a pouco, será mais poderoso do que o Governo Lula não somente no Rio. Será soberano no País todo, sob o olhar complacente do Governo petista do Presidente Lula da Silva.

Não é de hoje que a Oposição e a sociedade brasileira alertam o Governo do Presidente Lula para

o que, sem dúvida, é, atualmente, a mais grave das questões que atormentam nossas populações, que se sentem indefesas, que não podem sair às ruas sem medo, que não conseguem ficar em suas casas sem o receio de assaltos à luz do dia.

Assaltam, Sr. Presidente, até quartéis, imagine uma residência!

Não é de hoje, não.

Em fevereiro de 2003, portanto no começo desse desastrado Governo, requeri à Mesa do Senado Federal a convocação do Ministro da Justiça para aqui falar sobre a violência e acerca das providências que o então novo Governo poderia adotar para enfrentar a violência.

Vejam bem, Sr^{as}. e Srs. Senadores: fevereiro de 2003, quando alvorecia um Governo que havia plantado tantas esperanças. Fevereiro de 2003. Portanto, sinto-me muito autorizado hoje a cobrar os não-resultados.

O que se fez? Para não dizer que nada foi feito, o Governo Lula criou um improvisado programa para aumentar o número de postes de luz nas ruas e para aumentar a potências das lâmpadas.

Que se saiba, alguns postes a mais foram colocados em Brasília e mais não se sabe.

Postes contra modernas armas privativas das Forças Armadas, mas de uso diário pelas quadrilhas do tráfico. Postes contra AR-15 e outros aparatos bélicos ainda mais sofisticados.

Deu no que deu.

Leio em **O Globo** de hoje:

Tráfico provoca Exército dentro das favelas:

Traficantes de drogas do Rio deram ontem sinais de como estão vendo o cerco a favelas feito pelo Exército desde sexta-feira passada: no Morro do Dendê, na Ilha do Governador, os bandidos começaram a provocar os militares, marchando em tom de deboche, sacudindo ironicamente folhetos do Exército com pedidos de apoio à população local e, à distância, chamando os soldados para o confronto. Eles tinham os rostos cobertos por camisetas e alguns usavam até radiotransmissores.

Esse relato jornalístico de **O Globo** não é de nenhuma guerra ou algo parecido em outros pontos do mundo. Nem tampouco lembra a já antiga Guerra do Vietnã ou o atualíssimo conflito do Iraque.

Não. É cenário verde e amarelo. Cenário brasileiro. Na mais bela cidade do mundo. Cenário da Era Lula.

Ainda de **O Globo**:

Militares são suspeitos de assalto a quartel

Força-Tarefa do CML investiga a possível participação de cabo e soldado no roubo de dez fuzis e uma pistola.

Um sonho desfeito por dois tiros

Adolescente morto durante operação em favela esperava servir ao Exército.

MP Militar alertou sobre riscos de roubos

Quartel não seguiu recomendações.

Nos morros, a tática do martela e da bigorna

Oficial da Reserva explica que um grupo cerca o inimigo, enquanto unidades de elite partem para a ofensiva.

A guerra do Rio: Recuperação das armas é questão de honra, porque ataque a quartel foi considerado afronta.

Desvios de armamento acontecem desde os anos 60.

Lamarca desertou de quartel em São Paulo, em 1959, levando 63 fuzis.

A guerra do Rio: Oficial aponta semelhanças entre operações.

Soldados que ocupam as 9 favelas estiveram no Haiti.

Ainda no noticiário da imprensa:

“A guerra do Rio”

“Tráfico desafia Exército”

Página inteira de **O Globo** mostra que “Bandidos zombam de soldados e trocam tiros em áreas ocupadas.”

Sr. Presidente, concederei o aparte ao Senador Tuma e farei algumas considerações antes de encerrar.

Peço a inscrição dessas matérias nos Anais.

A falta de uma política de segurança no Governo do Presidente Lula é responsável por tudo isso que ocorre na cidade do Rio de Janeiro, é responsável pela guerra do Rio. Como há a guerra do Iraque, como houve a guerra do Vietnã, há a guerra do Rio de Janeiro, infelizmente.

Senador Tuma, tenho muita honra em ouvi-lo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, eu estava passando para ir à CPI quando ouvi a amargura com que V. Ex^a se dirigia a este Plenário e à sociedade brasileira com o que hoje publicamente acontece no Rio e talvez, na sombra, aconteça em vários outros Estados brasileiros. Fiz CPOR e sabemos que existe a chamada área conflagrada, onde a autoridade pública não tem mais poder para vencer o inimigo que se instala, o crime organizado, onde o Estado não tem mais nenhum poder para combatê-lo e as Forças Armadas são obrigadas a intervir. Conheço o General Albuquerque, Senador. É um homem de bem, correto. Eu o conheci como major. Mas, não é o caso de se falar no General Albuquerque agora. Trata-se de um Inquérito Policial Militar – IPM que foi aberto porque as armas sumiram de

um quartel. Se V. Ex^a recuperar um pouco a memória, foram apreendidas, com marginais do Rio de Janeiro, do crime organizado, minas de destruição. Quer dizer, a marginalidade tinha minas fabricadas no Brasil à sua disposição e em depósitos. Então, é uma coisa profundamente amarga, até pela falta de meios das Forças Armadas, que não têm recebido muito dos orçamentos do Governo. Hoje, o soldado não cria aquele amor, o respeito à civilidade que ele aprendia no quartel, porque nem dinheiro para pagar o almoço do soldado, hoje, o Exército tem; às vezes tem que dispensar na hora do almoço, às vezes na quinta ou sexta-feira. Então, praticamente, aquilo que chamamos de vida do quartel, em que o soldado aprende uma série de virtudes para servir à Pátria, vai se perdendo ao longo do caminho. Sei que muita gente é contrária ao emprego das Forças Armadas no combate ao crime comum. Também, sempre me pronunciei no sentido de que o Exército é preparado para outra coisa, mas, nesse caso, a intervenção do Exército é uma missão legal, porque ela faz parte do Código de Processo Penal. Houve o IPM, e a designação da força de busca e apreensão foi dada pela Justiça Militar, que deu a ordem para que o Exército pudesse montar. Agora, não vejo como a Polícia possa reverter o processo da criminalidade, com essa falta de interesse. Senador, o Governo Federal veio aqui no início de sua administração e se comprometeu com cinco presídios de segurança máxima.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fui o autor do requerimento naquela altura.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não há pedra fundamental em lugar nenhum, pelo menos de que eu tenha conhecimento, e não sou pessoa que não lê jornal. Todas essas matérias citadas por V. Ex^a eu já as li de manhã ou já ouvi pelo rádio. Imagine a amargura da sociedade carioca e de outras. V. Ex^a, que é do Rio de Janeiro, Senador Roberto Saturnino, sabe o que o povo está sentindo. V. Ex^a me desculpe, é mais um desabafo, mas eu queria cumprimentá-lo. Creio que V. Ex^a já falou sobre isso ontem e vai falar hoje, e tem que voltar a falar amanhã também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Romeu Tuma, encerro respondendo a V. Ex^a, que é não só um grande Senador pelo Estado de São Paulo como uma autoridade, do melhor nível, em segurança pública.

Encerro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordando três tópicos: primeiro, o quadro de corrupção que nos leva à posição mais deprimente; o Governo não se defende das acusações de corrupção. O Governo adora quando aparece o nome de alguém de um Partido de oposição, para dizer: “Viu? Eles também!”. É aquela história que antigamente o PT, muito orgulhosamente, dizia que era a tal Operação Gambá, enfim. Isso me deixa triste, muito triste.

Segundo: V. Ex^a respeita o General Albuquerque e eu também, mas ele estava errado. Ele não podia ter feito o que fez. O General Albuquerque não podia nunca ter entrado naquele avião, ainda que a culpa fosse de um assessor. Nunca poderia ter feito um avião voltar para ele embarcar. Eu já cansei, Sr. Presidente, de dar com a cara na porta e nunca usei a minha condição de Ministro, de Deputado, de Líder do Governo, de Senador ou o que quer que fosse para abrir a porta de um avião. Se eu cheguei atrasado, é problema meu. Se teve *overbooking*, eu, civilizadamente, contrato um advogado e processo a companhia.

Então, não dá para admitirmos que alguém possa se imaginar acima da lei, nem civil, nem militar. Se começarmos a passar muito a mão na cabeça, daqui a pouco vão começar a achar que para civil se joga mais duro e para quem tem as armas não é tão duro assim.

Digo com clareza: o General Albuquerque deve desculpas à Nação. Eu o respeito, é um homem de bem, mas ele deve desculpas à Nação pelo episódio lamentável que lembrou os piores momentos do regime militar. Eu não me sentiria bem se não dissesse isso com a clareza com que estou falando, ou eu não poderia criticar mais nenhum Ministro Civil do Governo se eu não criticasse, como estou fazendo, o Ministro Militar que exorbitou, abusou das suas prerrogativas.

E, finalmente, o estado de anomia é tanto que lá vai o Estado para os morros. À revelia da Constituição, mas está lá. Não pode sair sem as armas, não pode sair sem a satisfação a ser prestada à opinião pública e ao seu próprio público interno. Não pode. A questão era: deveria ter entrado? Resolveu entrar; não pode sair. E o que se espera agora?

Suponha, Senador Romeu Tuma, que o tráfico mate um soldado do Exército brasileiro. Suponha que isso signifique mais Exército nos morros. Suponha que signifique o agravamento de um quadro que é de absoluta instabilidade que faz alguém do Oriente Médio olhar o noticiário televisivo sobre o Brasil e imaginar, talvez, sem ironia: Que lugar inseguro esse Brasil! E nós aqui, confortavelmente, das nossas poltronas, acharmos que inseguro é o Oriente Médio. É muito grave, isso, Sr. Presidente. É muito grave, Sr^{as} e Srs. Senadores. É muito grave precisarmos hoje ficar o tempo inteiro beliscando a Nação, para que ela não se entorpeça, Presidente Marco Maciel.

Por quê, Sr. Presidente? Sinceramente, vejo fumaças de uma crise muito grave nessa história a meu ver complicada, exigente do ponto de vista da sua solução, que é o Exército nas favelas brasileiras trocando tiros com marginais. Temo pelo contato da corrupção e do tráfico com os jovens soldados; temo pela morte, de um lado e de outro, e temo pela morte de um militar, que pode conflagrar algo sem precedentes neste País; e

temo pela sorte da democracia brasileira, porque não sei até que ponto democracia coincide e democracia não colide com a idéia de áreas das cidades mais importantes do País não pertencerem à vigilância e à soberania do Estado, mas pertencerem à soberania do tráfico e do crime organizado, que fazem o papel do juiz, do médico, do assistente social, do parlamentar, do presidente da República...

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que este tema está na ordem do dia, e não nos venham com desculpas. Venham com propostas, até de unidade nacional, para enfrentarmos isso, mas não venham com desculpas: Ah, porque no Governo do Fernando Henrique Cardoso, porque no do Washington Luiz, porque no do Getúlio Vargas...

Não dá para se brincar, para se ter uma taxa de leviandade tão alta! É hora de tentarmos esta crise, inclusive com medidas que a Constituição prevê, de estado de emergência, por exemplo; medidas duras, para darmos paz às pessoas que merecem paz no Rio de Janeiro e nas grandes cidades brasileiras.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, será atendido na forma do Regimento Interno no tocante à sua solicitação de inclusão no seu pronunciamento.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Aelton Freitas.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela Liderança do PL.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Sr^{as} e Srs Senadores, neste último fim de semana, uma reportagem publicada no jornal **Estado de Minas** a respeito da perspectivas da economia nacional revelou ser possível pensarmos, sim, em alternativas de gestão que levem o País a um crescimento mais ambicioso sem temer o fantasma da inflação.

O jornal ouviu de uma série de economistas renomados – como, por exemplo, o ex-Ministro da Fazenda e Deputado Delfim Netto e o ex-Ministro do Planejamento, João Paulo Reis Velloso – a constatação de que, com o ajuste adequado de indicadores, o Brasil poderia crescer mais do que o dobro dos 2,3% de aumento do PIB no ano de 2005.

Aliás, o baixo índice registrado no ano passado, superior apenas ao crescimento da economia do Haiti, merece bastante reflexão, pois é um sinal claro de que o grande desafio do Governo Lula neste ano, bem como de quem governar nos anos seguintes, será vencer de uma vez por todas as amarras que impedem a nossa economia de explorar todo o seu potencial.

É inadmissível, Sr. Presidente, que, com tantas “cabeças” competentes no País, não se promo-

vam soluções para que o crescimento econômico aconteça de forma sustentada, com bases sólidas e capacidade de puxar melhoria significativa dos índices sociais.

Quem conhece o assunto afirma, sem medo de errar, que seria possível trabalharmos com uma expansão de 4,5% anual do PIB não apenas no curto prazo, mas por alguns anos, em movimento semelhante ao ocorrido em países asiáticos, por exemplo. Para isso, entretanto, é necessária atitude mais firme de ataque aos entraves hoje existentes.

Um dos aspectos que tantas vezes cansamos de abordar, mas sem que os responsáveis dêem a atenção necessária, é a política de juros altos. Essa medida perversa encarece o crédito e inibe os investimentos em produção, fundamentais para que haja equilíbrio também em relação a um possível aumento de consumo e se evite o impacto inflacionário.

Na casa dos 17% ao ano, nossa taxa de juros ainda é a mais alta do mundo e explica, em grande parte, o fato de o Brasil não experimentar ciclos de desenvolvimento como, por exemplo, o ocorrido nos anos 70.

Ao que parece, a economia brasileira vem sendo vítima de modelos conservadores de planejamento da evolução do PIB, pois, em virtude do baixo crescimento registrado há vários anos, há muita capacidade subutilizada.

Isto quer dizer que, provavelmente, nossas indústrias nem precisariam investir valores extraordinários para acompanhar uma expansão de consumo e demanda. Comprovando isto, dados recentes divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Fundação Getúlio Vargas mostram que 70% dos setores industriais brasileiros aumentaram sua capacidade ociosa entre outubro de 2005 e janeiro de 2006. Ou seja, em caso de necessidade, já há sobra de espaço para aumentar a produção.

Apesar de a discussão sobre juros já se ter tornado repetitiva e insistente, a cobrança no sentido da diminuição das taxas deve continuar, pois o País precisa encerrar o ano pelo menos com taxa real na casa de um dígito, algo que já não ocorre há 12 anos. A conjuntura atual indica que não há motivos para que o Banco Central pense em suspender o processo de corte de juros, iniciado em setembro do ano passado.

Ao contrário, a redução gradual dos juros deve ser intensificada, para estimular novos investimentos e criar bases que garantam o crescimento da economia nos próximos anos.

O certo é que, quando pensamos em um país de imenso potencial produtivo como é o nosso Brasil, chega a ser deprimente imaginar que um gigante desta natureza esteja condenado a crescimentos anuais tão pequenos.

Não se trata de sonhar competir em pé de igualdade com países desenvolvidos e de primeiro mundo, que não sofrem com vulnerabilidades históricas como nós e preocupam-se menos com fragilidades externas. Mas, por outro lado, o mínimo que podemos exigir é que o Brasil acompanhe o ritmo de crescimento de outras nações emergentes. A média de crescimento do PIB nos países da América Latina em 2005, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, foi de 4,3%, e o Brasil não atingiu nem metade desse índice.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o grande desafio do Governo Lula em 2006 é encerrar este mandato com um crescimento do PIB nacional mais condizente com as necessidades sociais do Brasil e com o seu potencial em comparação a outros países. A atual equipe econômica do Governo deve ter a humildade de ouvir o posicionamento de outros especialistas e buscar as soluções necessárias para a retomada da expansão.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Aelton Freitas, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado a V. Ex.^a.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino por dez minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo usar da tribuna hoje para dar notícia de um programa do Governo Federal que acho da maior importância e que se refere ao livro e à leitura, tema, a meu juízo, tão essencial à formação da cidadania e da cultura política do nosso povo. E vou falar do assunto.

Entretanto, há pouco, o Senador Arthur Virgílio ocupou a tribuna para fazer considerações e demonstrar a sua preocupação com a situação do Rio de Janeiro no tocante à segurança pública e à intervenção do Exército naquela cidade. Quero dizer que compartilho inteiramente não das angústias do Senador Arthur Virgílio, que são as angústias da população do Rio, que, afinal de contas, é a minha cidade, como também das preocupações de S. Ex.^a quanto ao desdobramento dessa ação militar de ocupação dos morros do Rio de Janeiro pelo nosso Exército. Não é uma corporação preparada para esse tipo de ação, está respondendo a uma provocação, quase a uma afronta que foi feita ao Exército. Não é um contingente preparado para esse tipo de ação. Espero que seja breve essa intervenção e que seja

substituída por outra ação na qual estará presente o Governo Federal.

S. Ex.^a, a meu juízo injustamente – era para isso que eu queria chamar a atenção –, atribui a responsabilidade da situação do Rio de Janeiro ao Governo do Presidente Lula, o que realmente me parece um exagero despropositado. A política de segurança é responsabilidade do Governo Estadual, mas é claro que o Governo Federal é co-responsável.

Tem de haver uma política de segurança nacional, e o Governo Lula tem agido nesse sentido, inclusive com a criação dessa Força Nacional, que é uma Força com treinamento muito especializado, uma força policial formada pelo recrutamento de homens de várias regiões do País, com treinamento muito especializado. Essa Força, aliás, já interveio no Espírito Santo com muito sucesso, com êxito reconhecido. Só não interveio ainda no Rio de Janeiro, porque não houve acordo, porque não houve a permissão do Governo do Estado.

É claro que é preciso que a ação federal seja feita em parceria com o Governo do Estado. Essa parceria foi tentada e, nas duas vezes em que isso ocorreu, foi recusada pelo Governo do Estado. É óbvio que a posição estadual tem de ser respeitada, a menos que se decrete uma intervenção federal, providência que ainda não se cogitou.

O fato é que o Governo tem pronta essa ação e estará liberando amanhã R\$140 milhões para a Secretaria de Segurança Pública do Estado, para que esta se reequipe e para que sejam tomadas as primeiras providências para a intervenção da Força Nacional que vai estar presente no Estado do Rio de Janeiro – brevemente, tão logo se faça o entendimento com o Governo do Estado.

Era isso o que queria dizer, anunciando a liberação de amanhã.

Passo, então, ao tema do meu discurso de hoje, que é a política do Governo Federal de cultura, especialmente a política relativa ao livro e à leitura.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Roberto Saturnino...

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, antes de V. Ex.^a entrar no tema que o levou à tribuna, permita-me um aparte sobre as considerações feitas por V. Ex.^a a respeito da segurança pública, especialmente no Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Com muito prazer, ouço V. Ex.^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Esse problema é do Rio de Janeiro e é do Brasil, mas, **data venia**, não tem recebido a atenção merecida. Cada vez mais, as famílias estão intranquílias; cada vez mais, reina a incerteza no seio da população, que está aflita com os atentados e com toda a sorte de crimes que têm

ocorrido. Infelizmente, o Rio de Janeiro, com todas as suas belezas, parece ser a cidade onde essa intranquilidade é maior. E por que é assim? Porque é uma cidade cercada de morros e de favelas, que são problemas sociais. Os bandidos estão, de forma acintosa, enfrentando os poderes públicos: enfrentam o Governo Federal, enfrentam o Governo Estadual. Parece que dividiram o Rio de Janeiro em setores, em zonas, em territórios dentro da Capital, onde as quadrilhas atuam de forma eficiente. Agora, enfrenta essa situação o Exército, que teve fuzis roubados em suas instalações, o que é algo espantoso. Penso que haveria necessidade de um pronunciamento nacional a respeito do assunto, de uma explicação para a sociedade, que está justamente indignada com tudo. Faltam recursos, as Forças Armadas estão reclamando dos seus soldos, não há mais sequer aquele recrutamento que antes existia para as Forças Armadas, símbolo neste País de disciplina, de hierarquia e – por que não dizer? – de patriotismo. Vemos agora as nossas tropas no Haiti cumprindo uma determinação, uma sugestão ou um pedido da Organização das Nações Unidas. Isso é um absurdo, é algo que desmoraliza o Poder Público por inteiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, tem razão nessa sua preocupação, que é de todos nós. O que quero dizer, o que reafirmo é que a responsabilidade maior nessa questão de segurança pública é do Governo do Estado, porque, afinal de contas, é quem comanda a Polícia, que é a corporação especificamente destinada a enfrentar esse problema. Isso não quer dizer, porém, que o Governo Federal deva ficar de braços cruzados. E o Governo Federal não está de braços cruzados, pois criou uma política de segurança e uma corporação específica para esse fim.

Na semana passada, inclusive, tive oportunidade de fazer pronunciamento sobre esse assunto, anunciando a intervenção dessa Polícia no Rio de Janeiro. De qualquer forma, é preciso haver a colaboração do Governo do Estado, o que, infelizmente, não tem acontecido. Recordo, a propósito, a intervenção da Força Nacional no Espírito Santo, que foi muito bem-sucedida.

Há uma questão grave em jogo, sim: há angústia no seio da população, quase desespero de uma parcela da população que convive com essas lutas, inclusive com lutas internas entre as diversas correntes criminosas.

Ainda ontem, o Senador Jefferson Péres, em um pronunciamento que fez sobre o tema, procurava desfazer o argumento, realmente falso, de ligação do banditismo e da criminalidade com a pobreza. S. Ex^a citou até o exemplo da Índia. Realmente, não é a pobreza que provoca o crescimento da criminalidade. En-

tretanto, a injustiça e a desigualdade são, sim, fatores de acirramento e do crescimento da criminalidade.

Refiro-me à desmoralização do trabalho, do esforço do trabalho. O jovem vê que seus pais trabalharam, trabalharam e não conseguiram emergir daquela situação de extrema pobreza. Ele, então, desacredita no trabalho, no exercício do trabalho, e é cooptado pelas vantagens que o crime lhe oferece.

Então, essa questão da desigualdade está, sim, na raiz desse problema. Este Governo também tem procurado e conseguido combatê-la. Ainda ontem ou anteontem, a Senadora Ideli Salvatti fez um pronunciamento importante sobre isso e disse que, pela primeira vez nessa longa história de quinhentos anos, a tendência à concentração de renda e ao crescimento das desigualdades está sendo atenuada.

O Governo Federal está atento, sim, à questão da segurança e à questão social, mas é óbvio que, no que se refere à questão da segurança, é preciso que haja a colaboração do Governo do Estado, que, no caso do Rio de Janeiro, infelizmente, ainda não se manifestou com clareza.

Pedindo a compreensão da Presidência, ouço o Senador Siba Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Saturnino, infelizmente, acho que o tema de que V. Ex^a realmente ia tratar ficou prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu fiz uma prorrogação, mas pediria ao aparteante que observasse o tempo, porque me parece que há outro assunto a ser tratado pelo Senador Saturnino.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Vou ser rápido, Sr. Presidente. V. Ex^a traz tema que já foi abordado em várias sessões desta Casa e que tem sido repetido por diversos Senadores aqui. Senador Saturnino, V. Ex^a, no meu entendimento, apresenta a verdadeira informação. Penso que a informação estava vindo de maneira muito apaixonada.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Isso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É preciso tratar a questão com tranquilidade e esclarecer o que ocorreu no Rio de Janeiro, a posição tomada pelo Exército, o que eles estão fazendo lá. Ninguém melhor do que V. Ex^a, que mora no Estado e naquela cidade, para contar melhor isso para todos nós. Eu queria também, rapidamente, dizer que o problema da violência naquele Estado, no Estado de V. Ex^a, não data de ontem, mas vem de muito tempo, e sucessivos governos nunca conseguiram solucioná-lo. Essa apologia do crime e da violência parece estar guardada no DNA das pessoas. Exemplo disso foi a Ku Klux Klan, nos Estados Unidos. Jovens no mundo inteiro, inclusive no Brasil, reproduzem o que imaginam terem sido os ensinamentos de Hitler, pintando em seus bra-

ços a suástica. Parece que a sociedade, aqui e acolá, permite que venha à tona esse espírito canibal, violento, sanguinário. No Rio de Janeiro, estamos vendo e vivendo uma forma de violência que é dirigida e paga pelo narcotráfico. Disse ontem, mas quero repetir, que, no meu entendimento, esse problema não é pequeno. Penso que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o atual e os anteriores, nunca tratou o problema como deveria. A Polícia Federal, durante o Regime Militar, foi utilizada como polícia política e desvendava uma série de organizações políticas que estavam na clandestinidade. Essa Inteligência, que acredito ainda estar viva, deveria ser usada para combater essas pessoas. Não concordo com a exposição do Exército. Se o Exército descer daquele morro sem trazer os fuzis e sem prender ninguém, será desmoralizado. Realmente, a situação é complicada e merece uma atenção mais acurada; mas agora não dá mais para descer, é preciso tentar resolver, pelo menos em parte, aquele problema. Parabéns V. Ex^a por trazer a verdadeira informação sobre o problema que o Rio de Janeiro vive.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Obrigado, Senador Sibá.

Sr. Presidente, indago se V. Ex^a me concede mais dois minutos. Eu, rapidamente, muito brevemente, entraria no assunto que me trouxe à tribuna, que é a política de cultura do Governo, que tem sido objeto de críticas, tem sofrido...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Já prorroguei três vezes o tempo de V. Ex^a, mas vou dar-lhe ainda o tempo necessário para que termine o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Muito obrigado. Agradeço a condescendência de V. Ex^a.

A política cultural tem sido objeto de críticas por querer introduzir uma dimensão social – algo que é visto como intervencionismo – nas manifestações culturais financiadas com recursos de renúncia fiscal. Pessoalmente, acho que está certa essa preocupação do Governo em introduzir o vetor social, sim, naquelas atividades culturais financiadas com recursos públicos provenientes de renúncia fiscal. Há, porém, uma polêmica em torno da política cultural como um todo. Entretanto, há um item sobre o qual não há polêmica nenhuma: a política do desenvolvimento do livro e da leitura, que vem sendo praticada pelo Governo do Presidente Lula. Trata-se de um item extremamente importante, principalmente quando levamos em conta os baixos índices de leitura do nosso povo e da nossa cultura e a importância decisiva da leitura para a formação do pensamento, do espírito crítico, do pensamento amadurecido, enfim, do espírito de cidadania, da cultura de cidadania e da cultura democrática dos povos em geral.

O Governo está lançando o Plano Nacional do Livro e da Leitura, instituído pela Lei do Livro, que foi votada no Congresso Nacional com intensa participação não só do Senador José Sarney como do Senador Marco Maciel. O fato é que essa iniciativa baseada na Lei do Livro é absolutamente pioneira, inédita; é a primeira nos quinhentos anos de nossa história, história que, afinal de contas, nunca deu prioridade, nunca tratou com atenção a questão dos livros. Essa questão sempre foi muito restritiva, especialmente no período colonial, quando era até proibida a impressão de livros em nosso território.

Pela primeira vez em nossa história, existe esse Plano do Livro. Ele tem quatro eixos estratégicos, sobre os quais iria discorrer, mas vou apenas mencioná-los resumidamente: a democratização do acesso ao livro, por meio das bibliotecas do programa de expansão das bibliotecas, do fomento à leitura e à formação, da valorização da leitura, da formação de mestres em divulgação de leitura e em prática de leitura e do apoio à economia do livro, que não é menos importante.

Sr. Presidente, pela primeira vez, como disse, vemos uma política como essa. No ano passado, o Ministério da Cultura gastou quase R\$33 milhões para custear o programa Livro Aberto, mais do que o dobro dos R\$15 milhões gastos no mesmo período em 2004. O dinheiro é empregado em bibliotecas de todo o País, incluindo a instalação e a capacitação de funcionários para gerenciá-las e a produção de eventos culturais nesses locais.

Enfim, Sr. Presidente, há uma série de providências e iniciativas que foram tomadas e que já estão sendo desenvolvidas pelo Governo Federal nesse programa que, repito, é essencial sob o ponto de vista da formação da cidadania, da cultura política brasileira, da cultura de modo geral, do pensamento crítico do nosso povo.

Peço a V. Ex^a que inclua em meu pronunciamento este artigo do Sr. Galeno Amorim, Coordenador Geral do Plano Nacional do Livro e Leitura, publicado no **Jornal do Brasil** em 2 de março último, um artigo muito esclarecedor e de maior importância. Eu pretendia lê-lo, mas tendo sido meu tempo tomado pela questão importantíssima da segurança no Rio de Janeiro, peço a V. Ex^a que o inclua em meu pronunciamento.

Agradeço a benevolência de V. Ex^a e a atenção de todos.

Parece-me que há um último aparte sendo solicitado, o do Senador Marco Maciel. Peço permissão à Presidência para ouvi-lo.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Roberto Saturnino, serei muito breve. Sei que o tempo de V. Ex^a praticamente já se esgotou, mas não quero deixar de cumprimentá-lo pela iniciativa de se referir a esse tema hoje no

Senado Federal. Continuo concordando com V. Ex^a, achando que ainda somos uma sociedade ágrafa, que lê pouco, e que o Poder Público tem um papel decisivo para disseminar a cultura, corrigir desigualdades e assegurar a todos a cidadania. A cidadania começa pelo acesso à cultura letrada e também à cultura digital. Sem isso, não teremos uma sociedade onde todos possam participar adequadamente da vida do País e do seu processo de desenvolvimento. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Eu é que agradeço, Senador Marco Maciel, pelo apar-

te de V. Ex^a, que enriquece meu discurso, V. Ex^a, que tem sido tão atuante, tão presente no que diz respeito a esse tema, que teve participação tão importante na aprovação da Lei do Livro pelo Congresso Nacional e que está sendo a base para o lançamento desse programa do Governo Federal.

Agradeço, Sr. Presidente, mais uma vez.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

A largada do Vivaleitura

GALENO AMORIM

A escolha de 2005 para comemorar o Ano Ibero-americano da Leitura, decidida pelos chefes de Estado que integram a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), foi a senha para a grande mobilização que toma conta do país. Por toda parte um contingente formidável de educadores, bibliotecários, escritores, editores, livreiros, organizações não-governamentais e voluntários em geral estão se juntando a empresas e governos – seja federal, estadual ou municipal – para um movimento nacional pela leitura como jamais se viu no Brasil.

A palavra de ordem que colocou milhares de pessoas nas ruas, praças, escolas, bibliotecas, locais de trabalho, entre tantos outros, é Vivaleitura. Foi com este nome que o Brasil batizou o generoso e farto calendário de eventos, projetos e outras ações em favor do livro, da leitura e das bibliotecas.

O Vivaleitura tem sido considerado a mais extraordinária mobilização já ocorrida no país em favor da leitura. Em 2005, e nestes primeiros meses do ano, já que o calendário termina oficialmente em março, na Bienal Internacional do Livro de São Paulo, estima-se que mais de 100 mil parceiros desenvolveram ações de fomento à leitura em praticamente todas as cidades brasileiras.

O tema leitura entrou definitivamente, durante o ano passado, na agenda nacional. Foram estabelecidas as diretrizes básicas para a Política Nacional do Livro até 2022, o livro deixou de pagar imposto, ainda, foi instalada uma câmara setorial. O maior ganho, porém, será o lançamento do Plano Nacional do Livro e Leitura, o mais importante passo para converter a questão da leitura em política de Estado.

Lançado em dezembro de 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Vivaleitura começou identificando e reunindo tudo aquilo que já se faz no país – e que não é pouco! Estabeleceu parcerias, estimulou a integração de ações e articulou a criação de novos projetos e programas para ampliar sua abrangência e o público beneficiado. No início do ano passado, o presidente reuniu vários de seus ministros e os presidentes da Câmara e do Senado para debater a produção de livros com editores e livreiros. O resultado dessa reunião foi a lei que acabou com as taxas e impostos sobre livros no Brasil.

Está na pauta de 13 ministérios, liderados pela Cultura e Educação, a elaboração do primeiro Plano Nacional do Livro e Leitura da história nacional. E medidas que vão desde a criação da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura até a criação de um fundo especial para fomentar a leitura, com a contribuição de 1% sobre a venda de livro no Brasil para financiar políticas públicas.

Organizadas no Brasil pelo governo brasileiro e por organismos internacionais como a Unesco, a OEI e o Cerlalc (Centro de Fomento ao Livro na América Latina e Caribe), as comemorações do Vivaleitura tiveram uma forte adesão dos meios de comunicação. Outdoors podem ser vistos nas ruas de grandes cidades como São Paulo numa alegre e saudável banalização, no bom sentido do termo, do livro e da leitura. Sem contar as campanhas de estímulo à leitura com os atores Reynaldo Gianecchi e Cleo Pires falando sobre o papel do livro em suas vidas. Várias conferências, debates, estudos e pesquisas sobre comportamento leitor foram realizadas. Cortando essas ações, vai acontecer nos dias 12 e 13 de março, na Bienal Internacional do Livro de São Paulo, o Fórum PNLL Vivaleitura.

O Brasil descobre que a leitura, além de fonte inesgotável de prazer e conhecimento, tem papel preponderante na estratégia de construção de uma nação desenvolvida, justa e solidária. Esse é o primeiro passo para aumentar em 50% em três anos, o índice nacional de leitura, atualmente estacionado na casa do 1,8 livro por habitante/ano. Foi dada a largada!

O Brasil descobre que a leitura, além de fonte inesgotável de prazer e conhecimento, tem papel preponderante na estratégia de construção de uma nação desenvolvida, justa e solidária. Esse é o primeiro passo para aumentar em 50% em três anos, o índice nacional de leitura, atualmente estacionado na casa do 1,8 livro por habitante/ano. Foi dada a largada!

Coordenador geral do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e presidente do Conselho Diretivo do Vivaleitura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Senador Roberto Saturnino, é de extrema importância o pronunciamento de V. Ex^a. A propósito, li com muita alegria neste fim de semana algo sobre a iniciativa da Prefeitura de São Paulo de estimular a leitura para o primeiro grau. Hoje, há o Clube de Leitura, e acho que o Brasil todo deveria seguir essa projeção que V. Ex^a faz em seu discurso.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Senador Romeu Tuma, quero apenas pedir a minha inscrição pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, mas para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a pode usar da palavra. Está inscrito o Senador Paulo Paim, mas, falando pela Liderança, V. Ex^a tem prioridade, ainda que o Senador esteja esperando desde as duas horas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sei que tenho preferência, mas agora, como V. Ex^a sabe, há preferências em outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a está encarregada de alertar a Mesa no momento oportuno.

Senador Paulo Paim, por cessão do Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco se necessário for.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, se a Senadora Ideli soubesse o teor do meu discurso, tenho certeza de que faria questão de que eu falasse. De qualquer forma, S. Ex^a acabou cedendo o seu tempo, mas vai falar ainda antes da Ordem do Dia. Quero agradecer também ao Senador Heráclito Fortes, que cedeu o seu tempo para que eu pudesse usar a tribuna, eu que tenho dedicado grande parte do meu mandato aqui em defesa de todos os que são discriminados, sejam negros, índios, crianças, deficientes, idosos ou mulheres. E não poderia ser diferente.

Hoje é dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Por isso, Presidente, quero iniciar o meu pronunciamento rendendo as minhas homenagens às mulheres latino-americanas, que, no passado, desafiaram a sociedade com grandes causas, fazendo história e sonhando com ideais que hoje podemos ver tornando-se realidade.

Quero lembrar de Juana Azurduy, mestiça boliviana que, em 1816, Senador Romeu Tuma, vestindo um uniforme masculino, liderou uma carga na cavalaria contra os espanhóis em defesa da sua pátria. Pessoal-

mente, capturou na mão do inimigo a bandeira do seu país. Esse feito rendeu a essa mulher uma homenagem oficial e uma grande congratulação da cavalaria, tendo sido colocada entre os heróis da pátria por ações heróicas naquele país.

Desejo mencionar também o nome de Alfonsina Storni, poetisa, jornalista. Destacou-se por denunciar as injustiças sociais de seu tempo e por participar ativamente dos movimentos das mulheres. Alfonsina nasceu na Suíça, mas viveu na Argentina. Alfonsina dizia sempre que a mulher é um ser político na sua essência, pois, ao discutir ser contra ou a favor do feminismo, ela está fazendo política. As responsabilidades que ela assume ao longo da sua vida e com muita competência significa fazer política. Infelizmente, Alfonsina morreu tragicamente por afogamento no mar em 1938. A sua morte até hoje não foi bem explicada.

Senador Mão Santa, o seu nome estava escrito no meu discurso e, casualmente, V. Ex^a chega aqui agora. Senador Mão Santa, trago também a lembrança da piauiense Jovita Alves Feitosa, que, aos 17 anos de idade, foi voluntária na guerra contra o Paraguai. Lembro-me de que o periódico **Liga e Progresso** escreveu em 1865: “Todos corriam para vê-la. As fotografias se reproduziam todos os dias e era raro quem não tivesse um retrato da voluntária do Piauí”, que foi uma líder na defesa de nosso País. Hoje, em lembrança e homenagem a essa grande mulher, existe uma fotografia de Jovita no Museu de Mitre, em Buenos Aires.

Não poderia deixar de citar, meu Presidente Senador Romeu Tuma, a grande figura de Ana Maria de Jesus Ribeiro, Anita Garibaldi, “a heroína dos dois mundos”, mulher, soldado, enfermeira e mãe, admirada pelos brasileiros e pelos italianos por sua batalha em nome da liberdade e da justiça. Como disse um dia o poeta Alcy Cheuiche: “Anita, morena da pele macia, amante de noite, soldado de dia, um filho num braço, no outro um fuzil...”.

Mas quero hoje, Senador Sibá Machado, homenagear também cada brasileira de Norte a Sul de nosso País, todas as Marias, Joanas, Andréias, Fernandas, Bárbaras, enfim todas elas, que riem muitas vezes quando querem chorar, que gritam quando estão felizes, que lutam por aquilo que acreditam, que aconchegam para embalar, que cantam e encantam e fazem das nossas vidas um caminhar de beleza.

Ao render esta homenagem justa, quero trazer uma breve reflexão sobre a mulher atual, já que o perfil da mulher brasileira mudou e lhe acarretou mais atividades e mais responsabilidades.

Hoje ela busca sua independência, sua liberdade, sua realização profissional, sua nova identidade, sem deixar de ser mãe, amiga, esposa, amante, profissional e companheira.

Quero também expressar a minha profunda preocupação com outro aspecto, Senador Sibá Machado: a violência contra as mulheres ainda está muito presente na nossa sociedade.

Consciente dos sofrimentos de mulheres e crianças, em especial as que são submetidas diariamente à opressão, à agressão, ao preconceito, ao racismo, vejo-me, nesta tribuna, mais uma vez, na obrigação de buscar mecanismos legais de investigação, punição e prevenção contra todo tipo de violência, principalmente contra mulheres e crianças.

A situação brasileira de violência contra a mulher afeta mulheres de todas as idades, raças e classes sociais e tem se perpetuado, infelizmente, graças à omissão e ao pacto de silêncio que ainda existe. Especialistas estimam que, para vinte casos de violência no País, apenas um é denunciado em relação à mulher.

Diante desses dados, não podemos nos calar, não podemos fechar nossos olhos para as evidências. Temos o dever de continuar debatendo, debatendo, debatendo e alterando a legislação, para conferir mais punição aos agressores.

Sr. Presidente, quero registrar palavras de ternura e de agradecimento a todas as mulheres: por elas, por nós, por nossos filhos, por nossas vidas. No meu entendimento, Deus plantou na terra a mais bela flor, as mulheres, que são rosas. Elas que guiam os poetas, que nos fazem levantar. São criação divina de beleza, de amor, de generosidade e de inspiração.

Apesar do preconceito em relação às mulheres, elas continuam avançando em todos os campos. Elas têm galgado cargos importantes na área política. Vejam as nossas Senadoras, as nossas Deputadas. No Governo Lula, são cinco Ministras e teremos, ainda neste ano, uma mulher Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Os dados mostram que, entre os formandos de nível superior, no mínimo, 50% são mulheres, podendo chegar a dois terços.

Parabéns a você, mulher, que tem a ternura, o embalo, que sabe levar o berço, que sabe ser uma mestra e que orienta os nossos destinos! Parabéns a vocês, guerreiras, que têm sabedoria suficiente para ensinar, renovando, com a sua luz, cada novo amanhecer!

Senador Sibá Machado, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, também gostaria de apartear-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, pensei que hoje seria a sessão de homenagem à mulher.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Como amanhã, dia 9, as mulheres usarão a tribuna de forma sucessiva, estou falando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a manifesta nossa tendência feminina.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Fiquei bastante impressionado com o discurso de V. Ex^a. Sinto-me contemplado com o que V. Ex^a traz na tarde de hoje. Gostaria de fazer minhas suas palavras. Faço este aparte para dizer que, durante meu curso de Geografia, fizemos um debate sobre a invenção da agricultura. Foi muito interessante, porque, ao final da glaciação, as mulheres descobriram que, ao jogar sementes de frutas próximo à suas residências, elas cresciam e davam novos frutos. Assim, ela passou a organizar melhor a distribuição das sementes. Estava ali criada a agricultura. Com essa descoberta, a mulher teve sua independência política e passou, no período Neolítico, a dominar também o poder da sociedade. No período das disputas por novos territórios, as mulheres precisaram de um braço armado para resolver os conflitos. Solicitaram, então, a volta dos homens, agora como defensores do território. Eles foram armados, treinados, adquiriram tática de guerra e, depois que dominaram isso muito bem, viraram-se contra as mulheres e retomaram o poder político e a propriedade do conhecimento da agricultura e da pecuária. Assim posso dizer que as mulheres fizeram um péssimo negócio, ao final do Neolítico, perdendo o seu poder político. E de lá para cá, as coisas têm sido do jeito que muitos aqui já conhecem. E sobre o que V. Ex^a aponta aqui no final do seu discurso, acho que precisamos avançar um pouco mais; precisamos ser muito mais rígidos na abertura do espaço de participação das mulheres no processo político, no comando do poder. Tem de haver mais mulheres no Judiciário, mais mulheres aqui, no Congresso Nacional, mais oportunidades de gestão no Executivo, e assim por diante. Há isso de dizer que abriremos 30% de participação para mulheres em cargos proporcionais – Vereadoras, Deputadas, Senadoras etc –, só que, na hora, o Partido não preenche, não dá essa oportunidade. E o resultado é esse que nós temos: ainda é pífia a participação feminina no Congresso Nacional, que me parece que está na ordem de menos de 9% na Câmara dos Deputados e cerca de 11% a 12%, no Senado Federal. Mas faço

minhas as palavras de V. Ex^a e o parabeno pelo brilhante pronunciamento neste 8 de março.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, agradeço V. Ex^a. A sessão de amanhã foi organizada principalmente pelas mulheres, e homens as estamos homenageando hoje. E estaremos aqui amanhã, ouvindo-as com certeza absoluta.

Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, ontem, fez aqui um pronunciamento emotivo, e, em seguida, eu também o fiz, espelhando-me nas suas palavras, sobre a questão do racismo. Hoje, novamente, V. Ex^a traz à tribuna outra mensagem que todos nós gostaríamos de fazer e assinar embaixo. As mulheres modernas, com sua coragem, seu talento e sua dedicação, estão avançando muito, vencendo as batalhas do preconceito de uma sociedade ainda machista em que vivemos. Além de mãe, companheira e amiga, a mulher moderna aprendeu, hoje, a ser uma profissional, muitas vezes superando homens que se dizem todo-poderosos, que se arrogam um maior conhecimento. A mulher, que lava roupa, costura, cozinha, que é empresária, professora, mãe, venceu todos os preconceitos e conquistou mais do que uma data no calendário; conquistaram o nosso respeito e a nossa admiração. Por isso, esta homenagem. Cumprimento aqui todas as inúmeras funcionárias do Senado Federal, as que nos assessoram e todas que trabalham no Congresso Nacional, desde as humildes serventes. Ao cumprimentá-las, cumprimento a todas as mulheres do Brasil e faço aqui uma homenagem a minha mãe, Rosina Pavan, de 86 anos, que, com toda a sua coragem e garra, quase todos os dias da semana, vai à igreja fazer uma oração para que possamos continuar com a nossa luta. Uma homenagem a todas as mulheres do Brasil em nome das funcionárias do Congresso Nacional e de minha mãe, Rosina Pavan. Parabéns, Senador Paulo Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan, pela sua colaboração.

Senador Magno Malta, ouço com satisfação o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Paulo Paim...

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – (...) certamente não tenho a facilidade e a competência de V. Ex^a, em ocasião específica como esta, de trazer à luz, à baila, fruto de pesquisa e de conhecimento, fruto da sua militância, do seu entendimento, da sua visão de País, da sua luta na causa dos menos favorecidos, um discurso tão belo, tão rico. V. Ex^a fala dessas mu-

lheres guerreiras, citando episódios que escreveram o seu nome na história. Mas o que falar da senhora sua mãe, que produziu um fruto tão bom para este País? (Palmas.)

Entendo que esse aplauso tenha sido para V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permitir, Senador, quero apenas dizer que tenho certeza de que, lá de cima, ela está ouvindo suas palavras neste momento. Só isso.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Um fruto tão bom. Fui Deputado com V. Ex^a e, se pudesse, hoje, daria uma medalha a sua mãe. Se pudesse, hoje, dedicaria o dia inteiro a sua mãe. Se o Brasil tivesse trinta Pains, quem sabe, a nossa miséria seria menor, já teríamos um salário mínimo digno, decente, já teríamos produzido um pouco mais de honra. Porque a honra do homem é o seu trabalho. Há aqueles que precisam colocar pão na mesa dos filhos. Quem sabe, aqueles que conviveram com a sua mãe, que com ela viveram, que com ela militaram ao longo dos anos que viveu, os vizinhos, a família, quem sabe, teriam histórias benditas, de exercício de misericórdia, de cidadania e ação materna para dar e vender e fazer inveja a quem não tem. Prova mais cabal é o seu comportamento, a sua figura, a sua ética, a sua luta em favor da nossa raça e ainda dos segmentos mais simples e mais pobres da nossa raça. Então, V. Ex^a é um representante de todos nós. Muito obrigado à figura da sua mãe. E agradecidos à figura da sua esposa, que lhe suporta nos seus momentos de desespero e de angústia. Eu já vi V. Ex^a angustiado, desesperado, ao ponto de jogar uma Constituição num colega que ousou desmenti-lo na questão do salário mínimo, tal era o seu desespero. Quem sabe não fosse a sua esposa, com a capacidade que tem de compreensão, V. Ex^a não estaria aqui hoje. Por isso minha homenagem à sua mãe, à sua esposa e às suas filhas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Minha mãe faleceu há três anos e meu pai, há mais de trinta anos. Sei que, lá de cima, eles estão se sentido homenageados neste momento.

Concluo, pedindo a tolerância da Mesa, um minuto a mais. Não vou falar da minha mãe, mas de todas as mulheres deste País. Vou fazer uma pequena homenagem a uma jornalista gaúcha, Ana Amélia Lemos, que recebe hoje o Troféu Mulher Imprensa, em São Paulo.

Ana Amélia conquistou, com seu conhecimento e dedicação, o reconhecimento profissional. É umas das jornalistas mais importantes do Grupo RBS, atuando na sucursal em Brasília. Possui uma coluna di-

ária no jornal **Zero Hora**, é comentarista de televisão e rádio. Essa mulher vencedora como jornalista e na vida particular, com certeza, é considerada um ícone da comunicação brasileira.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras! Parabéns, Ana Amélia! Você é um orgulho do povo gaúcho, com certeza, um patrimônio do jornalismo brasileiro.

Termino com essas palavras, Sr. Presidente.

Senador Zambiasi, V. Ex^a a conhece muito bem e sei que comunga dessa pequena homenagem a Ana Amélia, que recebeu esse justo prêmio por tudo o que tem feito.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Paim, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Permita-me ocupar esses 30 segundos que restam do seu tempo, primeiro, para cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, sempre carregado de muita sensibilidade, uma característica que marca sua trajetória e sua pessoa. Pronunciamento como o de hoje não poderia vir de uma pessoa que não tivesse o perfil de V. Ex^a, que conhecemos tão bem. Quero me associar às homenagens à jornalista Ana Amélia Lemos, minha ex-colega...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sei que V. Ex^a fala também pelo Senador Simon, que não está aqui neste momento.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Não tenha dúvida! Os três Senadores do Rio Grande do Sul são unânimes em relação a essa lembrança oportuna que V. Ex^a traz, quando aborda o trabalho jornalístico dessa grande mulher, que é uma das mais respeitadas vozes do Rio Grande do Sul e que, hoje, ganha reconhecimento nacional. Eu não poderia deixar de somar também a minha voz – e, sem dúvida nenhuma, à do nosso querido Senador Pedro Simon – à de V. Ex^a, neste momento em que ocupa a tribuna para referir-se à passagem deste dia, que é uma referência mundial, em homenagem a todos. Li algo sobre Frei Betto hoje, e ele se referiu “ao seu lado mulher”. Achei as palavras dele muito sensíveis e muito fortes. Não podemos perder oportunidades tão ricas como esta e deixar de nos manifestarmos sobre temas de tamanha sensibilidade. Parabéns, Senador Paulo Paim, e parabéns também à nossa querida Ana Amélia Lemos!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Zambiasi, o seu pronunciamento é incorporado ao deste Senador.

Fica aqui, então, a homenagem de todo o povo brasileiro a todas as mulheres: às mulheres mães, às mulheres que não são mães, às mulheres – façamos aqui uma homenagem simbólica – que já faleceram,

às mulheres de outros países, às mulheres pobres, às mulheres que choram seus filhos, às mulheres ricas; enfim, a todas as mulheres.

Que este dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, seja não só um momento de reflexão, mas também de ação e de valorização do Parlamento brasileiro às mulheres do nosso País e – por que não dizer – às mulheres do mundo.

Viva o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher!

Tenham a certeza de que amanhã, na sessão de homenagem às mulheres, nós estaremos presentes.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Tasso Jereissati, pela Liderança do PSDB.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, hoje eu estava me preparando para fazer um pronunciamento sobre o resultado do crescimento do PIB brasileiro no ano passado, que foi, sem dúvida nenhuma, Senador Mão Santa, profundamente decepcionante, o pior crescimento de toda a América continental, o pior de todos os países emergentes. Este País foi o que menos cresceu entre todos os países emergentes.

Procurei entender o porquê desse desempenho tão ruim, já que outros dados da economia pareciam bons. É evidente que todos os dados da economia que parecem bons se apagam se o crescimento, que é o resultado final, for ruim. O que interessa é o crescimento; o resultado final é o crescimento. É o crescimento que gera emprego e que gera riqueza. Ora, se a economia não está gerando nem riqueza nem emprego, evidentemente ela vai mal.

Mas vi que ainda não estava preparado, porque uma série de números estava ainda inconsistente na minha cabeça. Então, pedi ao Líder Arthur Virgílio que me cedesse o espaço da Liderança para solicitar alguns esclarecimentos à Mesa. Quero tornar públicos alguns desses esclarecimentos.

Um desses pedidos me intrigou sobremaneira. O Ministério do Planejamento divulgou, em janeiro, que o investimento público liquidado no ano passado foi de R\$7,9 bilhões – esse valor representaria o investimento efetivo do Orçamento de 2005. Já o Tesouro Nacional anunciou, utilizando-se dos dados do Siafi, que o investimento público liquidado do ano passado foi de R\$17,3 bilhões. Repito: o Ministério do Planejamento

anunciou R\$7,9 bilhões e o Tesouro, R\$17,3 bilhões, ou seja, houve uma diferença de R\$10 bilhões, cujo valor é absolutamente relevante.

Procurando esses números no fechamento do Siafi, observei que, se o investimento liquidado do Orçamento de 2005 foi de R\$17,3 bilhões e o valor pago foi de apenas R\$5,8 bilhões, significa que R\$11,4 bilhões de investimentos feitos no ano passado, Senador Tebet, ficaram para ser pagos este ano. Ou seja, do investimento feito pelo Governo Federal no ano passado, R\$17 bilhões, segundo anúncio do Tesouro Nacional, foram pagos apenas R\$5,8 bilhões; então, R\$11,8 ficaram para ser pagos este ano.

Isso representa uma distorção grave e um disfarce grave para todos nós e para a política econômica de maneira geral. Primeiro, porque isso pode significar um disfarce no superávit primário, Senador Sérgio Cabral. Ou seja, o superávit primário do Governo Federal, tão decantado e anunciado e que tem uma relação direta com o número da inflação – e, portanto, com os juros – e que tem uma relação direta com os juros, que influenciam no crescimento, não é aquele que se pensa, porque, disfarçados atrás desse superávit primário, há R\$11 bilhões de gastos que não apareceram. Estão disfarçados, jogados para este ano.

Há outro disfarce enganando diretamente todos que ainda estamos brigando pelo Orçamento deste ano. Se isso é verdadeiro – e esse é o esclarecimento que peço –, o Orçamento deste ano, pelo qual estamos brigando e que nos foi tão cobrado pelo Governo, é uma fantasia, porque claramente não será executado. O Governo pagará, neste ano, uma dívida de R\$11 bilhões do ano passado, e, portanto, o Orçamento pelo qual estamos brigando serve apenas para manter os Senadores e Deputados ocupados em torno de uma fantasia, sendo feitos de bobos nessa brincadeira toda.

Assim, quero entender por que, todos os dias, o Governo Federal vem a público dizer que a economia é o seu grande trunfo e que vai muito bem se o Brasil teve o menor crescimento entre todos os países emergentes, o pior de toda a América continental.

Vejam bem, Senadores Sérgio Cabral, Ramez Tebet, Gerson Camata e Mão Santa, que, em relação ao crescimento mundial, apenas no período Collor o Brasil cresceu tão pouco. Tenho procurado, nestes últimos dias – V. Ex^{as} sabem que me dedico também a outras coisas e a outros probleminhas –, entender por que o Brasil teve esse crescimento tão pífio, já que, diariamente, lemos nos jornais e ouvimos as entrevistas do Governo dizendo que a economia é boa.

Presidente José Sarney, não sei por que V. Ex^a nunca fez um pronunciamento sobre o assunto, pois está comprovado que, durante seu Governo, o crescimento da nossa economia em relação ao mundo foi muito maior que agora. No entanto, esse é um período tido e havido como mau para a economia brasileira, e V. Ex^a sabe disso melhor que eu.

Concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Tasso Jereissati, infelizmente, não tive a honra de ser ouvido por V. Ex^a, mas, há uma semana, na comemoração dos 20 anos do Plano Cruzado, tive oportunidade de fazer, nesta Casa, um relato sobre o período do meu Governo, sobretudo quanto à parte econômica, dizendo, justamente, que o Brasil cresceu uma média de 5% ao ano e que esse número não foi repetido, até hoje, por Governo algum que me sucedeu. Ao contrário, ficamos patinando em 2% a 3% durante toda a década de 90 e até agora. Fiz o discurso justamente dizendo isso, não só em relação ao PIB, como também quanto à renda **per capita**. A taxa de desemprego era de 2,39 – a menor da História do Brasil – quando deixei o Governo, em dezembro de 1989. Então, esses números eu citei. Infelizmente, não tive a honra de ter meu discurso ouvido pelo querido amigo, mas tenho procurado, pelo menos silenciosamente, defender um patrimônio que não é meu, mas que foi do tempo em que fui Presidente da República. V. Ex^a, que tanto me apoiou e que estava ao meu lado, sabe perfeitamente o quanto lutamos. Os resultados foram bons, hoje todos nós sabemos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Ex^a, então, está notando que, apesar de não ter ouvido seu discurso, tenho lido e estudado sobre seu Governo para fazer essas comparações, a ponto de mostrar que alguma coisa na propaganda está altamente enganosa.

Venho pedir, ao encaminhar este requerimento à Mesa, Presidente Jonas Pinheiro, que a Liderança do Governo explique essas diferenças e a propaganda que está sendo feita, porque, evidentemente, há alguma coisa errada quando se diz que tudo vai bem.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Ouço o ponderado discurso de V. Ex^a, que faz uma análise da situação econômica do Brasil, certamente com a vista voltada para o futuro. Senador Tasso Jereissati, ao lado de todas as considerações que V. Ex^a está fazendo, preocupa-me o fato de não saber o que vai acontecer em 2006. Pode ser que o desenvolvimento da nossa economia seja ainda mais pífio do que o do ano de 2005. V. Ex^a se referiu à peça orçamentária. Estamos já em março, e ela não foi sequer aprovada.

V. Ex^a sabe que a legislação eleitoral para convênios com Municípios e Estados prevê que qualquer coisa só poderá ser feita até 30 de junho do corrente ano. Então, veja V. Ex^a que, para 2006 também, o prognóstico é ruim, o que lamento profundamente. Todos nós, que desejamos o crescimento do Brasil, lamentamos que estejamos patinando, enquanto outros países, como a Argentina, que passou por momentos graves, o Chile e o México, estão avançando. Os dados internacionais demonstram que, na América, só estamos ganhando do Haiti, justamente onde estão as nossas tropas. Colômbia, Venezuela, todos têm crescimento econômico maior que o do Brasil. Isso nos traz uma grande preocupação, e só um homem da estatura de V. Ex^a e outros que aqui se encontram podem fazer tal análise, que, espero, seja um apelo para que se promova o crescimento, o qual, sob o meu ponto de vista, não vai acontecer se não houver redução da taxa de juros. Muito obrigado. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet, por sua contribuição.

Como permanece a dúvida, encaminho à Mesa e à Liderança do Governo requerimento solicitando que seja esclarecido se são corretos os números do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – de que o investimento público liquidado do Governo Federal, em 2005, foi de apenas de R\$7,9 bilhões, valor semelhante ao investimento de 2003, que foi o menor desde 1984 e, portanto, um dos menores investimentos da História recente deste País, e não há crescimento sem investimento – ou se o são os números do Tesouro Nacional, de que o investimento público liquidado do ano passado foi de R\$17,3 bilhões.

O Governo deixou uma conta de R\$11,4 bilhões para ser paga neste ano. Se ela tivesse sido liquidada no ano passado, isso teria mostrado que, de fato, o resultado primário do Governo Federal em 2005 piorou sensivelmente em relação a 2004, agravando as contas públicas nacionais e, portanto, a situação dos juros, com conseqüências no crescimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Jonas Pinheiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Eu gostaria de informar à Casa, em função de reunião que realizamos ontem com os Srs. Líderes partidários, que não há acordo para avançarmos na Ordem do Dia, ou seja, para apreciarmos seis medidas provisórias que estão trancando a pauta do Senado Federal.

Portanto, declaro encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que *altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS; 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.*

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais para os fins que especifica.*

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de*

peessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

9

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Amanhã, faremos uma reunião com os Líderes, às 11 horas, para tentarmos acertar o mérito dessas medidas provisórias e, quem sabe, votá-las na sessão, à tarde.

Amanhã, às 10 horas, teremos uma sessão especial pelo Dia Internacional das Mulheres. É o registro que eu gostaria de fazer. Na verdade, hoje é a data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, a que horas será a sessão de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Às 10 horas.

À tarde, a sessão será normal, ordinária, quando tentaremos votar as seis medidas provisórias que estão trancando a pauta do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Comunico à Casa que, agora, no Salão Negro do Senado Federal, teremos o lançamento do livro do Consultor João Bosco, que publica todos os discursos de posse dos Presidentes do Senado Federal. Encafeço, portanto, a presença de todos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres. Em seguida, pela Liderança da Minoria, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Após S. Ex^a, concederei a palavra ao Se-

nador João Batista Motta, conforme rodízio que preestabelecemos, e o que me informa a Mesa.

Senador Jefferson Péres, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a pré-semana do Carnaval e a semana carnavalesca, o Senado ficou duas semanas sem votar nada. Preocupa-me o fato de, também nesta semana, não haver votação. Já que não sou Líder, portanto não participarei da reunião, penso que seria bom, na hipótese de não haver acordo, votarmos a medida provisória – aprová-la ou derrubá-la – para desobstruir a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – É exatamente isso que será feito. A não ser que não haja quórum. Nesse caso, não poderemos deliberar. Mas faremos exatamente isso, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela Liderança da Minoria, ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, o Governo do Senhor Lula obriga-me a, todos os dias, vir à tribuna, chamar a atenção para as coisas que acontecem neste País desgovernado, mal-administrado, do qual a corrupção tomou conta.

O Bolsa-Família tem sido tratado, aqui, Sr. Presidente, como algo excepcional. Em primeiro lugar, o Bolsa-Família é produto de dois Srs. Senadores: Cristovam Buarque e Antonio Carlos Magalhães. Fui eu quem criou o Fundo da Pobreza, que facilitou e permitiu o Bolsa-Família. Mas as denúncias de irregularidades no Bolsa-Família vêm de todo o País. Até mesmo no pequeno Município de Bocaiúva, terra natal do Ministro Patrus Ananias, foram identificadas fraudes no Bolsa-Família: famílias da classe média e até de classes mais altas recebem o benefício do Bolsa-Família, enquanto que as famílias verdadeiramente carentes permanecem desassistidas e passando fome.

O Fome Zero foi mais um engodo de Lula perante a Nação brasileira. Cartões são distribuídos sem controle, muitas vezes beneficiando três ou quatro vezes a mesma família, como vou provar. Cadastros são feitos com fins claramente eleitoreiros. O Bolsa-Família é o carro-chefe da votação do falido PT. A desorganização é tanta que o próprio Ministro, em dado momento, declarou-se resignado com tantas e tantas fraudes.

O exemplo de Guaribas, no Piauí, é o mais emblemático. O Presidente lá esteve, há aproximadamente dois anos, e “Guaribas está pior do que quando ele foi” – é o testemunho do Prefeito local de que não melhorou coisa alguma. Lá, como em todo o País, o Governo mostrou a sua incompetência e, sobretudo, a sua corrupção.

Além da falta de fiscalização, da desorganização e da improbidade dos atuais governantes, há um outro grave problema, que é sempre lembrado com justa razão pelo Senador Cristovam Buarque: o benefício afastou-se de seu objetivo inicial ao deixar de exigir contrapartidas, como a frequência escolar.

Hoje, os programas sociais, pelos quais tanto lutou o Congresso Nacional, aprovando o Fundo de Combate à Pobreza, de minha autoria, tornaram-se meros instrumentos assistencialistas de maus e desonestos gestores públicos.

Meu Estado, Sr. Presidente – por isso estou na tribuna –, não escapa dessa desonestidade que se arrasta pelo País. Tenho, aqui, o jornal **A Tarde**, o de maior circulação na Bahia, que não é ligado a mim, pelo contrário, é Oposição, que traz matéria com o seguinte título:

Fraudes no Bolsa Família.

– Em Barreiras, já foram identificados 2.500 cadastros com irregularidades.

– Em Conceição do Almeida, comerciante foi cadastrado...

– Em Teixeira de Freitas, o Ministério Público começa a investigar desvios.

O Ministério Público já investigou e detectou centenas de pessoas qualificadas que jamais poderiam receber o Bolsa-Família. Essa a situação que se apresenta por toda parte. Portanto, é indispensável que tomemos providência.

Enquanto tudo isso acontece, vemos que o Lulinha se desenvolve cada vez mais. A Telemar deu a esse novo “gênio” – não é o Lula é o Lulinha – R\$15 milhões. Todos os dias, cobro das Lideranças, dos meus Colegas petistas, que digam alguma coisa sobre isso, que esclareçam, que falem sobre Vavá, o irmão do Lula, que entra na Petrobras e no Ministério da Saúde e que faz os contatos com empresários por meio de comissões polpudas que recebe; que falem nesse Okamoto

Hoje, a **Folha de S. Paulo** traz mais uma desse incrível Okamoto, que é o patrocinador familiar do

Governo Lula, que já pagou não só empréstimos pessoais de Lula como também cartões de crédito, como também agora paga as dívidas dos amigos de Lula. E este homem, foi dito aqui da tribuna, com lágrimas nos olhos dos petistas, que era um homem paupérrimo, que não tinha recursos para nada. Mas isso tudo fica como se não houvesse coisa alguma, como se o povo brasileiro estivesse todo anestesiado pela publicidade, que é de mais de R\$1 milhão por dia, deste Governo desonesto.

Ou se toma, Sr. Presidente, uma providência contra essa publicidade enganosa e que é paga com o dinheiro público do contribuinte ou nós realmente caminhamos, quem sabe, para uma ditadura da qual ninguém sabe quais serão as conseqüências.

Sou um homem que acredita muito na sua inteligência. Acho, Sr. Presidente Renan Calheiros, que V. Ex^a é um dos homens mais inteligentes que conheço, não só pela sua habilidade política, competência e seriedade como pela maneira como está presidindo o Senado, digna realmente de elogios. Não é subserviente. Tem lá suas ligações, infelizmente, com o PT, coisas do seu Partido, mas é um homem que não é da laia que aí está.

Portanto, nós, Senadores, esperamos ter a oportunidade de ver o Senado pelo menos se defender das acusações indiretas que todos os dias são lançadas nos programas de televisão pelo Presidente da República e pela sua equipe de Governo. Nós não podemos ficar desmoralizados quando os ladrões são eles.

Nós temos, Sr. Presidente, de encontrar uma fórmula. Estamos todos querendo ajudá-lo, porque V. Ex^a realmente tem o interesse de elevar o padrão, o nível do Congresso Nacional. Vamos trabalhar por uma solução. Sei que V. Ex^a tem o direito de ir à televisão, porque eu, como Presidente do Senado, fui várias vezes. Mas é preciso que esse direito passe também para os partidos políticos, porque a desigualdade é extremamente afrontosa no momento em que o Presidente da República usa o dinheiro público para fazer publicidade atacando todos nós.

Sr. Presidente, este Governo cai a cada dia na opinião dos homens sérios, mas nem todos são sérios. Conseqüentemente, temos de alertar a população, toda ela, contra o que está acontecendo no Brasil, onde o responsável maior é o Presidente da República, que a toda parte que vai comete gafes. Ainda ontem, fez a Rainha esperar algum tempo. Os jornais ingleses hoje salientam esse ponto.

Logo, Sr. Presidente, está no momento exato de este Senado crescer, defendendo a seriedade da política brasileira e pedindo, como hoje é o Dia Internacional da Mulher, que as mulheres também participem, assim como os estudantes e todos, para dar fim a este Governo incompetente e desonesto que mancha a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, inscrito no revezamento que estamos fazendo.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Tasso Jereissati falou há pouco da tribuna sobre a falta de crescimento deste País e mostrou que o Governo Federal está preocupado mesmo com a mídia, em fazer propaganda. O Senador Antonio Carlos Magalhães acaba também de falar sobre as injustiças cometidas pelo Governo em seus projetos sociais.

Abordarei, neste momento, mais duas injustiças que se cometem neste País, injustiças que são repetidas cada dia que se passa neste Governo.

A primeira refere-se a um pedido de anistia política feita por um cidadão chamado Antônio Guedes da Silva, que, no meu Estado, é conhecido como João Trindade. Ele entrou com um pedido junto ao Ministério da Justiça no dia 14-10-2003 e até o momento não foi publicado. Faz quase três anos e, até agora, nada foi resolvido.

Ele sofreu muito durante a ditadura militar com perseguições, prisões, pois era do Partidão, tendo de fugir do Estado de Pernambuco, sua terra natal, para o meu Estado, o Espírito Santo, onde mora até hoje.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. Antônio Guedes tem quase 80 anos de idade, sofre de uma doença grave do coração, já passou por várias cirurgias. É diabético, está desempregado, não tem renda nenhuma e vive de favores dos amigos. Cumpre todos os itens do art. 4º da Portaria Interministerial nº 447, de 06 de maio de 2002, para prioridade de seu processo, mas o Governo atual não dá a menor importância para esse caso e muitos outros dessa natureza. Dá atenção, sim, a casos que dão mídia, que fazem propaganda, como é o caso do processo da filha do Sr. Luiz Carlos Prestes, Anita Prestes, que protocolou pedido de anistia política em 3-2-2004, ou seja, Sr. Presidente, depois do

pedido feito pelo Sr. João Trindade, e recebeu R\$100 mil por essa anistia. Só que ela doou esse dinheiro ao Instituto de Câncer e disse o seguinte:

“A lei contempla situações variadas. Eu discordo com a concessão das indenizações que estão levando às injustiças, já que uns ganham muito e outros nada. Esse dinheiro poderia ser mais bem investido, já que existem tantas outras pessoas na miséria.”

O Processo nº 2003.01.32482, do Sr. João Trindade, nome com que é conhecido no meu Estado, encontra-se no Setor de Análise da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, esperando a boa vontade...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – ...daquela Comissão, que tem como Chefe e Secretário-Executivo o Sr. Jorge Antônio Guimarães Vidal.

Espero, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Ministro da Justiça tome providências, que tenha um pouquinho de responsabilidade com aqueles que mais necessitam, e parem de jogar para a mídia e de fazer propaganda com a miséria e com a desgraça dos pobres que sempre lutaram por nossa democracia.

Senador Magno Malta, apenas mais um minuto, porque vou abordar outro tema ao qual, tenho certeza, V. Ex^a também vai querer se reportar.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Só para que eu não esqueça, Senador Motta, temos um capixaba chamado Perli Cipriano, dentro do Ministério da Justiça; é o auxiliar mais direto de Nilmário Miranda e conhece essa questão e conhece o Trindade muito mais que nós três juntos – eu, V. Ex^a e o Senador Gerson Camata.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Seu colega de Partidão.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – É necessário – e faço uma sugestão a V. Ex^a – que façamos um documento. V. Ex^a faz um documento ao Perli Cipriano, e o Senador Camata e eu o subscrevemos; e façamos também outro documento e peguemos a assinatura de todo o Senado, porque sei que todos assinarão.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senador Magno Malta, isso não interessa ao Governo. Interessaria ao Governo se o cidadão tivesse um nome capaz de levá-lo à mídia nacional.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Eu sei disso.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Do contrário, que morra!

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Mas essa é a maneira que temos de pressionar. Se temos um capixaba que conhece a situação e não se movimentando –, o instrumento que temos é a tribuna, é esse instrumento que V. Ex^a está usando. Assim, façamos um documento ao Dr. Perli Cipriano, que o conhece muito bem, que foi colega dele de Partidão. Esse critério da lista está completamente errado, porque, como o Trindade está morrendo, outros já morreram sem receber nada. Não foram contemplados porque são anônimos, não dão mídia. Façamos um documento ao Ministro da Justiça. Acredito que todo o Senado assinará esse documento, porque em todos os Estados há pessoas na mesma situação que a do Trindade, esperando, numa fila, receber seus direitos, sem que lhes seja dada atenção. Quero lhe dar os parabéns a V. Ex^a pela iniciativa e fazer essa sugestão.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Sr. Presidente, o outro assunto que quero abordar diz respeito a um caso ocorrido no Espírito Santo que se repete aos milhares em todo o País. Vejam só o que é a reforma agrária deste Governo.

Um cidadão do meu Estado chamado Arildo Santana, de mais de 70 anos de idade, e sua esposa, também com quase 70 anos, fazem parte de uma família humilde de mais de trinta membros que sempre viveram trabalhando e produzindo em dois pedaços de terra de 873 e 599 hectares no Município de Montanha, Norte do meu Estado, ao longo de suas vidas. Hoje, toda família vive desesperada, jogada ao relento pelos seguintes motivos:

1 – No ano de 2003, a região que faz parte do Polígono das Secas, e por isso pertence à área da Sudene, foi castigada por uma seca que destruiu plantações e dizimou rebanhos;

2 – Prova disso foi um Decreto de Emergência publicado no **Diário Oficial** da União do dia 21 de agosto de 2003;

3 – Por essa razão, os proprietários tiveram que retirar a maioria do seu gado das propriedades para não perdê-lo, levando-o para outras regiões ou até mesmo vendendo-o por qualquer preço [para não vê-lo morrer];

4 – Aproveitando-se da situação, o Incra justificou um ato de desapropriação pela falta

de quantidade de animais na fazenda e obter, durante o recesso forense, a Imissão de Posse sem fornecer ao magistrado de plantão as informações necessárias.

5 – Por este motivo, o Juiz titular da Vara de São Mateus/ES revogou o ato.

6 – O Incra alegando, entre outras coisas, que os ocupantes que entraram na área já possuíam cultivo agrícola [fato que é mentiroso], conseguiu no TRF do Rio de Janeiro uma manutenção de posse.

E o que é essa reforma agrária então, Senador Camata? Não faz justiça quanto ao latifúndio; estão tirando terra de pessoas humildes, de pessoas pobres que nasceram em cima da terra; estão tirando terra de desassistidos para entregar a desassistidos.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permita-me um aparte, Excelência.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Com satisfação, Senador Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a aborda uma tragédia que está acontecendo no Norte do Espírito Santo. O primeiro capítulo da tragédia foi a terrível seca que se abateu sobre o Estado. Vimos na televisão nacional e nos jornais do Espírito Santo carcaças de animais, pessoas carregando latas d'água. O Espírito Santo se transformou num Nordeste, e nós não estávamos acostumados àquilo, a ver pessoas andarem seis, oito quilômetros, como na terra do nosso querido Mão Santa, para buscar uma lata d'água para servir à sua família. Pois bem; aí veio o segundo capítulo da tragédia: o Incra. As pessoas que têm propriedades agrícolas tiveram que retirar os animais para não morrer. Os que não foram retirados morreram. Aí o Incra veio e disse que, se não há produtividade, é terra improdutiva e começou a assentar, sem ordem judicial, sem processo algum, naquelas propriedades. Veja V. Ex^a: da família do Sr. Arildo são trinta descendentes. Se eles assentam vinte, deixam os demais sem terra. Houve um caso pior, Senador João Batista Motta, no Município de São Mateus. Realizaram a desapropriação, e eu fui ao Incra saber o que houve. Disseram: o proprietário mora no exterior. Coitado: pobre, num barraco, sem energia elétrica, nunca saiu do Espírito Santo. Disseram que ele morava no exterior. Não tem nem passaporte. Veja V. Ex^a que critérios são usados! Depois se manda isso para um juiz, para um tribunal do Rio, que não mandam verificar se aquela informação do Incra é verdadeira e prolatam sentenças

absurdas, sem nenhuma verificação, sem conhecer o problema, sem ouvir ninguém. É muito triste o que está acontecendo no Espírito Santo. V. Ex^a sabe que se trata de um Estado pequeno, cuja reforma agrária, segundo dizem até, foi feita na Câmara, com aquelas divisões de propriedades e terras. Não temos terras desapropriadas por extensão. Os índices de produtividade, agora, por exemplo, no período de chuvas, são dos melhores do Brasil. Agora, não se pode esperar um período de seca, de dez em dez anos, para praticar uma intervenção absurda que desmotiva todos os proprietários rurais do Espírito Santo, afora outros episódios que estão acontecendo. V. Ex^a aborda com propriedade os dois temas – refiro-me também ao caso do Sr. João Trindade. Acostumamo-nos a vê-lo perseguido. Muitos de nós o escondemos nas nossas casas, porque ele chegou ao Espírito Santo e teve que trocar o nome, foi do “Partidão”, e agora vemos que ninguém se solidariza com ele. Acompanho a luta de V. Ex^a há mais de dois anos, indo ao Ministério da Justiça, voltando, trazendo mais papéis. E V. Ex^a mesmo me disse há pouco: ele foi operado como indigente há poucos dias, um homem de 80 anos de idade. É uma pena! É muito triste ver isso e ouvir isso também de V. Ex^a.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Concedo também um aparte ao Senador Magno Malta, que talvez queira falar sobre o problema do Sr. Arildo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Sinto-me representado na fala do Senador Gerson Camata. Com relação a esse absurdo que o Incra comete no Estado do Espírito Santo, quero lembrar ao Senador Gerson Camata que, na época daquela seca, fomos ao Ministério da Integração Nacional e lá relatamos tudo ao Ministro, com documentos e fotos, e no final ouvimos a palavra do Ministro: “Não fui eu que inventei nem a seca, nem a chuva”. Mamãe, acuda-me! A quem vamos recorrer? Por isso digo a V. Ex^a: nosso instrumento é a tribuna e fazer carga da maneira que pudermos. Por isso V. Ex^a conta comigo e com o Senador Gerson Camata nessa luta, bem como com os nossos companheiros do Espírito Santo. E, com relação à luta do João Trindade, fica minha sugestão: V. Ex^a faça um documento ao Perli Cipriano, que é quem pode muito bem ajudar, assine-o, e nós vamos assinar com V. Ex^a. Façamos ainda um documento ao Ministro da Justiça, assinado pelo Senado Federal inteiro, porque esse homem vive um momento delicado na sua vida, sem nada, sem um centavo; e é preterido, porque alguém passa na frente

da fila porque pode gerar mídia para o Governo. V. Ex^a tem razão. Fica minha sugestão, minha solidariedade e minha luta com esse instrumento que temos aqui, que é o microfone do Senado Federal.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Agradeço-lhes de coração pelos apartes, Senadores Magno Malta e Gerson Camata. Gostaria que fizessem parte do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que tem de ficar caracterizado para o povo brasileiro, àqueles que assistem à TV Senado, é que este Governo foge dos grandes temas. Este Governo não quer saber de reforma tributária, nem de pôr fim ao déficit da Previdência. Este Governo não está preocupado com o desenvolvimento econômico ou com a geração de empregos; preocupa-se apenas em ficar atento ao noticiário. A preocupação é apenas com a mídia e com a propaganda, para lhe garantir uma reeleição e a permanência no poder, à custa da miséria e da desgraça do povo brasileiro.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador

João Batista Motta, primeiro, repito o que disse diversas vezes aqui no Senado em relação ao seu trabalho em prol do Estado do Espírito Santo. V. Ex^a e os Senadores Magno Malta e Gerson Camata são três grandes Senadores que defendem com muita garra o seu Estado, o Espírito Santo. Lamentavelmente, mesmo trabalhando, procurando fazer com que o Governo nos ouça... Nós usamos da tribuna todos os dias. Veja que os Senadores Magno Malta e Gerson Camata, mesmo sendo da base de sustentação do Governo, têm usado da tribuna para cobrar do Governo, assim como V. Ex^a, que é da Oposição... Diz-me aqui o Senador Magno Malta que é independente, mas são três Senadores que cobram. Nós cobramos muito. O fato é que o Governo não está dando bola para o Congresso – não dá bola para nós. Não quer nem saber quando falamos aqui que ele está emitindo medidas provisórias em excesso, quando cobramos investimentos em rodovias, investimentos na agricultura, repactuação da dívida dos pequenos agricultores. Nós aqui, todos os dias, falamos das mancadas e dos desleixos do Governo, dos seus gastos abusivos. Sabe por que ele não dá bola? Porque ele manda para cá, e aqui tudo se acerta para apoiá-lo. Ele sabe que todos nós, aliás, todos não, mas que o Congresso está vinculado ao Governo; os trabalhos aqui dentro estão vinculados ao Governo, porque, se nos uníssemos aqui, independentemente de cores partidárias, o Governo iria mudar, iria nos respeitar. Ele não nos respeita e, não respeitando o Congresso, não respeita o Brasil. Todos os dias falamos que não vão recursos para a Santa

Catarina, para o Rio Grande do Sul, para o Paraná, para o Piauí, para o Espírito Santo, e não vão mesmo, porque ele governa do jeito que quer; é um Governo que não está dando bola para nada. Dá a impressão de que estamos vendo o Lula como Nero, lá de cima: vendo o Brasil pegar fogo e rindo à toa, rindo do Congresso, debochando do Congresso, porque todos os dias aqui se cobra, se alerta, se mostram caminhos, se apresentam as dificuldades. Chama-se a atenção do Governo, que, lamentavelmente, viaja pelo mundo afora, reinaugura obras, usando o aerolula para cima e para baixo, gasta R\$1 milhão por dia em mídia e vai tocando o País desse jeito. O País tem tido um crescimento pífio, pouco maior do que o do Haiti, e Lula se vangloria: “Eu não tenho pressa. O Brasil não tem pressa de crescer”. Isso é gozar, é brincar com a sociedade brasileira. Cumprimento V. Ex^a por seu pronunciamento, mas vamos continuar falando. Daqui a pouco vou falar também. Lamentavelmente, o Presidente está rindo de todos nós e abusando do poder que tem.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. Com relação ao que V. Ex^a disse – que o Presidente Lula afirmou que não tem pressa e que o Brasil não tem pressa –, é bom lembrar que, em 1970, a China exportava US\$25 bilhões por ano, e o Brasil exportava também os mesmos US\$25 bilhões; hoje, o Brasil passou para US\$100 bilhões, e a China, para US\$ 1 trilhão! Por isso e por essas frases de efeito produzidas pelo Presidente Lula é que este País não cresce e continuará a não crescer caso ele permaneça à frente do Governo.

Para terminar, Sr. Presidente, destaco uma coisa: os casos João Trindade e Arildo Santana são apenas amostragens. As injustiças cometidas contra cidadãos como João Trindade ou desapropriações como a da fazenda do Sr. Arildo Santana acontecem de norte a sul do País; as injustiças são praticadas em quase todos os lugares.

O MST só invade terra perto da cidade, bem localizada, já cultivada e produtiva! Ninguém quer entrar na devoluta, ninguém quer entrar no grande latifúndio, ninguém quer ter trabalho para preparar a terra e produzir! Querem pegar pasto prontinho, querem morar na casa que o fazendeiro construiu ao longo de sua vida, às vezes propriedades que já vieram de avô para pai, para filho, propriedades que datam da era do café, que datam de 200, 300 anos atrás. Essas injustiças têm de acabar neste País. Isso é uma vergonha, Senador Leonel Pavan! Precisamos ter responsabilidade; do contrário, o homem do campo vai continuar se omitindo, e o Governo Federal, responsável pela violência no campo, responsável por tudo aquilo que está acon-

tecendo de ruim, vai continuar olhando complacente, omissivo e irresponsável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, e Cristovam Buarque, sucessivamente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – V. Ex^a já está inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de inscrever meu nome também para falar em nome do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Então, está na hora agora, Senador Magno Malta. V. Ex^a quer esperar, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu aguardo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com a palavra o Senador Magno Malta, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que mande transcrever nos Anais da Casa artigo publicado no jornal **O Povo**, do Estado do Ceará, de autoria do professor José Teodoro Soares, reitor da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). Teodoro Soares é um educador – V. Ex^a deve conhecê-lo –, que tenho a honra de conhecer há muitos anos e por quem tenho a maior admiração. Seu artigo, intitulado “Patrícia Saboya – a senadora da criança”, discorre sobre a luta que a Senadora cearense vem desenvolvendo no Senado da República.

Portanto, peço a V. Ex^a autorização para sua publicação nos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPOVO

Capa
 Brasil
 Buchicho
 Ceará
 Charge
 Colunas
 Cotidiano
 Economia
 Esportes
 Há 75 Anos
 Mundo
 Opinião
 Política
 Vida & Arte
 Aprendendo
 com O POVO
 Ciência & Saúde
 Clubinho
 Edições Anteriores
 Edições Históricas
 O POVO
 Empregos
 Populares
 Especiais
 Expediente
 O POVO
 Guia Vida & Arte
 Jornal do Leitor
 Ombudsman
 Papel de Parede
 People
 Páginas Azuis
 Veículos
 Viagem & Lazer

canais noolhar

Balada In
 Colunas
 Diversão e Arte
 Esoterismo
 Esportes
 Horóscopo
 Humor
 Multimídia
 Tecnologia
 Universitário
 Verão Vida & Arte
 Últimas

serviços

Biblioteca OPOVO
 Edições Anteriores
 Enquetes
 Fórum
 Pesquisa
 Populares
 Webmail

ouça

AM do Povo CBN
 Calypso FM
 Mix FM
 Tempo FM

Opinião

Fortaleza, 6 de Março de 2006

ARTIGO**Patrícia Saboya - a senadora da criança****José Teodoro Soares**

[04 Março 02h49min 2006]

Cresci ouvindo muitas pessoas dizendo que o único direito de menino era não ter direito. Essa declaração dita em tom de brincadeira, revelava, no fundo, um forte preconceito contra os possíveis direitos da criança, arraigado na sociedade mundial, sobretudo nos países menos desenvolvidos.

Prova desse fato é que depois de algumas tênues tentativas que ficaram no papel, somente em 1959 foi que a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração dos Direitos da Criança afirmando o compromisso de que a humanidade deve prestar o melhor de seus esforços aos meninos e meninas, pois eles, em decorrência de sua inatividade física e mental, requerem proteção física e mental, requerem proteção e cuidados especiais.

No Brasil, a Constituição de 1988 foi a primeira na história que abordou de forma objetiva o tema da criança e do adolescente, que passaram a ser objeto de proteção especial do Estado, da sociedade e da família, independentemente da condição financeira e classe social dos pais. Hoje, são detentoras de direitos específicos em um sistema de garantias que atende às suas necessidades até completarem dezoito anos, incluindo-se o aspecto penal dos atos praticados pela ou contra a criança.

Em seus artigos 227 e 228, a Constituição de 1988 estabeleceu regras claras sobre os direitos e deveres concernentes à criança e ao adolescente, transmutando a forma como eram tratados no Brasil. Estas conquistas foram consagradas pelo governo brasileiro na Assembleia Geral da ONU, em 20 de novembro de 1989, que ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança.

O obsoleto Código de Menores, até então vigente, deveria ser substituído por uma lei moderna e eficiente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 delineou um conjunto sistemático de regras que a família, a sociedade e o poder público devem seguir para poder cuidar e proteger nossas crianças e adolescentes.

Todas as discussões realizadas para a definição do ECA, abriram caminho para a criação da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente do Congresso Nacional.

A senadora Patrícia Saboya, na atual legislatura, mercê de sua extraordinária atuação na defesa da criança e do adolescente, desde quando foi primeira dama do Ceará, no GOverno Ciro Gomes, onde desenvolveu um intenso trabalho social com a ajuda direta da Presidente da Fundação do Bem Estar do Ceará - hoje deputada Tânia Gurgel, vice-líder do PSDB, inaugurando em quatro anos 437 creches. Como deputada estadual teve destacada atuação na CPI da Prostituição Infantil e, como senadora, vem desempenhando seu mandato com extrema dedicação ao tema que granjeou de seus pares a confiança para coordenar a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente no Senado Federal.

veja também

Calypso FM
ClickLab
Edições Demócrito
Rocha
Fundação
Demócrito Rocha
Mix FM

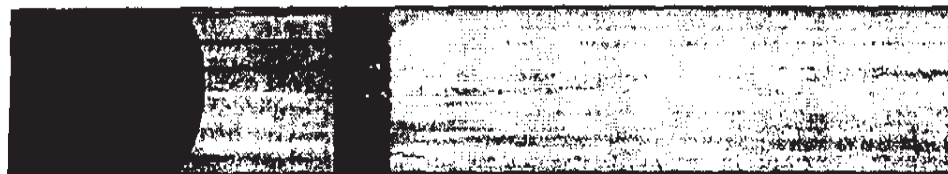
Recentemente a senadora Patrícia Saboya lançou, em Fortaleza, o livro *Infância e Parlamento - Guia para formação de Frentes Parlamentares da Criança e do Adolescente*, fruto da alentada experiência acumulada em sua lida diária e como a própria diz: que sirva como mais um importante instrumento para nossa incansável busca por um cotidiano em que todas as crianças brasileiras tenham oportunidade de se desenvolver plenamente.

Comungo dos ideais da senadora e acrescento que um dos passos mais importantes para a criação de uma geração saudável é a escola. Partindo da idéia para a ação, a UVA foi a primeira universidade cearense a criar uma licenciatura específica e pós-graduação em Educação Infantil e está à disposição da sociedade para formar mais professores qualificados para cuidar de nossas crianças, contribuindo a que se tornem cidadãos conscientes do papel que têm a desempenhar para o desenvolvimento do Ceará e do Brasil.

Parabéns, senadora Patrícia Saboya! A sociedade brasileira haverá de reconhecer o fantástico trabalho que vem desenvolvendo em prol da criança e do adolescente em nosso Brasil.

José Teodoro Soares é reitor da UVA

 [Imprima esta notícia](#)  [Envie esta notícia](#)

**olhar**

[Política de Privacidade](#) [Aviso Legal](#) [Publicidade Online](#) [Faça desta sua Home](#) [Contato](#)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para uma informação. Fiz uma permuta de inscrição e gostaria de saber a que horas vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – V. Ex^a é o próximo inscrito, mas há dois Líderes à frente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não são intercalados? Existe uma intercalação: um Líder e um inscrito. Pelo menos, era assim, até ontem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Vamos ver isso.

Primeiro, concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois não. Aí, o Sr. Carreiro poderá dar essa informação correta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O Senador Magno Malta está com a palavra por 20 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Cristovam Buarque, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, 8 de março, cumprimento as galerias, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Pastor Presidente da Assembléia de Deus, demais cidadãos que estão nas galerias, pessoas que nos ouvem em casa.

Hoje, minha primeira ação, ao me levantar, Senador José Agripino, foi passar uma mensagem ao celular da minha esposa, cumprimentando-a pela importância que tem para a minha vida, para a vida das minhas filhas e para este País, na medida em que, ao longo de 25 anos, juntos, temos tirado das ruas miseráveis, drogados, esquecidos, bêbados. E começamos dentro de casa, Senador Mão Santa. Mandeí uma outra mensagem de texto para o celular da minha filha mais velha, Magda, de 21 anos, e para o celular de minha outra filha, Karla, de vinte anos, cumprimentando-as, Senador Heráclito, pelo Dia Internacional da Mulher, pois essas mulheres, sem dúvida alguma, são esteio da nossa luta, a mola que nos impulsiona a buscar os nossos ideais. Por isso, cumprimento minha esposa e minhas três filhas. E, já agora, lembrando-me de Jaislliny, com cinco anos, uma dádiva de Deus na minha vida e na vida de minha esposa, peço a Deus muita graça para poder criá-la de igual modo e oportunidade como

criei as duas mais velhas, que tanto me orgulham, que fazem tão bem ao meu ego, a minha vida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, desculpe interrompê-lo. Saudações ficam na terra. É preciso ir aos céus e pedir à Santa Dadá que continue abençoando, traduzindo aquilo que está no Livro de Deus: “a árvore boa dá bons frutos”.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Mão Santa. A minha mãe, dona Dadá, faleceu aos 57 anos de idade. Deus a tirou muito jovem ainda, mas, a vida que viveu, como significou para a comunidade onde viveu e para a nossa família!

Cumprimento e abraço as Senadoras, nossas companheiras aqui, colegas. Cumprimento e abraço as mulheres do meu Estado, desde as mais simples e anônimas às mais conhecidas.

Hoje, tive o cuidado de ligar para as deputadas estaduais do meu Estado e para as prefeitas, gente que tem responsabilidade de um mandato dado pelo povo, porque é preciso fazer justiça neste dia, em havendo essa possibilidade.

Uso neste momento a tribuna para cumprimentar aquelas mães anônimas, milhares delas, que choram porque têm um filho drogado ou porque enterraram um filho muito cedo, morto pelo tráfico, por bala perdida; mães que dedicam, hoje, o seu tempo a cuidar de um filho que ficou paraplégico, tetraplégico; mães que se fizeram representar, Senador José Agripino, por uma parte que encabeça um grande movimento neste País, aquelas que querem justiça e vieram hoje ao Senado Federal, acompanhando os pais de Gabriela, trazendo um milhão e duzentas mil assinaturas para mudar a lei pedindo o endurecimento do Código Penal Brasileiro.

Carlos Santiago e Cleyde, pais de Gabriela, reuniram um milhão e duzentas mil assinaturas, pedindo mudanças na Lei Penal. Em 2003, a estudante carioca de catorze anos foi atingida no peito por uma bala perdida, na primeira vez que saía sozinha. Estava numa estação de metrô, considerado o meio de transporte mais seguro da cidade. Três dos quatro assaltantes que motivaram o tiroteio eram reincidentes.

Desde pequena, Gabriela gostava de posar para fotografias com gestos de paz. A última virou símbolo e foi tatuada pelo seu pai no braço meses depois da sua morte. Este pai e esta mãe estiveram nesta Casa hoje.

Aqui temos uma foto da linda Gabriela e A SRA. Cleyde, sua mãe.

Cumprimento a mãe de Liana Friedenbach, que foi duramente estuprada por quatro dias seguidos e morta.

Milhares de mães anônimas espalhadas pelo Brasil choram e sofrem por terem sido atingidas e vi-

timadas pela violência vigente. E que violência, que cresce todos os dias, a passos largos, avassaladores e devastadores! Eles vieram pedir endurecimento. Esses pais querem, Senador Cristovam Buarque, redução da maioridade penal.

Não podemos achar que estamos vivendo no país de Alice e fazermos poesia. Acho que é pior que isso. Fingir que estamos “viajando na maionese”, como se nada estivesse acontecendo neste País, chamando de criança um homem de dezessete anos de idade, que pode gerar filhos, votar e decidir o destino de uma nação? Chamar um homem de dezesseis anos de idade, que gera filho, que estupra, de criança?

Não estamos aqui discutindo o lugar: “Ah, mas a redução da maioridade penal vai colocar esses meninos que matam onde?” Estamos discutindo um conjunto de medidas para o sistema prisional também, para a ressocialização, com oportunidades para educação.

Canso de falar, desta tribuna, que o sistema prisional da Itália só precisa ser copiado. Não precisamos inventar mais nada.

Mas a verdade é que um sujeito de dezessete anos põe um 38 na cabeça de um trabalhador, e o trabalhador começa a morrer no momento em que é abordado, não por medo, mas porque esse cidadão de dezessete ou dezesseis anos, com uma arma na mão – um 38 ou uma 765 –, o chama de vagabundo, dizendo: “Entra no carro, vagabundo!” O homem de bem começa a morrer, Senador Flexa Ribeiro, quando esse cidadão o joga no porta-malas do carro, entra na casa dele, toma seus pertences, amarra-o, estupra a mulher na frente dele, para que ele veja, depois vai embora esse homem. Se a polícia põe a mão, ele diz: “Tira a mão de mim que eu sou criança!” E nós ficamos assistindo a isso, fazendo poesia, como se estivéssemos no País de Alice.

Precisamos trabalhar a redução da maioridade penal. Conclamo os cidadãos deste País que estão vendo a TV Senado e ouvindo a Rádio Câmara agora, que mande *e-mail* ao seu Senador, aos Deputados, que faça coro, que discuta isso na sua comunidade, na sua escola, na sua igreja; que não abafe, não esconda, não tenha medo de relatar os fatos sobre homens de dezesseis, dezessete anos que estupram, matam e seqüestram.

Parece que o Estatuto da Criança e do Adolescente é a melhor coisa do mundo: não pode ser tocado, não pode ser mexido. Nada é tão suficientemente bom que não precise de mudança.

Agora, estamos assistindo a uma decisão de um tribunal superior: progressão de regime para crime hediondo. É como se cuspiasse no rosto dessa mãe e desse pai. É uma cusparada, eu diria até uma escar-

rada, no rosto dos milhares de brasileiros e de famílias vítimas de violentos, que estupraram uma criança de nove anos, que estupraram uma universitária que saía da faculdade, faculdade que freqüentava com sacrifício, estudando à noite e trabalhando de dia para ajudar a família. Ela foi seqüestrada e estuprada na porta da faculdade, e morta. Houve seqüestro seguido de morte, mas eles invocam os direitos humanos. Os humanos é que não têm direito.

Agora, nós estamos assistindo a isso. Sabem por quê? As cadeias estão cheias. O Poder Público é impotente para construir centros de ressocialização. Volto a dizer, Senador Mão Santa, que não me refiro a bolsões humanos, nem a cadeias com cubículos de quatro por quatro onde cabem oito e eles colocam 28. Não é isso. O Poder Público tem dinheiro para gastar com publicidade, tem dinheiro para Marcos Valério – preste atenção, povo brasileiro que está me ouvindo! –, mas não tem para fazer um presídio na sua região.

Eu estava pensando que esse negócio de Parceria Público-Privada poderia incluir também presídio, para incentivar o empresário a usar essa mão-de-obra, colocando o preso para trabalhar o dia todo para pagar o colchonete, a sua própria comida e indenizar a vítima. Mas, muito pelo contrário, não existe interesse na construção dos presídios. É mais cômodo revogar a lei, afrouxar. Quem manda é o bandido. Quanto mais o banditismo impõe a sua lei, mais os homens públicos se acovardam e andam para trás.

A revogação da Lei de Crimes Hediondos é uma punhalada nas costas de todos nós, é um benefício a quem desrespeita crianças, é um benefício a quem invade um banco atirando e mata uma mãe grávida, é um desrespeito à vítima de seqüestro seguido de morte – fazem o seqüestro, recebem o dinheiro e ainda matam. Mas, agora, com a revogação da Lei de Crimes Hediondos e a progressão de regime, eles terão o mesmo benefício de um ladrão de galinha. O sujeito que estupra e mata terá o mesmo benefício, Senador Cristovam Buarque, de um sujeito que rouba um toca-fitas.

A impunidade é o adubo da violência. Aí, compensa cometer crime, Senador Mão Santa.

Por isso, estou protocolando nesta Casa um projeto de lei para o qual peço o apoio da sociedade brasileira. Estou falando com os senhores e as senhoras que estão em casa agora, com os estudantes que estão me ouvindo: eu gostaria de passar cópia do meu projeto a você que é estudante de Direito, a você que está me ouvindo, à sua comunidade, à sua igreja. Trata-se do Projeto de Lei do Senado que “altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja ini-

ciado no regime fechado e estabelecer que progressão de regime só pode ser obtida após o cumprimento de dois terços da pena no regime anterior”.

O sujeito pratica seqüestro seguido de morte, é condenado a trinta anos e terá direito à progressão de regime depois de cumprir vinte anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 1º O condenado por crime previsto no **caput** deste artigo iniciará o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado; a progressão para regime menos rigoroso dependerá do cumprimento mínimo de dois terços da pena do regime anterior, observados os demais requisitos do art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

Na minha justificativa, descrevo, de forma condensada, Sr. Presidente, aquilo que tentei fazer nestes vinte minutos em que estou na tribuna.

Infelizmente, no Dia Internacional da Mulher, o jornal **A Tribuna** de hoje, do meu Estado, publica em sua capa: “Mulher presa com fuzil, escopeta, pistola e revólveres”. Ela é traficante e comanda assaltos na Grande Vitória.

O Espírito Santo tem tido o desprazer de figurar entre os locais mais violentos do mundo. Vitória está entre as cidades mais violentas do Brasil. O Município da Serra, que era o primeiro, caiu agora para o sexto lugar, graças a Deus! Pergunto: nós temos que afrouxar os instrumentos? Muitas vezes, ficamos chateados e, na nossa chateação, fazemos discursos nervosos e alterados contra o Poder Judiciário. No entanto, o juiz de bem – cumprimentando os juizes de bem, cito o Dr. Eduardo Lemos, um jovem juiz da Vara de Execuções Penais do meu Estado, e o Dr. Odilon, de Mato Grosso do Sul – tem mão dura, mas o que adianta ter mão dura, se a lei é frouxa?

Pode-se agir duramente contra um narcotraficante preso com uma tonelada de cocaína, mas sabe qual vai ser a pena para ele? Cinco anos. Se cumprir dois terços, ele vai para a rua. E, se for preso com mais uma tonelada, não há agravante na lei para ele. Então, compensa?

O que podemos fazer? Sair prendendo? Não. Temos capacidade de construir presídios? Claro que não. Não temos o cofre, não somos o Poder Executivo, não somos o dono do Orçamento. Qual o nosso papel, Senador Flexa Ribeiro? Construir o instrumento para o

Poder Judiciário poder cobrar, construir o instrumento para a sociedade: a lei.

Para mim, quem tem uma visão diferente deste momento violento que o Brasil vive, quem não tem a visão de que precisamos de coragem para uma lei de exceção para os próximos dez anos, para conter essa violência... Se isso não for feito, daqui a mais dez anos – eu disse isto ontem, e podem guardar –, vamos pedir licença a traficante para entrar no shopping, para passar pelo pedágio para ir para a faculdade e para entrar no aeroporto para poder embarcar, porque a situação se avassala, vai tomando corpo de tal maneira que os homens se acovardam. A situação poderia ser diferente se os homens de bem, os homens públicos deste País tivessem a coragem e a ousadia dos homens do mal, porque, se tivéssemos a mesma ousadia dos homens do mal, se a maioria absoluta de homens de bem deste País comparada a essa minoria de terroristas tivesse a mesma ousadia, certamente, os filhos, netos, amigos, vizinhos, funcionários não estariam sobressaltados, vivendo dias de grande angústia.

Senador Cristovam Buarque, que ora preside esta sessão, não conheço uma mãe que tenha uma filha ou um filho que estude à noite que consiga reclinar a cabeça até que os filhos voltem para casa. Conheço inúmeras famílias que não acabam seu sobressalto e a sua ansiedade até que o filho menor volte numa van, ou numa Kombi da escola, por receio do que pode acontecer vindo do invisível, ou seja, as chamadas balas perdidas.

Resolveremos isso com repressão? Trata-se de um conjunto de medidas: prevenção, repressão, instrumentos fortes, famílias obstinadas a combater o vício como um todo. Combater o vício como um todo também implica reagirmos contra uma sociedade hipócrita que se alcooliza, uma sociedade de fumantes.

Lá na casa de recuperação onde tenho o prazer de recuperar vidas, de cada dez viciados em drogas ilegais, nove são filhos de fumantes. Já nasceram com um presente de grego. Se a sociedade se unir para fazer o enfrentamento das drogas legais – que estão na legalidade; não é que sejam boas –, ou seja, o álcool e o fumo, se a sociedade sair do casulo da hipocrisia para fazer o enfrentamento verdadeiro dos vícios como um todo que têm marcado a violência neste País, a situação pode mudar.

Encerro meu discurso dizendo que, no Carnaval, fui a Porto Seguro, na Bahia, a convite de um amigo, o empresário Gilberto Abade, homem bem-sucedido, que veio do nada, lá de Eunápolis – era camelô, construiu uma pousada e depois um hotel –, homem que professa a fé evangélica, como eu. Fui para o hotel

dele com a minha esposa e três filhas. Lá, tranqüilo, li minha Bíblia pela manhã, escrevi...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador, vou conceder-lhe mais dois minutos, porque há muitos oradores inscritos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já estou encerrando.

Na ocasião, tive a oportunidade de compor seis músicas, Senador Mão Santa. Estava tranqüilo, com a minha pequena Jaislliny, de cinco anos, a minha Kátia ao meu lado, minha Maguinha, minha Karla. Lá, em uma boate chamada Parracho, uma menina de 18 anos, cuja família era do Rio de Janeiro, morreu de *overdose*. O pai e a mãe receberam a menina morta, no melhor da idade, por causa do consumo de álcool, drogas ilegais, vício. E os anônimos caídos na avenida...

Na quarta-feira de sangue, de dor e de lágrimas para muitas famílias, falei, à noite, em uma Igreja Missionária de Porto Seguro. Quarta-feira de desilusão para aquele que gastou o que não tinha, quarta-feira de ocorrência policial, quarta-feira de recolher os mortos. Aquilo que, de forma quase beatificada, se chama Quarta-Feira de Cinzas é quarta-feira de sofrimento e de sangue.

Quero dizer às pessoas que publicaram uma nota no jornal do meu Estado, dizendo que eu estava no Carnaval de Porto Seguro – infelizmente, a vida pública nos expõe a esse tipo de coisa –, que realmente eu lá estava com a minha família. Respeito quem ama o Carnaval, mas discordo plenamente, porque o rastro nefasto que o Carnaval deixa, sem dúvida alguma, são cicatrizes que não se fecham, são duradouras, não cicatrizam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Passo a palavra ao próximo Líder inscrito. Antes do Senador Osmar Dias, já estava inscrito o Senador José Agripino.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, também estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Leonel Pavan, só há intercalação quando se fala pela Liderança, mas o próprio Líder tem primazia.

S. Ex^a está inscrito logo após o Senador Alvaro Dias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento de uma querida amiga, em janeiro último, D. Honorina Tavares de Albuquerque, que é mãe do ex-Deputado Federal Edme Tavares. Digo “querida amiga” porque ela era de fato uma querida amiga minha, uma figura com quem eu mantinha uma relação de correspondência muito intensa, que me escrevia com muito carinho. Recebi, há pouco, um comovido cartão de Natal dela.

Outro assunto, Sr. Presidente, é que estou procurando o Presidente da Comissões de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, meu prezado amigo também, para pedir a S. Ex^a que coloque em pauta o requerimento de convite ao Dr. Murilo Portugal, atual Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e ex-Secretário do Tesouro Nacional (1992-1996), para prestar esclarecimentos sobre a evolução da dívida interna.

Digo isso porque o ilustre Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, ontem fez aqui de novo menção àquela cantilena de que a dívida era de 60 milhões e, no Governo Fernando Henrique, explodiu para 600 milhões. Nós sabemos – e Murilo Portugal sabe – que isso se deve ao resgate de inúmeros esqueletos que foram, eles sim, responsáveis pela explosão da dívida, que subiria sim, ainda sem os esqueletos, mas em monta muito menor, como preço a se pagar pela estabilização da economia.

A explicação que também quero seja dada é por que, sem quitarem esqueleto algum, subiu tanto a dívida, que já passou de um trilhão no Governo atual. Ninguém melhor do que o número dois da Fazenda, meu prezado amigo Murilo Portugal, para vir aqui explicar ao Senado, à Comissão de Assuntos Econômicos e, portanto, à Bancada governista como ele fez. Se foi algo tão escabroso assim, não sei o que o Sr. Murilo Portugal faz hoje como número dois da Fazenda. O Presidente Lula deveria demiti-lo. Se não é escabrosa, se houve razão de ser para o aumento da dívida, em função do resgate desses esqueletos, por favor, parem essa cantilena e usem argumentos mais sofisticados, mais densos e respeitáveis intelectualmente.

Então, preciso mesmo que o Presidente Luiz Otávio coloque em pauta esse requerimento para que, por unanimidade, aprovemos a vinda do Sr. Murilo Portugal e, de uma vez por todas, esclareçamos por que a dívida cresceu tanto na época em que ele, Murilo Portugal, era o Secretário do Tesouro Nacional. Ninguém melhor para falar de algo que ele viu de perto.

Tenho certeza de que, a partir daí, morrerá mais um discurso falacioso do Governo Lula.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Mesa se solidariza com o ex-Deputado Edme Tavares pela morte da SRA. Honorina.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, eu gostaria também de me associar ao requerimento de voto de pesar de autoria do Senador Arthur Virgílio pelo falecimento, já há dias, da SRA. Honorina.

Senador Arthur Virgílio, ela gostava muito de nos ouvir, a V. Ex^a e a mim, segundo me disse Edme Tavares. Ele me trouxe um cartãozinho feito de próprio punho por ela, com a letreirinha bem desenhada, há uns meses, ao qual respondi também de próprio punho, carinhosamente. Também recebi, ela já falecida, o cartão de Natal a que V. Ex^a se referiu. Por essas razões todas e pelo merecimento que uma paraibana ilustre como ela o era, desejo subscrever esse requerimento de Voto de Pesar a Dona Honorina, ilustre paraibana e minha querida amiga.

Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a V. Ex^a e à Casa que a Mesa estará recebendo hoje ou, no mais tardar, amanhã, o requerimento de prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que está investigando fatos conexos a tudo aquilo que nasceu com Waldomiro Diniz. Essa CPI está existindo por determinação judicial, porque foi objeto de todo tipo de tentativa de impedimento por parte do Governo. Ela está chegando a conclusões, mas está travada em alguns pontos fundamentais, como, por exemplo, o Sr. Paulo Okamoto, amigo pessoal do Presidente Lula, que nos leva a tomar a iniciativa de colher as assinaturas – já passam de trinta, já há número suficiente – a fim de apresentar o requerimento à Mesa para leitura e publicação para efetivação.

O que nos levou, no dia de ontem, a colher assinaturas? Uma preocupação que temos com respeito à opinião pública é a prestação de contas, o apontamento dos culpados. O Sr. Paulo Okamoto é uma das nossas preocupações, e uma das maiores, porque ele esteve na CPI, prestou depoimento inconcluso, entrou com recurso junto ao Supremo Tribunal Federal para impedir a efetivação do requerimento, aprovado pela CPI, de quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário de S. S^a.

O que pesa de acusação ou denúncia que envolve o Sr. Paulo Okamoto – e envolve diretamente Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – é que o Sr. Paulo Okamoto, amigo pessoal de Lula, teria declarado haver pagado uma conta que Lula tomou emprestada, uma conta tomada junto ao PT – e o PT não pode emprestar dinheiro a filiado –, dizendo que

o havia feito com recursos do próprio bolso. Pagou em dinheiro, em espécie; pagou em São Paulo, sacou o dinheiro em Brasília; pagou com um estafeta que levava a carteira de identidade de Lula para a efetivação do pagamento.

Mais recentemente, por competência e talento de técnicos da CPMI dos Correios e da CPI dos Bingos, por cruzamento feito por esses técnicos competentes, surgiu a constatação de telefonemas trocados, em grande quantidade, entre o Sr. Okamoto e os Srs. Delúbio Soares, Silvio Pereira e José Dirceu. Quem são essas figuras, Senador Arthur Virgílio? Quem são Delúbio, Silvinho e José Dirceu? Constituem o próprio triunvirato do “mensalão”, junto com Marcos Valério.

Na medida em que o Sr. Paulo Okamoto declara que pagou a conta pessoal de Lula, Presidente da República, em espécie, e Lula contesta e pede que o seu sigilo bancário, aprovado pela CPI, não seja quebrado, nós temos um direito, um raciocínio feito. Se Paulo Okamoto disse que pagou, ele tinha, no seu extrato bancário, a prova de que pagou com recurso próprio. Deveria ser interesse dele a quebra de sigilo. Em vez disso, ele propõe uma ação, perante o Supremo, para evitar a quebra do sigilo bancário. Um sigilo telefônico quebrado por competência de técnicos mostra a ilação do Sr. Paulo Okamoto com os homens do “valerioduto”.

O que eu posso supor? neste momento, só supor: que a conta de Lula, paga por Paulo Okamoto, usou recursos do “valerioduto”; a menos que ele nos prove, abrindo mão do seu sigilo bancário, que os R\$29.600,00 da conta paga por ele, com dinheiro dele, dito por ele, no Banco do Brasil, em São Paulo, foi paga com recursos próprios. Então, que ele prove. Basta que abra mão do seu sigilo bancário e prove que tal dia, tal dia, tal dia e tal dia, nos quatro dias de pagamento, em quatro meses diferentes, ele sacou da sua conta bancária. E está encerrado o assunto.

Em vez disso, surge a informação de que a quebra do sigilo telefônico mostra centenas de ligações, centenas de ligações dele com Delúbio, Silvinho, José Dirceu, os homens do “valerioduto”, junto com Marcos Valério. Eu tenho o direito de supor que esse dinheiro que pagou a conta de Lula veio do “valerioduto”. E é obrigação dos membros da CPI prosseguirem com a investigação. Por essa razão é que coletamos assinaturas ontem.

Só que ontem surgiu mais uma notícia, e hoje surge mais outra notícia, envolvendo o Sr. Paulo Okamoto.

Qual é a de ontem? É que, além de pagar as contas do Presidente, ele pagou também as contas da filha do Presidente, de Lurian, o que o Sr. Paulo

Okamoto hoje vem desmentindo numa história fantasmagórica, de causar arrepio de cabelos. Diz que essa conta referia-se ao aluguel de um imóvel para uma campanha da SRA. Lurian. Conta pessoal da Lurian, para aluguel de imóvel, com fiador e dono. O fiador chamava-se Sr^a Carloti, mulher de poucas posses, pois declarou no processo que ganhava R\$286,00, da aposentadoria. Mas era fiadora. O dono do imóvel é o Murilo Ormonde, que, passado muito tempo, uma vez não paga a conta de vinte e tantos mil reais, acionou, na Justiça, a SRA. Carloti, que se desesperou, pois não tinha posses para pagar. Como a Lurian não pagava, de repente aparece uma alma caridosa chamada Paulo Okamoto, que pega o dinheiro em espécie, deposita na conta, do Bradesco, da SRA. Carloti, a pobrezinha, fiadora, que aí paga ao Sr. Murilo Ormonde. E aí, depois de descoberto e denunciado pela revista **Veja** e confirmado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, vem o jogo de desmentidos: “Não, não foi assim, não foi assado”. Mais confusão! Para quê? Para ser desvendada pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu o ouvirei em seguida, com muito prazer, Senador Mão Santa.

Senador Cristovam Buarque, não existe nada mais trabalhoso do que comissão parlamentar de inquérito, por uma razão simples: as comissões permanentes têm a primazia de funcionamento; as CPIs funcionam em sobras de tempo, em horas de almoço e de jantar. Faz meses que, às terças-feiras e às quartas-feiras, eu não almoço ou não janto. É agradável a tarefa? É profundamente desagradável. Mas é obrigação. Então, pediremos uma prorrogação do nosso descontentamento pessoal por masoquismo ou por obrigação? É por obrigação!

Mais ainda. Surge a outra pérola. Depois da história da Lurian, agora aparece, Senador Mão Santa, a história da doação do Sr. Paulo Okamoto que deve ser um milionário para a campanha de Vicentinho a Prefeito de São Bernardo. Essa doação o Sr. Paulo Okamoto confirmou. Com dinheiro de onde? Tudo o que ele ganhava em três meses, à época, não pagava, nem de longe, a doação dos “santinhos” ou adesivos que fez para o Sr. Vicentinho.

De onde está vindo o dinheiro do Sr. Paulo Okamoto para pagar os “santinhos” da campanha de Vicentinho, as contas de Lurian e as contas de Lula? Essa é a maior gravidade! É nossa obrigação. Nós estamos investigando por sentimento de obrigação perante a sociedade, até para que os culpados, se forem apontados, sejam punidos, para que a impunidade não estimule outros a roubarem o dinheiro púb-

lico. O pior dos mundos, Presidente Cristovam, é a impunidade. Se não se toma providência quando se vê o dolo praticado, estimula-se quem é sério a praticar o dolo. Por quê? Por uma razão simples: praticam o dolo, roubam o dinheiro público, e não acontece nada. “Eu vou, na oportunidade que tiver ou que eu fabricar, também meter a minha mão”. E aí o Brasil vai pelo ralo. E antes que vá, estamos tomando providências, e a Mesa vai receber o pedido de prorrogação da CPI dos Bingos, para que possamos completar, entre outras, esta tarefa e mais uma outra que vou comunicar também a V. Ex^a.

Ouçó, com prazer, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, todo o País está perplexo diante da palavra de V. Ex^a, com denúncias claras, vergonhosas, mas que ocorreram. Um cantor baiano, Ricardo Chaves, tem uma música que diz: “Acabôôôô, acabou...” Mas acabou o Governo e o PT. Olhai aqui a vergonha. Ninguém do PT aqui para justificar, para defender, para defender o indefensável, para dar uma esperança, uma contribuição à democracia. Mas eles já perderam, correram de campo por WO. Nenhum do PT presente aqui! Então, eles sentem vergonha das ações que fizeram. Meus parabéns! V. Ex^a é um grande vitorioso. Entendo que o Partido de V. Ex^a cresceu no País, cresceu no Piauí, com Heráclito Fortes, e V. Ex^a deveria era ser candidato a Presidente da República.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigando, Senador Mão Santa, pela confiança renovada, que agradeço.

Mas, Senador Mão Santa, penso que os petistas estão é lá na CPI dos Bingos. Sabe por quê? Porque hoje à tarde foi lá o Sr. Francisco das Chagas Costa. Sabe quem é ele? É um motorista profissional; é ou era. Sabe o que ele disse? V. Ex^a não foi à CPI dos Bingos para ouvir, como eu ouvi, o Ministro Palocci, em seu depoimento, respondendo a uma pergunta que eu fiz, em cima de suposições que eu tinha de que estava havendo superfaturamento na varrição, e que ele, Mauro, que era diretor da Companhia de Limpeza Pública de Ribeirão Preto, era o responsável pelo assunto e que havia denunciado o assunto. O Ministro Palocci olhou para mim com um olhar de desdém e disse: “Quem é que nos assegura que Mauro não estava exibindo e apresentando o superfaturamento decorrente de varrição inexistente para ele ser usufrutuário desse superfaturamento?”

E foi lá hoje, agora à tarde, uma senhora, D. Marilene, que, entre outras coisas, coonestou o depoimento – que só agora eu li – e disse que conhecia o Sr. Mauro, que era o seu superior, e que Mauro pediu demissão da função. Não foi demitido, não. Já imaginou

ladrão pedir demissão da “boquinha”? Quando ladrão chega perto da “boquinha”, afeiçoa-se a ela e fica nela o resto da vida, se deixarem.

Pois o Mauro pediu demissão, e está escrito no depoimento da SRA. Marilene: “pediu demissão do lugar por não agüentar a pressão dos superiores, que mandavam, todo dia ou todo mês, ele aumentar as faturas da varrição” para produzir um dinheiro ilegítimo, que chegava sabe lá Deus aonde.

O Ministro Palocci incriminou uma pessoa, que julgo inocente, o Dr. Mauro, na resposta que me deu, fazendo supor ao País inteiro que ele era o usufrutuário do dinheiro que era lavado com o superfaturamento da varrição de Ribeirão Preto. Vem, então, a senhora e diz que não, que o Dr. Mauro era um sujeito sério, que ocupava uma função para a qual ela foi convidada e aceitou por pouco tempo, porque quem veio depois dela também terminou indo embora porque não agüentou a pressão de mandarem fazer o malfeito, como ela também, e que o Dr. Mauro saiu porque não agüentava o malfeito. Mas o Ministro Antonio Palocci disse que o Mauro era conivente com o malfeito. Sendo ele o Prefeito da época, supomos nós que era ele o mandante de tudo.

É para isto que estamos pedindo a prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos: para verificar se o que o motorista Francisco das Chagas disse é verdade ou não.

Já ouço V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros.

No depoimento do Ministro Palocci, foi indagado sobre o Sr. Kurzweil, que é aquele empresário dono dos carros blindados, que se supõe ser amigo dos “bingueiros” de Angola, que se supõe terem acesso ao Ministério da Fazenda, e S. Ex^a negou tudo, como negou que nunca esteve numa famigerada casa no Lago, alugada sei lá para quê. Foi negado também que o Sr. Poletto não tinha acesso nenhum ao gabinete do Ministro da Fazenda.

O Sr. Francisco das Chagas era o motorista que servia a Buratti e a Poletto. Colnaghi é o do avião; Poletto é o homem do *whisky*, que tomou um porrezinho a mais e veio se desculpar depois, dizendo que tinha mentido porque estava embriagado, aquele que criou a comoção na Comissão Parlamentar de Inquérito. Pois Francisco das Chagas é o motorista de Buratti, Poletto, Colnaghi, Ademirson e Kurzweil.

Francisco das Chagas declarou claramente que foi ele quem transportou o Sr. Kurzweil com o Sr. Caio, o bingueiro angolano, até o Ministério da Fazenda, para tratarem não sei de quê. Ele transportou não sei quantas pessoas para essa casa onde se fazia não sei o quê. Nunca transportou o Ministro, mas viu o Ministro várias vezes nessa casa.

Aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo devem estar intrigados. Que casa é essa? Que idas ao Ministério são essas? Quem é Kurzweil? Quem são Buratti, Poletto e Colnaghi?

São essas as respostas que estamos buscando e, para isso, estamos prorrogando os trabalhos da CPI, porque essas figuras não queriam o bem do País, não estavam tratando com decência o serviço público brasileiro.

Para isso e para investigar as ações do titular do Ministério da Fazenda, estamos apresentando os requerimentos de prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ouçó com prazer o Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Líder Agripino, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. Não posso revelar o que o Mauro disse agora na CPI dos Bingos. Ele ainda está depondo e está fazendo um depoimento lúcido, tranqüilo, moralizador, explicando algumas questões importantes para que o Relator possa registrá-las claramente em seu relatório final. Mas o depoimento do motorista mostra que o Ministro da Fazenda tapeou o Congresso Nacional. O Ministro da Fazenda veio à CPI e mentiu. Mentiu uma vez, quando disse que tinha alugado o avião por conta do PT. Depois, foi desmentido. Mentiu a segunda vez quando enviou ofício à CPI, explicando o inexplicável e incorrendo em novo erro. Mentiu a terceira vez quando disse que não conhecia a casa do Lago Sul. Além de o motorista ter dito que o viu várias vezes, o motorista cita pessoas que terão de ser ouvidas, no mínimo, para dizer que viram ou não viram o Ministro Palocci na casa do Lago Sul. Há testemunhas disso. Mentiu quando disse não ter tido contato com Caio, o “bingueiro” de Angola que o motorista Francisco das Chagas levou ao Ministério da Fazenda. Não quero ser fiscal de preferências outras. Não é essa a fiscalização que exerço sobre o Ministro Palocci. Essa eu não quero saber e não quero fiscalizar, pois se trata da vida privada dele. Agora, aquilo ali era uma casa de prazeres e de negócios da república de Ribeirão. Não dá para aceitar isso. Quem assistiu ao depoimento da Marilene – V. Ex^a assistiu – e quem está ouvindo o depoimento do Paulo, o engenheiro, constatará que são as pessoas a que o Ministro se referiu. Será que não são eles que se beneficiaram? Não. São servidores públicos exemplares, zeladores do dinheiro público. Ao contrário, reforçaram a situação da Isabel e do Donizeti. A Isabel Bordini, chefe deles, amiga do Ministro Palocci, sai de lá, ocupa um alto cargo em Brasília, hoje promovida. Neste Governo, Senador Arthur, a corrupção compensa. Há um jornalista que disse que vai fazer os melhores cargos

da República. O maior cargo da República é ser amigo de Palocci. Com todos os amigos dele – a roleta está viciada –, Buratti, Poletto, Barquete, todo mundo, há problema. Do jeito que rodar a roleta, dá Palocci. Não há como o Ministro não ser indiciado na CPI dos Bingos. Tenho a mais profunda convicção de que, ao final da CPI dos Bingos, o Ministro da Fazenda não será o mesmo Ministro. Donizeti Rosa, outro denunciado, o que obrigava hierarquicamente os servidores de outro escalão inferior a fazerem as planilhas para proteger a varrição denunciada por V. Ex^a, também foi promovido a integrante do Serpro, que, coincidentemente, é uma empresa que trabalha com a Caixa, que, coincidentemente, trabalha com a GTech. Então, Senador Agripino, Palocci e a CPI dos Bingos são iguais ao *slogan* na Globo: “tudo a ver”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Antero Paes de Barros, que, com capacidade de síntese, colocou um pedaço importante da questão para conhecimento deste Plenário e daqueles que estão nos vendo e ouvindo, com clareza meridiana. V. Ex^a tem toda razão.

O Sr. Donizeti, marido da Dona Isabel, é um pequista e era Secretário Municipal, uma espécie de Chefe da Casa Civil da Prefeitura de Ribeirão Preto, quando Palocci era Prefeito. Donizeti é marido de Isabel Bordini, que é quem mandava o Mauro e a Marilene superfaturarem, oferecendo planilhas falsas de mais varrição do que tinha sido feita, para que se pagasse à Leão & Leão mais dinheiro do que devido para que a Leão & Leão pudesse, sem prejuízo para ela, liberar dinheiro para aquilo a que Buratti se refere: a mesada de R\$50 mil – sei lá se é R\$50 mil ou R\$500 mil. Desde aquela época, ocorriam os primórdios do mensalão.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Prejuízo de R\$400 mil por mês.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Para o Erário público, para o contribuinte de Ribeirão Preto. Hoje, é prejuízo para o contribuinte do Brasil, com o caso do mensalão.

Sr. Presidente, vou encerrar.

O que nos resta? Senador Antero Paes de Barros, nós, que temos responsabilidade com este País, temos o direito de não pedir uma acareação entre o motorista Francisco das Chagas e o Ademirson, que é o auxiliar direto do Ministro Palocci? Entre o Francisco e o Sr. Buratti? Entre o Francisco e o Sr. Kurzweil, que é o dono dos carros blindados que servem a Palocci, inclusive, e que levou o “bingueiro” de Angola ao Ministério da Fazenda? Essa acareação serviria para que um dissesse ao outro, um olhando na cara do outro, quem é que está ou estava com a razão. Temos nós o direito de não solicitar essas acareações, diante do

que está sendo dito na CPI? Temos nós o direito de não pedir a prorrogação desta CPI e de, em pedindo a prorrogação, não pedir essa acareação? Temos nós o direito de em função do que esta acareação produza de evidências solicitar, se for o caso, a volta do Ministro Antônio Palocci à Comissão? Nós não temos esse direito. A não ser que queiramos colocar o chapéu da omissão – está na moda o boné – escrito aqui: “Eu sou do time da impunidade, eu comungo com aqueles que não tomam providências, sou daqueles que protegem Waldomiro Diniz, estou no time do Presidente Lula”. Só se nós estivermos nesse time; se não, temos que cumprir a nossa obrigação e fazer aquilo que vamos fazer, começando pela prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Seguindo a lista de oradores, concedo a palavra ao Líder do PDT, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje traz uma manchete que é uma realidade dura: “Nem 1% das cidades dá atenção total à saúde da mulher”.

O Jornal da Câmara traz outra notícia: “Municípios apontam perdas com salário mínimo de R\$350”. Segundo a reportagem, dois terços dos Municípios brasileiros deixarão de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal com o salário mínimo de R\$350,00. Ou seja, os Municípios brasileiros estão em situação de penúria.

A situação dramática dos Municípios brasileiros deságua exatamente na população mais carente, na população mais pobre, e principalmente nos serviços essenciais, que ficam todos prejudicados.

Hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deveria ter votado matéria de minha autoria. Chamo a atenção de V. Ex^{as} porque a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, é matéria recente, não é antiga, como as que ficam tramitando na Casa, às vezes por dez anos. É matéria urgente. Aliás, já deveria ter sido resolvida há muito tempo. Já era para ter sido votada, mas não foi porque a Senadora Ideli Salvatti, do PT, pediu vistas. E é um direito de todo Senador pedir vistas. S. Ex^a alegou que precisa estudar melhor a matéria. Espero, e o Presidente da Comissão, o Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitou que S. Ex^a devolva a matéria com a sua análise, com emendas, ou simplesmente a devolva, na sua forma original, para a Comissão na próxima semana, porque precisamos votá-la com urgência.

A Proposta de Emenda à Constituição diz o seguinte: que 10% das contribuições – PIS, Cofins, CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), CPMF e Cide – sejam repartidos também entre Estados e Municípios.

Senador Cristovam Buarque, o que aconteceu nos últimos anos é que o Governo Federal, espertamente, foi concedendo isenção de impostos que compõem a base do Fundo de Participação dos Municípios e a base do Fundo de Participação dos Estados, prejudicando o orçamento de Estados e Municípios. E é bom dizer que 80% dos Municípios brasileiros dependem desse fundo. Isso ocorre não apenas neste Governo, mas ocorreu também nos anteriores, é um fato histórico. Os impostos e tributos de que participam Estados e Municípios foram sendo reduzidos por isenção e por benefícios fiscais. O Governo enviou ao Congresso Nacional para que este votasse. O Congresso Nacional, portanto, ao participar, tem responsabilidade também no aumento das contribuições.

Foi criada a Cide, que é uma contribuição que incide sobre os combustíveis e que tem a finalidade de ampliar o sistema rodoviário, ferroviário e a infra-estrutura do País, mas tem sido sistematicamente desviada para outras finalidades, até para pagamento de diárias de servidores, refeições e viagens ao exterior, e esse desvio tem acarretado um grande prejuízo ao País, que não consegue ter sua infra-estrutura reformada. Há estradas caindo aos pedaços e buracos por todo lado. Agora, o Governo deu início a um programa de recuperação das estradas, mas a Cide está há quatro anos sendo cobrada, e, a cada ano, R\$10 bilhões são arrecadados, e metade desse valor é desviado para outras finalidades, já que está concentrado nas mãos do Governo Federal.

A CPMF, criada para auxiliar o orçamento da saúde, na verdade veio substituir o orçamento da saúde. Arrecada mais de R\$20 bilhões por ano, mas substitui quase igual valor do orçamento que já seria destinado à saúde, e não há quase ampliação. Basta ver o que está acontecendo agora com o caso da dengue, que vem sendo denunciado. O Governo anterior, por meio do Ministro da Saúde, José Serra, desenvolveu um trabalho eficiente em relação à dengue. Esse trabalho não pode parar, tem que ser permanente, mas a dengue avança de forma violenta no País, já causando preocupação em cidades que jamais pensaram ter esse problema, e já estão tendo.

Se examinarmos o que está sendo feito com o dinheiro da CPMF, verificaremos que a saúde pública no País é um desastre, já denunciado aqui por muitos Senadores, inclusive por mim.

Em uma reportagem exibida no sábado à noite, a TV Globo do Paraná mostrou o Hospital Universitário de Londrina, com pessoas na fila e sendo atendidas em colchões distribuídos pelos corredores. V. Ex^a foi Ministro da Educação e sabe da importância da Universidade de Londrina e da importância que tem o Hospital Universitário, que agora atende as pessoas em uma situação precária, não porque os médicos e os dirigentes da Universidade ou do próprio hospital querem, mas porque não recebem recursos suficientes para oferecer atendimento adequado e humano às pessoas que o procuram.

A CPMF foi criada para isso. Mas pra onde estão indo os recursos da CPMF? Como eu disse aqui, a CPMF foi criada para a saúde, mas ela substituiu o dinheiro que estava indo para a saúde. Não houve ampliação de orçamento para atender esse importante setor da sociedade brasileira, que tem uma demanda enorme em todas as cidades, não apenas em cidade grande ou em cidade pequena, mas em todas as cidades, onde faltam UTIs para atender a população, onde faltam hospitais adequados.

Na semana passada, recebi a notícia de que o hospital público de Foz do Iguaçu fechará. Isso significa um desastre para a cidade. Já estão enviando doentes para serem atendidos em outras cidades da região. Eu vejo ambulâncias vindo do interior do Estado e invadindo Curitiba para que os pacientes sejam atendidos no Hospital das Clínicas da Universidade Federal, que também padece da falta de recursos.

V. Ex^a, quando foi Ministro da Educação, recebeu inclusive uma visita minha para relatar problemas relacionados ao Hospital das Clínicas de Curitiba, que atende não apenas pacientes do Brasil, mas até pessoas de outros países, que se socorrem da alta tecnologia e da competência dos médicos daquele hospital.

Tudo isso é falta de dinheiro, falta de recursos no Orçamento. Sem falar do PIS e Cofins que são cobrados lá da base da economia, da produção agrícola, arrancando da produção agrícola, da agroindústria, da indústria, do emprego e colocando na mão de um governo que distribui mal o dinheiro. E temos, com essa concentração de recursos, o empobrecimento de Estados e Municípios.

Faço uma conta rápida feita em 2005, o ano que terminou. Se juntarmos todas as contribuições, chegaremos a um valor próximo de R\$150 bilhões. Se o que estou propondo é que 10% das contribuições sejam repassados para os Municípios e 10% para os Estados, o que estou dizendo é que os Municípios teriam cerca de R\$15 bilhões a mais por ano se a minha emenda constitucional for aprovada. Seriam R\$15 bilhões para os Estados e R\$15 bilhões para os Municípios.

Esse dinheiro não será tirado daqueles serviços para os quais essas contribuições foram criadas, não. A minha PEC prevê que o dinheiro da CPMF que vai para o Município terá que ser aplicado em saúde, como é a origem da contribuição, nos postos de saúde que estão abandonados em cidades do interior, na aquisição de medicamentos para atender às famílias mais carentes que não têm salário, não têm renda suficiente para comprar os medicamentos necessários; atender, enfim, à rede de saúde municipal e evitar o caos provocado, como noticiado, pelo fechamento do Hospital de Foz do Iguaçu; pelo fechamento do Hospital de Paranaguá, há tempos; o caos em que se encontram hospitais públicos, não só no meu Estado, mas em todo o País. Enfim, para que o Município dê sua contribuição, juntamente com o Estado, e esses hospitais possam atender de forma mais decente.

Vou aqui ler um dado, Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque: “Os dados referentes ao fim de 2002 e início de 2003 mostravam que 81% dos Municípios não tinham capacidade para fazer diagnóstico do câncer de mama.”

Isso é gravíssimo! E aqui não é uma crítica ao Governo que está aí, mas à história do País; uma crítica a todos os Governos que foram acumulando, e a este que também não resolveu nada, porque 81% dos Municípios não têm capacidade para fazer diagnóstico de câncer de mama. Deveria ser rotineiro o diagnóstico de câncer de mama, porque é um mal – eu não sou médico, mas eu sei – que preocupa todas as mulheres. Há constatemente vítimas que são mulheres jovens e contraem essa doença por falta do diagnóstico. E 81% dos Municípios brasileiros não têm condições de fazer o diagnóstico do câncer de mama.

É grave a situação da saúde. Mas, se tivéssemos o dinheiro da CPMF lá no Município, a situação seria diferente, com a prefeitura municipal atendendo mais de perto ao cidadão.

O dinheiro da Cide, de que falei aqui, é desviado, porque as estradas estão aí esburacadas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Passo a palavra a V. Ex^a para o aparte, Senador Mão Santa, que é um médico. Falei aqui que 81% das cidades brasileiras não têm condições de fazer o diagnóstico de câncer de mama e que apenas 1% ou nenhum por cento das cidades dá atenção à saúde da mulher. Esses dados estão em **O Estado de S.Paulo**. Passo, portanto, a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, essa é uma grande homenagem à mulher, porque ela não tem o que é fundamental: a saúde. Lembro,

nesta oportunidade, que neste Governo foi tirado dinheiro do Orçamento, recursos tradicionais da saúde para o Bolsa-Família e o Fome Zero. Atente bem para o que vou dizer a V. Ex^a: uma consulta ambulatorial pelo SUS paga hoje ao profissional médio R\$2,50, enquanto que, um corte de cabelo, não custa menos que R\$10,00. Então, são R\$2,50 pagos por uma consulta, o que traduz o quadro de descaso na saúde. V. Ex^a citou a mulher, mas a mulher representa a família, o marido, os filhos. O que está acontecendo na medicina brasileira, pela ignorância audaciosa do PT, e falta de visão de futuro... Com o PSF, Programa Saúde da Família, os especialistas estão acabando, porque ser especialista, ser clínico, fazer diagnósticos e receber R\$2,50 pela consulta, ou mesmo receber por uma cirurgia, uma cesariana, R\$100,00 é difícil – e há o pré-operatório, o pós-operatório, pode haver complicação cirúrgica. Então os especialistas estão abandonando a profissão e se entregando, por necessidade, depois de aposentados, com uma aposentadoria mínima, porque este País, imoral e indecente, só beneficiou aos que trabalham na Justiça. Um Ministro do STF tem salário de R\$27 mil, mas os médicos têm uma aposentadoria vil. Todos eles estão deixando suas especializações para ingressarem em prefeituras no programa PSF. Para lhe dar outro quadro dramático, há processos de anestesista por R\$6,00. Assim, não se encontra um anestesista para resolver uma fratura, uma redução, porque esse valor é insignificante. E essa é a saúde desrespeitosa que o PT está promovendo no País. Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa. Acrescento ao aparte de V. Ex^a que, se tivermos aqui a coragem de mexer – porque vem o Governo e tira de pauta a votação de uma emenda à Constituição como essa que estou propondo –, e espero que os Senadores tenham coragem de votar essa matéria, essa PEC, vamos modificar a realidade mostrada por V. Ex^a. E como V. Ex^a foi prefeito sabe que o prefeito está muito mais perto do problema e sabe para onde dever ir o dinheiro do imposto pago, das contribuições. Por isso estou propondo que 10% de todas as contribuições vão para os Municípios e 10%, para os Estados. Dariam R\$15 bilhões para os Municípios trabalharem melhor.

O Senador Cristovam Buarque diz sempre que este País precisa de educação, de investir em educação para se tornar realmente soberano. E acrescento: em educação, em saúde e em segurança pública. Se o Poder Público cumprir essas finalidades, com o dinheiro arrecadado sendo colocado sem medo na educação, para não deixar uma criança fora da escola, para oferecer salário digno ao professor, qualidade de ensino

nas escolas, escolas bem equipadas, se investirmos efetivamente na segurança pública e na saúde, o resto vem por consequência. Agora, investir na propaganda como se faz neste País hoje em função desta maldita reeleição, que faz com que com aqueles que estejam nos governos gastem mais em propagandas do que com saúde e educação, fica difícil resolvermos os problemas da comunidade.

Basta ligar a televisão: se não é propaganda do Governo do Estado, é do Governo Federal, em todos os intervalos. É lógico que o dinheiro está saindo do bolso do cidadão, que está pagando para o Governo dizer até o que não fez, para fazer propaganda daquilo que não fez muitas vezes. Aí, falta dinheiro para saúde, educação e segurança pública. Falta dinheiro para tudo, menos para pagar a generosa propaganda, que, depois, torna também os órgãos de imprensa muito simpáticos ao Governo que está no poder. Isso é outra coisa que o Congresso criou.

É culpa da reeleição, porque quem está no poder com a perspectiva da reeleição fica muito atraído no último ano a fazer propaganda de si próprio, de fazer autopromoção e usar todos os recursos disponíveis para não investir em educação, saúde, segurança, agricultura, enfim, naquilo que o Estado deve investir, mas para fazer propaganda quase pessoal de quem governa.

Penso que devemos votar essa PEC exatamente para que os Municípios brasileiros sejam fortalecidos, porque quem se enfraquece com um Município enfraquecido é a comunidade. Quem se fortalece com os Municípios fortes, podendo investir naquilo que é mais caro para o ser humano, que é a educação, a saúde, a segurança pública, evidentemente, é a comunidade que ganha.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra, ainda na lista dos Líderes, ao Senador Alvaro Dias. Em seguida, ao Senador Leonel Pavan, agradecendo a S. Ex^a pela paciência com que tem esperado a sua vez.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 8 DE MARÇO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB PA) – Agradeço ao nobre Senador.

Passo a palavra ao orador inscrito, Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

V. Ex^a terá dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB SC) – Sr. Presidente, não há necessidade de dez mais dez.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB PA) – Dez mais dois, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico com muita alegria – e quero fazer uma homenagem a ele – que o Dr. Marco Antônio Wanrowsky, do PSDB de Blumenau, Presidente do Legislativo, assume hoje, por um período, a Prefeitura do Município de Blumenau, uma das cidades mais importantes de Santa Catarina.

Passo agora a ler aqui um recorte de uma matéria publicada pelo jornal **A Notícia**, de Santa Catarina:

A Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Itajaí (Aeamvi) protocolou ontem na Justiça Federal, em Itajaí, ação civil pública com pedido de liminar para obrigar o Governo a duplicar a BR-470 em caráter emergencial. O procedimento se espelha em ação movida no Estado do Rio de Janeiro, que obteve a recuperação da Rodovia Rio–Santos (BR-101). Os engenheiros argumentam no processo que o Governo dispõe de recursos para as obras, que segundo eles seriam fundamentais para frear o ritmo das mortes na rodovia.

Sr. Presidente, verifica-se que um movimento civil da sociedade de Santa Catarina, por meio da Justiça, busca obrigar o Governo Federal a recuperar e a investir na BR-470, rodovia que liga o oeste de Santa Catarina ao litoral – ela vem de Campos Novos, passa por Rio do Sul, chega a Blumenau e vai até a BR-101. É uma rodovia de grande importância para o nosso Estado, um escoadouro da produção de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e é utilizada por pessoas que vêm da Argentina.

Sr. Presidente, dizem esses engenheiros que, desde janeiro, foram arrecadados R\$30 bilhões com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a famosa Cide, incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, e que o dinheiro pode ser empregado na obra. O primeiro trecho sugerido pela ação civil pública para duplicação vai da querida cidade Rio do Sul até Navegantes,

onde temos o aeroporto internacional, que é malfeito, chove dentro, tem goteira, está tudo inacabado, sem investimentos, mas é um aeroporto internacional. Podemos nos orgulhar pelo menos de que o aeroporto está internacionalizado.

Vejam só, Srs. Senadores: tem-se que entrar na Justiça para obrigar o Governo a investir em rodovias. Eu acho que, daqui a pouco, a cada acidente que acontecer, a cada morte que houver nas rodovias em função dos buracos, da declividade, da falta de sinalização, do matagal que toma conta das rodovias, haverá de se entrar na Justiça contra o Governo. Porque, se o Governo não investe os recursos existentes nas rodovias, que garantem o crescimento da economia do nosso País, as exportações, o transporte dos nossos produtos, vai acabar que em todo o Brasil as pessoas terão que seguir esse exemplo entrar na Justiça.

Parabéns à Associação do Engenheiros e Arquitetos do Vale do Itajaí por tomarem essa iniciativa. Já que às vezes o Congresso não o faz, as associações, entidades públicas e privadas entram na Justiça para exigir o direito de terem uma rodovia, pelo menos, em condições de trafegabilidade.

Sr. Presidente, meu querido Senador Flexa Ribeiro, do nosso querido Pará, antes de fazer um pronunciamento sobre a Festa Nacional da Cebola, quero dizer que recebi – pasmem – um pedido do Ministério da Cultura, do gabinete do Ministro. Quem assina é João Luiz Silva Ferreira, Ministro de Estado interino da Cultura. Ele pede a mim, Senador Leonel Pavan, que ajude o Ministério da Cultura a forçar o Governo a liberar mais recursos para o seu Ministério, para que possamos aumentar o orçamento do Ministério da Cultura. Eu quero dizer ao Ministro interino: “Pode deixar, vou cobrar do Lula. Vou pedir para ele lhe atender, Ministro João Luiz”.

Repito que o Ministro de Estado da Cultura, João Luiz Silva Ferreira, mandou-me um ofício, pedindo que eu tome as devidas providências, pedindo que eu o ajude. “Pode deixar, Ministro. Vou exigir do Lula: Ô Lula, atenda o seu Ministro da Cultura”.

Ora, se o Governo retira recursos do Ministério da Cultura, e o Ministro acaba pedindo que nós, da Oposição, o ajudemos e lhe estendamos as mãos para que possamos aumentar os recursos das comissões, é lamentável. Nem o ministro do próprio Governo consegue ser atendido. E dizem que o Presidente Lula está investindo na cultura! Nas viagens, nas mordomias, nos benefícios do próprio Partido, o PT, é nessa cultura que o Governo investe.

Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar o Prefeito da querida cidade de Ituporanga, Carlão Hoegen; o Vice-Prefeito, Osni Francisco de Fragas, o Lazineho;

bem como o coordenador da Festa Nacional da Cebola, Gervásio Maciel.

O Município catarinense de Ituporanga, maior produtor nacional de cebola, promove, de 14 a 19 de março, a Festa Nacional da Cebola. Trata-se da mais importante festa agrícola do Estado de Santa Catarina, o que significa a mobilização de 28 municípios do Alto Vale do Itajaí, com uma população de aproximadamente 320 mil habitantes. Toda a região do Alto Vale do Itajaí.

A Festa Nacional da Cebola será realizada no Parque Nacional da Cebola, em Ituporanga, e deverá receber mais de 100 mil pessoas, que participarão de uma vasta programação cultural, educativa, de interesse da agricultura e da economia local. No dia 16, estarei em Ituporanga falando para mais de 500 agricultores e familiares.

São esperadas, Sr. Presidente, inúmeras autoridades do Brasil inteiro para que lhes mostremos a importância desse setor agrícola. Haverá nesse evento duzentos estandes com expositores da indústria, comércio, agricultura e prestação de serviços, além de 120 produtores de cebola.

Além das dificuldades normais da agricultura, como os problemas do clima, da irregularidade no regime de chuvas, temos uma elevada carga tributária, juros escorchantes, péssimas condições das rodovias e uma política cambial perversa e irrealista. Mesmo assim, lá estão os agricultores expondo os seus produtos.

Somente a coragem e a disposição para o trabalho dos nossos produtores rurais justificam níveis de exportação, produção e produtividade tão elevados.

Ituporanga é responsável por mais de 10% de toda a produção e comercialização da cebola no território nacional, com uma área plantada de 4.500 hectares e produtividade média de 28 a 35 toneladas por hectare.

A cultura de cebola emprega diretamente cerca de 40 mil pessoas e é responsável por aproximadamente 60% da renda produzida em Ituporanga. São 1.200 famílias que vivem da produção de cebola, enfrentando a concorrência da cebola argentina, que abastece cerca de 35% do mercado nacional.

Os produtores de cebola de Ituporanga, Sr. Presidente, meu amigo Senador Flexa Ribeiro, não recebem nenhum incentivo fiscal nem têm outras vantagens, como as dos produtores argentinos, que comprem insumos agrícolas mais baratos e dispõem de combustíveis por um preço muito menor do que o praticado no Brasil.

Portanto, fica aqui um convite a todos para participarem, no dia 14 de fevereiro, em Ituporanga, nossa querida cidade que completou 57 anos de fundação

e, mais do que nunca, merece nosso aplauso pelo desenvolvimento do seu potencial econômico, por sua agricultura familiar, que é capaz de gerar renda, emprego e estabilidade para o Município e para todo o Alto Vale do Itajaí.

Parabéns ao Prefeito Carlão, ao Vice-Prefeito Lazinho, ao coordenador Gervásio Maciel.

Sr. Presidente, quero aproveitar justamente o discurso para dizer que, lamentavelmente, o Governo usa toda a máquina pública administrativa para se promover e falar coisas que não estão ocorrendo.

Vejamos aqui os produtores de cebola. São 1.200 produtores familiares. Muitos com dificuldades para continuarem plantando, porque não há incentivo; agora mesmo, tiveram perdas irreparáveis com a seca.

Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a também tem lutado muito pelos agricultores do seu Estado e para o bem do Brasil. Os agricultores de Santa Catarina e os do Brasil não entendem por que o Governo Federal não atende esses que são os principais responsáveis pela produção, pela geração de empregos na região rural e pelo número de exportação do nosso País, por produzirem um percentual tão alto que coloca o Brasil como um dos grandes exportadores. Eles não entendem por que o Governo Federal, que se vangloria de alguns investimentos espalhados pelo Brasil, que acabam se diluindo, sem nenhum planejamento, não lhes destina recursos, e também a outros agricultores, como os do arroz, do milho, do fumo, da mandioca, do aipim, da banana, da cana. Não entendem por que não dirige os recursos, por que não repactua a dívida, por que não aprova o projeto que está na Câmara Federal, onde há um parecer nosso para incluir a região Sul. Não sei por que o Governo Federal, Senador Mão Santa, nem em pleno ano eleitoral, não atende os nossos agricultores familiares.

E dizem que o Lula tem não sei quanto por cento de aprovação nas pesquisas! Eu não vejo nenhum agricultor contente com este Governo; eu não vejo um produtor do nosso País contente com este Governo; eu não sei onde estão as pessoas que votam no Lula! Alguém só pode votar num candidato se estiver contente com o seu governo, com as suas ações. Mas o Governo não tem feito absolutamente nada para merecer a confiança dos agricultores, dos nossos motoristas de caminhão, dos nossos trabalhadores, dos nossos prefeitos, dos nossos vereadores. Não há um trabalho ordenado, dirigido em benefício dos nossos Estados, dos nossos Municípios, do nosso País, que se possa refletir em aprovação popular.

O Governo Lula ri à toa, está rindo não sei do quê. Parece Nero, lá de cima, vendo o Brasil pegar fogo, andando no aerolula, Senador Mão Santa, para lá e para

cá, rindo da desgraça do povo brasileiro. Lamentavelmente isso está acontecendo com o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais. V. Ex^a terá dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

Eu peço a compreensão dos nobres Senadores e Senadoras. Nós prorrogaremos a sessão a partir das 18h30min para que todos os inscritos possam usar a tribuna.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem, antes do Senador Eduardo Azeredo. Eu peço a inscrição pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a está inscrita e será atendida após o Senador Rodolpho Tourinho, pela ordem de inscrição.

O Senador Eduardo Azeredo fala pela Liderança da Minoria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu venho à tribuna neste Dia Internacional da Mulher, Senadora Ana Júlia, para homenagear as mulheres brasileiras e pedir a aprovação do projeto que disciplina o que está previsto na Constituição, que regulamenta os parágrafos do art. 201 da Constituição Federal, que diz que os trabalhadores sem renda que trabalham exclusivamente dentro de casa têm direito à aposentadoria; ou seja, aposentadoria para a dona-de-casa.

Esse projeto que está aqui na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, do qual sou Relator, trará justiça a milhões de pessoas em todo o Brasil. É reconhecido que o trabalho desempenhado em casa tem o mesmo mérito ou às vezes até muito mais do que o exercido numa empresa comum. Assim, é de justiça que nós tenhamos a regulamentação da aposentadoria para as donas-de-casa. Isso é, na verdade, também o que pedem mulheres de todo o Brasil, de todos os Estados, que estão hoje aqui em Brasília, fazendo essa manifestação, com a Marcha das Donas-de-Casa. Elas tiveram hoje, inclusive, um encontro com o Vice-Presidente José Alencar.

O Movimento das Donas-de-Casa de Minas Gerais, dirigido pela Deputada Estadual Lúcia Pacífico, do nosso Partido, o PSDB, também sempre esteve atento a essa questão.

Quero explicitar alguns pontos do projeto, para que seja de conhecimento mais amplo, já me adiantando à leitura do relatório que farei amanhã na reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Para criar o sistema especial de inclusão previdenciária, serão acrescentados três parágrafos ao art. 21 da Lei 8.212, de 1991, dispondo que o contribuinte individual com renda mensal de até dois salários mínimos e que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertença à família de baixa renda, terão alíquota de contribuição de 11%, sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição, desde que optem por não terem direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

São várias regras que se sobrepõem exatamente para garantir que seja viável, do ponto de vista financeiro, essa nova modalidade de contribuição previdenciária e de aposentadoria.

*Se, posteriormente, o beneficiário desejar que o tempo em que passou nesse sistema especial valha para obtenção de aposentadoria por tempo de contribuição ou contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Previdenciário dos Servidores Públicos deverá complementar sua contribuição mensal em mais 9%, acrescido dos juros de mora.

As alterações previstas na Lei nº 8.213, de 1991, foram necessárias para que a legislação do plano de benefícios ficasse harmonizada com o plano de custeio da Previdência Social. Nesse sentido, foram alterados os arts. 9º, 18 e 55 da Lei nº 8.213, de 1991. Já a mudança sugerida no art. 25 visa estabelecer os períodos de carência para gozo dos benefícios. Dessa maneira, fixou-se que são necessárias dez contribuições mensais para usufruir o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez; 144 contribuições mensais no caso da aposentadoria por idade e aposentadoria especial; e oito contribuições mensais para o salário-maternidade. São essas as carências previstas no projeto.

O projeto, evidentemente, é pertinente e de elevado alcance social, pois visa incluir no Regime Geral de Previdência Social cidadãos que, atualmente, não contam com qualquer tipo de proteção social.

Está prevista também a questão da política fiscal do Governo, na medida em que se aumenta a receita pública, pois incorpora novos contribuintes à Seguridade Social.

O autor, Senador Rodolpho Tourinho, um dos mais assíduos e mais eficientes da Casa, preocupou-se, com muita propriedade, em garantir que o sistema especial de inclusão previdenciária seja minimamente contributivo, pois excluiu desse sistema o direito à aposentadoria, como explicado anteriormente, por tempo de

contribuição, proporcionando alguma compatibilização entre o fluxo de contribuições e de benefícios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago aqui essa matéria nesta data importante para todas as mulheres brasileiras, importante para o País como um todo, dia em que se homenageia essa participação sempre crescente da mulher em todas as áreas da sociedade brasileira.

Acredito que uma das formas mais adequadas de homenagem seria aprovarmos amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais, esse projeto que disciplina a Constituição e que cria a aposentadoria para as pessoas que trabalham na própria residência, que é uma contribuição doméstica.

Nesta semana, a Presidência da República assinou uma medida provisória que também tem um caráter positivo. Nós da Oposição reconhecemos isso, apenas lamentamos que o Governo não tenha creditado a vários projetos de Parlamentares que tratam da mesma matéria. Trata-se da questão de abatimento no Imposto de Renda das contribuições do INSS para os empregados domésticos, ainda limitado a um apenas.

Quero, então, trazer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, esta homenagem pelo Dia Internacional da Mulher e, ao mesmo tempo, pedir de antemão o apoio a esse projeto que será votado amanhã na Comissão de Assuntos Sociais.

Vejo agora o Senador Rodolpho Tourinho, autor desse projeto, do qual, com muita honra, sou o Relator.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ouço a Senadora Ana Júlia com muito prazer.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Eduardo Azeredo, quero agradecer as homenagens, não só as de V. Ex^a, mas as de tantos Senadores, de tantas pessoas, de tantos sindicatos que nos homenagearam hoje com flores e com mensagens. Enfim, foi um dia inteiro recebendo mensagens, o que nos deixa extremamente feliz. Por outro lado, sabemos o caminho que ainda temos a percorrer nessa luta para que as mulheres possam viver as suas diferenças com direitos iguais. Conta com todo o meu apoio esse projeto, pois é fundamental essa regulamentação. Espero que ele seja aprovado. Ele foi possível exatamente porque, na própria emenda à Constituição, foi aberta essa possibilidade. Agora é a hora da regulamentação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia Carepa. O pronunciamento de V. Ex^a soma-se ao pedido de apoio que faço a todos. Esse é realmente um avanço a mais na regulamentação das relações de trabalho no Brasil e

uma medida de justiça que se tomará, acrescentando-se milhares ou milhões de pessoas que poderão também participar do sistema de previdência social brasileira.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Era o que eu tinha hoje a trazer ao conhecimento dos nossos colegas e companheiros deste Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço ao nobre Senador Eduardo Azeredo pela importância do pronunciamento de V. Ex^a como Relator do projeto do nobre Senador Rodolpho Tourinho e também pela forma econômica com que fez uso do tempo destinado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho por cessão da Senadora Heloísa Helena. V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, inicialmente, agradeço a gentileza da Senadora Heloísa Helena, que me cedeu o tempo para que eu pudesse vir falar sobre um assunto extremamente importante, já tratado aqui pelo Senador Eduardo Azeredo. Trata-se do projeto que deve ser votado amanhã – espero seja aprovado – no sentido de incluir os trabalhadores de baixa renda e as donas-de-casa de famílias de baixa renda no sistema previdenciário.

Hoje foram publicadas algumas notícias nos jornais sobre os manifestantes que aqui estavam na Esplanada, que estariam querendo dos Deputados e Senadores que regulamentassem o direito à aposentadoria às trabalhadoras domésticas não-remuneradas, ou seja, para as donas-de-casa. Pelo menos mil donas-de-casa – é a notícia do CorreioWeb – chegaram de diversos pontos do Brasil para pedir ao Governo o direito de receberem um salário mínimo de aposentadoria.

Quero dizer a essas donas-de-casa – repito muito do que o Senador Eduardo Azeredo disse aqui, mas é bom enfatizar esse assunto tão importante – que poderemos atendê-las amanhã, com a aprovação na CAS desse projeto de lei, de minha autoria, que regulamenta a PEC paralela em relação aos trabalhadores de baixa renda e às donas-de-casa. Penso que, neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, essa notícia é uma homenagem importante, também atendendo aos objetivos da Terceira Marcha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de-Casa ocorrida hoje em Brasília.

Reafirmo o que já disse desta tribuna. Tenho procurado cuidar de questões da mulher brasileira e dado alguma atenção a isso. Cito também o Estatuto

da Igualdade Racial, em que acabamos incluindo no projeto do Senador Paulo Paim, trabalhando junto com S. Ex^a, um capítulo sobre a mulher negra. Para isso, fizemos uma audiência pública em Salvador, na sede do bloco de carnaval Ilê Aiyê, e colhemos algumas sugestões muito importantes que foram incorporadas ao hoje Estatuto da Igualdade Racial. Entendo que os problemas de gênero devem estar sempre inseridos nos grandes debates dos problemas nacionais.

Portanto, quero me solidarizar com as integrantes da marcha nacional, que pretendem pressionar o Governo para agilizar a regulamentação da aposentadoria das donas-de-casa. Considero que essa pressão sobre o Governo é até para já deixar claro ao Governo que ele não deve vetar esse projeto, que será aprovado, com certeza, amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais. Espero – aí com a contribuição de V. Ex^a, Senador Sibá Machado – que o Governo não venha a fazer isso e que essa pressão das donas-de-casa seja no sentido de efetivamente aprovarmos esse projeto amanhã, com a relatoria competente do Senador Eduardo Azeredo.

Estou vendo que V. Ex^a, Senador Sibá Machado, quer um aparte, que concedo logo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador. Infelizmente, não participo mais da Comissão de Assuntos Sociais e não vou poder estar lá para contribuir com meu voto nesse projeto. Porém, certamente, se ele não tiver caráter terminativo, ele passará por este Plenário, onde poderemos apreciá-lo. Mas eu queria falar sobre essa categoria, para a qual V. Ex^a apresenta essa regulamentação. As mulheres de baixa renda, na maioria das vezes, quando declaram sua profissão, dizem que são “do lar”. Toda vez que se apresentam em algum órgão público e essa pergunta é feita, elas dizem que são “do lar”, o que significa, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, terceira jornada. A dona-de-casa é a primeira pessoa da casa a acordar e a última a recolher-se, a descansar. Precisa acordar para cuidar de criança, preparar o café-da-manhã e no decorrer do dia tem muita roupa para lavar, tem que limpar a casa, preparar refeições, enfim, cuidar da máquina doméstica chamada casa. Torna-se, sim, uma espécie de profissão, um trabalho não reconhecido e não remunerado. Infelizmente, por não contribuir com o sistema previdenciário, no momento da aposentadoria, passa por uma situação difícil por não ter comprovação de contribuição com o sistema previdenciário. Digo isso porque acompanhei um pouco a questão quando eu estava no sindicalismo. Alguns sindicatos, principalmente no que se refere ao setor rural, é que dão a primeira carta de aval para o reconhecimento desses profissionais a receber um benefício previden-

ciário. Isso é um imbróglio, eminente Senador Rodolpho Tourinho, uma dificuldade muito grande e muitas vezes mal compreendida e difícil de explicar. Portanto, quero, no momento em que tiver oportunidade, contribuir com a votação do projeto. V. Ex^a foi brilhante ao ter entendido essa necessidade. Foi confirmada essa compreensão pela manifestação que elas fizeram. Lembro-me de que, pelo menos para as mulheres do campo, algumas vezes já participei, desde 1992, de manifestações cobrando esse tipo de reconhecimento. Mas, antes tarde do que nunca, hoje V. Ex^a traz a esta Casa uma regulamentação para que possamos transformar em lei um direito que está escondido durante tanto tempo de uma categoria tão sofrida e tão merecedora desse benefício. Parabéns!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado. Quero dizer que o projeto é terminativo. Aprovado amanhã, como espero que seja, ele vai direto para a Câmara dos Deputados, onde vamos precisar da sua atuação, Senador, para que ele não venha sofrer nenhuma mutilação. Já não falo mais nem de veto, mas de mutilação. Acho que esse projeto é muito simples, muito claro e muito bem estruturado. Eu fui Relator da PEC paralela aqui. Naquela oportunidade em que viabilizamos aquele grande acordo que permitiu a promulgação da Emenda nº 47 foi que se abriu caminho para regulamentação da aposentadoria das donas-de-casa pertencentes à família de baixa renda.

Então, quero retomar o fio dessa questão da PEC paralela, que foi, Senadora Ana Júlia, uma coisa muito discutida aqui. V. Ex^a teve uma participação grande naquilo que muito pouca gente aqui acreditava, que era a aprovação da PEC paralela. Foi uma grande luta. Entendo que, naquele momento, viabilizamos, então, a aprovação daquilo que, tenho certeza, poderemos comemorar amanhã aqui no Senado, que é a inclusão previdenciária das donas-de-casa de baixa renda e também dos trabalhadores de baixa renda em geral. Foi por isso também que me senti muito obrigado a, imediatamente, tratar desta questão.

Eu gostaria, Senadora Ana Júlia Carepa, de, antes de dar um aparte a V. Ex^a, falar sobre os principais pontos desse projeto, que é muito importante para que as donas-de-casa entendam como se enquadrarão e a quem terão direito. Primeiro, esse projeto regulamenta a aposentadoria das donas-de-casa pertencentes a famílias de baixa renda; segundo, ele define o conceito de família de baixa renda, porque isso estava colocado de forma genérica e é preciso que isso seja quantificado. A família de baixa renda deve ter uma renda mensal de até meio salário mínimo **per capita** e todos os membros devem viver sob o mesmo teto.

O que é renda de salário mínimo **per capita**? Somando-se o rendimento dos membros da família que trabalham e dividindo-se o total pelo número de membros da família, inclusive aqueles que não trabalham, o resultado não pode ser superior a meio salário mínimo. Então, fica claro, define-se claramente o que é a família de baixa renda.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Parece-me que essa também é uma das regras para diversos benefícios de programas sociais, porque eles não podem ser cumulativos e há um limite de acumulação. V. Ex^a resgata esse princípio, que já existe para uma série de outros programas ao definir o que é baixa renda dentro da família.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O meu receio, Senador Sibá Machado, é que, por uma interpretação não clara, venhamos a perder o foco do projeto.

Quero conceder o aparte à Senadora Ana Júlia.

Peço à Presidência tolerância, mesmo porque ainda tenho dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Não só dois minutos, mas o tempo necessário.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Vou ser breve, até porque também estou inscrita para falar e estou há dois dias tentando falar. Quero, mais uma vez, registrar, Senador, que, na época em que aqui se discutiu a reforma da Previdência e que tantas críticas foram feitas àquela emenda à Constituição, nós dizíamos que, se ela realmente trazia algumas questões que poderiam não ser o melhor, por outro lado, continha avanços imensos, e um deles é exatamente a possibilidade da aposentadoria das donas-de-casa de baixa renda. E podemos regulamentá-la porque aprovamos aquela emenda à Constituição, porque aprovamos a PEC paralela. Então, quero aqui resgatar a lembrança de que V. Ex^a foi o Relator da PEC paralela e o Senador Tião Viana foi o Relator da emenda constitucional. E tanta guerra se fez contra aquela emenda à Constituição, contra a reforma da Previdência. Mas nós estamos vendo agora que aqueles que mais necessitam é que estão sendo beneficiados com essa emenda, com essa possibilidade concreta. Quero aqui me congratular, solidarizar-me com a Deputada Luci Choinacki, que organizou a marcha de hoje, junto com outros Parlamentares presentes na marcha das donas-de-casa, pedindo também a aposentadoria. Infelizmente, nossas atividades aqui às vezes não nos deixam sair para participarmos de movimentos como esse, mas quero aqui prestar minha total solidariedade e dizer que quero ter oportunidade, já que não sou mais da Comissão de Assuntos Sociais, de poder votar este projeto no plenário.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia. Efetivamente, estamos atendendo, nesse movimento, aquilo que foi solicitado pela Terceira Marcha hoje, desde que aprovemos amanhã em caráter terminativo esse projeto.

Mas quero, ao me dirigir às donas-de-casa de baixa renda, dizer: vocês não vão precisar pagar os 20% que todos os outros trabalhadores são obrigados a contribuir. Essa contribuição foi reduzida para 11%. Isso também já estava previsto, mas fica regulamentado. Portanto, há uma diferença de nove pontos percentuais.

Outro ponto é que fica garantido para as donas-de-casa os benefícios da aposentadoria por invalidez, da aposentadoria por idade, do salário-maternidade, do auxílio-doença, do auxílio-acidente e do salário-família.

Os prazos para as donas-de-casa fazerem jus aos benefícios, o chamado período de carência, também foram reduzidos em 20%. Apenas a título de exemplo, Sr. Presidente, a aposentadoria por idade, que, no sistema convencional, pode ser iniciada com 15 anos de contribuição, no caso específico das donas-de-casa, com essa redução de 20%, esse tempo de carência passa para 12 anos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, em dois minutos concluo o meu pronunciamento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que esse é um dos projetos muito importantes que passaram pelo Senado, pois beneficiará inúmeras donas-de-casa, famílias pobres, de baixa renda, que, embora trabalhem por toda vida no âmbito de suas residências, não têm hoje o direito de receber qualquer benefício previdenciário, estando totalmente descobertas diante dos riscos sociais do tipo invalidez, doença e morte.

Para concluir, ao tempo em que peço apoio das Senadoras e Senadores da Comissão de Assuntos Sociais para que possamos estabelecer amanhã o **quorum** para aprovação terminativa da aposentadoria das donas-de-casa, não posso deixar, outra vez, de registrar a minha homenagem às mulheres pela passagem deste Dia Internacional da Mulher. De forma muito especial, gostaria de homenagear as mulheres do meu Estado, a Bahia. Repito que, de uma forma muito rápida, conseguimos atender aos objetivos da marcha que se realizou hoje em Brasília, pedindo exatamente isto: a aposentadoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Rodolpho Tourinho e o

parabenizo, Senador, pelo seu projeto de tão grande mérito que concede a possibilidade de aposentadoria às donas-de-casa. Desde já, conte com o nosso apoio amanhã, por ocasião da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra, pela Liderança do PT, à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará, por dez minutos, prorrogáveis por dois. Como hoje é o Dia Internacional da Mulher, prorrogarei por outros dois minutos.

Aproveito para prorrogar a sessão por quarenta minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente que neste momento preside a sessão, Senador Flexa Ribeiro, também do meu Estado, meu conterrâneo, Senadoras e Senadores presentes, estava desde ontem tentando falar, apesar de já ter vindo à Tribuna, logo após a semana do carnaval, para falar sobre denúncias caluniosas de que tenho sido vítima já há algum tempo, publicadas num veículo de comunicação. Talvez, quem sabe, continue reiterando essas denúncias, porque eu os processei, e, como todos sabem, quando se processa um órgão de comunicação na Justiça, aí é que a marcação acontece.

Mas, como fui citada e esse veículo foi citado aqui por um Senador da República, que tentava me atingir e, ao se defender, me atacar, quero dizer que todos os Senadores e Senadoras receberam uma nota de esclarecimento que fiz em relação a esta matéria.

Quero dizer também a todos os Senadores e Senadoras que consta do meu *site*, www.anajulia.com.br, um histórico. A sociedade toda pode ser acesso ao seu conteúdo, se quiser.

Quero lembrar inclusive que, em junho do ano passado, matéria idêntica foi veiculada por esse mesmo veículo de comunicação. Eles sequer citaram o meu nome. Mas estamos num ano eleitoral, e a possibilidade, quem sabe, de eu ser candidata, por ser uma Liderança do PT no meu Estado, faz com que, é claro, as baterias e a matéria se voltem contra o PT e contra mim.

Estou tranqüila, porque as denúncias foram feitas por um grileiro de terra que foi condenado pela Justiça Federal por ter ameaçado o gerente do Ibama. As denúncias que esse grileiro de terra fez contra mim foram todas investigadas na CPI. Deputados, inclusive, que fazem parte dessa CPI da Biopirataria hoje falaram sobre isso. A matéria sequer reflete a realidade do relatório, porque o relatório aprovado não indicia o gerente do Ibama. A CPI quebrou sigilo, investigou contas, simplesmente invadiu a vida privada de uma cidadã brasileira

por ela trabalhar comigo, por ser minha assessora. Estão tentando, inclusive, arrasar a vida dessa mulher para poder arrasar com a minha vida, mas quero dizer que fui investigada, e nada encontraram.

Houve denúncia de que havia recurso de empresas madeireiras que participaram do Safra Legal. Algumas empresas realmente contribuíram com a nossa campanha, mas nenhuma das que contribuíram participaram do Safra Legal. Estão todas inscritas no Tribunal Regional Eleitoral.

Diziam que o recurso estava na conta da minha assessora, e ela, de livre e espontânea vontade, mandou inclusive o extrato dela. Mesmo assim, quebraram o seu sigilo bancário; depois, quebraram o sigilo de acordo com o objeto da CPI. Por incrível que pareça, os dados foram cruzados, e não foi achado depósito algum.

Fui investigada, e nada foi achado. Ao contrário, a denúncia feita contra mim é falsa, caluniosa e tenta me atingir politicamente com medo da questão eleitoral. Trata-se de uma denúncia eleitoral.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Ana Julia, concede-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Em breve vou lhe dar o aparte, Senadora Fátima Cleide.

Sei que não sou perdoada pelos grileiros de terra do meu Estado. Sei que não sou perdoada por aqueles que praticam trabalho escravo, de cuja ocorrência, infelizmente, o meu Estado é campeão. Sei que não sou perdoada por aqueles que se dizem produtores rurais, mas não o são, porque mancham o nome dos produtores rurais e participam do consórcio que financia a morte e a violência no campo.

Quando eu rasguei aquele voto em separado, aquela verdadeira ode à violência na CPMI da Terra, realmente acendi mais ainda a ira daqueles que me caluniam.

Então, é exatamente esse o combinado, Senador Sibá Machado e Senadora Fátima Cleide. A diminuição do desmatamento faz com que matérias como essa tentem nos atingir.

Eu quero dizer, com toda tranqüilidade, que permiti a investigação, e, graças a Deus, nada das denúncias se confirmou, porque a matéria é simplesmente uma série de ilações e mentiras inclusive em relação a números de linhas telefônicas, porque aquilo nunca existiu.

Estão quebrando decisão do STF e desrespeitando mais uma vez o Supremo Tribunal Federal, que, no voto do seu Ministro-Relator, Joaquim Barbosa, decreta, em relação aos dados da CPI, “o segredo de justiça

nesses autos para proteger o sigilo de documentos de uso reservado anexado às informações”.

Mas não há mais Estado de Direito no País, como disse a Deputada Juíza Denise Frossard hoje. S. Ex^a lê as matérias em alguns veículos de comunicação com um pé atrás. Por isso, estão cada vez mais perdendo a credibilidade, porque hoje não se respeita mais nada. Mesmo que seja investigado, que se demonstre que não há nada, tentam, de forma transversa, dizer o contrário.

Estou indignada porque mesmo o Supremo Tribunal Federal está sendo desrespeitado. Documentos que deveriam ser sigilosos são utilizados, porque questões ali colocadas não constam do relatório da CPI. A sociedade não sabe disso, mas não constam do relatório da CPI, porque aquilo não existe.

Como é fácil desrespeitar! Hoje, no País, desrespeita-se até o Supremo Tribunal Federal, por meio do voto do Ministro Joaquim Barbosa. Se até isso se desrespeita no País, é fácil qualquer um agora querer atingir alguém eleitoralmente.

Como somos pessoas públicas, estamos sujeitos a isso. Sei que tentam, inclusive, atingir a minha família, tentando usar o fato de um gerente do Ibama ter sido casado comigo um dia, há oito anos, e de termos uma filha. Nem isso nos poupam, a nossa família, uma criança que nada tem a ver com isso.

Mas não vou usar a vitimização, como algumas pessoas gostam de fazer, como rumo do meu mandato. Já estou ficando, como se diz em minha terra, com o couro curtido. Sei que toda pessoa pública, quando incomoda, quando atinge poderosos interesses, é atingida.

Concedo o aparte à Senadora Fátima Cleide, com muito prazer; em seguida, ao Senador Sibá Machado.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Ana Júlia Carepa, inicialmente, gostaria de parabenizá-la não apenas porque hoje é o Dia da Mulher, mas pela grande, brilhante e inteligente mulher que V. Ex^a é. V. Ex^a – e digo “vossa excelência” com muito orgulho, com muita honra – representa, aqui neste Senado, as grandes guerreiras da Amazônia. Neste momento, o pronunciamento que V. Ex^a faz da tribuna do Senado Federal me faz lembrar outros momentos que vivemos, nós, mulheres, trabalhadoras, que sonhamos, em primeiro lugar, construir uma sociedade diferente. Enfrentamos na Amazônia os invasores, os grileiros, aqueles malfeitores que apenas querem lucrar com um recurso que é do povo brasileiro: o recurso natural. Sonhamos com essa sociedade, mas, mais do que isso, ousamos estar aqui disputando espaços. Somos poucas, mas V. Ex^a representa brilhantemente as mu-

Iheres que estão aqui nesta Casa e todas as mulheres da Amazônia e do Brasil. Tenho total confiança em sua pessoa, tanto na vida pública quanto na vida privada. Tenho confiança no desempenho de seu mandato, voltado para a inclusão social. Tenho confiança de que todas as injúrias que V. Ex^a sofre neste momento serão repudiadas pela sociedade brasileira, pela sociedade paraense, pelos homens e mulheres que querem uma sociedade diferente neste País.

(Interrupção do som.)

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Sr. Presidente. Tenho confiança e expresso a minha solidariedade a V. Ex^a neste momento, Senadora Ana Júlia. Não são apenas as mulheres comuns que sofrem violência e discriminação. Nós também sofremos. Justamente por ser ousada e disputar com competência e qualidade é que V. Ex^a está sofrendo. V. Ex^a já foi a uma CPI, que vasculhou a sua vida. Sei que outras pessoas também vasculharam a sua vida, e sei como a Senadora Ideli Salvatti também sofre essa “vasculhação”, como eu também sofro. Parabéns, Senadora Ana Júlia Carepa. V. Ex^a representa as mulheres brasileiras com muita dignidade e muita honra. Eu me orgulho por isso e por ser sua companheira neste dia. Deixo aqui o meu abraço solidário.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide. Nós ousamos, somos mulheres ousadas. Por isso, minha homenagem a todas as mulheres deste País, mulheres anônimas, mas que representam essa luta. E, quando nós ousamos enfrentar esses interesses poderosos, é lógico que recebemos difamações, que hoje são feitas de forma absurda.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado. Em seguida, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia, discordo apenas do termo “anônimo”, porque acredito que toda pessoa é líder em seus processos de vida, em qualquer ambiente que viva. Está sempre liderando e sendo espelho para alguém, sendo amado ou odiado por alguém.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É verdade. Eu disse “anônima” porque não são pessoas públicas, mas todas têm uma importância imensa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Com certeza. Voltando ao assunto, infelizmente, somente hoje V. Ex^a vem à tribuna a fim de prestar esclarecimento pessoal sobre o fato. Pude observar que, por mais ou menos culta que seja uma pessoa – não digo “cultu” no sentido da cultura, mas da escolaridade –, todos nós, ao olharmos para um veículo de comunicação, damos-lhe alto grau de respeitabilidade e confiança.

É comum que as pessoas com pouco acesso à vida pública, como V. Ex^a está falando, ao terem conhecimento de uma notícia, seja pela televisão, pelo rádio, pelo jornal ou pela revista, confiarão na matéria. Dirão: “Deu no jornal, viu? Ontem, saiu na televisão. Olhe, o rádio falou isso ontem”. É claro que uma revista como a **Veja**, ao publicar uma matéria, vai sempre induzir muitas pessoas a acreditar que a revista está sendo completamente verdadeira. E fica humanamente impossível desfazer-se o engano. Pois bem, vou dizer que foi engano; não foi bem assim, mas vamos dizer que a matéria foi engano. Como se pode repor, nas mesmas condições, na mesma página, na mesma quantidade de caracteres divulgados, uma versão encontrada? Acabou-se. Não há mais jeito. A V. Ex^a resta o quê? Os microfones do Senado Federal e as oportunidades que surgirem para V. Ex^a falar sobre isso quando alguém lhe perguntar, seja em Brasília, seja no Estado do Pará. Quem leu a revista **Veja**? Parece-me a tiragem da revista **Veja** é de um 1,5 milhão de exemplares. Além disso, existe o fato da propagação de uma notícia. Segundo um cálculo que aprendi em um curso básico que fiz, chamado Qualidade Total, a notícia boa tem uma propagação de cinco vezes; a notícia ruim, de vinte e cinco vezes. Quer dizer, se alguém dá uma notícia boa, ela chega a cinco pessoas de imediato; se a notícia é ruim, chega a vinte e cinco pessoas. Neste caso, aqui fica uma situação que já vou dizer a V. Ex^a. Primeiro, impossível repor, para todas as pessoas que tomaram conhecimento daquela matéria, uma versão de V. Ex^a. Segundo – vou usar aqui a sapiência do povo –, ouvi alguém dizer que, antes de se pensar em cometer uma injustiça, ainda é melhor recebê-la. Então, é melhor receber do que cometer uma injustiça. Se V. Ex^a recebe uma injusta notícia da revista **Veja**, ainda assim, é melhor do que cometer essa injustiça, seja da **Veja**, de qualquer pessoa. Medo de que V. Ex^a possa vir a ser candidata espero que seja. Torço para isso, porque sei que V. Ex^a pode realizar um trabalho muito melhor do que o que está sendo realizado, que é o princípio da superação. Se V. Ex^a, eu e outras pessoas concordássemos com tudo o que está sendo feito, não estaríamos aqui fazendo política. Ficaríamos em casa, assistindo ao que está acontecendo. Portanto, nesse caso, espero que V. Ex^a contribua novamente conosco, sendo candidata em seu Estado. Também quero dizer que nossa Bancada, todos nós aqui depositamos a mais sincera confiança em V. Ex^a. É o que minha mãe me dizia: acima de tudo, tenha a sua consciência tranqüila, não se importando com o que estão dizendo sobre você. Se tiver a oportunidade de esclarecer, ótimo; se não tiver, durma bem, dizendo: isso não me pega, porque eu não cometi isso. Portan-

to, já que V. Ex^a não vai ter a oportunidade de ver um 1,5 milhão de exemplares da revista **Veja** dizendo que a Senadora Ana Júlia Carepa é inocente em relação àquilo que foi dito, porque isso não vai acontecer, que fiquemos com essa consciência e essa confiança que todos nós temos na sua seriedade e na sua cumplicidade com a coisa séria e com a vida pública ética e moral que vejo sempre na sua história, no seu currículo, no seu modo de vida e, principalmente, na sua forma de fazer política.

Assim sendo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... fica aqui o abraço fraterno, amigo, companheiro e verdadeiro, não apenas meu, mas de todos da Bancada do Partido dos Trabalhadores, com a confiança que temos em V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Sibá Machado. Agradeço muito pelas suas palavras.

Tenho recebido solidariedade de Senadoras e Senadores de diversos Partidos – para ser justa, de todos os Partidos.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim e, depois, ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Júlia Carepa, embora as homenagens do Senado pelo Dia Internacional da Mulher seja amanhã, nada mais justo, nada mais apropriado do que V. Ex^a assomar à tribuna hoje mesmo, Dia Internacional da Mulher, porque a injustiça que estão fazendo com V. Ex^a não tem como ser medida. Dentre as pessoas que conheci, V. Ex^a é a mais avançada, séria, competente e responsável. Foi Deputada junto comigo. Conheço sua vida, sua história e as posições que defende na Câmara e no Senado. Não tenho nenhuma dúvida de que V. Ex^a vai dormir tranqüila hoje e sempre. Todos nós sabemos que, quando a campanha eleitoral começa, os ataques são muito mais contundentes. Estive lá no Pará, e o Senador Flexa Ribeiro, que ora preside a sessão, viu que, numa plenária estadual, após V. Ex^a ter feito uso da palavra, fiz uma manifestação sobre V. Ex^a, ressaltando a forma como aquele povo a aplaudiu. V. Ex^a conta com o carinho do povo do Pará e do País. Como bem disseram a Senadora Fátima Cleide e o Senador Sibá Machado, V. Ex^a foi investigada, abriu o livro de sua vida para uma CPI: “Vejam, estudem minha vida”. A CPI foi a fundo e não achou nada. É o melhor atestado que poderia dar ao Senado da República e ao povo brasileiro. Meu aparte, neste encerramento de sessão, é rápido. Dizia ao Senador Simon que hoje falei de Anita Garibaldi, de

Ana Amélia, jornalista que todos respeitamos, que falei de lutadoras, negras, brancas, índias, mestiças. V. Ex^a se inclui no rol desses nomes que citei como uma mulher que para nós é referência. Como há mulheres que são referência, também há homens que são referência. E o contrário também existe. Mas V. Ex^a é uma referência para o nosso trabalho. Por isso, deixo aqui a minha total solidariedade e apoio, na certeza de que o Brasil ganha muito com a postura de V. Ex^a, não só o Pará. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada de coração, Senador. V. Ex^a, com certeza, também é uma referência.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo e, a seguir, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Ana Júlia, logo que cheguei ao Senado, a questão dos *royalties* do minério nos aproximou. Aliás, é um assunto que nos une e que ainda não foi decidido.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Temos que votá-lo rapidamente, não é, Senador?

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Mas pude sentir naquela ocasião a sua dedicação, o seu espírito público, a sua vontade e disposição de defender especialmente as pessoas mais necessitadas, mais humildes do País. Assim tem sido o seu desempenho aqui como Senadora. Há pouco, quando eu fazia um pronunciamento em defesa da aposentadoria para a dona-de-casa, eu quis exatamente personificar na pessoa de V. Ex^a uma homenagem a todas as Senadoras que estão conosco. Faço isso com muita vontade sim, pois considero seu trabalho realmente digno de louvor. Quanto a essas questões levantadas contra V. Ex^a – e não estamos todos imunes a elas – devem ser realmente relativizadas. Esperamos pelo amadurecimento do processo político brasileiro, das relações da imprensa, tão importante para a democracia. Exatamente pela importância para a democracia, é que não se pode ter uma “histeria informativa”, como às vezes ocorre no País, em que as informações são transmitidas sem verificação, sem profundidade. Senadora Ana Júlia, quero lhe dar um grande abraço neste Dia Internacional da Mulher.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

Ouçó o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, para onde vamos, levamos a nossa formação profissional. Sou médico e isso me fez estudar a psicologia. Embora o Sibá tenha pintado esse quadro, eu vejo as coisas de modo diferente. Penso que a diversidade é uma bênção disfarçada. Quando menino,

aprendi no nosso Nordeste a Canção do Tamoio, de Gonçalves Dias:

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.

Entendo que Ana Júlia Carepa é uma forte, brava e bela mulher do Pará e do Brasil, pelo que observei em mais de três anos aqui. Em uma missão ao Chile, acompanhado por V. Ex^a e minha mulher, Adalgisa, em um dos momentos mais agradáveis dos nossos 37 anos de casado, pude observar V. Ex^a e estudá-la como médico e psicólogo. Somos de partidos diferentes, mas V. Ex^a é de uma pureza ímpar, é uma guerreira, mulher vencedora, bancária, mãe, esposa. Mas, Sibá, eu acho que não é assim, não. Eu nunca me preocupei – já fui governador – em fazer uma imagem de fora para dentro. De nada vale isso. Eu já tive essas posições. Pode-se até contratar a revista **Time**, a revista **Life**, mas isso de nada vale. A comunicação é de dentro para fora. Pode vir num Exocet a maldade que não pega. É de dentro para fora que se vê; por meio dos filhos, dos pais, das famílias, dos que estudaram, dos que conheceram, dos que a eram aqui como Senadora da República e de figuras como eu, de partido diferente, que posso atestar, dizer que a conheço de dentro para fora, porque convivemos. V. Ex^a é uma mulher obstinada, de alto espírito público. O povo do Pará não ia jamais errar em tantas oportunidades – e ele é quem poderia julgá-la, quem a conhece – e trazê-la para cá. Já que estamos no Dia da Internacional da Mulher, quero dizer que sou filho de Terceira franciscana e minha mãe santa dizia: “Dar tempo ao tempo”. Ela também ensinou que a inveja e a mágoa corrompem os corações. V. Ex^a desperta inveja. V. Ex^a é mulher admirada por todo mundo, por toda civilização. V. Ex^a é uma bela mulher e grande líder do Brasil.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Eu quero agradecer a V. Ex^a Senador Mão Santa, Senador Azeredo, Senadora Fátima Cleide, Paulo Paim, Senador Sibá Machado, agradeço aos Senadores que de forma pessoal já se solidarizaram comigo, já expressaram essa solidariedade, essa confiança. Quero agradecer muito. Quero me solidarizar com o povo do meu Estado que tem se solidarizado comigo de diversas formas em relação a calúnias. Como eu falei, as denúncias foram investigadas e nada foi encontrado. Nem sequer a realidade, nem sequer as

questões do relatório da CPI são colocadas; não. São colocadas questões que dizem respeito ao Supremo Tribunal Federal, essa é a realidade.

Mas agradeço aqui manifestações de Senadores de diversos Partidos que, mesmo da Oposição, conhecem a nossa história e por isso mesmo sabem do que estamos nesse momento sendo vítima.

Senador Sibá Machado, em relação a campanha, eu já tinha dito que não seria candidata; não é meu objetivo ser candidata. Mas estou me sentindo tão provocada que, daqui a pouco, vou me aborrecer e vou ser candidata. Não quero isso. Confesso a V. Ex^a – e já tinha dito a todo mundo – que não quero, não quero ser candidata. Já fui candidata, não posso ter o monopólio da candidatura lá no Estado. Tenho que dar oportunidade a outras lideranças e temos várias.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia, queria fazer só um pedido a V. Ex^a. Seja candidata por uma necessidade do Pará e de todos nós. Precisamos de V. Ex^a lá.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Acho que esses ataques vêm muito em função disso. Mas quero dizer que não é minha vontade, não é o que está dentro do meu coração. Quero continuar meu mandato de Senadora, para o qual fui eleita. Já recebi um apelo há dois anos, há pouco mais de um ano aliás, para ser candidata e fui, acatei aquele apelo. Mas este é o momento de continuar meu mandato aqui, defendendo recursos, defendendo os interesses da maioria do povo, mas, defendendo principalmente o povo do meu Estado, defendendo os trabalhadores rurais, defendendo o agricultor, defendendo o produtor rural independentemente de tamanho, aquele que é sério, aquele que gera emprego. Não aqueles que financiam a violência; esses, sim, me perseguem, esses não me perdoam, esses vieram aqui apoiar o depoimento do grileiro de terra, no dia em que ele veio falar calúnias.

A Justiça pode tardar, mas não falha. Durmo tranquila, sim, Senadores; durmo absolutamente tranquila. Infelizmente já perdi poucos patrimônios, mas tenho exatamente para continuar dormindo tranquila no meu travesseiro.

Vejo aqui o Deputado Dr. Rosinha, que faz parte dessa CPI e que ficou muito indignado ao ver uma publicação que distorce os fatos e a realidade; exatamente desinforma a sociedade, usando informações, como eu disse, que dizem respeito ao Supremo Tribunal Federal, questões que nem sequer estão no relatório da CPI; mas, em compensação, deixa de colocar coisas que estão no relatório e exatamente dizem para todo mundo que não existe aquilo do qual fomos acusados, qual seja, recursos na conta de uma mulher que está

tendo a vida devassada e sua família atingida. Trata-se de uma pessoa separada que tem três filhos, como eu tenho dois, mas que, como mulher também, como cidadã brasileira, está sendo atingida, está sendo instrumento para tentarem me atingir; atingir a primeira mulher Senadora do meu Estado, que teve a ousadia de combater a violência, a discriminação, de se colocar sempre – há mais de vinte anos na minha vida –, sempre ao lado dos mais pobres, dos excluídos. Essa é a história da nossa vida, Senadora Fátima Cleide, de V. Ex^a, que muito me orgulha também, representando aqui a força das mulheres da Amazônia.

Eu vou continuar de cabeça erguida, seguindo o meu mandato de Senadora, honrando o povo do Pará e defendendo os interesses da maioria daquele povo e do povo do Brasil.

Muito obrigada.

Agradeço a tolerância, mas é um momento importante. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por dez minutos, prorrogados por mais dois, menos os seis minutos do aparte de V. Ex^a à Senadora Ana Júlia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, relativamente aos episódios que ocorreram na Assembléia Legislativa de Rondônia, por força da decisão da Mesa Diretora desta Casa, coube a mim a Presidência de uma comissão externa cujo papel foi o de acompanhar, avaliar todo o processo de investigação naquele momento. Houve a denúncia veiculada pela TV Globo e pela TV Bandeirantes. Fechado aquele trabalho, o relatório apresentado por nós, prometi a mim mesmo que não trataria mais de assuntos referentes àquele Estado. Fui, segundo informações, duramente agredido, juntamente com o Relator Senador Demóstenes Torres, mas releguei, não fui atrás de processar absolutamente ninguém. Fiz do silêncio minha resposta.

No entanto, hoje, recebo aqui uma informação que não posso deixar de registrar. Segundo **O Estado de S. Paulo**, em materiazinha chamada Terra sem lei.

“Juíza é ameaçada por madeireiros”

O Tribunal de Justiça de Rondônia pediu proteção policial para a juíza Duília Reis, que mandou apreender caminhões com madeiras extraídas de forma irregular.

Em reunião, madeireiros e transportadores decidiram tramar a morte da juíza. Um agente da polícia militar que presenciou o encontro denunciou a ameaça.

Eu espero que ele tenha dito também o nome das pessoas que estavam naquela reunião para que se tomem as devidas providências.

Outra notícia de um *site*.

“Juíza avisa que caminhões com madeira ilegal serão leiloados em Rondônia”

Depois que a juíza da Comarca de Ariquemes definiu que todos os caminhões retidos no Município com carregamento de madeira ilegal serão leiloados, madeireiros e toreiros fecharam a estrada em protesto. A região é uma das mais atingidas pelo desmatamento ilegal, afirma o Ibama.

Ariquemes, um Município de 75 mil habitantes que está a uma distância de 200 quilômetros da capital, Porto Velho, vive desde a última sexta-feira um bloqueio em uma de suas principais rodovias de acesso, promovido por madeireiros e toreiros extratores de toras de madeira. O protesto tem como alvo a decisão da Juíza Dr^a Duília Reis de que a partir desta semana seja cumprida, na Comarca de Ariquemes, a Lei Federal 9.605/98, de crimes ambientais.

Sr. Presidente, eu acho uma atitude muito corajosa. Tenho insistido que os verdadeiros empresários desse setor pagam o preço de envolver seus nomes com criminosos. Empresário, no meu entendimento, é uma pessoa de bem, e nós não podemos tratar esse tipo de pessoa como empresário. Esse não é um empresário, é um traficante, uma pessoa que tem que sair do convívio da sociedade! E ainda se dá o direito aqui, Sr. Presidente, pelo o que foi colocado, de zombar da decisão da juíza.

Participaram de muitas reuniões, acertaram que iria ser regularizado. De cada cem caminhões, segundo a juíza, noventa são reincidentes de crimes. Então, a decisão dela agora não é só apreender a carga, é apreender também o caminhão, porque, segundo ela, está previsto na lei, é a única forma de essas pessoas virem a respeitar o que é público e o que é legal.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Sibá Machado, conceda-me um rápido aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senadora Fátima.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Esse episódio ocorreu há várias semanas no Estado de Rondônia. Quero me solidarizar com V. Ex^a por trazer esse assunto à tona no plenário do Senado Federal. Na ocasião, passei pelo Município de Ariquemes, na sexta-feira, à noite, e conversei com o prefeito. Intermediei uma conversa com o gerente do Ibama, no sábado, que foi lá para discutir com as lideranças do movimento que estavam, naquele momento, obstruindo a BR-364. Aliás, a BR-364 sempre é vítima dessas situações. Neste exato momento, estamos vivendo um novo conflito,

dessa feita com índios que, legitimamente, reivindicam a atenção do Governo Federal, das autoridades. Mas, reportando-me à situação em que se encontra a juíza, é realmente uma situação crítica e de profundo desrespeito à Justiça. Essa situação já foi solucionada. Inclusive, o Conama, na semana passada, aprovou o zoneamento do Estado de Rondônia, pelo qual a população brasileira está pagando muito caro, porque foi um estudo técnico maravilhoso realizado nos anos 80 e que, infelizmente, até o presente momento, não era lei e passa a sê-lo a partir de agora, por resolução do Conama. Nesse sentido, também quero registrar o empenho que teve a Ministra Marina Silva de colaborar para que o Estado de Rondônia tivesse, de fato, um zoneamento e que, a partir daí, possamos regular essas ações de pessoas que teimam em infringir a lei. Solidarizo-me com V. Ex^a também na homenagem que faz à juíza por se determinar a cumprir o seu papel, que é seguir à risca aquilo que determina a legislação brasileira. Afinal de contas, a legislação ainda não foi mudada e precisa ser cumprida à risca. Meus parabéns, Senador Sibá Machado e meu muito obrigado por sempre estar junto conosco, olhando essas situações que são polêmicas no Estado de Rondônia, mas que precisamos ter coragem de enfrentá-las.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Senador Sibá Machado, peço licença a V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais trinta minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente. Senadora Fátima Cleide, eu acho que problemas dessa natureza não podem ser vistos como de responsabilidade local. Se houver uma agressão, uma atitude mais forte em relação à juíza, é para todos nós, tem que ser entendido que é contra o serviço público, é contra uma pessoa que presta o cumprimento de uma lei federal. Trata-se de uma funcionária pública que procura colocar o respeito público sobre as atividades dentro da sua comunidade. Então, não tem fronteira uma atitude como essa. Daí por que aceitei vir aqui.

Estou encaminhando, Sr. Presidente, um requerimento a V. Ex^a, nos termos do art. 222 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa. Trata-se de um voto de solidariedade à Juíza Dr^a Duília Reis, da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia. A Dr^a Duília Reis vem recebendo ameaças que, segundo informa a imprensa, são feitas por madeireiros contrariados pelo fato de essa juíza estar fazendo cumprir a Lei nº 9.605/98, que trata de crimes ambientais.

Então, submeto o requerimento a V. Ex^a, aproveitando até a data de hoje. Toda vez que se trata de uma pessoa que é cumpridora de dever, geralmente o tratamento é como este: a pessoa fica desprotegida,

vulnerável aos desmandos de um inimigo invisível. Mas, como se diz aqui que houve um denunciante, uma pessoa que ouviu uma reunião em que se tramou a morte da Juíza, espero que essa pessoa dê os nomes, para podermos saber quem é e tomarmos atitudes antecipadas e essas pessoas não venham a consumir um fato dessa natureza.

Acho que deveríamos tomar algum tipo de atitude que possa reforçar o trabalho desta brilhante defensora da lei e do serviço público, que é a Dr^a Duília.

Sr. Presidente, dentro daquela órbita que V. Ex^a tem criado na tarde de hoje, de tolerar um pouco mais, eu queria tratar rapidamente de um segundo assunto aqui, que é muito importante, senão não haverá mais tempo, amanhã já estará vencido.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário abriu na segunda-feira passada, dia 06, a 2^a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que se encerrará no próximo dia 10 de março.

Essa é uma iniciativa conjunta da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e do Governo brasileiro e reunirá delegações de diversos países. Essa conferência teve sua primeira versão em 1979, na cidade de Roma.

Nesse período de silêncio, as políticas de reforma agrária perderam força na maior parte do mundo, sendo consideradas instrumentos anacrônicos para o aumento da produção de alimentos. No entanto, o crescimento das desigualdades sociais, da fome, da pobreza e o inchaço das grandes cidades, com a expulsão de populações que viviam em áreas rurais, renovaram a atualidade desse tema.

A idéia da conferência começou a ganhar força em abril do ano passado, quando o Comitê de Agricultura da FAO aprovou proposta do Governo brasileiro de realizar esse encontro no Brasil.

Pela primeira vez, em uma conferência de um órgão da ONU, representantes da sociedade civil têm direito de participação. Cerca de quatrocentos delegados e delegadas de diversos países constituíram um fórum paralelo de acompanhamento da conferência com participação nos trabalhos oficiais, representantes de movimentos sociais e de organizações não-governamentais.

A conferência, que faz parte da agenda da ONU de combate à pobreza e do calendário de cumprimento das Metas do Milênio, reuniu quase dois mil delegados e delegadas vindos de mais ou menos 150 países, com a presença também de chefes de Estado, ministros e diversas autoridades.

O Brasil foi escolhido para sediar a conferência, em função do reconhecimento mundial dos esforços

feitos pelo Governo brasileiro para enfrentar a agenda da reforma agrária e do desenvolvimento rural.

Ao lançar a conferência, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, lembrou o programa Fome Zero, o Bolsa Família e o Plano Nacional de Reforma Agrária, que deve cumprir sua meta de assentar quatrocentas mil famílias até o final de 2006.

As políticas de apoio à agricultura familiar são, também, exemplos de iniciativas reconhecidas internacionalmente.

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cerca de 52% da população mundial vive hoje no meio rural, algo em torno de 3,3 bilhões de pessoas. Destas, cerca de 840 milhões vivem abaixo da linha de pobreza.

Segundo dados da FAO, do total da população em estado de má nutrição, 75% vivem nas áreas rurais do planeta. Além disso, aproximadamente 634 milhões de pobres moram em terras marginais, áreas de baixa potencialidade agroecológica.

Esses números demonstram que pensar uma estratégia de desenvolvimento, de geração de trabalho, de superação da pobreza e da fome em escala mundial obrigatoriamente exige pensar uma estratégia para o desenvolvimento rural.

Para discutir esse problema, o temário da conferência foi organizado em torno de cinco grandes eixos: melhores políticas e práticas de acesso à terra e à água; propostas de políticas de acesso à terra, à água, serviços agrários e insumos agrícolas; revitalização das comunidades rurais; reforma agrária, justiça social e desenvolvimento sustentável; e soberania alimentar e acesso a recursos.

Houve ainda a incorporação de temas que não faziam parte desse debate, com a força que adquiriram nos últimos anos. Citou como exemplo as questões de meio ambiente, de gênero e de etnia.

A partir do debate sobre esses temas, os organizadores esperam construir uma plataforma permanente global, fazer um diagnóstico das políticas públicas nacionais e internacionais e propor medidas imediatas e parcerias.

Quando se fala de desenvolvimento rural e de reforma agrária, fala-se, inevitavelmente, sobre o acesso das populações à terra, à água, às políticas agrícolas, às políticas de financiamento que permitem qualidade de vida e renda; fala-se de soberania alimentar e da capacidade de produção de alimentos.

O encontro faz um balanço da eliminação de economias agrícolas em muitos países, especialmente ao longo dos últimos vinte anos, bem como um balanço do resultado das políticas agrícolas, do mercado agrícola internacional e das consequências das regras internacionais deste mercado na ampliação da pobreza e da miséria nestes países.

Na apresentação das experiências, as delegações foram unânimes em elogiar a iniciativa do Brasil e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação para a realização dessa conferência. A realidade brasileira no desenvolvimento do programa da reforma agrária foi outro ponto alvo de inspirações e de elogios dos demais países participantes.

Assim sendo, Sr. Presidente, para encerrar, quero relatar rapidamente alguns feitos do Governo Lula em relação à agricultura, principalmente a agricultura dos países mais pobres do mundo. Criamos o G-20, que é o grupo dos países mais voltados à agricultura, para pautar uma nova forma de negociação na OMC, Sr. Presidente. Ganhamos, na OMC, o direito de suspensão dos subsídios agrícolas dos países como Estados Unidos e União Européia. Implantamos o programa do Biodiesel com preferência de participação da agricultura familiar, do qual vi a experiência da Agropalma, levado por V. Ex^a. E eu gostaria ainda de concluir a visitação.

Ressaltem-se, pois, os recursos da ordem de R\$9 bilhões destinados ao Plano Safra, a Reforma Agrária atingindo suas metas e a dotação tanto para assistência técnica quanto para os órgãos de pesquisa para a agricultura, como é o caso da Embrapa, que, neste ano, pela primeira vez, vai passar da bagatela de R\$1 bilhão. A Embrapa fez milagres na agricultura brasileira. Levou a soja, que era restrita à região Sul, para as bordas do semi-árido nordestino. Então, se fez isso com a soja, acredito que o fará com muitos produtos. A Embrapa merece todas as atenções porque, com essas medidas de pesquisa, assistência técnica e tecnologia, o Brasil peita os países que destinam vultosos subsídios à sua agricultura e disputa sem pé de igualdade seus produtos no mercado internacional.

Agradeço a V. Ex^a a generosidade e peço que dê encaminhamento de imediato a este requerimento, Sr. Presidente, para que pudéssemos fazer chegar às mãos da Dr^a Duília Reis pelo menos um ato de solidariedade do Senado Federal. Muito obrigado.

Brasil coloca reforma agrária na pauta mundial

O Ministério do Desenvolvimento Agrário abriu na segunda-feira última, dia 06, a 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que será realizada até o dia 10 de março do corrente.

Uma iniciativa conjunta da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e do governo brasileiro, o evento ocorrerá 26 anos após a última conferência internacional sobre reforma agrária, realizada em 1979, em Roma.

Neste período de silêncio, as políticas de reforma agrária perderam força na maior parte do mundo, sendo consideradas como instrumentos anacrônicos para o aumento da produção de alimentos no mundo.

No entanto, o crescimento das desigualdades sociais, da fome, da pobreza e o inchaço das grandes cidades, com a expulsão de populações que viviam em áreas rurais, renovaram a atualidade do tema.

A idéia da conferência começou a ganhar forma em abril do ano passado, quando o Comitê de Agricultura da FAO aprovou a proposta do governo brasileiro de realizar o encontro no Brasil.

Pela primeira vez, em uma conferência de um órgão da ONU, representantes da sociedade civil têm direito de participação. Cerca de 400 delegados de diversos países constituíram um fórum paralelo de acompanhamento da conferência com participação nos trabalhos oficiais, representantes de movimentos sociais e de organizações não-governamentais

A conferência, que faz parte da agenda da ONU de combate à pobreza e do calendário de cumprimento das Metas do Milênio, reuniu de 1.500 a 2.000 delegados, vindos de 150 países, com a presença de chefes de Estado, ministros e autoridades.

Reconhecimento

O Brasil foi escolhido para sediar a conferência, em função do reconhecimento mundial dos esforços feitos pelo governo brasileiro para enfrentar a agenda da reforma agrária e do desenvolvimento rural.

Ao lançar a Conferência, o Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto lembrou o programa Fome Zero, o Bolsa Família e o Plano Nacional de Reforma Agrária, que deve cumprir sua meta de assentar 400 mil famílias até o final de 2006.

As políticas de apoio à agricultura familiar são, também, exemplos de iniciativas reconhecidas internacionalmente.

Segundos os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cerca de 52% da população mundial vive hoje no meio rural, algo em torno de 3,3 bilhões de pessoas. Destas, cerca de 840 milhões vivem abaixo da linha da pobreza.

Segundo dados da FAO, do total da população em estado de má nutrição, 75% vivem nas áreas rurais do planeta. Além disso, aproximadamente 634 milhões de pobres moram em terras marginais, áreas de baixa potencialidade agroecológica.

Esses números demonstram que pensar uma estratégia de desenvolvimento, de geração de trabalho, de superação da pobreza e da fome em escala mundial, obrigatoriamente exige pensar uma estratégia para o desenvolvimento rural.

Para discutir esse problema, o temário da conferência foi organizado em torno de cinco grandes eixos: melhores políticas e práticas de acesso à terra e à água; propostas de políticas de

acesso à terra, à água, serviços agrários e insumos agrícolas; revitalização das comunidades rurais; reforma agrária, justiça social e desenvolvimento sustentável; e soberania alimentar e acesso a recursos.

Houve, ainda, a incorporação de temas que não faziam parte deste debate, com a força que adquiriram nos últimos anos. Citou como exemplo as questões ambientais, de gênero e étnicas.

A partir do debate sobre esses temas, os organizadores esperam construir uma plataforma permanente global, fazer um diagnóstico das políticas públicas nacionais e internacionais e propor medidas imediatas e parcerias.

Quando se fala de desenvolvimento rural e de reforma agrária, fala-se, inevitavelmente, sobre o acesso das populações à terra, à água, às políticas agrícolas, às políticas de financiamento que permitem qualidade de vida e renda. Fala-se de soberania alimentar, da capacidade de produção de alimentos.

O encontro faz um balanço da eliminação de economias agrícolas em muitos países, especialmente ao longo dos últimos 20 anos, bem como um balanço do resultado das políticas agrícolas, do mercado agrícola internacional e das conseqüências das regras

internacionais deste mercado na ampliação da pobreza e da miséria nestes países.

Na apresentação das experiências, as delegações foram unânimes em elogiar a iniciativa do Brasil e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para a realização da CIRADR. A realidade brasileira no desenvolvimento do programa da reforma agrária foi outro ponto alvo de inspirações e elogios dos países participantes.

CRÍSE: URBANO X RURAL

1 - BRASIL NEGOCIA A SUSPENSÃO
DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS NOS EUA -
UE.

2 - BRASIL IMPLANTA O PROGRAMA
BIDVIESEZ COM PREFERÊNCIA
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

3 - PLANO SAFRA 9 b. #

4 - REFORMA AGRÁRIA REGIONAL

5 - DOTAGÃO P/ EMBRAPA

2005	RA	=	952.000
2006	RA	=	971.000 mil
		→	1.032.000

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210,
inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

08/03/2006

CRIME AMBIENTAL

Juíza avisa que caminhões com madeira ilegal serão leiloados em Rondônia

Depois que a juíza da comarca de Ariquemes (RO) definiu que todos os caminhões retidos no município com carregamento de madeira ilegal serão leiloados, madeireiros e toreiros fecharam estradas em protesto. Região é uma das mais atingidas pelo desmatamento ilegal, afirma Ibama.

Verena Glass - Carta Maior

Data: 15/02/2006

SÃO PAULO ? Ariquemes, município de 75 mil habitantes que fica a cerca de 200 km da capital de Rondônia, Porto Velho, vive, desde a última sexta-feira (10), um bloqueio em uma de suas principais rodovias de acesso, promovido por madeireiros e toreiros (extratores de toras de madeira). O protesto tem como alvo a decisão da juíza Duília Reis de que, a partir desta semana, seja cumprida na comarca de Ariquemes a lei federal 9605/98 de Crimes Ambientais.

Segundo moradores locais, o bloqueio dos madeireiros, que está atingindo também Porto Velho, já está deixando a cidade sem combustível e mantimentos. ?Na segunda (14), os madeireiros e toreiros fecharam as duas vias de acesso para a cidade, na BR-364, e hoje já estamos sem combustível nos postos. As filas de carros são quilométricas?, afirma Eliane Rudey, coordenadora de cultura da Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

A aplicação da lei 9605/98, que prevê a retenção dos instrumentos da prática de crime ambiental, no caso levará à retenção e ao leilão dos caminhões pegos com madeira ilegal.

?Na verdade não foi uma determinação minha, e aplicações dessa lei não é uma novidade nem em Rondônia nem em outros Estados?, explica a Dra. Duília. ?Apenas fizemos uma reunião com o setor madeireiro e explicamos que vamos cumprir a lei, que determina a perda do carregamento e do caminhão pego com madeira ilegal. Nos oito anos de sua existência [da lei], procuramos possibilitar a adaptação do setor madeireiro às normas legais, mas 90 entre 100 caminhões autuados são reincidentes. Por isso reunimos o setor na última terça (7) e avisamos que a lei será aplicada. Alguns dias antes, caminhões apreendidos foram soltos em seguida e passaram caçoando na frente do Ibama. O protesto do setor agora pode ser interpretado como uma afirmação do tipo: ?eu pratico um crime, vou continuar praticando e ninguém vai impedir??. diz a juíza.

Segundo Duília, a medida de leiloar os caminhões ? que será tomada apenas depois de um processo jurídico com amplo direito de defesa dos réus ? deve funcionar mais como uma medida pedagógica, já que, em cada mil carregamentos ilegais, o Ibama só consegue autuar dez. ?Acontece que a madeira aqui é muito barata, apenas reter o carregamento não atinge os toreiros e madeireiros. Já a perda do caminhão é um golpe mais duro, pode inibir a atividade?, avalia a juíza.

ILEGALIDADE

?Os madeireiros estão acabando com a floresta na região, e do jeito que a madeira está barata não vale a pena trabalhar na legalidade?, desabafa o chefe do escritório regional do Ibama em Ariquemes,

Evandro Hagemann. O principal motivo do avanço do desmatamento, avalia, é a falta de estrutura do próprio Ibama (?somos 12 em Ariquemes, nenhum de nós é fiscal, não temos nem como ir a campo. Ficamos no escritório cuidando de burocracias?) e a não implementação das normas legais pelo Estado.

?Aqui na região temos duas Florestas Nacionais (Flonas) completamente ocupadas e devastadas; na Flona Bom Futuro existem até pequenas vilas com cerca de 10 mil pessoas. Essa invasão vem ocorrendo nos últimos quatro ou cinco anos. As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e reservas legais também são devastadas, dando lugar a campos de pastagem. Aqui a terra só dá para pasto porque o solo é muito arenoso?, explica o chefe do Ibama.

Segundo Hagemann, existem em Ariquemes cerca de 380 serrarias registradas, mas outras 120 ilegais operam normalmente. São alimentadas pelos toreiros, que retiram a madeira da mata e oferecem nas serrarias pelo melhor preço. É problema do madeireiro ?esquentar? a madeira, o que acontece principalmente através de falsificação de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs), afirmam Hagemann e a juíza Duília.

Segundo o chefe do Ibama, apesar de não trazer nenhum benefício fiscal para a cidade e o Estado, o desflorestamento ilegal acaba sendo fonte de renda de grande parte da população, sendo que seus promotores recebem o apoio inclusive do próprio governador e de parlamentares federais.

?Já é uma cena deprimente ver toreiros, uma classe explorada de miseráveis que vivem fazendo o serviço sujo para latifundiários e madeireiras clandestinas, defendendo nas ruas o interesse de quem os explora. Mas é compreensível pelo nível de ignorância que os domina. E ainda se juntaram a esses os comerciantes da cidade, fechando o comércio em apoio às reivindicações [dos madeireiros]. Também é lamentável ver os políticos, o governador, deputados, prefeitos e vereadores, declarando abertamente seu apoio a uma reivindicação que só traz destruição e miséria para o povo pobre da Amazônia?, indigna-se Eliane Rudey.

NEGOCIAÇÕES

Uma reunião entre a diretoria de florestas do Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, a bancada federal de Rondônia e representantes dos madeireiros de Ariquemes nesta quarta-feira (15), em Brasília, negociou alguns acordos para que os manifestantes suspendessem o protesto e desbloqueassem a cidade.

Segundo Antonio Carlos Hummel, diretor de Florestas do Ibama, o órgão não pode deixar de cumprir a legislação federal, principalmente porque o Estado já desmatou grande parte de suas florestas. ?Existe uma escassez de madeira, a floresta já não atende a demanda?, explica.

O que foi acordado são uma série de medidas para facilitar a exploração legal dos recursos florestais, como uma agilização, por parte do Ibama, das vistorias de projetos de manejo apresentados pela Associação de Extratores de Toras e Indústrias Madeireiras de Rondônia (Atimer), o estabelecimento de regras de manejo de baixa intensidade para áreas pequenas e médias, e colaboração da Atimer no combate à ilegalidade no comércio de madeira no Estado, entre outras.

TERRA SEM LEI**Juíza é ameaçada por madeireiros**

O Tribunal de Justiça de Rondônia pediu proteção policial para a juíza Duília Reis, que mandou apreender caminhões com madeira extraída de forma irregular. Em reunião, madeireiros e transportadores decidiram tramar a morte da juíza. Um agente da Polícia Militar, que presenciou o encontro, denunciou a ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– A solicitação de V. Ex^a será atendida pela Mesa.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho requerimento assinado por 37 dos Srs. Senadores desta Casa, vazado nos seguintes termos: Requeremos, nos termos do art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245/2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 24 de junho de 2006; bem assim o valor de R\$170 mil para o funcionamento da CPI.

É evidente que precisaríamos de um terço do colegiado, ou seja, 27 Senadores e Senadoras. E estamos encaminhando o requerimento para leitura e

publicação no total de 37 Srs. Senadores e Senadoras, o que satisfaz as exigências do art. 152.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– A Mesa recebe o requerimento e dará o encaminhamento conforme o Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Pontes, do PSDB do Ceará.

Senador Luiz Pontes, quero saudar a chegada de V. Ex^a para assumir seu mandato e deixar aqui também registrado o trabalho de seu suplente, o nobre Senador Reginaldo Duarte, que o substitui enquanto V. Ex^a desempenhava também trabalho em benefício do povo do Ceará.

Seja bem-vindo.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar, em primeiro lugar, a minha felicidade e alegria por subir a esta tribuna em um dia tão importante na vida de todos nós. Tão importante por lembrar a luta de todas as mulheres, no mundo inteiro, por mais respeito, dignidade e conquistas. As mulheres brasileiras, as mulheres cearenses, às quais, em nome da nossa colega Senadora Patrícia Gomes, trago a minha saudação, os meus parabéns, por um dia tão relevante e sublime, que é o Dia Internacional da Mulher.

Estou de volta ao Senado após me afastar desta Casa durante três anos para atender a um chamado do Governador do Estado do Ceará, Lúcio Alcântara. Aceitei o convite para assumir a Secretaria de Governo e enfrentar grandes desafios como articulador político da administração estadual. Foram três anos no cumprimento de uma honrosa e gratificante missão.

A partir de janeiro de 2003, dediquei-me à função de secretário de governo e assumi o papel múltiplo e desafiante de contribuir no planejamento da gestão pública, da elaboração de projetos para consolidar um modelo administrativo com ações econômicas, políticas e sociais que pudessem melhorar as condições de vida dos cearenses.

Confesso-me feliz com o êxito dos programas implantados nesses últimos três anos, que ajudaram o Estado do Ceará a melhorar a sua distribuição de renda.

Reassumi o meu mandato no Senado com o sentimento do cumprimento de uma missão à frente da Secretaria de Governo do meu Estado. Sinto-me feliz e gratificado pela confiança em mim depositada pelo Governador Lúcio Alcântara. Foram três anos de intenso trabalho, de realizações e, principalmente, de aprendizado. Os números sobre o desenvolvimento econômico e social mostram o compromisso do Go-

vernador Lúcio Alcântara em construir um Estado com menos pobreza, mais empregos e mais renda para os cearenses.

Na esfera econômica, o Ceará possui hoje uma base produtiva suficientemente diversificada, que permite, como em 2005, mesmo com a estagnação do setor industrial, um crescimento global da economia de 3,6%. A indústria teve um tímido crescimento, diferente das áreas de serviços e agropecuária, que garantiram uma boa performance para a nossa economia.

O setor de serviços foi impulsionado pelo comércio varejista e pelo turismo, enquanto a agricultura irrigada aqueceu o agronegócio. Esse crescimento foi estimulado pelos setores da agroindústria e de serviços, que atraíram novos investimentos, gerando novos postos de trabalho e mais renda para a população.

O esforço do Governador do Estado para atrair novos negócios permitiu ao Ceará ostentar atualmente o título de maior exportador nacional de abacaxi, melão e flores tropicais e o título de segundo maior exportador de rosas. Essa conquista é fruto de um amplo planejamento, de um projeto político ousado e desenvolvido ao longo de duas décadas, preparando o Estado com grandes ações de infra-estrutura hídrica, elétrica, viária, aérea e portuária, o que permite ao Ceará comemorar hoje números extraordinários na nossa economia.

Os investimentos do Estado em infra-estrutura trouxeram ainda outros bons resultados: o comércio internacional gerou trabalho e renda para o cearense, assim como a atividade turística. O turismo é uma das nossas maiores vocações econômicas. De acordo com a Associação Brasileira de Agentes de Turismo (Abav), o Ceará é o destino preferencial dos turistas que compram pacotes de viagem. É o quarto lugar nacional na preferência dos visitantes estrangeiros.

No setor de serviços, teremos, em 2006, a implantação de dois *resorts* no litoral cearense – na cidade de Caucaia e Aquiraz, administradas, respectivamente, por duas grandes mulheres: Inês Arruda e Ritelza Cabral. Esses dois grandes projetos, conjugados com a implantação de linhas aéreas regulares, ligando o Estado do Ceará à Europa e aos Estados Unidos, vão inserir-nos, definitivamente, no mercado de turismo de alto valor agregado.

A política de atração de indústrias e empreendimentos diversos recebeu ajustes que valorizaram o aspecto social e a coexistência produtiva das empresas com as comunidades onde estão instaladas, respeitando culturas, costumes e o meio ambiente. O ritmo de crescimento é acelerado, e os números mostram que, no Ceará, uma empresa é instalada a cada seis dias.

Um dos grandes empreendimentos que merecem destaque é o início das obras da Usina Siderúrgica do Ceará, a Ceará Steel, orçada em US\$750 milhões. É um mega investimento, concebido a partir de uma parceria que une grupos empresariais da Itália, da Coreia e do Brasil. Um projeto dessa amplitude está saindo do papel graças à imagem de credibilidade conquistada pelo Estado do Ceará perante organismos nacionais e internacionais. O equilíbrio das nossas contas, com uma situação fiscal das mais favoráveis do País, permitiu-nos fechar as contas de 2005 com um superávit nominal de R\$195 milhões e um superávit primário de R\$561 milhões.

O aumento do número de empregos é um dos primeiros resultados a serem observados com o fortalecimento da nossa economia. Se, por um lado, o Governo estadual abriu oportunidades de trabalho na Administração Pública, por meio de concursos que hoje oferecem dez mil vagas em áreas fundamentais como segurança, educação e saúde, por outro lado, a chegada de novas empresas garantiu aos cearenses, nos últimos três anos, a oferta de oitenta mil vagas no mercado de trabalho.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Luiz Pontes, vizinhos que somos, quero associar-me e dar um testemunho. O Governador do Estado do Ceará tem um caráter dos melhores que conheço. Tive o privilégio de estudar Medicina com Lúcio Alcântara. Seu pai, que também foi um homem público, era diretor da Faculdade, foi Senador, foi Governador. O Lúcio tem uma competência e um bom caráter extraordinário; é um dos melhores nomes da política de nossa geração. Reconhecendo isso, quando fui Prefeito de Parnaíba, S. Ex^a recebeu a maior comenda da cidade: Simplício Dias da Silva. Quando governei o Piauí, também o fiz, traduzindo o respeito e a gratidão do povo do Piauí a Lúcio Alcântara, que também fez da ciência médica a mais humana das ciências e, como médico, foi um grande benfeitor da humanidade. Salvo engano, ele foi Secretário de Saúde do Estado do Ceará por três vezes e prefeito extraordinário de Fortaleza. Sem dúvida alguma, reconhecemos isso. E o Ceará é nosso irmão; somos irmãos camaradas. A página mais bela do Ceará é a de que foi o primeiro Estado a combater a escravidão na História do Brasil; a do Piauí foi termos coragem, com irmãos cearenses de Viçosa e de Granja, para expulsar os portugueses que habitavam lá e queriam dividir o País em dois, na Batalha do Jenipapo. Então, essa é a nossa identidade. Traduzindo isso tudo, tive o privilégio de conceder a Lúcio Alcântara, representando a gratidão e o reconhecimento do povo do Piauí, a comenda maior Grã-Cruz Renascença. Então, sem dúvida alguma, penso que o Ceará só

tem a ganhar ao reelegê-lo. E S. Ex^a tem perspectivas invejáveis na política do Brasil.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE) – Meu caro Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex^a, que vem enriquecer o meu pronunciamento. V. Ex^a hoje já me deu a muito boa notícia de que, no nosso querido Estado do Piauí, está chovendo. Isso, para nós cearenses, é sinal de que teremos um bom inverno.

Quero lembrar, neste momento, que, na campanha eleitoral de 2002, o então candidato ao Governo do Estado do Ceará, Lúcio Alcântara, assumiu o compromisso de fortalecer a economia para gerar, em quatro anos, oitenta mil novos empregos. Destaco, com muita satisfação e alegria, que os cearenses comemoraram, no mês passado, a conquista dessa meta, um ano antes do encerramento da atual administração.

O sucesso das políticas sociais do Governo do Ceará é atestado pelos dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (Pnad). Entre 1994 e 2004, de 21 indicadores analisados, o Ceará registrou, em 17 itens, melhor desempenho do que o Brasil e o Nordeste. Entre esses indicadores, temos uma redução da mortalidade infantil de 48,2%; uma redução da proporção de extrema pobreza de 45,1%; um aumento da população com nível superior de 69,2%. Tudo isso é motivo de comemoração, embora tenhamos a devida consciência e o compromisso de melhorar ainda mais esses indicadores.

Na área educacional, bem como na saúde, o Estado do Ceará, com ações para oferecer serviços de melhor qualidade aos cearenses, está investindo percentuais superiores aos que a Constituição Federal determina. Nessas duas áreas, novos programas foram criados e programas existentes estão sendo fortalecidos, sempre respeitando os direitos e ouvindo as demandas dos cidadãos.

O Ceará tem hoje o maior programa de alfabetização para jovens e adultos de todo o Brasil, de acordo com o Ministério da Educação. Mais de duzentos mil cearenses aprenderam a ler e a escrever nesses últimos três anos. E dois Municípios – Aratuba e Itarema – venceram o desafio de zerar inteiramente o analfabetismo. Temos a serenidade de dizer que, somente crescendo e direcionando os benefícios para os menos favorecidos é que cumprimos o nosso compromisso de elevar o bem-estar da nossa população.

Para nós, cearenses, os resultados econômicos que estamos obtendo são traduzidos em conquistas sociais para a nossa população, que ainda necessita da presença cada vez mais firme do Poder Público. Essas conquistas não devem ser interpretadas apenas como responsabilidade do Governo Estadual, mas, principalmente, como uma vitória do povo cearense,

que, ao nosso lado, tem participado dessa caminhada para uma vida melhor e mais digna para todos.

O Estado do Ceará tem um projeto de governo que, mesmo atingindo a significativa marca dos vinte anos, continua atual, eficaz e renovador. É um projeto com diretrizes traçadas tendo como base o crescimento econômico com inclusão social.

É esse relato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que faço, com muita alegria, ao resumir a minha cadeira no Senado. Trago comigo os sonhos do meu povo, de um povo sofrido, bravo, lutador, trabalhador, alegre e muito esperançoso. É ao povo cearense que continuarei, como homem público, dedicando o meu tempo e o meu trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Luiz Pontes.

Prorrogo a sessão por mais trinta minutos e concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que nos assistem aqui e pelo sistema de comunicação do Senado, não poderia deixar de usar a palavra hoje, neste auspicioso instante, quando o mundo resolve homenagear a mulher.

Senador João Batista Motta, creio que os 365 dias do ano devem ser de respeito, de homenagem e de amor à mulher.

O Senador Paim veio à tribuna hoje – e S. Ex^a lidera o sentimento do Brasil – apresentar sua gratidão. Paim, o Gênesis diz que Deus criou o mundo, e o homem, insatisfeito, pediu um prêmio. E esse prêmio maior Deus lhe deu: a companheira mulher.

Nós, homens, Senador Luiz Pontes, com complexo de superioridade, falamos que somos o sexo forte. Mas, a meu ver, se analisarmos a história do mundo, desde o Gênesis aos dias de hoje – e demoraria muito, mas basta um quadro, que vale por dez mil palavras –, veremos que nesse mundo complicado criado por Deus houve muita confusão, Senadora Ana Júlia Carepa.

Esse mundo não era bom, e Deus fez várias tentativas. Mandou João Batista, um profeta, e nada. Mandou até um João Batista. Mandou o dilúvio, para ver se melhorava. Na última tentativa, Deus mandou o seu filho especial: Cristo.

Senador Paulo Paim, Cristo viveu 33 anos e não conseguiu. Senador Luiz Pontes, o drama pior que Ele sofreu, sem dúvida nenhuma, foi a crucificação. Tanto é que, todos os anos, a humanidade reflete sobre esse episódio.

Isso é válido para todos os momentos da história do mundo, Senador Flexa Ribeiro. Vamos fazer uma reflexão! Todos os homens falharam! Todos! Anás, Cai-fás, sacerdotes... Pilatos, político do bom, governante, fraquejou e foi servir o Lula de plantão, o Herodes. Mas de sua mulher, de sua adalginha ele ouviu: "Pilatos, ouvi falar desse homem. Esse homem só faz o bem, fala bonito, prega amor, faz obras". Não foram só palavras, mas também obras, porque ninguém iria seguir Cristo só pelas palavras.

O Sermão da Montanha é muito bonito: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça..." O Pai-Nosso, Senador Flexa Ribeiro, tem 56 palavras, um discurso de um minuto, um belo discurso, transporta-nos cada vez que o pronunciamos "assim na Terra como nos Céus". Sob os céus há um tempo determinado para cada propósito, tempo de plantar, de colher, de nascer e de morrer.

Cristo fez obras, e por isso nós o seguimos. Fez cego ver, aleijado andar, mudo falar, surdo ouvir, limpou os corpos dos leprosos, tirou os demônios dos endemoninhados, multiplicou peixes e pães. Mas nem esse Cristo, com tanta obra, com tanto trabalho, com tanta pregação, com tantos banquetes, conseguiu. Cadê o pai de Cristo, José, neste momento? Cadê o bravo Pedro, o forte, seu companheiro?

Senador Leonel Pavan, dizem que Pedro negou Jesus por três vezes. E os outros? Nenhum homem se aproximou de Cristo. O único que apareceu foi forçado pela demora do espetáculo da crucificação. Uma mulher, Verônica, vence os militares, aproxima-se e enxuga o rosto de Jesus, gravando sua imagem no pano.

Cadê os homens, aqueles que se banquetearam e que pregavam nas catacumbas, nos desertos, nas montanhas? Cadê? Havia ladrões. Diziam que um ao seu lado era bom. Não sei se ladrão é bom. Esses são os homens. Os outros humilharam Jesus e cuspiram nele.

Esse é o nosso sexo.

As mulheres estavam lá. As Três Marias estavam lá a representar, a cada instante, as mulheres, nossas avós, nossas mães, nossas filhas, nossas companheiras, Senadora Ana Júlia.

As mulheres foram ao sepulcro e disseram que Ele ressuscitou. Acreditamos porque foram as mulheres que disseram. Se fossem os homens, diríamos que estavam bêbados ou mentindo.

Essa é a homenagem que queremos prestar. Eu Vos agradeço, Deus, como todos devemos agradecer, pela minha mãe. Eu diria a cada brasileiro e brasileira: agradeça pela mãe que você tem. Senador Flexa Ribeiro, faça uma prece por sua mãe, Luna, santa mãe, que está com a minha no céu.

É a mulher que nos guia. Não vou citar todas as mulheres heróicas, porque há tantas e não quero cansá-las. Agradeço ao Senador Paulo Paim por trazer o exemplo de uma mulher do nosso Piauí que foi à Guerra do Paraguai; Jovita Alma Feitosa foi à guerra com 17 anos; é reconhecida.

Eu queria prestar hoje uma homenagem a todas essas políticas que estão aqui. Vi no livro do Piauí que hoje temos quase trinta prefeitas, o que mostra uma maior participação das mulheres.

Senador Flexa Ribeiro, Deus me permitiu ser Prefeito da minha cidade e governar o Piauí por seis anos, dez meses e seis dias.

Senador Paim, atesto que as mulheres são muito mais honradas, muito mais honestas e muito mais legítimas. Poucos casos de corrupção, Senador João Batista Motta.

É essa a homenagem que quero fazer a elas, que estão vencendo e participando. As Senadoras Serys Slhessarenko, Heloísa Helena, Roseana Sarney, Fátima Cleide, Ana Júlia Carepa, Maria do Carmo Alves, Patrícia Saboya Gomes, Lúcia Vânia e Ideli Salvatti representam essa luta.

Aqui, tenho homenageado o servidor público muitas vezes, o Zezinho aqui, o servidor padrão, o Raimundo Carreiro da Silva. Mas hoje é dia de reconhecer essa mulher, e é por isso que falo neste Senado Federal. O Raimundo Carreiro saiu para dar uma descansada, porque a sessão continua.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – A Dr^a Cláudia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas funciona pela Dr^a Cláudia. Isso ocorre em todos os setores que funcionam bem. Olhem o símbolo da virtude, da decência, da honestidade, da competência e do zelo. Essas são as mulheres, a cada instante, em cada casa.

Senador Leonel Pavan, houve um Senador Dinarte Mariz que disse que isso aqui é melhor que o céu – o Senado –, Senador Paulo Paim. Dinarte Mariz foi Governador e várias vezes Senador. Fico a pensar assim: melhor do que o céu, porque, para ir para o céu, é preciso morrer; e aqui, não. Estamos vivinhos. Mas eu fico a pensar assim: será mesmo? Será que nesse céu vamos poder ficar com a mulherzinha da gente, com a minha Adalgisa? Tenho até medo desse céu, porque aqui está até melhor mesmo, porque ficamos com a mulherzinha da gente.

Esta é a homenagem que queremos fazer. Senadoras Ana Júlia Carepa e Ideli Salvatti, este País tem que respeitar as mulheres.

Presidente Lula, conheço pouco sua biografia, mas a mãe de Sua Excelência merece muito respeito pela luta, bem como sua esposa, D. Marisa, mulher

distinta, companheira. Atentai bem! Não vá atrás da Rainha, não, Lula. Não vá se pavonear com os encantos da Coroa inglesa, não. Lula, atentai bem! Veja essa vergonha.

Senadora Ana Júlia Carepa, nem 1% das cidades dá atenção total à saúde da mulher. Que vergonha! Que 8 de março! Que dignidade! Dados mostram que 81% dos Municípios não tinham condições de diagnosticar câncer de mama – 81% dos 5.600.

Oh, Lula! A Marisa é muito privilegiada. Mas a Marisa tem que ser respeitada como todas as mulheres do Brasil. Esse seu Governo despreza as mulheres. No Estado de São Paulo, nem 1% das cidades dá atenção total à saúde da mulher. Menos de 1% das cidades oferecia à mulher atenção integral.

Não vou cansá-los e ler depoimentos sobre como sofrem as mulheres do Brasil, Leonel Pavan.

Ô, Lula, volte! Deixe a Rainha da Inglaterra e venha. Lembre-se da sua mãe e de que as mulheres do Brasil estão sofrendo mais do que a sua mãe. Estão abandonadas, pois 81% dos Municípios não têm condições de diagnosticar um câncer de mama.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pontes. PSDB – CE) – Senador Mão Santa, lembro a V. Ex^a que ainda temos inscritos o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Pedro Simon, o Senadora Ideli Salvatti e o Senador Cristovam Buarque.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é. Queria apenas terminar dizendo que esse é o câncer mais fácil de ser diagnosticado, Senador Paulo Paim, pois é externo. Mas 81% dos Municípios não diagnosticam o câncer de mama. A mulher mesmo pode observar que tem um caroço e fazer o diagnóstico. Avaliem as outras! Só 1% das mulheres!

Ô, Lula, Napoleão Bonaparte, o francês, com todo o respeito com o Senador que esteve aqui, disse que a maior desgraça é exercer um cargo para o qual não estamos preparados. Este é o País de hoje. Nunca esteve tão ruim a saúde deste País.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Só para lembrar a V. Ex^a, que foi um grande Governador e Prefeito, que eu, como Prefeito de Balneário Camboriú, instalei o NAM, Núcleo de Atenção à Mulher, somente para as mulheres, com atendimento da criança à idosa, com o posto infantil e o Núcleo de Atenção à Mulher. Se o Lula se espelhasse naquele projeto nosso, talvez teríamos uma atenção melhor para todas as mulheres brasileiras.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a a intervenção, mas queria ajudar. Estamos aqui para ensinar.

Senador Paulo Paim, só mais um instante.

Aqui deve ser a Casa dos pais da Pátria. No começo do Governo, eu bati e disse que ninguém do núcleo duro vai chegar aqui.

É, Luiz Pontes! Está acabando e não chegarão aqui.

Quero ensinar por que houve isso. Esse Orçamento é uma palhaçada, Paim! Tiraram o dinheiro da saúde para botar nesse Bolsa Família e no Fome Zero. Eu não sou contra isso, mas o dinheiro da saúde não pode, Lula.

Isso é uma vergonha, Pedro Simon. Que tirem o dinheiro da roubalheira. Que tirem o dinheiro do Duda Mendonça. Que tirem o dinheiro da propaganda.

Eu aprendi lá no meu Piauí com o homem do campo que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade.

Pedro Simon, você sabe quanto é uma consulta médica de clínica? Eu sei o que é isso.

Luiz Pontes, a consulta custa R\$2,50. Para você chegar e um médico fazer um diagnóstico, é complicado e difícil.

Eu paguei, lá no aeroporto de Teresina, uma graxa a R\$5.

A consulta custa R\$2,50. Eu sou médico. Ô Lula, eu trabalhei muito. Eu sei que o Lula trabalhou pouco, muito pouco. Foi um acidente. Oh, atendi muitos acidentes. Mas R\$2,50 é o preço da consulta do médico no SUS.

Pedro Simon, a anestesia, se fraturar um braço, custa R\$6.

Você não encontra, Luiz Pontes.

Com R\$6, o médico sai no transporte dele e gasta.

Tiraram o dinheiro para o Fome Zero. Mais de R\$5 milhões da palhaçada que é esse Orçamento atrasado. Eu quero ouvir a palavra do Senador Paulo Paim, que já pediu um aparte, e eu não posso negar.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, a Senadora Ana Júlia Carepa já havia pedido um aparte. Como estamos no Dia Internacional das Mulheres...

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – As mulheres querem falar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ouço V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, bem rapidamente, cumprimento V. Ex^a, que não poderia deixar de, no dia de hoje, desta tribuna, homenagear as mulheres. V. Ex^a fez uma bela defesa da Senadora Ana Júlia Carepa, e eu também procurei fazê-lo, embora em meu entendimento S. Ex^a não precise. V. Ex^a, praticamente encerrando a sessão de

hoje, faz essa legítima homenagem à mulher brasileira. V. Ex^a teve um peso fundamental na discussão e na aprovação da PEC paralela. Foi ali, naquele embate, que construímos questões como a paridade, a integralidade, a não-contribuição de inativos com doenças incapacitantes, e principalmente a aposentadoria para a dona-de-casa. Falta agora a aprovação da lei complementar a diversos projetos na Câmara e no Senado. E a melhor forma de nós apoiarmos as mulheres de forma concreta seria aprovando essa regulamentação, que, tenho certeza, terá o apoio total de V. Ex^a. V. Ex^a é generoso com todos, como sempre, e não poderia deixar de falar, no dia de hoje, da importância do Dia Internacional da Mulher. Parabéns a V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente Lula, um grande presente em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, já que haverá a mudança de cadeiras dos Ministérios, seria chamar o Senador Paulo Paim, do PT, que demonstra muita sensibilidade e amor às mulheres sofridas e desassistidas do Brasil.

Respeitando o nosso Líder Pedro Simon, puxaria a Bíblia para terminar. Senador Pedro Simon, segundo a Bíblia, uma mulher virtuosa quem pode encontrar? Superior ao das pérolas é o seu valor.

É isso que desejamos. Não quero cansar V. Ex^a, mas recomendaria a lei escrita por Salomão: “A Mulher Virtuosa”.

E minhas últimas palavras aos céus, a Deus, que colocou uma mulher lá: que Nossa Senhora abençoe e proteja as mulheres do nosso Brasil!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pontes. PSDB – CE) – Antes de chamar o próximo orador inscrito, prorrogo a sessão por mais trinta minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, que dispõe de dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Pontes, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores,

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 8 DE MARÇO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Luiz Pontes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, tanto em relação ao discurso como em relação aos pedidos de encaminhamento à família do ex-Governador Mário Covas.

Estou fazendo um apelo hoje, Dia Internacional das Mulheres, para que controlemos melhor o tempo dos oradores, a fim de que possa falar também mais uma das poucas mulheres Senadoras, mas que muito representa as lutadoras e aguerridas mulheres brasileiras, a Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (Pausa.)

O Senador Pedro Simon cede o seu tempo para a Senadora Ideli Salvatti.

Antes de conceder a palavra à Senadora Ideli, peço ao Senador que assuma a Presidência, para que eu, como mulher, possa apartear a Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, gostaria de agradecer a gentileza do Senador Pedro Simon, não só por ceder o horário, mas também pelo gentil comentário a respeito dos meus trajas.

Hoje fiz questão de vir bem feminina, porque, no dia 8 de março, é comum recebermos mimos, como as flores que recebi do Senador Ney Suassuna, do Senador Mercadante; os chocolatinhos “engordativos” e maravilhosos do Senador Motta; e todas as homenagens carinhosas, abraços, beijos ao longo de todo o dia, telefonemas, mensagens no nosso celular.

Para nós, mulheres em geral, este dia 8 de março é bem vivenciado, bem aproveitado, e, claro, agradecemos toda essa gentileza. Em contrapartida, quero relatar algo que achei muito estranho ontem, num enfrentamento político havido aqui.

Numa das nossas atividades parlamentares do Senado, eu enfrentei um embate que foi de uma agressividade, foi de uma ofensa que tenho certeza não teria sido dessa forma se fossem dois homens, Senadora Ana Júlia. E essa agressividade veio de maneira a demonstrar um vício, um modo coronelista, machista, às vezes até de forma meio troglodita, de desqualificar a mulher, de fazer o enfrentamento mostrando quem manda, quem é o macho, quem grita alto, aquelas coisas todas.

Eu disse que é interessante porque vivenciamos isso num dia, e, no outro dia, a mesma pessoa faz homenagem. Então, é interessante a hipocrisia do cotidiano, porque a sociedade tem esse viés, e as

peessoas, por mais que, num dia como este, tenham o comportamento de homenagear e de fazer o registro da importância que têm todas as mulheres do nosso País e do planeta, a forma como está montada a mente, pelas condições culturais em que se dá o machismo na sociedade, muitas vezes leva esse ranço da hipocrisia.

Hoje, ao dar uma entrevista em uma das várias emissoras de rádio para as quais eu falei ao longo do dia sobre o Dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, um dos radialistas teceu um comentário muito explícito, bastante característico da forma como somos tratadas. Ele disse: é comum, quando um homem erra, se dizer que é um tolo, um idiota. Mas, quando uma mulher erra, se diz: “elas são umas tolas, idiotas”. O erro do homem é sempre visto no individual. Qualquer coisa que a mulher faz – e está aqui a minha companheira taquígrafa confirmando o que eu digo, porque isso é realmente muito forte –, se uma mulher fica brava, ela tem uma caracterização. Já o homem, quando briga, é valente, corajoso, forte. A mulher, quando briga, é histérica ou é mal-amada, não é isso Senadora Ana Júlia?

São essas as maneiras como somos rotuladas, vistas. Infelizmente, isso se dá nos outros 364 dias do ano, Senador Motta. Mas não estamos abrindo mão dos bombons, dos abraços e dos carinhos. Só queremos estender isso para os outros dias do ano.

Ouçõ com muito prazer a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Ideli Salvatti. Quero parabenizá-la por este registro, porque é bem o retrato da realidade. Há pouco, conversávamos inclusive sobre isso. Inclusive fui chamada de histérica quando rasguei aquele relatório, quando tive atitude de uma mulher que enfrenta...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quando o Senador, na época Deputado Paulo Paim, rasgou, não foi chamado de histérico. Foi chamado de combatente.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Não, de jeito nenhum. Mas, fui chamada até pelos órgãos de comunicação, gente que faz parte deste Congresso e se deu ao trabalho de escrever um artigo nesse sentido. Quer dizer, quando, na verdade, tomei uma atitude corajosa, inclusive que chamou a atenção do Brasil inteiro para uma CPMI, que foi a CPMI da Terra, que estava ali, infelizmente, terminando em pizza, porque derrotaram o relatório correto, justo, do Relator, Deputado João Alfredo, que é do partido de oposição, mas, defendemos aquele relatório. E aprovaram um relatório que foi uma verdadeira excrecência. Até hoje, Senadora, pago um preço por isso, por enfrentar essas dificuldades. Mas eu não poderia deixar de fazer um

aparte para lhe parabenizar e lhe dizer que me sinto orgulhosa de fazer parte desta Bancada e ser sua companheira, ser sua amiga, porque aprendi, nesses anos aqui, a conhecê-la e ser sua amiga. Não só as mulheres, o povo de Santa Catarina, podem e devem se sentir orgulhosos de V. Ex^a, mas todas as mulheres e o povo brasileiro. Ousamos, por isso somos perseguidas, por isso somos achincalhadas algumas vezes, por isso somos tratadas dessa forma, porque somos ousadas, somos mulheres que ousamos enfrentar e combater os poderosos que passaram dezenas e dezenas de anos no poder deste País e nada fizeram. Ao contrário, se omitiram inclusive na atenção à saúde das mulheres. Eu sei que V. Ex^a vai tocar nisso...

A SR^a. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou, vou tocar.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Mas é impressionante. Quanto ao que foi aqui falado sobre a responsabilidade do Presidente Lula, trata-se de matéria sobre uma pesquisa feita no final de 2002 e início de 2003, um assunto que diz respeito à responsabilidade do Município, das cidades, que é a atenção à saúde básica da mulher. Temos muito ainda a caminhar, muitos passos a dar na conquista dos nossos direitos, principalmente daquelas mulheres. Mas, sem dúvida alguma, Senadora, temos também o que comemorar, porque nós não baixamos a cabeça, mesmo quando somos agredidas, mesmo quando somos perseguidas. E, graças a Deus, muitas de nós – e V. Ex^a é uma delas – não se vitimiza, ou seja, não usa a vitimização como algo que norteia o seu mandato. Eu também procuro não usar a vitimização como algo que norteia o meu mandato, porque creio que não adianta nada, não é isso que vai nos fazer avançar. Parabéns, Senadora, parabéns a todas as mulheres deste País, mas um parabéns especial às funcionárias deste Senado, que, muitas vezes, ficam aqui, até tarde, quando estamos nas sessões. São mulheres também trabalhadoras, aguerridas, que mostram a sua capacidade e a sua competência e merecem, sem dúvida nenhuma, esta homenagem não só no dia de hoje, mas todos os dias.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Ana Júlia. Não poderia deixar – eu não estava no momento do seu pronunciamento – de mencionar o ataque que V. Ex^a vem sofrendo por um dos órgãos de imprensa deste País, um ataque rasteiro, que V. Ex^a está respondendo à altura, inclusive processando a revista. Até porque, diferentemente de muitos, a investigação foi feita e já está concluída, e tudo o que vem sendo veiculado pelo órgão, pela tal da revista **Veja**, ela precisa realmente ver melhor, porque não está conseguindo enxergar.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Nada daquilo consta do relatório. Ela falseou completamente o relatório da CPI para tentar construir a verdade do órgão de comunicação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É que ela vê só o que interessa ou convém. Então, queria aqui prestar a minha integral e absoluta solidariedade pelo fato de estarmos muito juntas e firmes.

V. Ex^a citou, e achei bastante interessante, que muitos parlamentares usaram a história de que nem 1% das cidades dava atenção total à saúde da mulher. É importante dizer que esse estudo foi feito por uma mulher, uma médica sanitária, Ana Maria Costa, para a defesa de sua tese de doutorado, na Universidade de Brasília. Para o estudo, ela fez um levantamento, por meio de questionários, de dados referentes ao final de 2002, início de 2003. Então, muitas cobranças feitas aqui, em altos brados, aqui da tribuna, foram destinadas ao Presidente da República errado.

Então, como V. Ex^a colocou, a maior parte da atenção integral à saúde da mulher se dá em nível primário e deve ser exercida fundamentalmente pelos municípios mesmo.

Eu não queria, no término da minha fala...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu sei que o Senador João Batista Motta vai me dar uma “canjinha”.

Eu não queria tão-somente ressaltar as mulheres que têm visibilidade e ocupam espaços públicos. Eu nem vou lembrar as maravilhosas mulheres catarinenses que têm muito realce, como a nossa magnífica Anita Garibaldi, a Santa Madre Paulina, a nossa Maria Rosa, heroína do Contestado, ou Antonieta de Barros, a primeira mulher negra a ser eleita parlamentar no Brasil, em 1934. Eu queria aqui ressaltar, Senador Motta, ainda neste final do meu pronunciamento, não as anônimas, porque obviamente todas têm nome e sobrenome, mas aquelas que muitas vezes não são visíveis, apesar de serem guerreiras, muito mais até que as que conseguem galgar espaços públicos ou realce nas artes, nos esportes ou em vários outros espaços profissionais.

Eu queria aqui homenagear, primeiro, as mulheres chefes de família, que representam 25%. E quando falamos em chefe de família mulher, neste caso, não tem o homem acompanhando. Quando falamos que 75% das famílias são chefiadas por homens, normalmente nesses lares está presente a mulher. Quando falamos que 25% dos lares são chefiados por mulheres, quase 100% são apenas as mulheres.

Os dados levantados, as pesquisas, dão conta de que a maior parte desse um quarto de lares chefiados por mulheres que ganham no máximo até três salários mínimos e que ainda acumulam a discriminação de raça, porque na grande maioria são pardas ou negras.

Quero homenagear aqui também as mães, de maneira geral. Mas há uma determinada parcela de mães – inclusive, tivemos oportunidade de recebê-las aqui hoje –, aquelas que estão na defesa dos filhos que perderam para a violência, seja a violência urbana, do crime organizado, ou a violência contra a mulher, como é o caso da Glória Peres. Elas lutam contra a impunidade. Essas mães lutam para que sejam punidos aqueles que atingiram os seus filhos, que as fizeram enterrar filhos vítimas da violência.

Quero também homenagear aqui as donas-de-casa que hoje fizeram uma belíssima manifestação. Havia quase cinco mil mulheres aqui na Esplanada. Estiveram em audiência com o Presidente em exercício, o nosso querido José Alencar, que se emocionou às lágrimas na solenidade. Elas estão exatamente reivindicando a regulamentação da aposentadoria para as donas-de-casa que não têm qualquer outra fonte de renda. Isso foi fruto aqui de toda a tramitação da reforma da Previdência.

Quero também homenagear as empregadas domésticas, essas mulheres, na sua grande maioria. Esperamos que, com a medida provisória incentivando o registro, com o desconto do Imposto de Renda, possam ter o seu trabalho reconhecido para podermos superar aquela condição que ainda lembra muito a Casa Grande e Senzala, porque a pessoa que realiza o trabalho doméstico muitas vezes é tratada ainda com muito resquício da forma com que se tratavam os escravos que trabalhavam na Casa Grande. O meu respeito a essas mulheres que, muitas vezes, até substituem a mãe no trato dos filhos. Portanto, elas também têm que ser aqui lembradas e valorizadas.

Por último, quero resgatar aqui todas as mulheres violadas, violentadas, vítimas da violência doméstica, que precisam de apoio para dar um basta a essa situação.

Essas são as mulheres que quero lembrar e homenagear, como guerreiras, efetivamente, que enfrentam no seu cotidiano sustentar a família, trabalhar, muitas vezes, na casa dos outros executando tarefas que não podem executar na sua casa; as que brigam para que tenham punição os criminosos que as atingiram e que ceifaram a vida de seus filhos; as donas-de-casa que em todo o País estão executando aquele trabalho que é muito penoso e que, muitas vezes, não é sequer reconhecido.

A todas elas quero mandar os versos famosos da música Maria Maria. Não vou cantar, mas vou relembrar versos fortes do nosso querido Milton Nascimento: “Mas é preciso ter força; é preciso ter raça; é preciso ter sonho, sempre. Quem traz no corpo essa marca, Maria Maria, possui a estranha mania de ter fé na vida”.

As mulheres têm fé na vida, Senador Motta, e nós queremos 365 dias dedicados à paz e à harmonia entre homens e mulheres.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, a Sra. Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Agradeço a colaboração da Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste horário, 20 horas e 45 minutos, quem ligar a TV Senado poderá imaginar que se está repetindo a sessão que começou às 14 horas. Mas venho a esta Casa neste fim de sessão porque amanhã será um dia muito tumultuado. Creio que oitenta Senadores falarão aqui sobre o Dia da Mulher. Então, eu falo hoje, no Dia Internacional da Mulher. E falo do fundo do meu sentimento que, na verdade, estamos vivendo a época e o momento em que, em definitivo, as mulheres estão vindo para ocupar o seu espaço.

Olhando para trás, ouvindo a música clássica, ouvimos tantos e tantos músicos e perguntamos: onde está a mulher? Olhando a pintura, vemos tantas e tantas pinturas e perguntamos: onde está a mulher?

A mulher viveu praticamente em um regime de escravidão. A mulher não teve chance nem voz. A mulher ficou obscurecida pelo que de pior há no homem, que se considera de uma raça superior.

Olhando para o mundo inteiro, dá gosto de ver o avanço das mulheres. Elas realmente ocuparão seu espaço no mundo. Não tenho dúvida alguma de que, muito mais cedo do que imaginamos, mais da metade dos chefes de Estado e mais da metade dos parlamentares do mundo inteiro serão mulheres.

A mulher tem mais sensibilidade. A mulher vive mais. Sobre a terra, não encontro nada mais lindo e mais universalmente magistral que uma mãe parindo seu filho. Isso é a mulher. É a mulher que cria e dá vida. Nós todos, homens e mulheres, nascemos do

ventre da nossa mãe, cujo seio nos amamenta. Isso nos acompanha o resto da vida.

Em todas as sociedades, sempre a parte da orientação, da conscientização da vida dos filhos coube à mulher. Lembro-me de que, lá em Caxias, terra de colonização italiana – nunca vou me esquecer de que, em Caxias, os colonizadores italianos ganhavam 25 hectares, dois sacos de semente, uma pá, uma enxada, um machado, e tinham que se virar –, o marido trabalhava, mas a mulher já tinha dupla jornada de trabalho. A mulher plantava com o marido, colhia com o marido, mas ia fazer comida e cuidar dos filhos. E quando o marido estava bebendo e se distanciando, a mulher estava cuidando dele.

Vivemos hoje um momento que, infelizmente, o Brasil ainda não analisou com profundidade. O avanço correto, certo, irreversível da mulher buscando seus espaços apresenta um problema: o lar tem um vazio. Uma coisa é alguém ser criado, de manhã, de tarde e de noite, com a mãe, como eu fui. Hoje, o lar é um ponto de encontro. A mãe é médica e o pai é advogado ou a mãe é dona-de-casa e o pai é operário, mas, no lar, eles se encontram à noite.

O Governo do Brasil ainda não se deu conta do que há de mais importante. O Dr. Brizola fez algo espetacular, as escolas de tempo integral, mas as crianças começavam aos sete anos. O mais importante é a creche, onde a criança possa ter aquilo que, com mulher e marido trabalhando fora, não tem. Esse é um problema sério. O problema com a mocidade e com a infância aumentou muito, porque a mulher não está ali. Esse é um problema que a sociedade tem de enfrentar.

Observo a história do Rio Grande e lembro que fui o Governador de Estado que primeiro assinou a nomeação de mulheres para a Brigada Militar. Era proibido até ontem. Até ontem, era proibido que mulheres fossem funcionárias do Banco do Brasil, do Banco do Rio Grande do Sul e da Caixa Econômica Federal; até ontem, era proibido que as mulheres fossem juízas ou promotoras. Por que uma mulher não podia ser juíza? Meu Deus, qual a razão? Não podia. Juiz era coisa para homem, promotor era coisa para homem.

O que está acontecendo hoje? No Rio Grande do Sul, 50% dos juízes já são mulheres. E a cada concurso novo, 80% das vagas são preenchidas por mulheres. Por quê? As mulheres, quando concluem a faculdade e querem prestar concurso para delegado de polícia – no Rio Grande do Sul, a maioria das vagas para esse cargo é preenchida por mulheres –, para juiz de direito ou promotor, retiram-se, vão para casa, pegam os livros, não têm namorado ou se casadas, ficam em casa. Não saem para tomar um chopinho,

não vão ver jogo de futebol. Dedicam-se de corpo e alma aos estudos.

Percebe a diferença quem tem filho e filha. A filha dedica-se 24 horas; o filho tem a saída na sexta-feira, o choppinho no sábado, o futebol. Por isso é que as mulheres estão logrando êxito nos concursos.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a trata esta questão com muita propriedade. De fato, o ingresso das mulheres em determinados cargos tem sido significativo. As carreiras que anteriormente eram consideradas absolutamente masculinas e que são providas por concurso público cada vez mais estão sendo preenchidas por mulheres. V. Ex^a citou dois casos: juiz de 1^a instância e delegado de polícia. É a realidade de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E promotor.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Promotor também. Eu até havia levado um documento para a tribuna e pretendia utilizá-lo, mas acabei não o fazendo. Refiro-me a um estudo do Inep, segundo o qual as mulheres são maioria nas universidades e também ultrapassam os homens em número de alunos a partir da quinta série. Então, a dedicação das mulheres aos estudos – isso tem sido um diferencial significativo – acaba contribuindo, de forma bastante relevante, para que, na hora da disputa, do concurso, nas provas de conhecimentos e de títulos, em que, digamos, o diferencial de gênero não pode ser utilizado, a mulher sobressaia. A maior ocupação dos bancos escolares, principalmente nas universidades, acaba se revelando na disputa. V. Ex^a ressaltava bem esse fato, que confirma o estudo do Inep.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quando vocês olham para mim, estão olhando para um velho, este velhinho; mas eu olhando para mim sinto como se tivesse saído ontem da faculdade, parece que saí ontem.

Quando eu estava na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em toda a faculdade havia apenas duas mulheres. Hoje, dois terços são mulheres. Hoje, quando vamos a formaturas de Medicina, de Engenharia, de Direito, de Odontologia, comprovamos que, em todas as faculdades, dois terços são mulheres. Isso está espelhando uma realidade.

Essa realidade ocorre no Brasil. Essa realidade ocorre no mundo. A Argentina já teve Presidenta, o Chile está tendo, a Alemanha está tendo. Assistimos à notícia de que talvez, nos Estados Unidos, haja uma eleição com duas mulheres: a esposa do ex-Presidente Clinton e a Condoleezza – aliás, uma mulher excepcional.

À parte os elogios e as festas, temos de constatar que estamos vivendo uma virada. Nós homens fizemos muitas conquistas na tecnologia, na economia, mas o mundo que deixamos é muito cruel. Deixamos a humanidade repartida, com metade passando fome, nações na miséria, vaidade e prepotência como a do Presidente norte-americano que faz o que faz na África. Creio que, nesse mundo que vem, em que sentimos que as nações emergentes, como China, Índia, África do Sul, Brasil, virão para ocupar seu espaço dentro da sociedade mundial, as mulheres virão também. E creio que ocuparemos um mundo diferente, Sr. Presidente. Acredito que, no momento em que elas puderem se colocar... Aliás, foi espetacular a decisão da Presidenta do Chile: metade dos ministérios é ocupada por homens e metade por mulheres. Ela respondeu que foi justa – afinal, ela poderia colocar uma mulher a mais, mas não o fez.

Tenho a convicção de que estamos caminhando para uma sociedade em que haja mais entendimento, mais respeito, mais carinho e mais justiça social.

Não tenho por que felicitar as mulheres. Tenho por que agradecer às mulheres, que estão ocupando seu espaço.

Lembro que, na legislatura passada, quando votamos a emenda que determinava que 30% das vagas deveriam ser ocupadas por mulheres – passou na Câmara e veio para o Senado – a Casa estava lotada de mulheres. Bernardo Cabral fez um daqueles seus discursos e disse o seguinte: “todo mundo sabe que sou um homem encantado por mulheres, mas todo mundo sabe que sou um jurista, e não posso deixar de seguir a Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. Se a Constituição diz que todos são iguais perante a lei, como vou assegurar às mulheres um percentual, seja ele qual for? Então, eu teria que assegurá-lo aos negros, aos homossexuais e a tantos outros”. Foi uma vaia geral.

Depois dele, falei eu: “Quero dizer que concordo com Bernardo Cabral”. A então Deputada Marta Suplicy estava aqui, eu estava lá no meu lugar, e ela deu um berro: “Mas, Simon, tu garantiste pra nós que ias

fazer a defesa do nosso projeto. Não podes fazer uma traição dessas!” Ela deu esse grito e houve uma gargalhada geral. Eu disse: “Desculpe-me, mas tenho de reconhecer que o Bernardo Cabral está certo. A Constituição diz que todos são iguais perante a lei. Então, não podemos colocar na Constituição que 30% são mulheres. Isso é inconstitucional. Mas o que podemos colocar na Constituição é o seguinte: cada sexo terá direito a 30%”. E foi uma risada!

Continuei: “Quero dizer para vocês que não estou colocando isso na Constituição – quero ser muito sincero –, não estou colocando isso na Constituição para garantir às mulheres 30%. Eu serei lembrado daqui a dez, vinte ou trinta anos, quando alguém dirá: Você se lembra do Pedro Simon? Ele foi aquele Senador que previu que tinha de ser 30% para cada sexo. Os homens terão direito a 30% e as mulheres não podem impedir”.

Acho que estamos caminhando para isso. Vejo aqui, por exemplo, a Líder do PT, que peço que não se ofenda comigo, e quero falar também na Líder do P-Sol. São pessoas que às vezes, as duas, tremem, ficam com sua fisionomia hostil, perdem até um certo controle. Mas daí a pouco aquilo passa, desaparece, e elas voltam a ser o que são. Isso não acontece com o homem. Geralmente, o homem faz, agride e sai com raiva. É aquilo que o nosso querido Senador do PFL do Piauí disse ao nosso Líder do PT: “enquanto V. Ex^a continuar economizando bom-dia e boa-tarde, colocando na poupança, V. Ex^a não chegará a Governador de São Paulo”.

O homem é assim e é difícil a mulher ser assim. A mulher tem bondade. Vejo meu filho. Olha que trato meu filho bem, trato meu filho com carinho, até porque sou um velho e filho de velho é outra coisa. Mas não adianta. É a minha mulher. Ele pede alguma coisa e eu digo: “Pode ser, filho”. “Posso?” “Pode, meu filho”. “Ah, então vou perguntar para a mãe para ver o que ela vai achar”. “Mas estou dizendo que pode ser”. “Mas vou ver o que a mamãe acha”. Se ele vai até a mãe e ela deixa, quando pergunto, ele diz: “a mãe já deixou”. Não importa minha opinião. Isso é natural!

Então, olhando o mundo, vemos que bipolarização entre Rússia e Estados Unidos desapareceu, os Estados Unidos estão vivendo o clímax de uma era tipo Império Romano, que chegou no seu cume, aí vem a China, vem a Índia, vem o Brasil... E dessas nações a melhor é o Brasil, que tem o povo mais puro, tem a natureza mais fértil, um solo espetacular, água doce

que não acaba mais. E o povo... Como dizia Darcy Ribeiro, que povo!

Enquanto o negro está ali, o chinês está ali, o italiano está ali, o latino-americano está ali, cada um num mundo separado, nós aqui temos essa mescla, e logo ali teremos a raça brasileira. E nessa raça brasileira, eu confio sinceramente nas mulheres.

Agora ganhará ou o Lula, ou o PT, ou o PSDB, ou o PMDB, não sei quem, mas não demorará nem vinte anos para termos uma Presidente mulher aqui no Brasil. Pode escrever: não demorará nem vinte anos. E o Brasil marchará rumo ao seu futuro.

Eu venho aqui, com muita humildade, levar às mulheres o meu abraço, o meu carinho, o meu afeto, à mulher trabalhadora, operária, que ainda ganha menos do que devia. A mulher, em alguns lugares, ainda apanha do marido e não tem coragem de ir à polícia, mas essas coisas estão acabando.

Creio que estamos marchando para uma nova sociedade. O efeito mais grave – repito – se dá nos filhos, que tinham na mãe a sua sustentação básica, e o lar hoje é um ponto de encontro. Nós temos por obrigação número um a criação de creches, porque é importante que se saiba que o cérebro de uma criança se forma até os três anos de idade. Todo o resto vem depois. A criança não pode, principalmente até essa idade, passar fome, não pode viver torpeza. Ela tem que viver uma vida de tranquilidade e paz para ir adiante. E vemos, no Brasil, muitas vezes, crianças de um ou dois anos no colo de suas mães mendigando e passando fome. Esse é um problema nosso. Esse é um problema que as mulheres haverão de não deixar evoluir ainda mais.

Por isso, meu abraço muito afetivo à mulher brasileira. Para nosso orgulho, as mulheres já são em maior número que os homens. Que bom! As mulheres já estão avançando mais rápido que os homens. Que bom!

Olhando para trás, eu, que estou no final da jornada, vejo que não foram lá muitas coisas positivas que a minha geração semeou. Mas fico feliz por sair no momento em que aumenta o número de mulheres neste Senado. Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada melhor que uma oração, um culto proferido pelo Senador Pedro Simon às mulheres deste planeta.

Esta Presidência se orgulha pelo Dia Internacional das Mulheres e manda um especial abraço a todas

elas, o que faço em meu nome, por meio da minha mulher Marilda, da minha filha Maruza e das minhas duas netinhas, Larissa e Letícia.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2006

Senhor Primeiro Vice-Presidente

Tendo sido convidado para participar das solenidades de posse da Senhora Michelle Bachelet como Presidente do Chile, a realizar-se em Vina Del Mar, no próximo dia 11 de março, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

Informo que estarei ausente do país no período de 10 e 11 de março.

Sala das Sessões 8 de março de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – O requerimento lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Leonel Pavan, Amir Lando, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Senadora Lúcia Vânia, Senadores Flexa Ribeiro, Antero Paes de Barros e João Batista Motta enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a exuberante fauna de nossas matas e campos representa um dos mais valiosos patrimônios brasileiros.

Não podemos avaliá-la de um ponto de vista meramente econômico. Como estimar o valor de uma espécie como o lobo-guará ou o mico-leão dourado?

A sobrevivência de nossas espécies animais representa, em última instância, a garantia de um patrimônio de toda a humanidade – ou, ainda melhor, um patrimônio da própria vida, em sua diversidade.

Mas cabe a nós, brasileiros, a considerável responsabilidade de cuidar da sobrevivência das inúmeras espécies nativas, tenham elas ou não seu habitat preponderante ou exclusivo no território nacional.

Algumas das espécies nativas que exercem maior fascínio sobre os seres humanos e que estão, igual-

mente, entre as mais vulneráveis ou ameaçadas de extinção, são as dos carnívoros, tais como o lobo-guará, a ariranha e a lontra, a onça-pintada, a jaguatirica e a suçuarana.

Embora sejam admiradas, essas espécies têm recebido um tratamento hostil ao longo de seu contato com a civilização, que se torna mais ameaçador a cada década que passa.

Para se contrapor a essa tendência, que parece às vezes ser inexorável, foi criado em 1994, Senhoras e Senhores Senadores, o Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Predadores Naturais, o Cenap.

O Cenap se insere na estrutura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, e recebeu por missão “estimular, coordenar e desenvolver atividades de manejo, pesquisa e conservação, a nível nacional, com as espécies de predadores naturais que ocorrem no país”.

Sendo esta sua missão precípua, podemos constatar, Sr. Presidente, que o Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Predadores Naturais a vem cumprindo com competência e galhardia; e que, por estas mesmas qualidades, tem sido capaz de levar os efeitos de suas ações para além das nossas fronteiras, exportando a países vizinhos um conhecimento precioso para conservação dos animais selvagens que lá habitam.

Um dos principais focos do trabalho do Cenap, Sr^{as} e Srs. Senadores, está nas situações de conflito entre predadores naturais e comunidades humanas.

Quanto a nós já não ouvimos histórias de onças que atacam os bezerros de uma certa fazenda e da ansiedade com que o fazendeiro procura eliminar essa ameaça, perseguindo a fera até abatê-la?

Essa situação é, sem dúvida, real. Mas, se ampliarmos a perspectiva de visão, reconheceremos que os padrões de relacionamento com a natureza que marcaram a ocupação de nosso vasto território foram, talvez, adequados em um certo período, ou, em grande parte, compreensíveis e desculpáveis; mas eles precisam decerto, no início do século XXI, mudar drasticamente.

Poderíamos afirmar, não sem uma certa intenção humorística, que é importante que as partes conflitantes estabeleçam um diálogo e passem a ver os problemas e necessidades de seu oponente.

Se é bem difícil, contudo, para uma onça enxergar as agruras de um fazendeiro preocupado em conservar seu rebanho, a comunidade humana pode,

com certeza, dar-se ao exercício de ver a questão sob vários ângulos e buscar preservar tanto o rebanho quanto a onça.

Muitas vezes os grandes predadores, pelo próprio medo que inspiram, passam a levar culpa por ações que não cometeram e nem cometeriam. O texto informativo sobre o Cenap, constante do número inicial da **Revista Ibama**, chega a falar em difamação desses animais, que estabelece “uma cultura negativa contra a fauna e uma mentalidade que só vê a espingarda ou o cárcere como argumento”.

A idéia motriz do Centro, Sr. Presidente, no que toca à administração desse conflito, é usar o conhecimento científico para reverter uma cultura já ultrapassada, mostrando que “os carnívoros são elos primordiais da cadeia alimentar”, tendo papel decisivo para o equilíbrio dos ecossistemas onde se inserem.

Estudando e monitorando a vida dos predadores, os cientistas do Cenap reuniram um acervo de conhecimentos que permite prever e evitar as situações de conflito, criando “alguns parâmetros de convivência harmoniosa dos homens com os bichos”.

O já mencionado ataque das onças aos rebanhos representa uma situação-limite, um dos últimos recursos alimentares para animais que tiveram seu meio ambiente agredido e alterado.

Especialistas do Centro vêm realizando visitas aos fazendeiros e esclarecendo-os a respeito de uma série de técnicas simples que podem evitar os ataques ao seu rebanho.

Ao mesmo tempo, uma série de outros conhecimentos já acumulados sobre os predadores naturais vai fornecer elementos para que se tente preservar ou, se for o caso, recuperar condições naturais imprescindíveis para sua sobrevivência.

Enfim, todo esse manancial de conhecimentos, que poderíamos dizer, de modo elementar, que é tanto teórico como prático, é uma conquista de nossos cientistas e profissionais do meio ambiente, posta ao alcance de países vizinhos e também de países distantes, mas interessados na preservação do magnífico legado da biodiversidade no planeta Terra.

Muito obrigado.

O SR LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste dia 7 de março, se comemora em Santa Catarina os 50 anos de Extensão Rural, que iniciou com a antiga ACARESC, hoje EPAGRI. Uma data importante e digna de registro para o setor agropecuário de nosso Estado, porque revela o trabalho o

incansável dos técnicos do setor que, em parceria com os agricultores, conseguiram notáveis avanços nestas últimas décadas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no campo e para a economia catarinense, hoje também destaque no agronegócio.

Muitos benefícios foram conquistados ao longo deste cinquentenário no desenvolvimento das atividades agrícolas no Estado.

O aprimoramento genético permitiu que nosso rebanho leiteiro se destaca-se, a suinocultura pudesse competir com os países desenvolvidos, assim como a avicultura que fez de Santa Catarina o maior exportador do Brasil no setor.

Na área de grãos o sucesso não foi menor. Destacam-se o desenvolvimento de cultivares adaptadas às nossas condições climáticas e compatíveis com as qualidades do nosso solo. A produtividade de arroz, soja, milho, feijão foi crescente a partir da atuação dos técnicos vinculados à empresa de pesquisa e extensão rural do Estado de Santa Catarina.

O estímulo ao associativismo, com ênfase às cooperativas, é outro trabalho de sucesso realizado pelos agentes da extensão rural que melhorou a renda dos produtores.

Outros trabalhos marcantes da extensão rural e fundamentais para o desenvolvimento da agricultura catarinense foram a introdução da horta doméstica, o trabalho com juventude rural, o projeto de horticultura e a introdução da criação de aves de alta postura e frangos de corte em regime de confinamento, entre muitos outros.

Sem dúvida, existe uma era antes e depois dos trabalhos de extensão rural em Santa Catarina, cujos técnicos responsáveis estão de parabéns pelo trabalho, dedicação e eficiência durante ao longo destes 50 anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto que eu queria ocupar a Tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Polícia Federal indiciou ex-tesoureiro do PL”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 23 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o ex-tesoureiro do PL, Jacinto Lamas, foi indiciado ontem por lavagem de dinheiro e crime contra a administração pública no inquérito da Polícia Federal que investiga o mensalão. Ele confessou ter recebido cerca de R\$1,3 milhões do empresário Marcos Valério de Souza, mas não quis colaborar com as investigações sobre o destino do dinheiro.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Polícia Federal indícia ex-tesoureiro do PL

Lamas, que recebeu R\$ 1,3 milhão de Valério, responderá por lavagem de dinheiro e crime contra a administração

Vanildo Mendes

BRASÍLIA

O ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas foi indiciado ontem por lavagem de dinheiro e crime contra a administração pública no inquérito da Polícia Federal que investiga o mensalão. Ele confessou ter recebido cerca de R\$ 1,3 milhão do empresário Marcos Valério de Souza, "em pacotes lacrados", mas não quis colaborar com as investigações sobre o destino do dinheiro.

ro. Alegou apenas ter entregue os pacotes, sem conferir, ao presidente do partido, o ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP), que renunciou antes de responder a processo de cassação.

O indiciamento de Lamas é o segundo que a PF faz às vésperas de mandar o inquérito do mensalão ao Supremo Tribunal Federal (STF). O outro foi o de Duda Mendonça, ex-marqueteiro do Palácio do Planalto, acusado de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e sonegação fis-

do STF. Com relação aos demais acusados de envolvimento com o mensalão, inclusive os 18 parlamentares da base aliada que sacaram das contas de Valério, a PF se limitará a indicar os artigos da lei infringidos, cabendo ao STF decidir se já há elementos para o indiciamento, medida que torna investigados em acusados formalmente.

O inquérito será enviado ao Supremo logo depois do carnaval, mas a PF vai pedir mais prazo para concluir as investiga-

ções sobre o caixa 2 petista. A documentação a ser enviada agora não inclui as investigações de um outro caixa 2, na estatal Furnas, que teria financiado campanhas também de partidos de oposição, sobretudo PSDB e PFL, em 2002.

O operador desse esquema seria o ex-diretor de Furnas Dimas Toledo, que, segundo apurou a PF, cobrava um "pedágio" de construtores e fornecedores que prestam serviços à estatal. Parte da arrecadação seria usa-

da para financiar campanhas eleitorais. Dimas Toledo nega a denúncia.

APF realiza diligências há vários dias para obter o original da lista de 156 parlamentares que teriam recebido mais de R\$ 36 milhões do caixa 2 de Furnas na campanha de 2002. O lobista Nilton Monteiro, autor da denúncia, prometeu mais uma vez ontem entregar a lista, cuja autenticidade ainda não foi confirmada, mas até o fim do expediente na PF não o havia feito. •

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}.e Srs. Senadores, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB promove, anualmente, a chamada Campanha da Fraternidade, quando coloca em debate um tema considerado de grande relevância nacional. Foi assim, por exemplo, em 1996, com “Fraternidade e Política”; em 1997, com “A Fraternidade e os Encarcerados”; em 1998, com “Fraternidade e Educação”, e assim por diante. Dignidade humana, idosos, drogas também são temas que já foram, igualmente, debatidos através da campanha, sempre com o objetivo de despertar, na população e nos formuladores de políticas públicas, uma tomada de consciência sobre cada um dos temas escolhidos.

No ano passado, a questão discutida foi “Solidariedade e Paz”. Nada mais apropriado num tempo e num mundo de conflitos sangrentos, quando e onde o crime, nos conflitos, na favela e nas esquinas, parece ter sido banalizado, em nome do poder, do dinheiro e do nada. A perda dos princípios mais básicos da vida humana tornou os homens menos racionais, a ponto do número de mortos e feridos pela violência ter se transformado em motivo de ostentação pelos pseudo-vencedores das guerras, declaradas ou não.

É evidente que, a cada ano, o tema escolhido é aquele que, naquele momento, mais salta aos olhos. Neste ano, infelizmente, poderia ser repetido qualquer dos assuntos anteriores. Afinal, ainda persistem os problemas dos idosos, dos encarcerados, dos povos indígenas, da educação, da fome, da miséria, da violência e de tantos outros. A diferença é, que, hoje, tem-se mais consciência coletiva sobre essas questões, fruto, principalmente, destas mesmas discussões que a Igreja traz à tona, nas Campanhas da Fraternidade.

Neste ano, o tema é “Fraternidade e Pessoas com Deficiência” e o lema “Levanta-te e vem para o meio”, baseado na citação bíblica do evangelho em que Jesus cura o homem que tinha uma das mãos mirrada. Como das vezes anteriores, o tema e o lema vão além da rima, porque tocam numa das questões mais importantes da vida dos povos, em todos os tempos. Hoje, para se ter uma idéia, segundo a ONU, são 500 milhões as pessoas com algum tipo de deficiência, em todo o mundo. Quase três vezes a população brasileira. Quinze argentinas, ou mais de cem uruguais. No Brasil, são 25 milhões, quase 15% da população!

Esses números são, na verdade, parte da questão. Em primeiro lugar, porque são subestimados. Nem todas as pessoas com algum tipo de deficiência, manifestam-nas, por razões diversas, por exemplo para

se livrarem da discriminação, principalmente na busca pelo emprego. Outro ponto a ser avaliado é que a deficiência envolve, indiretamente, outros membros da família. Apenas considerando-se os dados oficiais e, imaginando-se que cada pessoa com deficiência envolva, em média, mais um membro do núcleo familiar, são 50 milhões os brasileiros ligados, direta ou indiretamente, à questão.

As pessoas com deficiência já receberam diferentes tipos de denominação, ao longo do tempo. Já foram chamados de “inválidos”, “incapacitados”, “incapazes”, “defeituosos”, “excepcionais”, “especiais”, entre outros. Observe-se que, na maioria das vezes, tais denominações ligam o ser humano à sua capacidade de trabalho. “Inválido” significa “que não vale”, “nulo”, ou “sem valor”. Da mesma forma, “incapacitado”, ou “incapaz”, quer dizer “inábil”, “impossibilitado”, ou, simplesmente, “indivíduo sem capacidade”. Afinal, “sem valor” ou “incapazes” para que? Certamente, para produzir bens, mercadorias ou serviços.

É assim a vida numa economia de mercado: o ser humano é definido segundo a sua capacidade de produção. Ele é normal, somente, se possuir habilidades para gerar mercadorias e serviços. Se não produz, “não rende”. Na contabilidade do mercado, ele é, simplesmente, um “passivo”. Aliás, quantas serão as pessoas deficientes em razão, exatamente, da falta de escrúpulo desse mesmo mercado, quando não lhes oferece condições mínimas de trabalho? Os leucopênicos da siderurgia, os decepados da cana de açúcar, os “inválidos” da construção civil? E é sobre isso que, certamente, a CNBB quer que reflitamos. Que mundo é esse em que o valor da vida é medido em termos de produção, de produtividade e de valor de mercado? Estou certo de que a CNBB deseja que a inclusão das pessoas com deficiência vá além da solidariedade e da benevolência, por mais sublimes que sejam esses sentimentos.

Muitas das deficiências poderiam ser evitadas na sua origem. É que, muitas delas, são consequência, exatamente, do modelo econômico excludente imposto pelas economias de mercado. Parcela significativa da deficiência decorre, principalmente, da falta de condições mínimas de vida das populações mais carentes. Desnutrição, falta de saneamento básico, de saúde e de educação são, ali, as causas principais do nanismo, da cegueira, do retardo mental e de tantas outras deficiências que poderiam ser evitadas se essas populações recebessem um mínimo de seus direitos como verdadeiros cidadãos.

Não é à toa que a deficiência atinge, em maior escala, as regiões mais pobres do planeta. No Brasil, os percentuais são maiores no Norte e no Nordeste, atingindo, em áreas nordestinas, quase 20% da população. Isso, em termos oficiais e quando essas mesmas pessoas conseguem ultrapassar a barrei-

ra da mortalidade infantil. Não é por acaso, do outro lado, que os menores percentuais encontram-se no sul e no sudeste.

Se o Estado, mesmo que numa economia puramente de mercado, cumprisse, efetivamente, o seu papel, essa realidade poderia, com certeza, ser diferente. Se as políticas públicas fossem democráticas e os recursos escassos fossem canalizados para a maioria, quem sabe não haveria, nem mesmo, necessidade de campanhas da fraternidade tratando de temas como a educação, a saúde, as condições de vida, os povos indígenas, os encarcerados, e muitos outros. Ao contrário, as políticas públicas têm sido, ao longo dos anos, planejadas para a minoria e compensatórias para a maioria. Como políticos responsáveis pelas prioridades orçamentárias, é bom que nos tornemos parceiros da CNBB nessa discussão. Afinal, os temas abordados nas diferentes campanhas devem ser tratados, apenas, no campo da fraternidade? Todos esses temas são questão, apenas, de solidariedade? Ou são um direito, enquanto cidadania?

Não há que se criar um espaço institucional específico para as pessoas com deficiência. Isso, por si só, já seria uma discriminação maior. Assim como o são as instâncias criadas, especialmente, para os negros, as mulheres ou qualquer outra chamada “minorias”. A título de “prioridade”, escamoteiam a verdade da discriminação. Por que um espaço específico separado do contexto maior? Por que não no conjunto das políticas públicas? Afinal, o Tesouro Nacional, os Ministérios do Planejamento, da Fazenda, da Agricultura, do Meio Ambiente, da Saúde, da Educação, ou outro qualquer, são para todos, menos para esses “especiais”, que possuem espaços institucionais próprios? Algo assim como “dirija-se à sua secretaria especial ou ao seu ministério exclusivo”? Todos esses cidadãos têm direitos iguais, sem necessidade de “guetos”. Ora, se a política de trânsito despende recursos, por exemplo, no alargamento de ruas para as populações ditas “normais”, por que a rampa na calçada para as pessoas com deficiência é uma “ação especial”? São diferentes os direitos? Se os jardins centrais são dizimados, pela maior velocidade dos automóveis, por que a vaga especial “para deficientes” é, apenas, um ato de benevolência? Quem é, na verdade, o “especial”?

Infelizmente, a concorrência do dia-a-dia, pela vaga no vestibular ou no emprego, pela busca da “perfeição” física ou, simplesmente, pela sobrevivência, tem nos tornado, cada vez mais, excludentes. Cada vez mais individuais e menos coletivos. Contentamo-nos, na nossa mesquinha diária, com o conforto das orações e das esmolas. Estamos livres do fogo eterno, porque temos pena dos “necessitados especiais”. Somos misericordiosos, porque ofertamos migalhas, o que nos sobra. Somos bons políticos, porque distribuímos cestas básicas. Somos cristãos, porque vamos

à igreja. Isso é muito pouco, e é o que nos ensina a Campanha da Fraternidade.

Portanto, as campanhas da CNBB são, para mim, não apenas movimentos para aumentos de vagas para idosos, pessoas deficientes, negros, índios ou quaisquer outros, no estacionamento do supermercado, na universidade ou no desenho institucional. É muito mais que isso. É um chamamento à razão. É uma ampla reflexão sobre os destinos da humanidade. É uma volta ao projeto de Deus, na criação do homem à sua imagem e semelhança. É para que renasça a esperança de que raie um dia em que não haja necessidade de campanhas de fraternidade, com temas específicos, a cada ano. Em que não haja “especiais”, para o bem ou para o mal. Que sejam todos “iguais em tudo na vida”.

“Levanta-te e vem para o meio”. Poderia ser “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos”. É a lei de Deus. Um pecado, para quem dispõe em contrário. “Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”. Poderia ser: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. É a lei dos homens. Um crime, para quem dispõe em contrário.

Que se revoguem, portanto, todas as disposições, e as atitudes, em contrário.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Presidente do TSE ataca uso político do Estado”, publicada pelo jornal **O Globo** de 22 de fevereiro do corrente.

A matéria mostra que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, ao assumir a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, afirmou que é “extremamente grave o aparelhamento das estruturas estatais para fins político-partidários e a apropriação de recursos públicos para o financiamento de partidos políticos”, numa referência clara à crise ético-política que se instalou no governo Lula e no Partido dos Trabalhadores.

Mais adiante, a matéria traz declaração do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, que fez duras críticas à reeleição e o uso da máquina pública: “Fazer do exercício do mandato político instrumento de campanha eleitoral constitui crime de lesa-democracia e, por extensão, de lesa-cidadania”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Presidente do TSE ataca uso político do Estado

Demétrio Weber

• **BRASÍLIA.** O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes assumiu ontem a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) defendendo a necessidade de um novo sistema de controle do financiamento de partidos e dos gastos eleitorais. Ele fez referência à crise política que abalou o governo Lula, o PT e partidos aliados.

— No ano passado, o país mergulhou numa das maiores crises éticas e políticas de sua história republicana, crise esta que revelou algumas das graves mazelas do sistema político-par-

tidário brasileiro, e que torna imperiosa a sua imediata revisão. De tudo o que foi revelado, tem-se como extremamente grave o aparelhamento das estruturas estatais para fins partidários e a apropriação de recursos públicos para o financiamento de partidos políticos — discursou Mendes.

Busato: "Canteiro de obra não é palanque"

O ministro ficará um curto período à frente do TSE e não chegará a comandar as eleições presidenciais deste ano. Ele deixará o cargo no fim de março.

Na solenidade, o presidente

da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, fez duras críticas à reeleição e ao uso da máquina pública:

— Canteiro de obra não é palanque. Fazer crer a uma sociedade como a nossa, em larga escala iletrada e despolitizada, que as obras públicas são dádivas do Estado, do governo ou mesmo de determinado partido ou governante, constitui logro político, um logro com o qual convivemos há algumas gerações e que o instituto da reeleição, infelizmente, fortaleceu.

As críticas de Busato foram feitas no momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da

Silva está em meio a uma caravana por estados do Nordeste e do Norte visitando obras de lutas universidades federais.

— Fazer do exercício do mandato político instrumento de campanha eleitoral constitui crime de lesa-democracia, por extensão, de lesa-cidadania — afirmou Busato.

Mendes deixará o cargo em breve para assumir a vice-presidência do STF, que ficará vaga com a saída de Nelson Jobim. Para a presidência do Supremo irá a ministra Ellen Gracie, atual vice. O TSE será presidido pelo ministro Marco Aurélio de Mello. ■

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para comentar a matéria intitulada “Lula ensaia campanha e infla dados em texto ao Congresso”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição do último dia 16 de fevereiro do corrente.

A matéria trata da abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em 2006 e do respectivo envio da Mensagem Presidencial para o Poder Legislativo.

ELEIÇÕES 2006/PRESIDÊNCIA

Mensagem cita crise duas vezes em 136 páginas, dizendo que ela desacelerou economia

Lula ensaia campanha e infla dados em texto ao Congresso

DE SÃO PAULO, 16 DE FEVEREIRO

Sem agenda legislativa definida neste ano eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a uma esvaziada cerimônia de abertura oficial dos trabalhos do Congresso em 2006 uma mensagem centrada no que considera serem os feitos de seus primeiros três anos de mandato — que incluiu dados inflados e duvidosos.

No texto, o presidente ensaia o discurso em que deve basear sua campanha a reeleição. Lula propõe-se a “prestar contas das ações do Executivo em 2005” e a apresentar “metas e desafios para 2006”. No entanto, os dois parágrafos foram dedicados ao segundo propósito, contra 21 sobre as realizações do governo.

A mensagem foi lida pelo primeiro secretário da Câmara, Inocêncio Oliveira (PL-PE), diante de um plenário ocupado por cerca de 200 dos 594 parlamentares, com presença majoritária de deputados e senadores dos partidos da base governista.

“É uma sessão de rotina e desinteressante. O presidente diz que vem, depois não vem. Ele tem uma relação encubulada com o Congresso, aqui não é uma Casa em que ele se sente bem. No seu

intuito, a mensagem que ficou e aquela que ele verbalizou dos 300 picaretas”, disse o líder do PT no Senado, José Agripino (RN).

O ministro Jaques Wagner (Relações Institucionais), coordenador político do governo, negou que o texto enviado pelo presidente Lula tenha tom de campanha eleitoral. “Toda mensagem tem as duas coisas, balanço e prioridades. Essa é uma mensagem normal e equilibrada”.

Crise

As denúncias de corrupção contra o governo e o PT receberam apenas duas discretas menções na mensagem enviada pelo Palácio do Planalto ao Congresso, um a denúncia de 136 páginas quase toda dedicada ao inventário das ações do governo.

Assente no texto de apresentação lido na sessão de abertura do ano legislativo, a crise foi citada, sem palavras fortes, nos capítulos sobre economia e combate à corrupção do balanço oficial.

No primeiro caso, aparece, ao lado dos juros altos, como uma das causas para a desaceleração da economia em 2005 — diagnóstico contestado pela maioria dos especialistas. Nesse trecho, fala-se

no “efeito das turbulências políticas sobre as expectativas”.

Já na segunda metade do documento, há uma referência às “investigações abertas, no âmbito do governo, sobre as denúncias de desvios publicadas a partir de maio último”, para relatar as providências tomadas.

Diferentemente do que ocorreu no ano passado, quando o crescimento econômico de 4,9% em 2004 inspirou uma mensagem centrada nos resultados do setor, o texto de ontem deu mais ênfase à área social.

Lula preferiu investir em números como o assentamento de 127,5 mil famílias no ano passado, dado contestado pelo aliado MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), segundo o qual a estatística foi inflada por assentamentos antigos.

O balanço do Planalto afirma que o Prouni (Programa Universidade Para Todos) “este ano já concedeu 203 mil bolsas [de estudo]”, aparentemente somando os resultados de 2005 e 2006.

A mensagem prevê R\$ 21 bilhões em novos recursos para a educação neste ano com o Funcdeb, o fundo do ensino básico. Mesmo que o projeto seja aprova-

Segundo a matéria, “Sem agenda legislativa definida neste ano eleitoral, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a uma esvaziada cerimônia de abertura oficial dos trabalhos do Congresso em 2006 uma mensagem centrada no que considera serem os feitos de seus primeiros três anos de mandato — que incluiu dados inflados e duvidosos”.

Ainda segundo a matéria, “As denúncias de corrupção contra o governo e o PT receberam apenas duas discretas menções na mensagem enviada pelo Palácio do Planalto ao Congresso”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

do a tempo pelo Congresso, pois, o acréscimo não deve passar dos R\$ 5 bilhões.

Outros fatos destacados já fazem parte do discurso-padrão dos petistas: os recordes no comércio exterior, a geração de empregos formais e a redução do número de miseráveis. Lula afirma ainda que “pela primeira vez em décadas, uma ampla negociação entre o governo e as centrais sindicais definiu o valor do novo salário mínimo”.

Agenda

A abertura do ano legislativo mostrou divergências entre ministros e o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), sobre a expectativa de trabalhos do Congresso no segundo semestre, quando os parlamentares tendem a se afastar para se dedicar às campanhas nos Estados.

Responsável por levar a mensagem do presidente ao Congresso, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), disse acreditar que o segundo semestre não será perdido devido ao calendário eleitoral. “O Brasil é um país que surpreende pela capacidade de fazer as coisas simultaneamente. Acho que é

possível um ritmo condizente com as necessidades do país.”

Jaques Wagner foi menos otimista. “Já fui parlamentar. Ficar apostando em votações no segundo semestre não é realista”. Na mesma linha, o presidente da Câmara disse esperar conseguir concluir todos os processos que pedem cassações de mandatos até maio, porque, disse, em junho deverá ocorrer um esvaziamento da Casa em razão das eleições.

Segundo Dilma, a principal meta do Executivo em 2006 é conseguir a aprovação da chamada Lei de Saneamento Básico, que ainda será enviada à Câmara. “É a nossa prioridade, pois trará benefício econômicos e sociais ao país”.

Este é o segundo ano consecutivo em que o governo Lula inicia sem uma definição de projetos prioritários no Congresso. No ano passado, a mensagem do Planalto limitava-se a mencionar a conclusão de reformas como a tributária e a sindical — que, por não terem saído do lugar, desapareceram na mensagem deste ano.

(GUSTAVO PATU, SILVIO NAVARRO E EDUARDO SCOLES)

Secretário-geral do PT critica alianças

CHICO DE GOIS
REPORTAGEM ESPECIAL

No momento em que o PT comemora o crescimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — “os propósitos e em que começará a buscar aliados para as eleições de outubro”, o secretário geral do partido, Raul Pont, aponta instabilidade nas alianças como “um dos principais fatores responsáveis pela crise” que atingiu a legenda no ano passado.

No artigo “PT, 26 anos: Recuperar a identidade programática”,

divulgado pelo site do partido (www.pt.org.br), Pont considera que “o potencial transformador do governo Lula ainda está constituído em três dimensões: a força da oposição liberal-conservadora, a presença de posições liberais na gestão da macroeconomia e a sustentação da governabilidade em alianças conservadoras no Congresso Nacional”.

É nesse contexto que ele critica as coalizções feitas por seu partido. Na eleição de 2002, o PT aliou-se ao PL no primeiro turno, dando-lhe a vice-presidência. “Preci-

samos lutar pela construção de frentes eleitorais nos Estados com partidos do campo democrático e popular, em suma de um programa que apontasse para as transformações sociais que constituem nosso projeto desde o início”.

No Congresso, o PT se uniu ao PP, PTB, PL e parte do PMDB para obter maioria. As siglas, exceto o PMDB, ficaram conhecidas como “mensalistas” por causa do envolvimento de alguns de seus parlamentares com o esquema do publicitário Marcos Valério.

Pont também critica a derruba-

da da verticalização, que obrigava os partidos a seguirem nos Estados as mesmas alianças acordadas em nível federal. Lula se empenhou pessoalmente para acabar com a restrição às alianças.

O Palácio do Planalto defendeu o fim da regra porque avaliou que, dessa forma, Lula poderia subir em palanques de vários partidos nos Estados, mesmo que em nível federal não estejam coligados com o PT. Um dos alvos preferenciais dos lulistas e o PMDB, que pretende lançar candidato a sucessão presidencial, mas, sem a

verticalização, poderá abrir espaço para o presidente nos Estados. Além disso, emissários de Lula já conversam com o PTB e o PL.

“A derrubada da verticalização, que infelizmente encontrou apoio dentro do nosso governo, caminha na direção contrária desta agenda, estimulando alianças de ocasião que só nos fragilizam programaticamente”, escreveu Pont.

A agenda citada pelo secretário geral do PT refere-se à reforma política, com financiamento público de campanha e regras rígidas de fidelidade partidária.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “CPIs acham 161 telefonemas entre Okamoto e acusados do mensalão”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 2 de março do corrente.

INVESTIGAÇÃO

CPIs acham 161 telefonemas entre Okamoto e acusados do mensalão

Presidente do Sebrae é investigado pelo mal explicado pagamento de dívida R\$ 29,4 mil de Lula com PT

Diego Escosteguy
BRASÍLIA

Impedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de ter acesso ao sigilo fiscal, bancário e telefônico do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, técnicos das CPIs dos Correios e dos Bingos combinaram esforços secretamente e descobriram 161 ligações trocadas por ele com os principais investigados do mensalão. O rastreamento dos peritos, ao qual o Estado teve acesso, dá boa amostra da proximidade de Okamoto com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o publicitário Duda Mendonça.

Os técnicos fizeram o levantamento com base nos dados telefônicos de Delúbio, de Duda, do ex-deputado José Dirceu e do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira, que estão em poder da CPI dos Correios. O resultado foi compartilhado informalmente com os colegas da CPI dos Bingos para orientar investigações. A maior parte dos telefonemas identificados foi trocada com o ex-tesoureiro do PT e uma das empresas do ex-marqueteiro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a campanha presidencial de 2002. Mas há, também, várias ligações feitas já no governo petista.

Amigo de Lula e arrecadador de recursos para o PT, Okamoto controla um organismo de R\$ 900 milhões como presidente do Sebrae, um dos cargos mais cobiçados no governo. No meio empresarial, é tido como mais discreto que Delúbio e, principalmente, como homem de estrita confiança do presidente.

Ele é investigado pelas CPIs por dois motivos. O primeiro é o pagamento ainda mal explicado de uma dívida de R\$ 29,4 mil de Lula com o PT. Os registros bancários do partido indicam que o débito foi quitado, mas Okamoto admitiu ter pago os R\$ 29,4

Comissão luta pela quebra de sigilo

...Enquanto nos bastidores os técnicos das CPIs investigam Paulo Okamoto com base nos dados disponíveis, a Comissão dos Bingos briga no Supremo Tribunal Federal (STF) para ter acesso a seu sigilo bancário, fiscal e telefônico. Na semana que vem, a cúpula da CPI pretende fazer mais uma visita aos ministros do STF, para tentar convencê-los da relevância da quebra de sigilo de Okamoto. Se não houver resposta favorável, a comissão deve apelar ao plenário do Supremo.

mil por meio de depósitos em dinheiro – e disse ainda que usou recursos do próprio bolso, como um “favor” a Lula. A versão não convenceu os parlamentares. Eles suspeitam que Okamoto tenha obtido o dinheiro ou com Duda ou com Delúbio – que com o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza operou o chamado esquema do mensalão.

A segunda razão é o depoimento do economista Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de Fazenda de São José dos Campos na gestão da petista Ângela Guadagnin. Venceslau acusou Okamoto de arrecadar recursos de caixa 2 entre empresas que tinham contratos com prefeituras administradas pelo PT.

CELULAR

O rastreamento dos técnicos mostra que Okamoto manteve pelo menos 56 telefonemas com Delúbio entre março e novembro de 2002. As ligações eram trocadas da casa ou do celular do então tesoureiro com o celular de Okamoto. Ao todo, os peritos identificaram 94 minutos de conversas.

O telefonema de maior dura-

A matéria destaca que após serem impedidos pelo Supremo Tribunal Federal de ter acesso ao sigilo fiscal, bancário e telefônico do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, os técnicos das CPIs dos Correios e dos Bingos combinaram esforços e descobriram 161 ligações trocadas entre ele e outros investigados do mensalão. O rastreamento feito pelos peritos mostra uma grande proximidade de Okamoto com o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares e com Duda Mendonça.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

O STF já negou duas vezes o acesso da CPI às informações. Em 27 de janeiro, o presidente do Supremo, Nelson Jobim, concedeu liminar em favor de Okamoto e barrou a quebra de sigilo. Segundo Jobim, a CPI havia determinado a devassa apenas com fundamento em “notícias de jornais”.

A comissão então enviou novos argumentos, mas o ministro relator, Cezar Peluso, alegou que a comissão não delimitou período de tempo para a quebra de sigilo. E negou acesso aos dados. ● D.E.

ção ocorreu no auge da campanha de 2002, no dia 7 de setembro. A ligação durou quase cinco minutos. Oito dos telefonemas partiram de Okamoto – os demais foram recebidos por ele.

A influência de Okamoto também pode ser medida pelos telefonemas trocados com a CEP Comunicação, empresa de Duda que trabalhou para a campanha de Lula em 2002. No total, ele foi acionado 75 vezes pela CEP entre fevereiro de 2002 e março de 2003, já no governo petista. Há registro de telefonemas de nove e dez minutos. Ao todo, foram 156 minutos. Segundo o levantamento das CPIs, Okamoto também recebeu 23 ligações do ex-deputado José Dirceu em 2002, além de 4 em 2001. Esses telefonemas somaram 58 minutos de conversas.

Procurado pelo Estado, Okamoto considerou “normal” ter conversado com Delúbio durante o ano da campanha. “Eu coordenava a infra-estrutura da campanha e tinha de consultar o tesoureiro sobre os pagamentos”, afirmou. “Não conversava com o Duda, mas posso ter ligado para a CEP para saber sobre o programa eleitoral.” ●

O CASO OKAMOTTO**Novas conexões**

O presidente do Sebrae assumiu dívida de Lula, de quem é amigo, com o PT

**O empréstimo**

Em 2001, Lula tomou empréstimo de R\$ 29.436,26 no PT para cobrir gastos com viagens ao exterior, pagamento de passagem para sua mulher, Marija Letícia, e "adiantamentos a funcionários que teriam ocorrido em 1997"

**A versão**

Okamoto disse à CPI dos Bingos ter pago a dívida do presidente com dinheiro do próprio bolso e sem o conhecimento de Lula. A CPI não acreditou e determinou a quebra do seu sigilo, mas o STF impediu a medida

**O pagamento**

A dívida foi quitada em quatro parcelas - entre 30 de dezembro de 2003 e 30 de março de 2004 - depositadas em quatro agências diferentes do Banco do Brasil, o que chamou a atenção dos auditores da CPI dos Bingos

**A suspeita**

A oposição suspeita que, na verdade, o esquema montado por Marcos Valério Fernandes de Souza e Delúbio Soares cobriu essa despesa do presidente. Okamoto teria assumido o papel de laranja

**O autor**

Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, assumiu ter feito o pagamento. Ele disse que foi nomeado procurador de Lula em dezembro de 2002, "única e exclusivamente para tratar da rescisão do seu contrato de trabalho com o PT"

**As ligações**

As CPs dos Bingos e dos Correios identificaram ligações telefônicas trocadas entre Okamoto, o ex-tesoureiro Delúbio e o publicitário Duda Mendonça, principalmente durante a campanha de 2002



PODER LEGISLATIVO
CONGRESSO NACIONAL
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Correlato

CHAMADAS ORIGINADAS POR: PAULO TARCISO OKAMOTO

Destinatário da Chamada					Origem da Chamada				
Nome	CPF/CNPJ	Telefone	Município	UF	Data	Telefone	Município	UF	Nº
DELUBIO SOARES DE CASTRO	0001299998148	11 80000009879871			28/04/2002	11 80000009879871			1 0,92
	0801299998148	11 00000009879871			10/04/2002	11 00000009879871			3 1,72
	0001299998148	11 00000009879871			10/04/2002	11 00000009879871			3 0,25
	0001299998148	11 00000009879871			18/05/2002	11 00000009879871			1 0,47
	0001299998148	11 00000009879871			18/06/2002	11 00000009879871			1 4,10
	0001299998148	11 00000009879871			20/06/2002	11 00000009879871			1 0,17
	0001299998148	11 00000009879871			18/08/2002	11 00000009879871			1 1,73
	0001299998148	11 80000009879871			28/11/2002	11 00000009879871			1 2,89
DELUBIO SOARES DE CASTRO									8 7
JOSE DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA	000338000880	11 00000009879871			28/12/2001	11 00000009879871			1 1,70
JOSE DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA									1 2
TOTAL GERAL									8 8

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO- NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apa-
nhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.
Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer
o registro da matéria intitulada “Medida é exercício de
demagogia fiscal”, publicada no jornal **O Estado de
S. Paulo** de 8 de março do corrente.

A matéria destaca que o ex-secretário da Receita
Federal, Everardo Maciel, afirmou que a Medida Provi-
sória que pretende estimular a contratação com carteira
assinada de empregadas domésticas não alcança
esse objetivo, beneficia gratuitamente o segmento de
maior renda no Brasil e fere a Lei de Responsabilidade
Fiscal. A matéria traz os argumentos do ex-secretário
para ratificar a sua afirmação.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a refe-
rida matéria seja considerada, na íntegra, como parte
deste pronunciamento e, assim, passe a integrar os
Anais do Senado Federal.

‘Medida é exercício de demagogia fiscal’ Para Everardo Maciel, MP vai beneficiar segmento de maior renda no País

Ribamar Oliveira
BRASÍLIA

A medida provisória que pre-
tende estimular a contratação
com carteira assinada de em-
pregadas domésticas não alcan-
ça esse objetivo, beneficia gra-
tuitamente o segmento de
maior renda no Brasil e fere a
Lei de Responsabilidade Fiscal.

A opinião é do ex-secretário da
Receita Federal Everardo Ma-
ciel. Para ele, “a medida é um
exercício de demagogia fiscal”.

Everardo lembrou que, no
Brasil, cerca de 62% dos contri-
buintes pessoas físicas optam

pela declaração simplificada do
Imposto de Renda.

Como somente pouco mais
de 6% da população econômica-
mente ativa (PEA) paga impos-
to no Brasil, segundo o ex-secre-
tário, uma parcela muito peque-
na dos contribuintes poderá
exercer o benefício dado pela
MP. “Estimo que apenas cerca
de 2,3% da PEA poderá exercer
esse direito”, disse Everardo.

“Esse é o segmento da popula-
ção que já contrata suas empre-
gadas domésticas com carteira
assinada e paga o INSS”, obser-
vou. “As pessoas de menor ren-
da é que não registram as em-

pregadas. Como elas declaram
pelo modelo simplificado, não
podem exercer o benefício”,
explicou. “Então, a MP não vai
alcançar o seu objetivo, que é o

da que a Lei 9.532 definiu que
as pessoas físicas só podem
deduzir até 6% do imposto de-
vido. Nesse limite estão as de-
duções com investimentos
em projetos audiovisuais,
culturais e com o fundo de
amparo à criança. AMP edi-
tada por Lula estabeleceu
que a renúncia fiscal com o
INSS pago às domésticas está
fora desse limite. “O limite
com a renúncia fiscal foi ele-
vado e, portanto, a Lei de Res-
ponsabilidade Fiscal deter-
mina que terá de ocorrer
uma compensação com o cor-
te de gastos.” ●

‘Pessoas de menor renda não registram empregadas’

registro em carteira, e o gover-
no está apenas fazendo uma re-
núncia fiscal gratuita.”

O ex-secretário observou ain-

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Indústria duvida”, de autoria da jornalista Miriam Leitão e publicada na coluna Panorama Econômico do jornal **O Globo** em sua edição de 17 de fevereiro do corrente.

PANORAMA ECONÔMICO

MÍRIAM LEITÃO

Indústria duvida

• A CNI discorda dos cálculos do IBGE que mostraram um crescimento forte da indústria no mês de dezembro. Os técnicos da Confederação Nacional da Indústria recalcularam os dados do IBGE usando outra metodologia e, em vez de um crescimento de 2,3% em dezembro, o resultado deu zero. Em vez de um salto de 17,6% na produção de bens de consumo duráveis, o resultado foi de apenas 2,1%.

O documento que a CNI vai divulgar hoje mostra que a notícia que animou todo mundo pode ser boa demais para ser verdade. “Com números tão promissores, cria-se a expectativa de que o processo de recuperação da atividade industrial já se iniciou. A CNI, porém, não compartilha dessa expectativa.”

Há dois problemas nestes dados do IBGE segundo os técnicos da indústria: no último mês de dezembro, houve dois dias a mais do que normalmente porque Natal e Ano-Novo caíram no fim de semana. O outro problema é o método utilizado de dessazonalização.

Dessazonalizar é necessário para igualar os meses e poder compará-los. Cada mês, por inúmeras razões, é diferente do outro. Por isso, os estatísticos usam métodos para neutralizar estes efeitos que o calendário cria. CNI e IBGE utilizam técnicas diferentes. O IBGE usa o X12, mais usado nos Estados Unidos, e a CNI, o tramo-seats, mais usado na Europa. Até aí, tudo bem, cada um escolheu seu “pacote”, como eles dizem, mas a questão é que a CNI acha que o IBGE usa uma série longa demais, que vem desde 1991. De lá para cá, a economia brasileira mudou

radicalmente, a indústria tem outra sazonalidade de produção e até o mundo adotou novas formas gerenciais, que alteram completamente a forma e a época de produzir. Neste ponto, os técnicos do IBGE e da CNI que ouvi ontem dizem coisas opostas.

— A recomendação da OCDE é que sejam desprezados dados muito antigos porque eles podem distorcer os resultados. Por isso, trabalhamos com uma série de 1996 a 2005, de 10 anos. O IBGE trabalha com dados de 1991. De lá para cá, houve a abertura, a estabilização e o *just in time*. Na época da inflação alta, as empresas mantinham altos estoques com medo do aumento de preços — diz Paulo Mol Júnior, da CNI.

— A recomendação internacional é que se use a série mais longa possível. Tanto que, quando fazemos a dessazonalização, o modelo pede mais dados quando usamos séries curtas — afirma Isabela Nunes, do setor de indústria do IBGE.

Mas, de fato, o Brasil mudou muito. Produzir temendo reajustes de preços dos fornecedores e acumulando estoques para se proteger dos planos econômicos; produzir para um país onde não havia a competição do

Segundo a jornalista Miriam Leitão, a Confederação Nacional da Indústria – CNI contestou os cálculos do IBGE que mostraram um crescimento forte da indústria no mês de dezembro de 2005. Para a CNI, em vez de um salto de 17,6% na produção de bens de consumo duráveis, o resultado foi de apenas 2,1%.

Ainda segundo a jornalista, “Seja qual for a verdade, o fato é que os cálculos da CNI contam uma história bem diferente da que foi contada pelo resultado a que chegou o IBGE”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

produto importado; produzir num tempo em que não existia comunicação on-line entre indústria e comércio era muito diferente do que produzir hoje.

A CNI comparou o padrão de produção mensal de 91 a 95 e de 2001 a 2005 e constatou uma grande diferença. Antes, o pico da produção era mais cedo, de julho a outubro, sendo que o mês mais forte era agosto. Agora, o pico é de agosto a novembro, sendo outubro o mês mais forte. Faz sentido por um motivo: naquela época, ter o produto estocado era ter ativo; hoje, é um custo enorme por causa dos juros altos.

Isabela Nunes admite essas mudanças na economia, mas insiste em que, trabalhar com uma série mais longa, é melhor. Argumenta, ainda, que também os dados da CNI mostraram que este dezembro foi mais forte que outros dezembros.

A CNI lembra que o último dezembro teve 22 dias e não 20, como normalmente. A produção industrial é sempre mais fraca no último mês do ano. Este dezembro, caiu

6,5% em relação a novembro. O número divulgado foi de 2,3% de crescimento porque os dados foram submetidos aos cálculos para tirar o efeito sazonal. Mesmo esta queda nos dados brutos é bem menor que a de anos anteriores: nos últimos 10 anos, a queda média foi de 10,9%.

“Como essa situação foge à normalidade, os fatores sazonais podem não se adequar ao calendário atípico e interpretar como crescimento do ritmo de atividade industrial o que foi apenas um aumento excepcional do número de dias úteis em dezembro”, diz o documento da CNI.

O IBGE, de vez em quando, é criticado pelo governo quando divulga dados ruins. A novidade agora é que ele está sendo contestado quando um dado é bom, e é contestado por quem produz, que não se reconhece no dado divulgado pelo IBGE. Seja qual for a verdade, o fato é que os cálculos da CNI contam uma história bem diferente da que foi contada pelo resultado a que chegou o IBGE.

Resultados diferentes

SETORES	Dessazonalização CNI		Dessazonalização IBGE	
	dez 05/ nov 05	4º tri 05/ 3º tri 05	dez 05/ nov 05	4º tri 05/ 3º tri 05
Indústria geral	0,0%	0,1%	2,3%	0,9%
Indústria extrativa	- 0,2%	1,7%	0,0%	0,9%
Indústria de transformação	0,2%	0,7%	2,2%	0,9%
Bens de capital	- 1,3%	2,0%	5,8%	2,2%
Bens intermediários	- 0,6%	- 0,1%	1,2%	0,3%
Bens de consumo duráveis	2,1%	- 0,3%	17,6%	0,1%
Consumo semi e não-duráveis	- 0,1%	- 0,2%	3,5%	0,8%

Fonte: IBGE. Elaboração: CNI.

• **ENQUANTO** o Rio vive seus dias de Bagdá, o dono desta sesmaria circula o Brasil defendendo sua candidatura.

E-mail para esta coluna: paneco@oglobo.com.br

COM DÉBORA THOMÉ

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Empresário diz na CPI que PT exigia propina em Santo André”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 22 de fevereiro do corrente.

A matéria mostra que o empresário João Antonio Setti Braga afirmou, em depoimento à CPI dos Bingos, que os donos de empresas de ônibus que operavam em Santo André na gestão do prefeito Celso Daniel eram obrigados a pagar propina ao então secretário de Administração, Klinger Luiz de Oliveira.

Segundo o empresário, “A propina mensal, que classifico de uma autêntica extorsão, era considerada como um custo político para a gente trabalhar sossegado”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Empresário diz na CPI que PT exigia propina em Santo André

Segundo ele, companhia de ônibus pagava mais de R\$ 50 mil mensais

Rosa Costa
BRASÍLIA

Em depoimento à CPI dos Bingos, o empresário João Antonio Setti Braga disse ontem que os donos de empresas de ônibus que operavam em Santo André na gestão do prefeito Celso Daniel eram obrigados a pagar propina ao então secretário de Administração, Klinger Luiz de Oliveira. Ele afirmou que no período em que foi um dos seis sócios da Expresso Nova Santo André, de julho de 1997 a abril de 2000, a empresa era obrigada a contribuir com mais da metade dos R\$ 100 mil que eram entregues pelas concessionárias a Klinger por intermédio de outro cotista, o empresário Ronan Maria Pinto.

“A propina mensal, que classifico de uma autêntica extorsão, era considerada como um custo político para a gente trabalhar sossegado”, declarou o empresário. Quanto aos R\$100 mil, disse ter sido avisado que era o sistema da cidade. “As outras empresas tinham também de fazer este caixa.”

Por meio dos advogados, Klinger e Ronan negam que havia esquema de propina.

Braga disse que se desfez de suas cotas, correspondentes a 25% do total da sociedade, pelo valor de R\$ 1 depois que Klinger passou a retaliar a empresa, cortando mais da metade das linhas em que operava.

“O que a empresa valia, ela devia. Pulverizei as cotas e re-

solvisair do negócio. Como nossa empresa era familiar, minha irmã queria doar as cotas aos pobres. Ela dizia que com ‘este pessoal, eu não fico mais’”, disse. Segundo o empresário, a retaliação começou quando ele e outro cotista, Luiz Alberto Gabrilli, pediram uma auditoria na Nova Santo André.

Braga disse que tentou falar com Celso Daniel, de quem tinha sido colega no ginásio, mas não conseguia nem por telefone. “Ele estava blindado. Tentei

na prefeitura e por amigos, mas Celso ficava pouco em Santo André e um dos que tinham carta branca para agir era o Klinger.” Suas informações sobre a extorsão confirmam o que já foi revelado à comissão pelas irmãs Mara e Rosângela Gabrilli, que denunciou o esquema ao Ministério Público seis dias depois do assassinato de Celso Daniel, em janeiro de 2002.

INVESTIGAÇÕES
O Departamento de Homicí-

dios e Proteção à Pessoa (DHPP) descartou ontem que o assassinato do agente funerário Iram Moraes Redua – que tirou o corpo de Celso Daniel do local do crime – tenha ligação com a morte do prefeito.

A Polícia Civil concluiu que ele foi assassinado a mando de Fábio Hervalha Schunck, dono de uma agência funerária rival, por divergências nos negócios. ●

COLABOROU: RICARDO BRANDT

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “EUA vai enviar dados de conta de Duda à CPI”, publicada no jornal **O Globo** em sua edição de 24 de fevereiro do corrente ano.

A matéria mostra que a Justiça americana concordou em repassar para a CPMI dos Correios os documentos de toda a movimentação bancária do publicitário Duda Mendonça no exterior. Os membros da CPMI acreditam que o publicitário não informou à Comissão que há mais dinheiro e outras contas em paraísos fiscais.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

O GLOBO

EUA vai enviar dados de conta de Duda à CPI

Deputados poderão consultar os documentos no Ministério da Justiça e divulgar apenas no relatório final

Maria Lima

DUDA: documentos são da Dusseldorf, conta na qual admitiu ter recebido recursos de campanha no exterior

• BRASÍLIA. A Justiça americana concordou ontem em repassar para a CPI dos Correios os documentos de toda a movimentação bancária do publicitário Duda Mendonça no exterior relativas à conta offshore Dusseldorf. O publicitário pode ter de dar um novo depoimento na CPI antes que ela seja concluída na segunda quinzena de março.

A liberação foi negociada por quase três meses entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, a Promotoria Distrital de Nova York e a CPI dos Correios. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) e os deputados Maurício Rands (PT-PE) e Eduardo Paes (PSDB-RJ) — que foram aos Estados Unidos negociar a liberação do sigilo bancário de Duda — esperam que os dados não se limitem à Dusseldorf.

Dados poderão constar do relatório final da CPI

A CPI quer ter acesso também a possíveis movimentações financeiras de outras pessoas ligadas ao publicitário, como a mulher, a filha e a sócia Zilmir Fernandes. Duda confessou ao depor na CPI que depositou na

lhões que recebeu de campanhas eleitorais do PT.

Ontem, a secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, assinou nota conjunta com o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-SP), comunicando que Serraglio, Paes e Rands poderão consultar os documentos na sede da Divisão de Recuperação da Divisão de Recuperação Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça.

Os deputados não podem levar os documentos para a CPI. Mas poderão copiar e divulgar para a imprensa os dados que forem incluídos no relatório final, que será público.

O deputado Silvio Torres (PSDB-SP) elogiou a decisão, mais importantes da CPI.

A senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) disse que é preciso analisar os documentos com ética e rigor técnico.

— Como falta muita documentação a ser aprofundada, precisaremos de mais tempo para concluir a CPI. ■

Bingos: presidente de CPI quer prorrogação

Oposição apóia e PT reage

Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), admitiu ontem que poderá pedir nova prorrogação dos trabalhos da comissão, prevista para acabar em 25 de abril. A justificativa é a dificuldade da CPI de ter acesso a sigilo bancário, telefônico e fiscal já quebrado para a conclusão do relatório final. Nos bastidores, a prorrogação é vista como estratégia da oposição para deixar o governo Lula na defensiva até o início do período eleitoral, além de garantir um bom palanque para PSDB e PFL.

Depois do carnaval, Efraim pretende fazer um apelo ao ministro do STF César Peluso para que reveja as liminares contra quebras de sigilos do presidente do Sebrae e amigo do presidente Lula, Paulo Okamoto, e do empresário que teria participado do transporte dos dólares cubanos, Roberto Carlos Kurzweil. Ele admitiu que a CPI também estaria enfrentando problemas com o Banco Central e a Anatel.

Efraim acha que poderá recolher as 27 assinaturas necessárias para garantir o pedido, mas disse que pretende consultar o plenário da comissão:

— Ao contrário do presidente Lula, a oposição não faz política 365 dias por ano.

O presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, ironizou.

— A oposição quer prorrogar a CPI até o fim do mundo — disse, numa referência ao apelido da comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão solene a realizar-se amanhã, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se às 14 horas a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO Nº 915, de 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 915, de 2005, do Senador Alvaro Dias, que requer seja realizada, pelo Tribunal de Contas da União, auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de investigar os contratos daquele Banco com empresas no exterior.

2

REQUERIMENTO Nº 40, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 40, de 2006, do Senador Eduardo Siqueira Campos, que requer seja realizada, pelo Tribunal de Contas da União, auditoria nos recursos da CIDE aplicados no Estado de Tocantins.

3

REQUERIMENTO Nº 203, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 203, de 2006, do Senador Alvaro Dias, que requer que sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre a adoção das providências relativas à operação tapa-buracos promovida pelo Governo Federal, através do DNIT, com relação à execução de obras sem contratos no Estado do Paraná e em Minas Gerais.

4

REQUERIMENTO Nº 210, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que requer ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria sobre a obra do Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso, dirigida pelo Sr. Julier Sebastião da Silva.

5

REQUERIMENTO Nº 211, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que requer ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria sobre o Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso, dirigido pelo Sr. Julier Sebastião da Silva, a respeito de publicação de revista autopromocional relativa à inauguração do Fórum 8 de abril, na cidade de Cuiabá.

6

REQUERIMENTO Nº 213, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 213, de 2006, do Senador Jonas Pinheiro, que requer informações ao Tribunal de Contas da União sobre a adoção das providências relativas à operação tapa-buracos promovida pelo Governo Federal por intermédio do DNIT, com relação a execução de obras no Estado de Mato Grosso.

7

REQUERIMENTO Nº 217, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 217, de 2006, da Senadora Serys Slhessarenko, que requer informações ao Tribunal de Contas da União referente à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de representações brasileiras no exterior, no período de 1994 a 2002.

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que *altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de*

Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13.4.2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14.4.2006

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25.4.2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de

26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social - GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial - GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25.4.2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26.4.2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Romero Jucá

Prazo final: 28.4.2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda I-CE, de redação, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

11**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e
- da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

12**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006**
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro*.

13**REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 7 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

8-3-2006
quarta-feira

11:30 – Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 52, de 2006, que disciplina as coligações eleitorais

Plenário do Senado Federal

15:00 – Entrega do Projeto de Lei de iniciativa popular que trata das penalidades – para os crimes hediondos, com a presença do Presidente Aldo Rebelo, – Presidente da Câmara dos Deputados

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15:30 – Lançamento do livro “Palavra de Presidente - A Oratória dos Presidentes – do Senado”, de autoria de João Bosco Bezerra Bonfim

Salão Nobre do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia - Sessão Deliberativa - pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia oito do mês de março de dois mil e seis, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 283**, adotada em 23 de fevereiro de 2006 e publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, que “Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e revoga o art. 4º da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006, que altera a Legislação Tributária Federal”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada por falta de quorum**”.

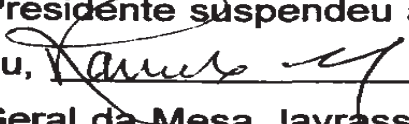
Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 08 de março de 2006.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Ata da 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 21 de fevereiro de 2006

Às dez horas e dez minutos do dia 21 de fevereiro de dois mil e seis, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros, e com a presença dos Srs. Senadores, Tião Viana, 1º Vice-Presidente, Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, Efraim Moraes, 1º Secretário, João Alberto Souza, 2º Secretário, e Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário. Deixam de comparecer por motivo justificado os Srs. Senadores, Paulo Octávio, 3º Secretário, e Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário. Abertos os trabalhos, O Senhor Presidente concedeu a palavra aos membros da Mesa na seguinte ordem: 1) O Senador Tião Viana apresentou relatórios favoráveis aos **Requerimentos** (de informações) nºs: **15, 16, 42, 73, e 104 de 2006**. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 2) O Senador João Alberto Souza apresentou relatório favorável, com nova redação ao **Requerimento de Informações nº 82, de 2006**. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado nos termos de seu relatório e remetido à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 3) O Sr. Presidente

deu conhecimento aos presentes do relatório anteriormente apresentado à Mesa pelo Senador Eduardo Siqueira Campos favorável, com nova redação, ao **Requerimento de Informações nº 1501, de 2005**. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado nos termos de seu relatório e remetido à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu,  (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às dez horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata com os demais membros da Mesa.

Senado Federal, em 21 de fevereiro de 2006

Senador Renan Calheiros
Presidente


Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente


Senador Antero Páez de Barros
2º Vice-Presidente


Senador Efraim Moraes
1º Secretário


Senador João Alberto Souza
2º Secretário


Senador Alvaro Dias
3º Suplente de Secretário

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 418 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ELIAS LYRA BRANDÃO**, matrícula nº 13125, e **LUÍS CARLOS PIRES RAYOL**, matrícula nº 33793, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 001586/06-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 08 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 419 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.859/06-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FABIANA GRAZIELLE ANDRADE FERREIRA**, matrícula n.º 183109, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 08 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 420 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º 003705/06-4,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **PAULA CORREA BARRETO**, matrícula nº 177456, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Gerson Camata para o Gabinete da Liderança do PFL.

Senado Federal, em 08 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 421 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002817/06-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANILO SÉRGIO CAVALCANTI OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 08 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 422 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001148/06-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JURACY JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 08 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 423 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003766/06-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MATILDE SILVA PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 08 de março de 2006.



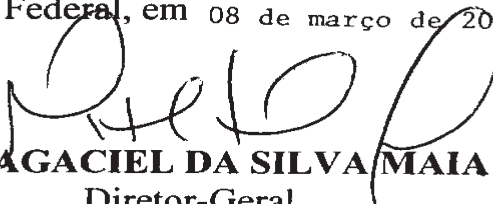
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 424 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003765/06-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SELMA DE ASSIS MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 08 de março de 2006.



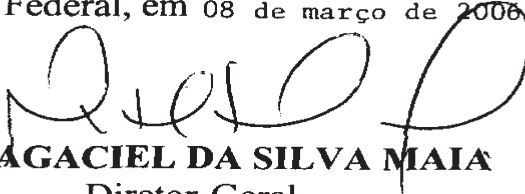
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 425 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003811/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LAER SOUZA CARNEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 08 de março de 2006.



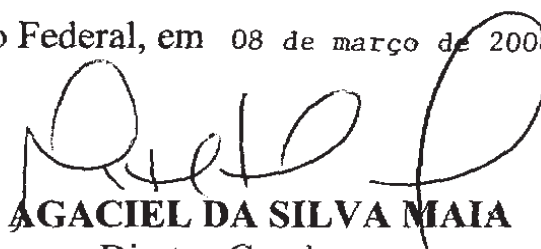
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 426 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.860/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARLENE PEREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 08 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, § RT. 4º	TITULARE()	SUPLENTE()
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 178 PÁGINAS